Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 5017875-79.2013.8.21.0001

Capa: **Parte 1**

Capa do Processo

Nº do Processo: 5017875-79.2013.8.21.0001 Data de autuação: 22/03/2013 00:00:00 Situação: MOVIMENTO

Órgão Julgador: Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre Juiz(a): CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA

Competência: Família Classe da ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Processos relacionados: 0046762-90.2015.8.21.0001/RS | Originário
0080549-81.2013.8.21.0001/RS | Digitalizado

Assuntos

Código	Descrição	Principal
021704	Alimentos, Família, DIREITO CIVIL	Sim

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA (316.858.970-53) - Pessoa Física CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA RS058693 LUCAS VARGAS SANTA MARIA RS069756	WILSON EDISON ALANO (148.220.910-15) - Pessoa Física Procurador(es): LUCIANA VISONAN DOS REIS RS039306
PERITO	
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG (727.677.310-87)	

Informações Adicionais

Chave Processo: 438461952020	Valor da Causa: R$ 10.848,00	Nível de Sigilo do Processo: Segredo de Justiça (Nível 1)
Anexos Eletrônicos: Não há anexos	Antecipação de Tutela: Não Requerida	Idoso: Sim
Justiça Gratuita: Não requerida	Penhora no rosto dos autos: Sim	Petição Urgente: Não
Prioridade Atendimento: Não	Processo Digitalizado: Sim	Réu Preso: Não
Vista Ministério Público: Não		

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
REGISTRADO_PARA_CADASTRAMENTO_ELETRONICO_DE_PROCESSO_FISICO
Data:
27/10/2020 19:29:06
Usuário:
JAQUEMILER - JAQUELINE SCHERER MILER - DIRETOR DE SECRETARIA SUBST.
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___NUCDIG__>_NUCDIGLOC
Data:
03/09/2021 12:07:50
Usuário:
DBARROZO - DEBORA GABRIELA PEREIRA BARROZO - SERVIDOR DE DISTRIBUIÇÃO (TJRS)
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
JUNTADA_DE_INTEGRA_DO_PROCESSO
Data:
06/09/2021 18:17:43
Usuário:
DIGITALIZAÇÃO - DIGITALIZAÇÃO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
3

TJRS - Arquivo Central
4183402

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

NEORY MÜLLER
ESCRIVÃO

DENIZE MARIA S. MACHADO
AJUDANTE SUBSTITUTA

Aud. ___/___/___ às ____h.
Aud. ___/___/___ às ____h.
Aud. ___/___/___ às ____h.
Aud. ___/___/___ às ____h.
Aud. ___/___/___ às ____h.
Aud. ___/___/___ às ____h.

I

001/1.13.0072006-0
0080549-81.2013.8.21.0001
Execução de Alimentos - Art.(..)

cont.

001/1.13.0072006-0 CNJ:0080549-81.2013.8.21.0001
5ª Vara de Familia e Sucessões da Comarca de Porto
Familia Juizad./Judic.: 1/1
Qtd.Réus:1 Qtd.Autores:1
Ofj: Central de Mandados
Dirigida com compensação Propositura: 22/03/2013

001/1.13.0072006-0 CNJ:0080549-81.2013.8.21.0001
Exequente
Margareth Boemeke Pereira da Silva
Executado
Wilson Édison Alano

(12687)

5ª Família

LÚCILA ABDALLA(A) NEGRI
PAULO ADRIANO ABDALLA(A)

02

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA MMª 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

DISTRIBUIÇÃO DO FORO
PORTO ALEGRE - RS
RECEBIDO NESTA DATA
22 MAR 2013
NÚMERO DE ORDEM
M300720060

Distribuição por dependência ao processo nº: 001.1.12.0222373.8

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA, brasileira, divorciada, adnimistradora, portadora da cédula de identidade nº 9016009004 SSP/RS e inscrita no CPF sob nº 316858570.53, residente em Porto Alegre - RS, na Rua Barão de Ubá, nº 176, apto. 306, Bairro Bela Vista, CEP 90.450-090, por seus procuradores signatários, vem respeitosamente perante V. Exa. ajuizar

Ação de Execução Alimentos, forte nos arts. 732 e seguintes do Código de Processo Civil

contra **WILSON EDISON ALANO**, brasileiro, empresário, e

03

inscrito no CPF sob nº 148220910.15, residente na Rua dos Andradas, 1758, nesta capital, CEP: 90.020-013, sob os fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS

1. A exequente manteve união estável com o ora Executado, pelo período de julho de 2001, até maio de 2012.

Durante todo o período da união estável a Exeqüente residiu no imóvel de propriedade do Exequente, como também devido a sua formação da área administrativa, passou a trabalhar na empresa deste; ao final da relação a Exequente foi obrigada a deixar a residência do casal, assim como foi compelida a afastar-se do cargo de Diretora de Relações Públicas, deixando de receber o *pro labore* mensal de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Em vista desta situação, a Exequente ingressou, em data de 18.09.2012, com Ação Declaratória de União Estável e Dissolução, Cumulada com Alimentos, Partilha de Bens, Alimentos Provisionais com Pedido de Antecipação de Tutela, a qual tramita perante esse MM. Juízo, sob nº 112022273-8.

Em audiência de conciliação, o ora Executado negou-se a qualquer composição financeira, foi apresentada contestação e juntados documentos.

Foi dada vista ao Ministério Público, para que o mesmo exarasse parecer acerca do pedido de fixação de alimentos provisionais, do qual manifestou-se às fls. 356/357 (doc. anexo) nos autos da Ação Declaratória de União Estável.

2. Por toda a documentação acostada aos autos, tanto da Autora como Réu, que não

04

negou o lapso de vida em comum, assim como reconheceu que a Exequente tinha "participação" na administração da empresa, entendeu o D. Promotor de Justiça, que tendo em vista os mais de 10 (dez) anos de vida em comum, a "participação" da Autora na administração da empresa, e o enorme prejuízo financeiro sofrido pelo abrupto afastamento da empresa com o fim da vida conjugalm, e ainda haver nos documentos juntados na Ação principal prova inequívoca de que o Executado possui suporte financeiro para prestar alimentos provisionais à Autora, opinou pelo deferimento dos alimentos provisórios na alçada de 08 (oito) salários mínimos mensais.

O parecer do *Parquet* foi integralmente acolhido pelo Juízo (doc. anexo), que em despacho a fl. 358, reconheceu a necessidade da Exequente, e ficou os alimentos provisionais no valor de 08 (oito) salários mínimos, piso nacional, a ser depositado em conta-corrente da Exequente até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

Ocorre que até a presente data, a despeito da decisão judicial, que condenou o Réu ao pagamento e depósito do valor correspondente aos 08 (oito) salários mínimos, nenhum valor foi depositado à Exquente, conforme demonstra o extrato bancário desta, que passa a integrar a presente Execução.

O Executado ignora a determinação judicial, eximindo-se de forma afrontosa ao Juízo, com único intuito de trazer prejuízo à Autora.

Conforme noticiado na Ação de Dissolução de União Estável, o Sr. Wilson Edison Alano, aufere *pro labore* de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais.

Assim como também é fato narrado na ação principal de que a empresa do Executado, quando solicitada a dar informações acerca do currículo da Exequente, nega que a mesma tenha exercido qualquer função na empresa do Réu.

05

É de uma clareza solar o prejuízo sofrido pela Exequente, que hoje, mesmo com mais de um MBA vive com auxílio da mãe e do filho, visto que há meses não consegue se recolocar no mercado e tampouco cumpre o Executado com a determinação judicial.

DO DIREITO

A jurisprudência e a doutrina fixaram posicionamento no sentido de que as prestações alimentícias devidas, devem ser executadas segundo os preceitos do artigo 732 do Código de Processo Civil.

Tal artigo traz em seu *caput*:

> "Art. 732. A execução de sentença, que condena ao pagamento de prestação alimentícia, far-se-á conforme o disposto no Capítulo IV deste Título."

O referido capítulo dispõe sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente, bem como sua forma de processamento nos artigos 652 e 653, ambos do CPC, conforme segue:

> Art. 652. O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida.
> § 1º Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
> § 2º O credor poderá, na inicial da execução, indicar bens a serem penhorados (art. 655).
> § 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento do exequente, determinar, a qualquer tempo, a intimação do executado para indicar bens passíveis de penhora.
> § 4º A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
> § 5º Se não localizar o executado para intimá-lo da penhora, o oficial certificará detalhadamente as diligências realizadas, caso em que o juiz poderá

dispensar a intimação ou determinará novas diligências.

Art. 653. O oficial de justiça, não encontrando o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
Parágrafo único. Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o devedor três vezes em dias distintos; não o encontrando, certificará o ocorrido.

A execução da totalidade da dívida se dará em peças separadas e devida desde a sua fixação. Nesse sentido, tem decidido o egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. TERMO INICIAL DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. VIGÊNCIA. 1. Cuidando-se de execução de alimentos provisórios, o valor é devido desde a intimação do alimentante e vige o valor até ser modificado por nova decisão judicial. 2. É irrelevante o dia em que o alimentante foi intimado, devendo pagar o valor integral até a data do vencimento e, quando há redução do quantum, o novo valor será devido no vencimento da prestação relativa ao mês em curso. 3. É manifestamente descabida a pretensão recursal quando pretende atacar matéria que foi alvo de julgamento em agravo de instrumento anteriormente interposto, cuidando-se de questão preclusa. Inteligência do art. 473 do CPC. Recurso não conhecido.
Agravo de Instrumento - Sétima Câmara Cível.
Nº: 70051524882
Comarca de Porto Alegre
A.A.K - Agravante
P.S.A. - Agravado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS.
Não demonstrada a impossibilidade absoluta do executado para arcar com os alimentos fixados, é de rigor a manutenção da decisão que determinou a sua intimação para pagar o débito sob pena de prisão.
NEGADO SEGUIMENTO EM MONOCRÁTICA.

LUCILA ABDALLAH NUNES
PAULO ADRIANO ABDALLAH

07

Agravo de Instrumento – Oitava Câmara Cível.
Nº: 7004917383.4
Comarca de Porto Alegre
M.A.P.A. – Agravante
C.G.A. – Agravado

Dessa feita, encontra-se fundamentado o pedido da exequente, sendo legítimo e urgente, sob pena de prejuízos irreparáveis à mesma.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

a) A citação do Executado para que, em 3 (três) dias, pague a quantia de R$ 10.848,00 (dez mil oitocentos e quarenta e oito reais, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, já devidamente atualizados, sob pena de proceder-se a penhora de seus bens, tantos quantos forem suficientes à satisfação da obrigação ou intimação para oferecimento de embargos, sem efeito suspensivo;

b) Em caso de não adimplemento, requer seja realizada penhora via sistema Bacen Jud dos recursos financeiros em nome do executado, ainda que provenientes do *pro labore*, ou na conta bancária da empresa Farmashop Farmácia Dermatológica Ltda, Rua dos Andradas, nº 1758, CNPJ nº 087.448.833/0001.06, conforme o artigo 655-A do Código de Processo Civil;

c) Inexitosa a penhora a que se refere o item anterior, indica-se desde já o seguinte bem: 01 (um) utilitário camionete Santa Fé, marca Hyundai, placas IWA 0342, ano 2009, modelo 2010.

d) seja determinada a inclusão do nome do Executado no SPC e Serasa, assim como no CADIM/RS, até o adimplemento da obrigação.

e) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, pelo fato de a Exequente estar desempregada, conforme pedido de AJG anexo.

LUCILA ABDALLAH NUNES
PAULO ADRIANO ABDALLAH

08

Valor da causa: R$ 10.848,00.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Porto Alegre, 21 de março de 2013.

Pp. _____
Lucila Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

9

13/03/2013

[redacted]

063 6

ME DA SILVA

[illegible]

SIMILES CONVENIENCIA

SALDO DEVEDOR ... R$ 3.448,49-

[illegible]

LIMITE DA CONTA

DISPONIVEL 51,51

ENCARGOS FINANCEIROS CHEQUE ESPECIAL

TAXA DE [illegible] % A.M.
TAXA DE [illegible] 179,72% A.A.
CET: 202,83% A.A.

[illegible] 13/03/2013
[illegible] R$ 3.280,00
UTILIZADO R$ 1.055,00
DISPONIVEL R$ 2.225,00

CONSULTE SEUS LIMITES DE CREDITO ACESSANDO
O MENU EXTRATOS EMPRESTIMOS CREDITOS

TARIFA ECONOMICA DE ISOL

ESPECIAL TARIF. 17.10
CHEQ. AUTOMATICO DESCONTO 0%

VALOR

[illegible] R$ NIE -

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Rio Grande do Sul

10

Consulta de 1º Grau
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul Imprimir

Processo Cível	**Número Themis:**	001/1.12.0222373-8	**Processo Principal:**
	Número CNJ:	0299065-05.2012.8.21.0001	**Processos Reunidos:**

PROCESSO DE CONHECIMENTO
Ação relativa à União Estável Segredo de Justiça: Sim Tramitação preferencial-Idoso: Não

Comarca:	Porto Alegre
Órgão Julgador:	5ª Vara de Familia e Sucessões : 1 / 1 (Foro Central)
Data da Propositura:	18/09/2012
Local dos Autos:	CONCLUSÃO AO JUIZ 02
Situação do Processo:	CONCLUSO
Volume(s):	1
Quantidade de folhas:	

Partes:

Nome:	**Designação:**
M.B.P.S.	AUTORA
Advogado:	**OAB:**
LUCILA BEATRIZ ABDALLAH NUNES	RS 28351
Nome:	**Designação:**
W.E.A.	RÉU
Advogado:	**OAB:**
JORGE ABDALA SEADI	RS 33495

Últimas Movimentações:

12/03/2013	CARGA ADVOGADO DO AUTOR - 28351/RS
15/03/2013	AUTOS COM PETIÇÃO RECEBIDOS NO PROTOCOLO GERAL
18/03/2013	AUTOS RETORNADOS AO CARTÓRIO
19/03/2013	JUNTADA PETIÇÃO
20/03/2013	CONCLUSÃO AO JUIZ

Ver Notas de Expediente
Ver Audiências
Ver Termos de Audiência
Ver Praças e Leilões
Ver Sentença
Ver Outras Informações
Ver Dados do 2º Grau
Ver Depósitos Judiciais 1º grau
Ver Alvarás Automatizados Expedidos

353

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

5ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre
Processo: 001/1.12.0222373-8
Autora: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edison Alano
Natureza: Ação Relativa à União Estável

MM. Juiz:

Trata-se de ação declaratória de reconhecimento de união estável e dissolução, cumulada com alimentos e partilha de bens.

No caso em apreço, resta afastada a legitimidade do Ministério Público para manifestação nos autos, pois ausente o interesse público que autorizaria a intervenção ministerial, seja pela natureza da lide ou pela qualidade das partes.

Com efeito, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (PGJ-RS), no exercício de suas atribuições legais, editou a Recomendação nº. 01/2010, dispondo sobre a otimização da intervenção do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul no Processo Civil, restringindo o limite de atuação, a saber:

"(...)

RESOLVE, resguardado o princípio da independência funcional, sem caráter vinculativo,
RECOMENDAR o seguinte:
Art. 1º. O Membro do Ministério, em matéria cível, intimado a se manifestar como órgão interveniente, perfeitamente identificado o objeto da demanda, ao verificar não se tratar

b) ação declaratória de união estável e respectiva partilha de bens em que não houver interesse de menores ou incapazes;

(...)."

Vale salientar que dita Recomendação fundamentou-se, dentre outros regramentos e circunstâncias, em relatório final da Comissão Especial, instituída no âmbito do Conselho Nacional do Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e da União, para racionalização da intervenção do Ministério Público no Processo Civil, aprovado na sessão de 29 de abril de 2010, bem como na recomendação aprovada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de que os Ministérios Públicos priorizem, por meio de ato regulamentar, a função de órgão agente em detrimento da função de órgão interveniente, sempre que o caso assim recomendar, sendo cabível tal exame ao membro que exercer a atividade-fim.

Outrossim, oportuno referir que a Lei 11.441/2007 promoveu alterações significativas e promissoras no Código de Processo Civil, a exemplo do artigos 982[2] e 1.124 – A e seu § 1º[3], viabilizando, entre maiores e capazes, a realização pela via administrativa (extrajudicial) de inventário, partilha, separação e divórcio consensuais, prescindindo tais hipóteses da obrigatoriedade de participação tanto do Judiciário quanto do Ministério Público, uma vez que ausente o interesse público.

12
354

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

Logo, e competindo exclusivamente ao Ministério Público a análise da pertinência quanto à sua participação nos processos judiciais, por força da autonomia constitucional (art. 127, §§ 1º e 2º, da CF[4]) e infraconstitucional (art. 26, VIII, da Lei 8.625/93[5]), com respaldo, também, na jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS)6, tem-se que inexiste interesse público que torne obrigatória e indispensável a intervenção ministerial nestes autos.

Isso posto, considerando o teor da aludida Recomendação, por não vislumbrar a necessidade de intervenção nestes autos, conquanto o caso em comento verse sobre declaração de união estável sem a presença de interesse de menores ou incapazes, declina o Ministério Público da intervenção.

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

Carmen Guilhembernard Kosachenco,
Promotora de Justiça substituta.

[4] Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa (...).
[5] Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

355

PODER JUDICIÁRIO - RS -

001/1.12.0222373-8 (CNJ:.0299065-05.2012.8.21.0001)

- Vistos.

- A despeito da manifestação da digna agente Ministerial que subscreveu a manifestação de fls. 353/354, não se olvidando, também, da unicicidade da instituição, considerando, entretanto, o que ficou deliberado na audiência realizada (fl. 259) no sentido de que o pedido de fixação de encargo alimentar seria apreciado "*com a resposta, sem réplica, ouvido apenas o MINISTÉRIO PÚBLICO*", onde se fazia presente o titular desta vara, até em consideração ao insigne agente, oportunizo sua manifestação diante do que restou consignado, ou, então, ratifique o indigitado parecer. Imediatamente após, voltem conclusos para ser decidida a questão.

- Intimem-se.

- Dil. Legais.

Em 13/12/2012

VISTA

FAÇO estes autos com vista a

356

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

5ª VARA FAMILIA E SUCESSOES DE PORTO ALEGRE
Processo: 00111202223738
Natureza: Ação de Reconhecimento de União Estável e Dissolução, cumulada com Alimentos, Partilha de Bens, Alimentos Provisionais com Pedido Antecipatório
Autora: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Requerido: Wilson Edison Alano
Parecer do Ministério Público

MM. Juiz de Direito:

A autora, já qualificada, ingressou com o presente pedido de de reconhecimento de união estável e dissolução, cumulada com alimentos, partilha de bens, alimentos provisionais com pedido antecipatório, contra o requerido, alegando que viveram em união estável, desde julho do ano de 2001 até o mês de maio de 2012. Disse que, desde o início da relação, trabalhou com o requerido, na empresa de propriedade dele, denominada Farmashop Farmácia de Manipulação, exercendo a função de diretora e relações públicas.

Alegou que, durante o período que perdurou a união estável, a autora recebia um valor mensal, a título de salário de cerca de R$ 6.000,00, mensais, que era computado na empresa como *pro labore* do requerido.

Afirmou que, no decorrer da união estável, o casal logrou abrir mais duas filiais da empresa, em Canoas/RS e São Leopoldo/RS., os quais foram fruto do trabalho da autora e do requerido.

Pediu, assim, além do reconhecimento e dissolução da união estável, a partilha dos bens e a fixação, em antecipação de tutela, de alimentos no valor de dez (10) salários mínimos, até a sua recolocação no mercado de trabalho, salientando estar desempregada e salientando que o requerido aufere ganhos mensais de cerca de R$ 30.000,00.

Com a inicial, juntou documentos.

Realizada audiência conciliatória (fl. 259, II Volume), não foi possível a composição do litígio.

Citado, o requerido contestou, em parte (fl. 260 e seguintes),

357

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

Em primeiro lugar, de se registrar que a união estável entre os conviventes é *incontroversa*, já que o próprio requerido, em contestação, confirmou a união, desde o ano de 2000 (fls. 261/262).

Vê-se, pois, que o casal viveu em união estável, por período relativamente longo (mais de dez anos).

Por outro lado, apesar do requerido ter alegado que, quando conheceu a autora, ela já desempenhava atividade empresarial própria (fl. 262, item 2), ele reconheceu a "participação" da companheira, ora autora, na administração da empresa, "em benefício do casal" (contestação, fl. 264).

Fica, pois, evidente que além do casal ter vivido em união estável por um expressivo período de tempo, a autora trabalhou e auxiliou o requerido na administração de seus negócios.

Agora, evidenciado que se encontra ela desempregada, caracterizada a situação de necessidade da ex-companheira, que não encontrou estabilização no mercado de trabalho e ainda está afastada da gestão de parte do patrimônio amealhado pelo casal, cabível a fixação de alimentos provisórios.

Destaca-se que, pelo documentação juntada aos autos, há prova de que o requerido possui condição de prestar alimentos à autora.

Opina, assim, o Ministério Público, por seu agente signatário, que sejam fixados alimentos provisórios à ora requerente, no patamar de oito (08) salários mínimos mensais.

PORTO ALEGRE, 18 de dezembro de 2012.

MARCELO LISCIO PEDROTTI,
PROMOTOR DE JUSTIÇA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

358

PODER JUDICIÁRIO - RS

001/1.12.0222373-8 (CNJ:.0299065-05.2012.8.21.0001)

- Vistos.
- Acolho integralmente o parecer retro do Ministério Público no sentido de fixar em favor da requerente encargo alimentar que pleiteia. Conquanto se trate de pessoa maior e capaz, depreende-se dos elementos que informam os autos, contudo, premente sua necessidade de obter do ex-companheiro, ao menos por ora, o auxílio buscado. A par da inconteste união estável havida, vez que admitida pelo próprio requerido (fl. 261 e 273), evidencia-se, por outro lado, que a requerente se encontra desempregada, com dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, o que nas circunstâncias é perfeitamente compreensível.
- Assim, dando parcial acolhimento ao pontual pedido formulado pela autora, fixo em seu favor **alimentos provisionais** no patamar de **oito salários mínimos**, piso nacional, importância que deverá ser paga pelo requerido até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta bancária daquela.
- Intimem-se. A autora, inclusive, para réplica.
- Dil. Legais.

Em 26/12/2012

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Defiro a AJG.

- Antes de mais nada, intime-se a exequente no prazo de cinco dias para regularizar sua representação processual.

- Dil. Legais.

Em 01/04/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÀRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 18

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **157/2013,** expedida em 03 de abril de 2013, foi disponibilizada na edição nº 5050 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 04/04/2013, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (sem representação nos autos). Vistos. Defiro a AJG. Antes de mais nada, intime-se a exequente no prazo de cinco dias para regularizar sua representação processual. Dil. Legais.

Porto Alegre, 04/04/13

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

certifico e dou fé que até a presente data não houve manifestação da exce-

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

19

- Vistos.
- Diante da inércia da exequente, arquive-se com baixa.
- Dil. Legais.

Em 22/04/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

LUCILA B. ABDALLAH NUNES
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÃO DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

Proc. 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos da ação de execução de alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora, vem perante V. Exa. requerer a juntada e processamento aos autos do anexo instrumento procuratório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 22 de abril de 2013.

Pp. Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

21/

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA, brasileira, divorciada, administradora, RG 9016009004, CPF 316858970-53, residente na Rua Barão de Ubá, nº 176, apto. 306, Bairro Bela Vista, CEP 90450-090.

OUTORGADA: LUCILA B. ABDALLAH NUNES, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob n.º 28.351, com escritório em Porto Alegre - RS, na Rua Marquês do Pombal, nº 783, conj. 201, em P. Alegre/RS.

PODERES: A Outorgante nomeia e constitui a Outorgada sua bastante procuradora, onde com esta se apresente, outorgando-lhe os necessários poderes gerais para o Foro (ad judicia), e mais os poderes especiais para ajuizar ação de execução de alimentos, podendo para tanto requerer, transigir, desistir, receber citação, retirar alvará, receber valores, reconvir, impugnar cálculos, concordar, ratificar, retificar, dar quitação, e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento do presente mandato.

P. Alegre, 22 de abril de 2013.

Margareth Boemeke.

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

22/
P

DECLARAÇÃO PARA CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Eu, **MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA,** declaro para todos os fins que não possuo condições de arcar com as custas e demais ônus do processo, sem prejuizo de meu sustento, nos termos da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

P. Alegre, 22 de abril de 2013.

Margareth Boemeke

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

23

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor devido.
- Cite-se o executado por precatória para pagamento do débito em 3 dias (art. 652 do CPC) ou para, querendo, apresentar embargos em 15 dias (art. 738 do CPC). No caso de integral pagamento no prazo supra referido, a verba honorária será reduzida pela metade. Não ocorrendo o adimplemento da dívida, deverá o Sr. Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação.
- Intimem-se.
- Dil. Legais.

Em 26/04/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

CERTIFICO E DOU FÉ que expedi mandado de citação.

Em 02 de maio de 2013

O Escrivão:

1584665

JUNTADA

Junto a estes autos cópia que segue.

Em 02 maio de 2013

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

24

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES
Rua Márcio Veras Vidor (antiga Rua Celeste Gobato), 10 - CEP: 90110160 Fone: 51-3210-6500

MANDADO DE CITAÇÃO – EXECUÇÃO - LEI 11.382/2006

Oficial de Justiça: Rejane Bauermann Silveira - Zona 220 - Foro Central

Processo nº:	001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza:	Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Valor da Ação:	R$ 10.848,00 AJG
Exequente:	Margareth Boemeke Pereira da Silva
	Adv: Lucila Beatriz Abdallah Nunes - RS/28351
	Adv: Paulo Adriano Rolim Abdalah - RS/32703
Executado:	Wílson Édison Alano

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda a **CITAÇÃO** do(a)(s) neste nominado(a)(s), por todo o conteúdo da petição inicial, cópia autenticada anexa, bem como do despacho transcrito, para que no **PRAZO DE TRÊS (03) DIAS**, efetue o pagamento do débito e demais cominações legais, ficando ciente(s) de que havendo o pagamento integral no prazo legal, a verba honorária arbitrada será reduzida pela metade. Poderá(ão) o(a)(s) executado(a)(s) oferecer **EMBARGOS** no prazo legal de **QUINZE (15) DIAS**, contados da juntada aos autos deste mandado devidamente cumprido.

DESPACHO: "Vistos.Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor devido.Cite-se o executado por precatória para pagamento do débito em 3 dias (art. 652 do CPC) ou para, querendo, apresentar embargos em 15 dias (art. 738 do CPC). No caso de integral pagamento no prazo supra referido, a verba honorária será reduzida pela metade. Não ocorrendo o adimplemento da dívida, deverá o Sr. Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação.Intimem-se. Dil. Legais. Em 26/04/2013. (a) Nilton Tavares da Silva, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):
Wílson Édison Alano, executado
End: Rua dos Andradas, 1758, Centro, Porto Alegre, RS, 90020-012
Fone: 00241689

CUMPRA-SE.

Porto Alegre, 02 de maio de 2013.

Oficial Ajudante que assina por ordem do Dr. Juiz de Direito

JUNTADA

Junto a estes autos o mandado que segue.

Em 23/05/2013

Processo nº001/1130072006-0

CERTIFICO e dou fé que desentranhei o mandado de nº 001/2013/1584665 e devolvi ao Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento, por hora certa, ou fora do expediente forense, conforme determinação de fl. 29 destes autos.
Porto Alegre, 11 de junho de 2013.
O Escrivão:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 26

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **284/2013,** expedida em 24 de maio de 2013, foi disponibilizada na edição nº 5086 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 27/05/2013, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (sem representação nos autos). Diga a exequente sobre certidão do oficial fl. 25 verso, (executado não localizado).

Porto Alegre, 27/5/2013.

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

28.05.13

CERTIDÃO DE CARGA PARA ADVOGADOS

N.º . Certifico que em os presentes autos foram confiados em carga ao procurador do 2835, inscrito na OAB-RS nº . Certifico mais que nesta data foram restituídos a Cartório.

( ) com petição ( ) sem petição ( ) através de cobrança

Porto Alegre, . O Escrivão.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc. 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da Execução de Alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

Em vista do conteúdo da certidão do sr. oficial de justiça, às fls. 25 verso, na qual se verifica que o executado está se ocultando, objetivando impedir a citação, impõe-se requerer ao MM. Juizo seja determinado a citação por oficial de justiça, **por hora certa**, nos termos do que dispõem os artigos 227 e 228, §1º e 2º do Código de Processo Civil.

Considerando que os artigos acima citados preveem a citação no **domicílio ou na residência**, requer a citação por hora certa no domicílio do Réu, no mesmo endereço constante no mandado de fls. 25.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a determinar a expedição de mandado de citação, a ser cumprido por oficial de justiça, **por hora certa**, nos termos do que dispõem os artigos 227 e 228, §1º e 2º do Código de Processo Civil, no mesmo endereço constante do mandado de fls. 25 dos autos.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

28

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 3 de junho de 2013.

Pp. Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

29

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Desentranhe-se o mandado de fl. 25, encaminhando-se-o ao oficial, autorizando o cumprimento fora do horário do expediente forense e, inclusive, por hora certa acaso preenchidos os requisitos do art. 228 e § 1º do CPC.
- Dil. Legais.

Em 07/06/2013

Ketlin Carla Pasa Casagrande,
Juíza de Direito.

CERTIFICO e DOU FÉ que cumpri o determinado no despacho supra.

Em 11 de 06 de 200 13

O Escrivão

JUNTADA

Anexo a estes autos o mandado que segue.

Em 27 de 06 de 2013

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES
Rua Márcio Veras Vidor (antiga Rua Celeste Gobato), 10 - CEP: 90110160 Fone: 51-3210-6500

MANDADO DE CITAÇÃO – EXECUÇÃO - LEI 11.382/2006

Oficial de Justiça: Rejane Bauermann Silveira - Zona 220 - Foro Central

Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Valor da Ação: R$ 10.848,00 AJG
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Adv: Lucila Beatriz Abdallah Nunes - RS/28351
Adv: Paulo Adriano Rolim Abdalah - RS/32703
Executado: Wilson Édison Alano

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda a **CITAÇÃO** do(a)(s) neste nominado(a)(s), por todo o conteúdo da petição inicial, cópia autenticada anexa, bem como do despacho transcrito, para que no **PRAZO DE TRÊS (03) DIAS**, efetue o pagamento do débito e demais cominações legais, ficando ciente(s) de que havendo o pagamento integral no prazo legal, a verba honorária arbitrada será reduzida pela metade. Poderá(ão) o(a)(s) executado(a)(s) oferecer **EMBARGOS** no prazo legal de **QUINZE (15) DIAS**, contados da juntada aos autos deste mandado devidamente cumprido.
DESPACHO: "Vistos.Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor devido.Cite-se o executado por precatória para pagamento do débito em 3 dias (art. 652 do CPC) ou para, querendo, apresentar embargos em 15 dias (art. 738 do CPC). No caso de integral pagamento no prazo supra referido, a verba honorária será reduzida pela metade. Não ocorrendo o adimplemento da dívida, deverá o Sr. Oficial de Justiça realizar a penhora e avaliação.Intimem-se. Dil. Legais. Em 26/04/2013. (a) Nilton Tavares da Silva, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):
001/2013/1584665
Wilson Édison Alano, executado
End: Rua dos Andradas, 1758, Centro, Porto Alegre, RS, 90020-012
Fone: 00241689
(X) CP ( ) CN ( ) PC ( ) NC

CUMPRA-SE.

Porto Alegre, 02 de maio de 2013.

Oficial Ajudante que assina por ordem do Dr. Juiz de Direito

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, me dirigi a rua dos Andradas, 1758, e, no endereço fornecido, na Farmacia Dermatologica Farmashop, não foi possivel realizar a citação do executado Wilson Edison Alano, pois não localizei o executado, sendo que, no dia 07/05, as 10 hs, fui informada que o mesmo só chegaria depois das 11 hs; no dia 09/05 as 11:30, fui informada que o mesmo não havia chegado, sendo que, a funcionaria também alegou que o Sr. Wilson não tem horario certo para comparecer no local; retornei no local no dia 16/05 às 15 hs, e fui informada que Wilson estaria na filial da farmacia, na cidade de Pelotas; assim sendo, por se tratar de endereço comercial, não foi possivel usar das prerogativas do art 172 §2º CPC; portanto, deverá ser informado o endereço residencial do executado, para o cumprimento da medida. Devolvo ao cartorio. Do que, Dou fé. Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

Rejane B. Silveira
Of. de Justiça

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

31 29

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Desentranhe-se o mandado de fl. 25, encaminhando-se-o ao oficial, autorizando o cumprimento fora do horário do expediente forense e, inclusive, por hora certa acaso preenchidos os requisitos do art. 228 e § 1º do CPC.
- Dil. Legais.

Em 07/06/2013

Ketlin Carla Pasa Casagrande,
Juíza de Direito.

CERTIFICO QUE, EM CUMPRIMENTO AO PRESENTE MANDADO, ME DIRIGI AO ENDEREÇO FORNECIDO E PROCEDI A Citação, DE Wilson Edison Alano, DE TODO O CONTEÚDO DO MANDADO, QUE LHE LI E ENTREGUEI A CONTRAFÉ, QUE ACEITOU, APONDO A NOTA DE CIENTE. DO QUE, DOU FÉ.

Paulo Adriano R. Abdalah
OAB/RS 32.703

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA MMª 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÃO DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

Processo nº. 1.1.13.0072006.0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, já qualificada nos autos da Ação de Execução de Sentença que move contra **WILSON EDISON ALANO,** vem, por seu procurador signatário, respeitosamente, a presença de V. Exa. dizer e requerer o que segue:

A Autora tomou conhecimento do cumprimento do mandado de citação, bem como da fluência do prazo de pagamento sem manifestação do Réu, prazo este que expirou em 12 de junho do corrente ano.

Desta forma vem requerer ao MM Juízo a determinação de bloqueio em conta corrente do Réu, via BACEN Jud., tendo em vista o deferimento de alimentos desde fevereiro do corrente ano, fixados em 8 (oito) salários mínimos e assim mantidos na sentença, impagos até a presente data.

O total devido é de 32.544,00 (trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), a serem penhorados na conta do Réu, desde já postula a Autora que inexitosa a penhora em conta bancária pessoa física deste, requer

Paulo Adriano R. Abdalah
OAB/RS 32.703

33

ISTO POSTO, requer o recebimento da presente petição, a fim de que seja determinada a penhora do valor de 32.5444,00 (trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais) referente à verba alimentícia determinada em sentença, correspondente a 8 (oito) salários mínimos, via BACEN-JUD na conta bancária do Executado.

REQUER, ainda, inexitosa a penhora BACEN-JUD na conta pessoa física do Réu, que esta seja direcionada para a conta da empresa FarmaShop, onde o mesmo é sócio majoritário e recebe pró-labore mensal.

Termos em que;
Pede deferimento.
P. Alegre, 19 de julho de 13.

P.p._____
Paulo Adriano R. Abdalah
OAB/RS 32.703

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

34

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Por ora, aguarde-se a fluência do prazo para eventual apresentação de embargos.
- Dil. Legais.

Em 09/08/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

CERTIFICO e DOU FÉ que decorreu o prazo do executado e o mesmo não apresentou embargos.
Em 15 de 08 de 2013
O Escrivão:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS
35

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Conforme postulado no petitório de fls. 32/33, comandei, nesta data, penhora através do sistema BACENJUD (CPF: 148.220.910-15, Cálculo fl. 33).
- Dil. Legais.

Em 20/08/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

36

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

ejuag.ntsilva19
terça-feira,
27/08/2013

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20130002530492
Data/Horário de protocolamento:	27/08/2013 16h23
Número do Processo:	11300720060
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO RS
Vara/Juízo:	23450 - 5ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de Porto Alegre
Juiz Solicitante do Bloqueio:	NILTON TAVARES DA SILVA
Tipo/Natureza da Ação:	Execução de Alimentos
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Margareth Boemeke Pereira da Silva

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
148.220.910-15 :WILSON EDISON ALANO	32.544,00	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a relação de minutas para protocolamento

37

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

ejuag.ntsilva19
sexta-feira, 30/08/2013

Minutas | Protocolamento | Ordens judiciais | Não Respostas | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20130002530492
Número do Processo:	11300720060
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA DO RS
Vara/Juízo:	23450 - 5ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de Porto Alegre
Juiz Solicitante do Bloqueio:	NILTON TAVARES DA SILVA
Tipo/Natureza da Ação:	Execução de Alimentos
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Margareth Boemeke Pereira da Silva

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

148.220.910-15 - WILSON EDISON ALANO
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$1.305,10] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRASIL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
27/08/2013 16:23	Bloq. Valor	NILTON TAVARES DA SILVA	32.544,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 1.305,10	1.305,10	28/08/2013 05:37
30/08/2013 12:04:02	Transf. Valor e Desb. Remanescente ID:072013000009076696 Instituição:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Agência:0621 Tipo crêd. jud:Geral	NILTON TAVARES DA SILVA	1.305,10	Não enviada	-	-

BCO BRADESCO / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

					Remanescente (R$)	
27/08/2013 16:23	Bloq. Valor	NILTON TAVARES DA SILVA	32.544,00	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	27/08/2013 20:13

BCO SANTANDER / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
27/08/2013 16:23	Bloq. Valor	NILTON TAVARES DA SILVA	32.544,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	28/08/2013 06:27

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
27/08/2013 16:23	Bloq. Valor	NILTON TAVARES DA SILVA	32.544,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	28/08/2013 04:57

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Juiz Solicitante das Últimas Ações Selecionadas:	NILTON TAVARES DA SILVA

Voltar para a tela inicial do sistema

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - SRS - 38

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Manifeste-se a exequente sobre o prosseguimento do feito, em especial para que indique bens do devedor passíveis de constrição, no prazo de dez dias, vez que a penhora no BacenJud resultou insuficiente.
- No eventual silêncio, expeça-se alvará eletrônico automatizado em favor da credroa e proceda-se a baixa e arquivamento do processo.
- Intimem-se.
- Dil. Legais.

Em 30/08/2013

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - STE - 39

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **533/2013,** expedida em 17 de setembro de 2013, foi disponibilizada na edição nº 5166 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 18/09/2013, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (sem representação nos autos). Vistos. Manifeste-se a exequente sobre o prosseguimento do feito, em especial para que indique bens do devedor passíveis de constrição, no prazo de dez dias, vez que a penhora no BacenJud resultou insuficiente. No eventual silêncio, expeça-se alvará eletrônico automatizado em favor da credroa e proceda-se a baixa e arquivamento do processo. Intimem-se. Dil. Legais.

Porto Alegre, 17/09/2013

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

40
e

PAULO AFONSO BISOL
ADVOGADO
OAB/RS 34.179

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO CENTRAL DE PORTO ALEGRE, RS.

PROCESSO Nº 001/11300720060

URGENTE

WILSON EDISON ALANO, brasileiro, separado, judicialmente, farmacêutico, cvic nº 148220910-15, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva nº 190, apto 301, Novo Hamburgo, RS, por seu procurador firmatário (instrumento de procuração acostado) vem à presença de V.Exa., respeitosamente, **DIZER E REQUERER:**

Adv.
Cargo

No processo referenciado foi realizada a PENHORA ON LINE pelo sistema BACEN-JUD, COM DATA DE 27.08.2013, NO VALOR DE R$ 1.305,10 (UM MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS) em conta que o REQUERENTE mantém no BANCO DO BRASIL, ag. 031348, conta nº 00.026.358-3, conforme se pode observar do documento em anexo.

Ocorre que tal conta se destina EXCLUSIVAMENTE para o

41
e

Desta forma, por ser ABSOLUTAMENTE IMPENHORÁVEL nos termos do artigo 647 do CPC e demais legislação conexa, assim como, da ampla e pacífica jurisprudência que se deixa de transcrever para evitar tautologia inútil, REQUER, respeitosamente, determine esse juiz o imediato cancelamento da ordem, liberando-se A TOTALIDADE DOS valores eventualmente já expropriados.

E.deferimento.

Porto Alegre 10 DE SETEMBRO de 2013

Pp Paulo Afonso Bisol
OAB/RS 34.179

42

Para esclarecer dúvidas sobre seu pagamento, procure imediatamente sua unidade pagadora.

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS - FOLHA NORMAL

MINISTERIO DA SAUDE

SIGLA DA UPAG	UF	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	SIGLA DA UORG	UF
UPAG/RS	RS	EST	APOSENTADO	APOSENT/RS	RS

NOME DO SERVIDOR	MAT. SIAPE	IDENT. ÚNICA
WILSON EDISON ALANO	565950	5659507

CARGO/EMPREGO	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍVEL	FUNÇÃO
FARMACEUTICO	S	III	*** **** **

DEP. S.F.	DEP. IR	A.T.S.(%)	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS/ANO PAGAMENTO
01	01	20	14622091015	001	031348	0000000263583	JUL 2013

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE APOSENTADORIA

FUNDAMENTO LEGAL	GRUPO	CARGO	CLASSE	REF/PAD/NIV
**********	***	***	*	***

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
RENDIMENTOS	PROVENTO BASICO		3.383,00
	ANUENIO-ART.244,LEI 8112/90 AP		676,60
	VPNI ART.10 L.10483/02		114,48
	GDPST - LEI 11.784/2008 AP		1.975,00
DESCONTOS	SINDISPREV RS- MENSALIDADE		61,49
	PENSAO ALIMENTICIA		2.736,34
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		218,90

BASE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
0,00	0,00	6.149,08	3.016,73
BASE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO

BANCO DO BRASIL

43

3134-8 PRACA VINTE

Agência - 3134-8 PRACA VINTE
Brasilia ,28 DE AGOSTO DE 2013

COMUNICAÇÃO DE BLOQUEIO JUDICIAL EM CONTA

Ilmo.(a) Sr.(a)

WILSON EDISON ALANO
RUA DOS ANDRADAS 1758
CENTRO

Prezado (a) Senhor (a)

No intuito de alertá-lo(a), especialmente quanto aos efeitos em sua movimentação financeira e débitos programados eventualmente existentes, comunicamos a Vossa Senhoria que, em cumprimento de **expressa determinação contida na Ordem Judicial nº** 20130002530492 , em 27-08-2013 , foi efetivado o bloqueio em sua conta de nº 00.026.358-3 , mantida nesta agência, da importância de R$ 1.305,10 , que se encontra à disposição daquele juízo.

2. Dados da ordem:

Processo Judicial	:	11300720060
Valor da ordem	:	32.544,00
Juiz (a)	:	NILTON TAVARES DA SILVA
Vara / Juízo	:	5a Vara de Familia e SucessOes do Foro C
Tribunal	:	TRIB DE JUSTICA DO RS
Comarca	:	Porto Alegre
UF	:	RS
Justiça	:	ESTADUAL
Endereço	:	**********
Telefone	:	**********
E-mail	:	**********
Protocolamento	:	27-08-2013

Cordialmente,

Banco do Brasil S.A.

44
e

Paulo Adriano R. Abdalah OAB/RS 32.703

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA MMª 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÃO DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

Processo nº. 1.1.13.0072006.0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, já qualificada nos autos da Ação de Execução de Sentença que move contra **WILSON EDISON ALANO,** vem, por seu procurador signatário, respeitosamente, a presença de V. Exa. dizer e requerer o que segue:

A Autora tomou conhecimento do NE expedida, em que o bloqueio BacenJud resultou em valor muito abaixo daquele devido pelo réu, contudo, requer a liberação, através de alvará, do valor bloqueado em favor da Executante.

A Executante, teve deferido o liminarmente os alimentos provisórios em 08 (oito) salários mínimos, entretanto, até a presente data jamais recebeu qualquer valor a este título, situação que a cada mês se agrava, visto que a mesma dedicou 10 anos de sua vida laboral à empresa do réu, o final da relação fulminou também a relação laboral existente, deixando a executante em

41
2

prejuízo à Autora, visto que tem conhecimento de sua situação laboral, atualmente importa em R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reias).

A farta documentação trazida aos autos na ação de dissolução conjugal demonstra que o réu efetua gastos na ordem de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, como efetivamente se constata das faturas de cartões de crédito ali acostadas.

Desta forma, tendo em vista a cópia do contrato social trazido aos autos dão conta que o réu é sócio-proprietário da Farmácia Dermatológica Ltda., cujo nome fantasia é Farmashop, assim, sendo o réu sócio-proprietário com 99,00% das ações da empresa, vem, a autora postular seja determinado expedição de ofício BACEN-JUD nas contas bancárias da empresa FARMÁCIA DERMATOLÓGICA LTDA, CNPJ: 87.448.833/0001.06; NIRE: 43.200.657.874; ou ainda nas filias, conforme documento em anexo CNPJ: 87.448.833/002.89 – filial na cidade de Novo Hamburgo; CNPJ: 87.448.833/0003.60 – filial em Porto Alegre; CNPJ: 87.448.833/0004.40 – filial na cidade de Caxias do Sul; CNPJ: 87.448.833/007.93 – filial na cidade de Canoas; CNPJ: 87.448.833/00010.99 – filial na cidade de Campo Bom, tendo em vista que todas estas filiais formam grupo econômico pertencente ao réu, não sendo crível que este possua não possua movimentação bancária de acordo com a padrão de vida demonstrado nos autos.

A autora tomou conhecimento de que o réu efetuou a quitação do contrato de arrendamento da camionete Hyundai Santa Fé V6, arrendada junto ao BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, assim postula a expedição de ofício ao DETRAN RS para que informe em nome quem encontra-se registrada o veículo SANTA FÉ V6 – HYUNDAI, PLACAS IWA 0342, RENAVAM 158160479, haja vista que a sentença que reconheceu a união conjugal determinou a partilha de 50% do valor já quitado, razão pela qual impõe-se a expedição de ofício ao DETRANRS para que preste as informações solicitadas.

A autora laborou na empresa do Réu por 10 anos, assim tem conhecimento de que grande parte das operações de pagamento nas farmácias são efetuadas via cartões de débito e crédito, em vista disso vem postular a expedição de ofício para bloqueio de valores junto as empresas BANRICOMPRAS, VISANET,

determinado desconto na ordem de 30% do salário do réu a fim de que seja cumprido, ainda que parcialmente, o determinado em sentença.

ISTO POSTO, requer o recebimento da presente petição, a fim de que seja determinada a penhora do valor de 48.0000,00 (quarenta e oito mil reais) referente à verba alimentícia determinada em sentença, correspondente a 8 (oito) salários mínimos, via BACEN-JUD nas contas bancárias da empresa Farmácia Dermatológica Ltda, de propriedade do Executado, nos CNPJ's informados acima.

REQUER, ainda, a penhora de numerários da empresa Farmácia Dermatológica Ltda., junto as operadoras de cartões BANRICOMPRAS, VISA e CREDICARD, onde são efetuados os pagamentos das compras efetuadas nas farmácias do réu.

REQUER, expedição de ofício ao DETRANRS para que informe em nome de quem está registrada a camionete SANTA FÉ V6 - HYUNDAI, PLACAS IWA 0342, RENAVAM 158160479, cuja a partilha em 50% foi determinada na sentença.

REQUER, seja oficiado o Ministério da Saúde para que seja determinado desconto de 30% sobre a pensão recebida pelo réu, ainda que não atinja a totalidade do valor determinado, até seja cumprida a integralidade da obrigação.

REQUER a liberação, por alvará, dos valores bloqueados via Bacen-Jud na conta do executado.

Termos em que;
Pede deferimento.
P. Alegre, 08 de outubro de 2013.

P.p. _____
Paulo Adriano R. Abdalah

463 47 1

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

5ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre
Processo: 001/1.12.0222373-8
Autora: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edison Alano
Natureza: Ação Relativa à União Estável
Parecer do Ministério Público

MM. Juiz:

Trata-se de ação declaratória para reconhecimento e dissolução de união estável, cumulada com alimentos e partilha de bens, ajuizada por **Margareth Boemeke Pereira da Silva** contra **Wilson Edison Alano,** ambos maiores e capazes.

A autora aduziu, na inicial, que viveu em união estável com o requerido desde julho do ano de 2001 até o mês de maio de 2012. Disse que, desde o início da relação, trabalhou com o requerido, na empresa de propriedade dele, denominada *Farmashop Farmácia de Manipulação*, exercendo a função de diretora e relações públicas. Alegou que, durante o período que perdurou a união estável, a autora recebia um valor mensal, a título de salário de cerca de R$ 6.000,00, mensais, que era computado na empresa como *pro labore* do requerido. Afirmou que, no decorrer da união estável, o casal logrou abrir mais duas filiais da empresa, em Canoas/RS e São Leopoldo/RS, os quais foram fruto do trabalho da autora e do requerido. Requereu, assim, além do reconhecimento e dissolução da união estável, a partilha dos bens e a fixação, em antecipação de tutela, de alimentos no valor de dez (10)

48
464 v

Realizada audiência conciliatória (fl. 259), não foi possível a composição do litígio.

Citado, o requerido contestou, em parte, os pedidos (fl. 260 e seguintes). Alega que a autora já desempenha atividade profissional mesmo antes do relacionamento do casal, podendo prover seu sustento a partir da administração de sua própria empresa. Alega que a empresa do réu está em crise e a caminho da falência. Juntou documentos, fls. 274/352.

Manifestação Ministerial às fls. 356/357.

Fixados alimentos provisórios no patamar de oito salários mínimos.

Réplica às fls. 361/366.

Realizada audiência à fl. 376, a conciliação resultou inexitosa.

Manifestação do requerido, fls. 377/380 e documentos juntados, fls. 381/451, os quais foram impugnados pela autora, fls. 453/455.

Encerrada a instrução do feito, fl. 456, apenas o réu apresentou memoriais, fls. 458/462.

Vieram os autos com vista.

É o relato.

Analisa-se.

O feito encontra-se apto julgamento, uma vez que implementadas as formalidades legais atinentes à espécie.

apontado na inicial, permanecendo o litígio em torno da partilha dos bens e dos alimentos pretendidos pela autora.

No caso dos autos, a obrigação alimentar decorre do dever de mútua assistência oriunda do casamento, havendo a possibilidade de um dos cônjuges exigir do outro prestação alimentar, bastando, para tanto, a comprovação da ocorrência do binômio "*necessidade-possibilidade*". Afinal, a origem do direito aos alimentos repousa no princípio da solidariedade e da dignidade humana, obrigando-se determinadas pessoas, conforme previsão legal, a alcançar a outros recursos que lhe garantam uma existência digna.

Salienta-se que a fixação de alimentos entre ex-cônjuges deve ser avaliada com critérios e cautelas, principalmente porque baseada em relação jurídica já extinta, devendo a alimentada, portanto, apresentar prova contundente da necessidade de receber respectivo auxílio alimentar.

Nesse sentido, ficou evidenciado que, além do casal ter vivido em união estável por um expressivo período de tempo (mais de dez anos), *a autora trabalhou e auxiliou o requerido na administração de seus negócios*.

E, neste tópico, a prova apontou que a autora encontra-se desempregada, ficando *caracterizada sua situação de necessidade*, tendo em vista que ela não encontrou estabilização no mercado de trabalho e ainda está afastada da gestão de parte do patrimônio amealhado pelo casal, impondo-se ao varão que a auxilie neste quesito, todavia dentro de suas possibilidades financeiras,

afirmando a autora que ele aufere ganhos mensais de cerca de R$ 30.000,00, enquanto o réu alegou que recebe modesta aposentadoria e retira pró-labore mensal de, no máximo, cerca de R$ 3.000,00.

Entretanto, o conteúdo dos autos apontou para o fato de que o réu é *empresário no ramo farmacêutico*, com diversas filiais pelo estado, inclusive, atividade que certamente lhe permite desfrutar de bom padrão de vida, tendo em vista que apresenta sinais exteriores de riqueza, observados a partir das vultosas movimentações em seus cartões de crédito (fls. 56/127), da utilização de uma caminhonete Hyundai Santa Fé (fl. 228), importada, e de viagens realizadas com a ex-companheira (fls. 19/34 e 42).

Assim, diante de toda a prova contida no processo, em que pese certa *nebulosidade* acerca dos ganhos reais do demandado, certo é que ele possui condição econômica superior à alegada, até porque, se ele alcançava à requerente pró-labore em torno de R$ 6.000,00, mensais, como constatado, evidente que ele retirava e certamente retira valores superiores para o seu sustento.

E, se por um lado ficou caracterizada a situação de necessidade da autora e a possibilidade financeira do réu, imperativa a imposição de um *termo final na obrigação alimentar*, considerando-se que a requerente é pessoa com *plena capacidade* e possui *formação profissional*.

Assim, no tocante aos alimentos pleiteados, considera-se razoável a manutenção dos alimentos no patamar de **oito (08) salários mínimos**, tornando definitivos os valores fixados

porquanto se presume tenham sido adquiridos com o esforço comum, nos termos do art. 1.725 do Código Civil.

A autora requereu a meação de uma caminhonete adquirida em 2009, bem como das quotas sociais e lucros das filiais de Canoas e São Leopoldo, além de eventuais valores em conta corrente e poupança.

Observa-se que o automóvel realmente foi adquirido durante a união, todavia mediante financiamento (fl. 228), assim, a requerente faz jus somente à meação das parcelas quitadas durante a união[1].

Quanto à divisão das lojas, verifica-se não haver óbice por parte do requerido, conforme exposto na contestação (fl. 270, item 24), podendo ser objeto de partilha na proporção de 50%, assim como eventual numerário existente em conta bancária do réu, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença.

Pelo exposto, o Ministério Público opina pela *procedência parcial* dos pedidos contidos na inicial, declarando-se a existência e dissolução de união estável entre **Margareth Boemeke Pereira da Silva** e **Wilson Edison Alano**, no período de julho de 2001 até maio de 2012; partilhando-se os bens nos termos expostos; e fixando-

[1] **Ementa:** APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA. ALIMENTOS. 1. Aplica-se à união estável o regime de comunhão parcial de bens, devendo ser partilhados, na proporção de 50%, os bens adquiridos durante a união, porquanto se presume tenham sido adquiridos com o esforço comum, nos termos do art. 1.725 do Código Civil. 2. Inegável que as dívidas contraídas durante a união estável, teve por origem fato que aproveitou ao casal, obrigam os dois, cabível, pois, a partilha. 3. **Quanto ao automóvel**

se alimentos definitivos à autora, no equivalente a oito (08) salários mínimos até que seja ultimada a partilha dos bens.

Porto Alegre, 25 de abril de 2013.

Marcelo Liscio Pedrotti,
Promotor de Justiça

22ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

Farmácia Dermatológica Ltda. - EPP

CNPJ: 87.448.833/0001-06
Nire: 43.200.657.874

Wilson Edison Alano, brasileiro, separado judicialmente, farmacêutico bioquímico, CPF: 148.220.910-15, Carteira de Identidade RG nº 7004441213 SJS/RS e CRF 101300 – RS, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, 190 apartamento 301, Bairro Centro, CEP 93510-270, Novo Hamburgo - RS e

Andréa Machado Alano Borges, brasileira, casada, veterinária, CPF: 882.589.200-49 Carteira de Identidade RG nº 2012584641 SJS/RS, residente e domiciliada na Rua Quintino Bocaiúva, 190 apartamento 301, Bairro Centro, CEP 93510-270, Novo Hamburgo - RS;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária, sob a forma de sociedade limitada, que gira sob a denominação social de **FARMÁCIA DERMATOLOGICA LTDA.-EPP**, com o nome de fantasia de **FARMASHOP**, CNPJ nº **87.448.833/0001-06**, com sede na Rua Florêncio Ygartua, nº 164, Loja 02, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90430-010, em Porto Alegre, RS, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o **Nire 43.200.657.874** em 05/10/1972 e posteriores alterações, resolvem de comum acordo, proceder no mencionado contrato social e posteriores alterações contratuais, as seguintes modificações:

I – Administração da sociedade

A administração da sociedade caberá ao sócio **Wilson Edison Alano**, isoladamente, com os poderes e atribuições de administrador autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Os sócios resolvem consolidar o contrato social da sociedade, o qual passa a ser regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSODOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Farmácia Dermatológica Ltda. - EPP

Cláusula Primeira - A sociedade empresária, sob a forma de sociedade limitada, gira sob a denominação de **Farmácia Dermatológica Ltda. -EPP**, com o nome de fantasia de **FARMASHOP**, com sede e foro jurídico na Rua Florêncio Ygartua, nº 164, Loja 02, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90430-010, CNPJ 87.448.833/00041-06, NIRE 43.200.657.874, podendo, por deliberação dos sócios representado a maioria do capital social, instalar ou extinguirem filiais, em qualquer localidade do território nacional; obedecidas ás disposições legais vigentes.

Cláusula Segunda - A sociedade possui as seguintes filiais:
(1) Nire 43.901.046.731, Avenida David Canabarro, nº 94 Loja 02, Novo Hamburgo, RS, CEP 93510-020, CNPJ: 87.448.833/0002-89;
(2) Nire 43.900.219.349, Rua dos Andradas, nº 1758, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90020-012, CNPJ 87.448.833/0003-60;
(3) Nire 43.900.848.133 Rua Pinheiro Machado, nº 2257, Loja 1B, Centro, Caxias do Sul, RS, CEP 95020-172 , CNPJ 87.448.833/0004-40;
(4) Nire 43.900.981.721, Av. Presidente Franklin Roosevelt , nº 603, Centro, São Leopoldo, RS, CEP 93010-060, CNPJ 87.448.833/0007-93;
(5) Nire 43.901.102.534, Rua XV de Janeiro, nº 193, loja 102, Canoas, RS, CEP 92010-300
(6) Nire 43.901.236.689, Avenida Diário de Notícias, nº 300, Loja 2131, Bairro Cristal, CEP 90810-080, Porto Alegre, RS, CNPJ: 87.448.833/0008-74.
(7) Rua Senhor dos Passos, nº. 235, loja 01, Centro, CEP 90020-903 Porto Alegre-RS.

Cláusula Terceira - A sociedade tem por objetivo social a exploração de farmácia.

Cláusula Quarta - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais); dividido em 55.000 (cinqüenta e cinco mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios e assim distribuído:

Sócios	Nº. Quotas	Valor Nominal	% Participação
Wilson Edison Alano	54.450,00	R$ 54.450,00	99,00%
Andréa Machado Alano Borges	550,00	R$ 550,00	1,00%
Total	**55.000,00**	**R$ 55.000,00**	**100,00%**

Cláusula Sétima - A administração da sociedade e o uso comercial ficarão a cargo do sócio **Wilson Edison Alano**, que assinará separadamente, somente em negócios de exclusivo interesse da sociedade, com todos os poderes necessários para representar a sociedade em juízo e/ou fora dele, ativa ou passiva, perante quaisquer terceiros, podendo inclusive nomear e constituir procuradores.

Parágrafo Primeiro - É expressamente proibido e serão nulos, quaisquer atos praticados pela sócia administradora, procuradores ou funcionários que sejam estranhos ao objeto social ou aos negócios da sociedade tais como: avais, fianças e endossos e outras garantias em favor de terceiros, bem como a alienação de bens imóveis da sociedade, exceto autorizado pelo outro sócio.

Parágrafo Segundo - o sócio administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1ª, do Código Civil (Lei 10.406/2002).

Cláusula Oitava – O sócio administrador perceberá, mensalmente, a título de pró-labore, a importância designada pelos sócios que representem a maioria do capital social.

Cláusula Nona - Anualmente, em 31 de dezembro, serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis e financeiras exigidas por lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, as perdas ou lucros apurados, entretanto, a sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos. No caso de distribuição de lucros o rateio poderá ser acordado entre os sócios na proporção que não necessariamente corresponda ás suas participações no capital social.

Parágrafo único. Os sócios tomarão as cotas da administração e deliberação sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, uma vez a cada ano, dentro dos quatro meses que se seguirem ao encerramento do exercício social.

Cláusula Décima - As deliberações sociais serão aprovadas por maioria absoluta de votos,quando a legislação não exigir unanimidade, dispensando-se a reunião quando sócios decidirem por escrito , sobre a matéria objeto de deliberação . No entanto , quando houver convocação para reuniões dispenasam-se as formalidades previstas no § 3° do art. 1.152 do Código Civil , podendo ser por fax ou e-mail, devendo os sócios declarar por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Cláusula Décima Primeira - Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

Cláusula Décima Segunda - Falecendo ou interditado qualquer dos sócios, a sociedade continuará sua atividade, com os herdeiros, sucessores ou o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, em partes promocionais aos seus respectivos capitais, em vinte e quatro prestações mensais, iguais e sucessivas.

56
277

Cláusula Décima Terceira - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas á venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Décima Quarta - A modificação do contrato social ou a extinção da sociedade dependem da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

Cláusula Décima Quinta - No caso de dissolução da sociedade, efetuado a liquidação do ativo e pago o passivo, o saldo remanescente será distribuído entre os sócios nas proporções de suas participações no capital social e pago na forma aprovada pelos sócios.

Cláusula Décima Sexta - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei n° 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

E por estarem assim justos e contratados firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas instrumentárias.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2009.

Wilson Edison Alano
CPF/MF: 148.220.910-15
RG: 7004441213 SJS-RS

Andréa Machado Alano Borges
CPF/MF: 882.589.200-49
RG: 2012584641 SJS-RS

Testemunhas:

Ana Luiza de Carvalho Villela
CPF/MF: 911.431.280-87
RG: 5070663868 SJS-RS

Natália Baptista da Silva Vignoli
CPF/MF: 006.552.720-89
RG: 1080310459 SJS-RS

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0001-06 MATRIZ		12/10/1972

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R DOUTOR FLORENCIO YGARTUA	NÚMERO 164	COMPLEMENTO LOJA 02	
CEP 90.430-010	BAIRRO/DISTRITO MOINHOS DE VENTO	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:53:41** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0002-89 FILIAL		22/09/1983

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R DAVID CANABARRO	NÚMERO 94	COMPLEMENTO 02	
CEP 93.510-020	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVO HAMBURGO	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:54:26** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0003-60 FILIAL		24/10/1985

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOS ANDRADAS	1758	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
90.020-012	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:55:05** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

60

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0004-40 FILIAL		06/12/2000

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FARMASHOP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R PINHEIRO MACHADO	NÚMERO 2257	COMPLEMENTO SALA 1B	
CEP 95.020-172	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAXIAS DO SUL	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:55:40** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0007-93 FILIAL		23/12/2004

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FARMASHOP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R XV DE JANEIRO	NÚMERO 193	COMPLEMENTO 102	
CEP 92.010-300	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CANOAS	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:57:54** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

62

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
87.448.833/0010-99 FILIAL		28/05/2012

NOME EMPRESARIAL FARMACIA DERMATOLOGICA LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FARMASHOP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO AV SAO LEOPOLDO	NÚMERO 390	COMPLEMENTO	
CEP 93.700-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAMPO BOM	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/05/2012		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **05/11/2012** às **13:59:19** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

63

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certidão Número: **R2012/606584**
Certifico que nos cadastros informatizados do DETRAN/RS, consta o registro do veículo, cujas características vão abaixo discriminadas:

INFORMAÇÕES DO VEÍCULO

Placa:	IWA0342	Chassi:	KMHSH81DDAU494341	Remarcado:	Não
RENAVAM:	158160479	Marca:	I/HYUNDAI SANTA FE V6		
Procedência:	Estrangeira	Tipo:	Utilitário	Fabricação/Modelo:	2009 / 2010
Cor:	Preta	Espécie:	Misto	Categoria:	Particular
Combustível:	Gasolina	Carroceria:	Jipe		
Motor:	G6EA9A327083	Cilindradas:	0	Potência:	200 CV
Lotação:	5 pessoas	CMT:	0,00 ton PBT: 1,93 ton	Capacidade Carga:	0,63 ton
Situação:	Em Circulação				

Município de Registro:	NOVO HAMBURGO
Último Licenciamento:	13/04/2011 - Exercício: 2011
Seguro DPVAT:	Exercício 2012 - Em aberto Exercício 2011 - Quitado
Placa Anterior:	NFISCAL

INFORMAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES

SNG - Arrendamento: WILSON EDISON ALANO - CPF: 148.220.910-15
SNG - Reserva de Gravame: BFB LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - CNPJ: 43.425.008/0001-02 - Operação:Liberação de endamento - Financiado: WILSON EDISON ALANO - CPF: 148.220.910-15

INFORMAÇÕES DO PROPRIETÁRIO

Nome: BFB LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - CNPJ: 43.425.008/0001-02 Data Aquisição: 04/08/2009

INFORMAÇÕES SOBRE FURTO/ROUBO

Nada consta até a presente data: 05/09/2012 - 15:42

INFORMAÇÕES SOBRE INFRAÇÕES

- Constam 2 infrações VENCIDAS no valor de R$ 212,81 , 1 infração A VENCER no valor de R$ 85,13, 1 infração SUSPENSA no valor de R$ 574,62 e 3 infrações AGUARDANDO PRAZO.
- A presente certidão não isenta eventuais infrações em processamento.

INFORMAÇÕES SOBRE IPVA

Situação do Exercício Atual: Pendente Exercícios Anteriores: Liquidado

INFORMAÇÕES SOBRE DEPÓSITO

NÃO constam informações sobre débitos de depósito até o dia 05/09/2012 às 15:42

FINALIDADE

Certidão para fins de CONSULTA.

Requerente: CAROLINE MARRANGHELLO CARLETTI - CPF: 001.876.030-90- Carteira de Identidade Civil: Nº 3080686334 expedida por SJS/II - RS

OBSERVAÇÕES

Este documento não autoriza a circulação/transito com o veículo.

EMOLUMENTOS
R$ 6,50

PORTO ALEGRE, 5 de Setembro de 2012

ISSQN 5%
Conf. L. C. Municipal

Marcelo Adriano Pereira Saldanha
RG: 8074678514

Para esclarecer dúvidas sobre seu pagamento, procure imediatamente sua unidade pagadora.

64

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS - FOLHA NORMAL

MINISTERIO DA SAUDE

SIGLA DA UPAG	UF	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	SIGLA DA UORG	UF
UPAG/RS	RS	EST	APOSENTADO	APOSENT/RS	RS

NOME DO SERVIDOR	MAT. SIAPE	IDENT. ÚNICA
WILSON EDISON ALANO	565950	5659507

CARGO/EMPREGO	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍVEL	FUNÇÃO
FARMACEUTICO	S	III	---

DEP. S.F.	DEP. IR	A.T.S.(%)	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS/ANO PAGAMENTO
01	01	20	14822001015	001	031348	0000000263583	OUT/2017

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE APOSENTADORIA

FUNDAMENTO LEGAL	GRUPO	CARGO	CLASSE	REF/PAD/NIV
---	---	---	-	---

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
RENDIMENTOS	PROVENTO BASICO		3.383,00
	ANUENIO-ART.244,LEI 8112/90 AP		676,60
	VPNI ART 10 L 10483/02		114,48
	GDPST - LEI 11.784/2008 AP		1.808,50
DESCONTOS	SINDISPREV RS- MENSALIDADE		59,82
	PENSAO ALIMENTICIA		2.736,84
	CONT P SEGURIDADE SOCIAL APOS		227,30
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		121,35

BASE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
0,00	0,00	5.982,58	3.144,81

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Dê-se vista ao Ministério Público.
- Dil. Legais.

Em 23/10/2013

Ketlin Carla Pasa Casagrande,
Juíza de Direito.

VISTA
Faço estes autos com vista a MP
Em 28 de 10 de 2013
O Escrivão.

PELO MP-RS EM 30 / 10 / 2013

Segue manifestação
em 02 laudas.
Porto Alegre, 31 / 10 / 2013.
Marcelo Dorotti,
Promotor de Justiça.

5.ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre/RS
Processo n.º: 001/1.13.0072006-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edison Alano
Natureza da ação: Execução de Alimentos
Pelo Ministério Público

MM. Juiz:

Trata-se de ação de execução de alimentos pelo rito do artigo 732 do Código de Processo de Civil, ajuizada por **Margareth Boemeke Pereira da Silva** em face de seu ex-companheiro **Wilson Edison Alano.**

Título judicial, fl. 16.

O executado foi citado, fl. 31, quedando silente.

Penhora *on line* BACENJUD, fl. 37.

Manifestação do executado, requerendo a liberação da penhora, porquanto o saldo existente na conta corrente penhorada é proveniente de proventos de aposentadoria, quantia impenhorável nos termos da lei processual civil, fls. 40/43.

Manifestação da autora nas fls. 44/46, requerendo complementação da penhora.

Vieram os autos com vista.

É o relatório.

No que tange à impenhorabilidade dos

Nesse sentido, os precedentes do STJ e TJRGS, são uniformes em afirmar que os proventos líquidos de aposentadoria podem ser penhorados para pagamento de pensão alimentícia em percentual que não afete a subsistência do devedor.[2]

Quanto ao pedido de complementação da penhora, entende-se pelo deferimento, tão somente, do pedido de penhora do automóvel, pois, possuindo o executado patrimônio individual, não há motivos para desconsideração da personalidade jurídica da empresa do executado.

Ademais, considerando que o executado possui uma fonte de renda fixa, viável o acolhimento do pedido para desconto em folha dos alimentos, no limite de 30% dos rendimentos, abatidos apenas os descontos legais como Imposto de Renda e INSS.

Ante o exposto, o Ministério Público opina pelo desacolhimento da impugnação do executado, deferindo-se alvará à autora para saque dos valores penhorados.

Opina, ainda, pela remessa dos autos à Contadoria para cálculo atualizado do débito alimentar, abatido o valor já penhorado, e, posteriormente, pela penhora do automóvel identificado na fl. 63, promovendo-se a restrição judicial junto ao sistema RENAJUD.

Por fim, promove pela expedição de ofício ao órgão pagador da aposentadoria do executado para que implemente desconto em folha de 30% dos rendimentos, abatidos apenas os descontos legais como Imposto de Renda e INSS.

Porto Alegre, 30 de outubro de 2013.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Acolho em parte a promoção retro do Ministério Público.

- Rejeito a impugnação do devedor (fls. 40/41), vez cabível a penhora de proventos de aposentadoria para satisfação de crédito alimentar, nos termos do art. 649, § 2º, do CPC. Assim, expeça-se alvará em favor da parte credora para levantamento do numerário constritado (fl. 37).

- Sem prejuízo disso, comandei, nesta data, penhora do veículo indicado à fl. 63, através do sistema RENAJUD.

- Por outro lado, por ora, indefiro o pedido de expedição de ofício ao Ministério da Saúde e de penhora de numerários da empresa do requerido, como postulado pela exequente à fl. 46, pelo menos até eventual resposta da restrição supra comandada (veículo indicado).

- Dil. Legais.

Em 05/11/2013

CNJ Ministério da Justiça Ministério das Cidades BRASIL v1.8.1264



RENAJUD
Restrições Judiciais de Veículos Automotores

Pesquisa de Veículo (Informe 1 ou mais campos)

Placa Chassi CPF/CNPJ ☐ Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD [Pesquisar] [Limpar]

Lista de Veículos - Total: 1

Selecione	Placa	UF	Marca/Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Proprietário	Restrições Existentes
☐	Todos da lista						
☐	IWA0342	RS	I/HYUNDAI SANTA FE V6	2009	2010	ANDREA MACHADO ALANO BORGES	Não

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 69

Porto Alegre RS
5ª Vara de Familia e Sucessões

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO N. 6476/407-2013

Prazo de Validade

120 DIAS

Juízo Autorizante

Juízo de Direito da 5ª Vara de Familia e Sucessões

Estabelecimento Bancário e Agência

Banrisul - agência 0621

Autorizado(s)

Margareth Boemeke Pereira da Silva, CPF 316.858.970-53 e/ou Adv: Lucila Beatriz Abdallah Nunes - RS/28351

A(s) pessoa(s) acima nominada(s) e qualificada(s), fica(m) AUTORIZADA(S) a R E C E B E R nesse estabelecimento, a importância abaixo discriminada, acrescida dos juros e correção monetária vencidos até a data do efetivo levantamento, depositada no procedimento infracaracterizado, consoante respectivo CODIGO CLIENTE. O PRESENTE FOI EXPEDIDO EM QUATRO (4) vias: BENEFICIÁRIO / BANCO / PROCESSO / CARTÓRIO (Pasta).

Código Cliente

ID 072013000009076696

Valor Autorizado

R$ 1.305,10 (mil trezentos e cinco reais e dez centavos)

Nº Processo	Natureza
001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)	Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC

Parte Autora

Margareth Boemeke Pereira da Silva

Parte Ré

Wílson Édison Alano

Observações

Alvará deferido em 05/11/2013, fl. 67. Dr. Nilton Tavares da Silva - Juiz de Direito.

Porto Alegre RS, 08 de novembro de 2013.

Marlene Fachini Dobner
Escrivã

Nilton Tavares da Silva
Juiz de Direito

COTA: Vista ao Juiz de Benefício

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 70

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **664/2013,** expedida em 08 de novembro de 2013, foi disponibilizada na edição nº 5203 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 11/11/2013, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Vistos. Acolho em parte a promoção retro do Ministério Público. Rejeito a impugnação do devedor (fls. 40/41), vez cabível a penhora de proventos de aposentadoria para satisfação de crédito alimentar, nos termos do art. 649, § 2°, do CPC. Assim, expeça-se alvará em favor da parte credora para levantamento do numerário constritado (fl. 37). Sem prejuízo disso, comandei, nesta data, penhora do veículo indicado à fl. 63, através do sistema RENAJUD. Por outro lado, por ora, indefiro o pedido de expedição de ofício ao Ministério da Saúde e de penhora de numerários da empresa do requerido, como postulado pela exequente à fl. 46, pelo menos até eventual resposta da restrição supra comandada (veículo indicado). Dil. Legais.

Recebi dura de autoarização
11/Novembro/2013
Margareth Boemke.

decorreu
o prazo da NE 664 (fl. 70)
sem manifestação

16 01 14

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Ciência à exequente da penhora frustrada (fl. 68) e para que, no prazo de dez dias, propugne pelo que entender de direito, em especial indicar bens do devedor passíveis de constrição.

- Dil. Legais.

Em 24/01/2014

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

Paulo Adriano R. Abdalah – OAB/RS 32.703

72

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DA MMª 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÃO DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

Processo nº. 1.1.13.0072006.0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, já qualificada nos autos da Ação de Execução de Sentença que move contra **WILSON EDISON ALANO,** vem, por seu procurador signatário, respeitosamente, a presença de V. Exa. dizer e requerer o que segue:

A Autora tomou da manifestação do D. MP que opinou, pela penhora da camionete Santa Fé Hiunday, contudo, em que pese o d. entendimento do MP, incorreu em equivoco na apreciação, visto que a ordem de penhora determinada pelo art. 655 do CPC coloca em seu inciso I o dinheiro como bem penhorável, desta forma, o MP ignorou o inc. I do art. 655 para dar preferência ao inc. II, o que só vem em prejuízo da Autora.

Conforme ofício de fls. acostado aos autos exarado pelo DETRANRS, a camionete Santa Fé, marca Santa Fé, placas IWA 0342, não está mais em nome do Réu e sim em no de Andreia Machado Alano Borges, quem vem a ser filha do Réu, o que evidencia que o mesmo se desfez do bem, mas o manteve em seu grupo econômico.

Não é novidade nos autos o fato de que réu tem expendido todos os esforços para burlar as determinações da sentença, haja vista, que até pouco tempo atrás seus gastos no cartão de crédito

PROTOCOLO JUDICIÁRIO FC 2 POA/RS 8-88 24-JUN-2014 14:57 0461222 1/1

73

Como a Autora laborou na informalidade, pois nunca teve um contrato formal de trabalho, há hoje em seus currículo um lapso de 10 anos, que não pode ser preenchido, pois a empresa continua a negar que esta tenha trabalhado lá, impedindo que o currículo da autora possa ser avaliado de forma correta.

Tendo em vista todas as razões aqui manifestadas, a manutenção do entendimento do D. MP só vem em prejuízo da autora, visto que será preciso ingressar com um ação de Fraude a Execução, aguardar todo o curso desta para receber parte daquilo que lhe é devido.

O réu é devedor de R$ 54.240,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais) à autora, assim, reitera o pedido de que sejam determinados novos bloqueios BacenJud nas contas da empresa do autor, visto que este detêm 99% das quotas da empresa, não sendo crível que não tenha movimentação bancária; entretanto, pela conduta adotada até aqui, e sendo este administrador da empresa é muito provável que tenha passado a usar as contas desta a fim de burlar a determinação judicial.

Desta forma, conforme já informado nestes autos, vem a autora reiterar que sejam determinados novos BacenJud em contas da empresa Farmácia Dermatológica Ltda., cujo nome fantasia é Farmashop, nos CNPJ's abaixo informados, tanto na matriz como em suas filiais:

-FARMÁCIA DERMATOLÓGICA LTDA, CNPJ: 87.448.833/0001.06; NIRE: 43.200.657.874;

-CNPJ: 87.448.833/002.89 - filial na cidade de Novo Hamburgo;

-CNPJ: 87.448.833/0003.60 - filial em Porto Alegre;

-CNPJ: 87.448.833/0004.40 - filial na cidade de Caxias do Sul;

74

Tendo em vista que todas estas filiais formam grupo econômico pertencente ao réu, e o prejuízo social, financeiro e moral imposto a autora pela conduta desonrosa do réu.

ISTO POSTO, requer o recebimento da presente petição, a fim de que seja afastada a manifestação do D. MP, a fim de que seja mantida a ordem de penhora determinada no Cód. de Processo Civil, e determinado bloqueio BacenJud nas contas das empresas do réu, haja vista que há a vida financeira do réu e da empresa se confunde, conforme já explanado acima.

REQUER, ainda, a penhora de numerários da empresa Farmácia Dermatológica Ltda., junto as operadoras de cartões BANRICOMPRAS, VISA e CREDICARD, onde são efetuados os pagamentos das compras efetuadas nas farmácias do réu.

Termos em que;
Pede deferimento.
POA, 05 de dezembro de 2013.

P.p. _____
Paulo Adriano R. Abdalah
OAB/RS 32.703

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 75

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Ouça-se o Ministério Público.
- Dil. Legais.

Em 06/02/2014

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

VISTA

Faço estes autos com vista ao MP.

Em ... de ... de 2014.

O Escrivão

RECEBIDO NESTE PROCESSO PELO MP-RS EM 07/02/14

Segue manifestação

02 laudas.

11/02/14

76

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

5.ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre
Processo n.°: 001/1.13.0072006-0
Exequente: Margareth Boemeke Pereira
Executado: Wilson Édison Alano
Natureza da ação: Execução de Alimentos
Pelo Ministério Público

MM. Juiz:

Ciente da manifestação das fls. 72/74.

A ordem legal estabelecida pelo art. 655 do CPC foi observada, conforme decisão da fl. 67, que autorizou a expedição de alvará para levantamento dos valores juntou ao BacenJud. Todavia, como a penhora dos valores resultou insuficiente, foi deferida a constrição do automóvel.

Ademais, a jurisprudência é pacífica ao afirmar que tal ordem não é absoluta, podendo ser desconsiderada para atender o interesse principal do processo de execução, que é a satisfação do crédito alimentar. Ainda, da leitura do próprio dispositivo, vê-se que a penhora observará *preferencialmente*, e não, *obrigatoriamente*, a listagem indicada [1].

[1] CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. 1. A

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

Isto posto, o Ministério Público reitera a manifestação das fls. 66 e verso, no tocante à remessa dos autos à Contadoria para cálculo atualizado do débito alimentar, abatido o valor já penhorado, e à expedição de ofício ao órgão pagador da aposentadoria do executado para que implemente desconto em folha de 30% dos rendimentos, abatidos apenas os descontos legais como Imposto de Renda e INSS.

Manifesta-se, ainda, pela intimação da autora para indicar bens do devedor passíveis de constrição, conforme determinado na fl. 71.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2014.

Marcelo Liscio Pedrotti,
Promotor de Justiça

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 17

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Acolho a promoção retro do Ministério Público. Remetam-se os autos à Contadoria para que nos estritos termos da indigitada promoção seja elaborado o cálculo do débito.

- Outrossim, expeça-se ofício ao órgão pagador da aposentadoria do alimentante para comandar o desconto em folha da pensão alimentícia.

- Com a juntada do cálculo, deverá a exequente indicar, no prazo de dez dias, bens suficientes e passíveis de penhora para garantia do crédito exequendo. Fluído o prazo no silêncio, arquive-se com baixa, permitida a reativação.

- Intime-se.

- Dil. Legais.

Em 20/03/2014

Ketlin Carla Pasa Casagrande,
Juíza de Direito.

REMESSA
Na data infra faço remessa destes autos a
Contadoria

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

780

Página: 1/1
Data: 25/03/2014
Hora: 13:05

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Processo: 11300720060
Descrição: Credor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Comentário: Devedor: Wilson Édison Alano

Índice de Correção: IGP-M/FORO
Taxa de Juros: 12% a.a.
Valor de cada Parcela: 8 Salários Mínimos
Valores corrigidos até: 25/03/2014

	Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R$)	Juros (R$)	Atualizado (R$)
Valor Principal							
1.	05/02/2013(R$)	Parcela 02/2013	5.424,00	05/02/2013	5.751,10	784,75	6.535,85
2.	05/03/2013(R$)	Parcela 03/2013	5.424,00	05/03/2013	5.735,29	725,24	6.460,53
3.	05/04/2013(R$)	Parcela 04/2013	5.424,00	05/04/2013	5.723,68	666,53	6.390,21
4.	05/05/2013(R$)	Parcela 05/2013	5.424,00	05/05/2013	5.716,24	608,50	6.324,74
5.	05/06/2013(R$)	Parcela 06/2013	5.424,00	05/06/2013	5.710,57	550,79	6.261,36
6.	05/07/2013(R$)	Parcela 07/2013	5.424,00	05/07/2013	5.671,79	490,34	6.162,13
7.	05/08/2013(R$)	Parcela 08/2013	5.424,00	05/08/2013	5.657,89	432,55	6.090,44
8.	05/09/2013(R$)	Parcela 09/2013	5.424,00	05/09/2013	5.639,37	374,75	6.014,12
9.	05/10/2013(R$)	Parcela 10/2013	5.424,00	05/10/2013	5.560,87	313,92	5.874,79
10.	05/11/2013(R$)	Parcela 11/2013	5.424,00	05/11/2013	5.517,40	256,29	5.773,69
11.	05/12/2013(R$)	Parcela 12/2013	5.424,00	05/12/2013	5.499,33	200,46	5.699,79
12.	05/01/2014(R$)	Parcela 01/2014	5.792,00	05/01/2014	5.838,32	154,43	5.992,75
13.	05/02/2014(R$)	Parcela 02/2014	5.792,00	05/02/2014	5.810,87	95,60	5.906,47
14.	05/03/2014(R$)	Parcela 03/2014	5.792,00	05/03/2014	5.792,00	37,37	5.829,37
	Subtotal Referente a Valor Principal				79.624,72	5.691,52	85.316,24
Abatimentos							
15.	30/08/2013(R$)	Fl. 37	(1.305,10)		(1.359,73)		(1.359,73)

Total Geral do Cálculo em 25/03/2014.....: R$ 83.956,51

Obs.: Honorários Advocatícios: R$ 8.531,62.

Contadoria Judicial
Foro Central de Porto Alegre

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Porto Alegre

PODER JUDICIÁRIO - RS

Data: 25/03/2014

Conta de Custas

Processo..: 001/1.13.0072006-0

Número CNJ.: 0080549-81.2013.8.21.0001

Natureza.....: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC

Autor.....: Margareth Boemeke Pereira da Silva (CPF

Requerido...: Wilson Édison Alano

Valor da Ação.: R$ 83.956,51

Valor da UPF..: R$ 14,5500

Valor da URC..: R$ 26,99

Código	Descrição	Valor Indexado	Valor (em R$)	Receita
	CONTADOR			
J.4.I	• Cálculo de liquidação, débito, rateio, falimentar, etc.	11,1983 URC	302,30	cód. 482
J.3 [13]	• Conta de custas	0,8500 URC	23,00	cód. 482
	DISTRIBUIDOR			
J.1 [13]	• Distribuição do feito	1,2000 URC	32,40	cód. 482
	ESCRIVÃO			
I.1.B [13]	• Atos e termos - Letra B	20,0326 URC	540,70	cód. 482
	OFICIAL DE JUSTIÇA			
condPOA.rs	• Condução do Of.Justiça recolhida ao Estado (1 cond.)	2,0000 URC	53,98	cód. 482

Total para Custas Judiciais (cód. 482) .....: R$ 952,38

Total de Custas a Pagar.....: R$ 952,38

Guias desta Conta...

Guia	Pagante	Valor	Proporção	Impressa
140067845	Wilson Édison Alano	R$ 952,38	-	Não

Total Geral da Conta...: R$ 952,38

Ivanise Perez Flores

CONTADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIARIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **255/2014,** expedida em 27 de março de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5289 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 28/03/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Acolho a promoção retro do Ministério Público. Remetam-se os autos à Contadoria para que nos estritos termos da indigitada promoção seja elaborado o cálculo do débito. Outrossim, expeça-se ofício ao órgão pagador da aposentadoria do alimentante para comandar o desconto em folha da pensão alimentícia. Com a juntada do cálculo, deverá a exequente indicar, no prazo de dez dias, bens suficientes e passíveis de penhora para garantia do crédito exequendo. Fluído o prazo no silêncio, arquive-se com baixa, permitida a reativação. INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA QUE INDIQUE SUA CONTA PARA DEPÓSITO DOS ALIMENTOS DEVIDOS E O ENDEREÇO DO ÓRGÃO PAGADOR DA APOSENTADORIA DO RÉU.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc. 001/1.13.0072006-0

255

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da Execução de Alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

Em cumprimento à r. decisão, a exequente informa sua conta corrente para depósito da pensão alimentícia, conforme segue:

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul, agência 0621, conta corrente 35.854963.0-6.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a receber a presente manifestação, indicando a conta supra para depósito dos alimentos, bem como seja determinada a imediata remessa dos autos à Contadoria, para elaboração do cálculo do débito judicial, conforme determinação do MM. Juízo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 14 de abril de 2013.

Dr. Lucila B. Abdallah Nunes

PROTOCOLO JUDICIÁRIO RS 2 REGIÃO 16-ABR-2013 09:04 1048814 1/1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES
Rua Manoelito de Ornellas, 50 - CEP:90110230 Fone: 51-3210-6500

Porto Alegre, 16 de maio de 2014.

Ofício nº:	496/2014 - ao responder, mencionar o nº do processo
Processo nº:	001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza:	Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Exequente:	Margareth Boemeke Pereira da Silva
Executado:	Wílson Édison Alano

Senhor(a) Diretor:

Solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências no sentido de que seja realizado desconto em folha de pagamento do Executado Wílson Édison Alano, Identidade Única: 5659507, Mat.Siape: 565950, CPF: 148.220.910-15, mensalmente, a título de pensão alimentícia em favor do(a)(s) Exequente a quantia equivalente a 30% dos rendimentos, abatidos apenas os descontos legais como Imposto de Renda e INSS.

O numerário resultante deverá ser depositado na conta corrente 35.854963.0-6, Agência 0621 do Banrisul, na mesma data de pagamento do empregado.

Saudações,

Alexandre Schwartz Manica
Juiz de Direito

Ilmo.Sr.
Diretor
Departamento de Recursos Humanos
Ministério da Saúde

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 83

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **380/2014,** expedida em 16 de maio de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5321 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 19/05/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Ofício à disposição para retirada.

Porto Alegre, 19/5/2014

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Recebi o ofício em
21.05.2014

OAB/RS 28.351

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 91

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **454/2014,** expedida em 12 de junho de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5340 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 13/06/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Vista à parte autora do cálculo de fls.78/79, devendo indicar bens à penhora, no prazo de dez dias, conforme despacho de fl.77.

Porto Alegre, 13 JUN 2014

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

CERTIDÃO DE CARGA PARA ADVOGADOS

N.º . Certifico que em 24/6/14 os presentes autos foram confiados em carga ao procurador do , inscrito na OAB-RS nº 32703. Certifico mais que nesta data foram restituídos a Cartório,

(X) com petição ( ) sem petição ( ) através de cobrança

Porto Alegre, . O Escrivão:

27/6/14.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc. 001/1.13.0072006-0

PROTOCOLO JUDICIÁRIO1ºFC 2 POA/RS 6-01 26-JUN-2014 10:51 035414 1/1

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da Execução de Alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

A exequente requer o prosseguimento da execução, com o recolhimento do veículo penhorado (fls. 67).

Como se vê do documento de fls. 68, o executado transferiu o veículo penhorado para o nome de sua filha, objetivando evitar a penhora do referido veículo, em evidente fraude à execução.

Requer, assim, seja declarada a fraude à execução, requerendo seja nomeado leiloeiro para fins de depósito do veículo, bem como requer seja intimado o procurador do executado para entrega do veículo no depósito do leiloeiro nomeado pelo MM. Juízo, pena de desobediência judicial, com as consequências legais cabíveis.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a. receber a presente manifestação, a fim de que seja declarada a fraude à execução, em razão da transferência o veículo penhorado do nome do

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

executado para o nome de sua filha, conforme documento de fls. 68, objetivando evitar a penhora do referido veículo, em evidente fraude à execução.

REQUER, seja nomeado leiloeiro para fins de depósito do veículo, bem como requer seja intimado o procurador do executado para entrega do veículo no depósito do leiloeiro nomeado pelo MM. Juízo, pena de desobediência judicial, com as consequências legais cabíveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 25 de junho de 2014.

Pp. Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.
- Ouça-se o Ministério Público.
- Dil. Legais.

Em 04/08/2014

Antônio Claret Flôres Ceccato,
Juiz de Direito.

VISTA

FAÇO estes autos com vista a o MP

.....

.....

Em 07 de 08 de 14

O Escrivão: .....

88

Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PORTO ALEGRE

5.ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre/RS
Processo n.º: 001/1.13.0072006-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edison Alano
Natureza da ação: Execução de Alimentos
Pelo Ministério Público

MM. Juiz:

Trata-se de ação de execução de alimentos pelo rito do artigo 732 do Código de Processo de Civil, ajuizada por **Margareth Boemeke Pereira da Silva** em face de seu ex-companheiro **Wilson Edison Alano.** As partes são maiores e capazes.

Vieram os autos com vista.

É o breve relatório.

Analisa-se.

No caso em apreço, resta afastada a legitimidade do Ministério Público para manifestação nos autos, pois, ausente o interesse público que autorizaria a intervenção ministerial, seja pela natureza da lide ou pela qualidade das partes, pois embora o pleito tenha natureza alimentar, a maioridade e a plena capacidade das partes evidencia o conteúdo patrimonial da lide.

Com efeito, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (PGJ-RS), no exercício de suas atribuições legais, editou a Recomendação nº. 01/2010, dispondo sobre a otimização da intervenção do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na

> *Art. 1º. O Membro do Ministério, em matéria cível, intimado a se manifestar como órgão interveniente, perfeitamente identificado o objeto da demanda, ao verificar não se tratar de causa que justifique a intervenção, poderá limitar-se a consignar concisamente a sua conclusão, apresentando, nesse caso, os respectivos fundamentos, especialmente nas seguintes hipóteses:*
> ...
> *d) ação de alimentos e revisional de alimentos (excetuadas as hipóteses das ações ajuizadas em favor de idoso que esteja em situação de risco ou hipossuficência, de acordo com o artigo 74, incisos II e III, do Estatuto do Idoso), bem como ação executiva de alimentos, entre partes capazes;* (...)."

Vale salientar que dita Recomendação fundamentou-se, dentre outros regramentos e circunstâncias, em relatório final da Comissão Especial, instituída no âmbito do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e da União, para racionalização da intervenção do Ministério Público no Processo Civil, aprovado na sessão de 29 de abril de 2010, bem como na recomendação aprovada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de que os Ministérios Públicos priorizem, por meio de ato regulamentar, a função de órgão agente em detrimento da função de órgão interveniente, sempre que o caso assim recomendar, sendo cabível tal exame ao membro que exercer a atividade-fim.

Logo, e competindo exclusivamente ao Ministério Público a análise da pertinência quanto à sua participação nos processos judiciais, por força da autonomia constitucional (art. 127, §§ 1º

respaldo, também, na jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS)[3] tem-se que inexiste interesse público que torne obrigatória e indispensável a intervenção ministerial nestes autos.

Posto isso, considerando o teor da aludida Recomendação, por não vislumbrar a necessidade de intervenção nestes autos, porquanto o caso em comento versa sobre interesses patrimoniais disputados entre partes e maiores e capazes, declina o Ministério Público da intervenção.

Porto Alegre, 08 de agosto de 2014.

Eliane Ribeiro Portela,
Promotora de Justiça em substituição.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa (...).
[2] Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 90

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Afasto a alegação de fraude à execução. Embora da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se que o veículo era de propriedade do executado em 05/09/2012 (fl. 63) e que, não foi possível a realização da constrição através do sistema RENAJUD, vez que o veículo não mais era de propriedade do executado em 07/11/2013 (fl. 68), não há como se falar em fraude à execução, eis que não restou comprovado o momento em que ocorreu a referida transferência de titularidade do bem. Com efeito, o documento acostado pela parte autora em que consta a propriedade do executado, é datado em período ainda anterior a fixação dos alimentos provisionais (26/12/2012 – fl. 16), não tendo nos autos notícia do momento que se efetivou a referida transferência da propriedade do veículo, o que, por óbvio, impede que seja declarada a pretendida fraude à execução.

- De resto, intime-se a exequente para, no prazo de dez dias, trazer aos autos memória discriminada e atualizada do débito, devendo, no mesmo prazo, indicar bens suficientes e passíveis de

PODER JUDICIÁRIO - RS -

- Dil. Legais.

Em 26/08/2014

Antônio Claret Flôres Ceccato,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **727/2014,** expedida em 27 de agosto de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5390 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 28/08/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Vistos. Afasto a alegação de fraude à execução. Embora da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se que o veículo era de propriedade do executado em 05/09/2012 (fl. 63) e que, não foi possível a realização da constrição através do sistema RENAJUD, vez que o veículo não mais era de propriedade do executado em 07/11/2013 (fl. 68), não há como se falar em fraude à execução, eis que não restou comprovado o momento em que ocorreu a referida transferência de titularidade do bem. Com efeito, o documento acostado pela parte autora em que consta a propriedade do executado, é datado em período ainda anterior a fixação dos alimentos provisionais (26/12/2012 - fl. 16), não tendo nos autos notícia do

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

se a exequente para, no prazo de dez dias, trazer aos autos memória discriminada e atualizada do débito, devendo, no mesmo prazo, indicar bens suficientes e passíveis de penhora para garantia do crédito exequendo. Fluído o prazo no silêncio, arquive-se com baixa, permitida a reativação. Dil. Legais.

Porto Alegre, 27 AGO 2014

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

CERTIDÃO DE CARGA PARA ADVOGADOS
N.º . Certifico que em 02/09/14 os presentes autos foram confiados em carga ao procurador do , inscrito na OAB-RS nº 32703. Certifico mais que nesta data foram restituídos a Cartório.
(X) com petição ( ) sem petição ( ) através de cobrança
Porto Alegre, . O Escrivão:
9/9/14.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

92

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc.001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da execução de alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

1. Em cumprimento à r. decisão de fls. 90 verso, a Exequente junta, em anexo, a cadeia sucessória do veículo placas IWA 0342, extraída do DETRAN, cujo veículo era de propriedade do executado até 14 de maio de 2013, quando então foi transferido para Andrea Machado Alano Borges, filha do executado.

Considerando que a presente execução foi ajuizada em 22 de março de 2013, resta comprovada a fraude à presente execução, razão porque requer a reconsideração da r. decisão de fls. 90 verso, para que seja declarada a fraude à execução, bem como seja efetuada a penhora do referido veículo junto ao DETRAN, e expedida a competente carta precatória à Comarca de Novo Hamburgo, para que o veículo seja recolhido, objetivando a adjudicação do mesmo.

2. A Exequente junta em anexo cópia da petição juntada pelo executado nos autos da ação de dissolução de união estável cumulada com partilha de bens e alimentos, no qual o mesmo oferece à ora Exequente o ponto comercial de farmácias de propriedade daquele, sendo uma em Novo Hamburgo e

PROTOCOLO JUDICIÁRIO FGZ PGE/RS DRIVETRAN 09-SET-2014 13:08 0184442 1/1

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

Assim, ainda em cumprimento à r. decisão de fls. 90 e verso, a exequente requer a penhora via BACENJUD dos valores recebidos pela empresa do Executado junto aos cartões de crédito Visa, Mastercard, e Banricompras, indicando o CNPJ 87.448.833/0002-89, referente à filial de Novo Hamburgo, e 87.448.833/0004-40, requerendo a imediata expedição de ofício às empresa de cartão de crédito acima indicadas, para que passem a efetuar o depósito judicial vinculado ao presente feito junto ao Banrisul, dos valores recebidos pela empresa de propriedade do Executado.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a reconsiderar a r. decisão de fls. 90 e verso, para para que seja declarada a fraude à execução, bem como seja efetuada a penhora do referido veículo junto ao DETRAN, e expedida a competente carta precatória à Comarca de Novo Hamburgo, para que o veículo seja recolhido, objetivando a adjudicação do mesmo, em vista da juntada da cadeia sucessória do referido veículo, na qual se constata que a transferência do veículo para a filha do executado ocorreu em 14 de maio de 2013, portanto, após o ajuizamento da presente execução.

REQUER, seja determinada a penhora via BACENJUD dos valores recebidos pela empresa do Executado junto aos cartões de crédito Visa, Mastercard, e Banricompras, indicando o CNPJ 87.448.833/0002-89, referente à filial de Novo Hamburgo, e 87.448.833/0004-40, requerendo a imediata expedição de ofício às empresa de cartão de crédito acima indicadas, para que passem a efetuar o depósito judicial vinculado ao presente feito junto ao Banrisul, dos valores recebidos pela empresa de propriedade do Executado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 8 de setembro de 2014.

Pp. LUCILA B. ABDALLAH NUNES
OAB/RS 28.351

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RS

CADEIA SUCESSÓRIA
Placa: IWA0342

001 Data da Venda: 04/08/2009 9-Valido Concessionária/Revend HYUNDAI CASA DO BRASIL LTDA
Identificação: CNPJ: 03.518.732/0032-62
Início do Registro: 10/08/2009 - 17:08:45 Transação: PRI-EMP-CNF

002 04/08/2009 a 14/05/2013 9-Valido Proprietário BFB LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL
Identificação: CNPJ: 43.425.008/0001-02
Endereço: RUA QUINTINO BOCAIUVA, 190/31
93510-270 NOVO HAMBURGO / RS
SNG - ARRENDAMENTO
Situação:Liberada
Nº do SNG:4196648
Arrendatário:WILSON EDISON ALANO
CPF: 148.220.910-15
Numero do Contrato:00000000000004186405
Assinatura:5181Y9QCRH08L3F2DTSWY
Início de Posse:07/08/2009
Fim de Posse:14/05/2013
Processo:20091188433
Incluída em:10/08/2009 às 17:08:45 por CRVA0227 - 5081919028
Liberada em:07/06/2013 às 20:04:58 por CRVA0015 - 7070009381
Início do Registro: 10/08/2009 - 17:08:45 Transação: PRI-EMP-CNF
Fim do Registro: 07/06/2013 - 20:04:58 Transação: TRF-ERS-CNF

003 14/05/2013 9-Valido Proprietário ANDREA MACHADO ALANO BORGES
Identificação: CPF: 882.589.200-49
Carteira de Identidade Civil: Nº 2012584641 expedida por SSP/PC - RS
Endereço: RUA QUINTINO BOCAIUVA, 190/301
93510-270 NOVO HAMBURGO / RS
Início do Registro: 07/06/2013 - 20:04:58 Transação: TRF-ERS-CNF

SEADI & BISOL
ADVOGADOS ASSOCIADOS
Dr. Jorge Abdala Seadi
Dr. Paulo Afonso Bisol
Dra. Iara Maria M. R. Cardoso
Dr. Guilherme Bisol Thomé

533

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5º VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, RS.

URGENTE:

PROCESSO Nº 001/1.14.0084852-1

WILSON EDSON ALANO, já qualificado no processo referenciado vem à presença de V.Exa., respeitosamente, DIZER E REQUERER:

Para por fim ao processo de execução de alimentos e partilha de bens oriundo de uma sentença em processo de reconhecimento e dissolução de união estável mantida com a exeqüente, o REQUERENTE OFERTA, para QUITAÇÃO TOTAL dos débitos, os seguintes bens, à ESCOLHA DA EXEQUENTE:

O ponto comercial de uma loja no ramo de FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO localizada na Rua Pinheiro Machado, 2257, sala 01 B, Centro, CAXIAS DO SUL, RS.

Ou

O ponto comercial de uma loja no ramo de FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO

PROTOCOLO JUDICIAL1ºGC 2 POA/RS 0010 | 11-NOV-2014 10:03 0008998 1/1

534

A loja escolhida será transferida à exeqüente ou a quem esta indicar no estado em que se encontra, no prazo máximo de 30 (trinta) dias garantindo móveis, utensílios e estoque de matéria prima mínimos ao bom funcionamento da empresa por ao menos 3 (três) meses.

E..Deferimento.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2014.

Pp Paulo Afonso Bisol
OAB/RS 34.179

PP Jorge Abdala Seadi
OAB/RS 33.495

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 97

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Intime-se a exequente para que se manifeste, no prazo de dez dias, acerca da proposta apresentada pelo executado no petitório retro.

- Dil. Legais.

Em 24/09/2014

Antônio Claret Flôres Ceccato,
Juiz de Direito.

98

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIARIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **852/2014,** expedida em 30 de setembro de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5414 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 01/10/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Vistos. Intime-se a exequente para que se manifeste, no prazo de dez dias, acerca da proposta apresentada pelo executado no petitório retro. Dil. Legais.

Porto Alegre,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

CERTIDÃO DE CARGA PARA ADVOGADOS

N.º . Certifico que em 06/10/14 presentes autos foram confiados em carga ao procurador do , inscrito na OAB-RS nº 32703 . Certifico mais que nesta data foram restituídos a Cartório.

( ) com petição ( ) sem petição ( ) através de cobrança

Porto Alegre, . O Escrivão:

99

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **1019/2014,** expedida em 19 de novembro de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5450 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 20/11/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Advogado(a) Paulo Adriano Rolim Abdalah devolver a cartório os autos do processo supra, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão. Desconsiderar a presente caso os autos tenham sido devolvidos antes da publicação desta.

Porto Alegre,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc.001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da execução de alimentos que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

A exequente não aceita a proposta formulada às fls. 95/96, reiterando a petição de fls. 92/93, na qual postulou a reconsideração do r. despacho de fls. 90 e verso, para que seja declarada a fraude à execução em relação ao veículo placas IWA 0342, considerando a certidão da cadeia sucessória juntada às fls. 94, a qual comprova que o veículo era de propriedade do executado até 14 de maio de 2013, quando então foi transferido para Andrea Machado Alano Borges, filha do executado.

Tendo em vista que a presente execução foi ajuizada em 22 de março de 2013, resta comprovada a fraude à presente execução, razão porque reitera a a reconsideração da r. decisão de fls. 90 verso, para que seja declarada a fraude à execução, bem como seja efetuada a penhora do referido veículo junto ao DETRAN, e expedida a competente carta precatória à Comarca de Novo Hamburgo, para que o veículo seja recolhido, objetivando a adjudicação do mesmo.

Reitera, também, os termos da petição de fls. 92/93, na qual postulou a penhora via BACENJUD dos valores recebidos pela empresa do Executado junto aos cartões de crédito Visa, Mastercard, e Banricompras, indicando o CNPJ 87.448.833/0002-89,

101

referente à filial de Novo Hamburgo, e 87.448.833/0004-40, requerendo a imediata expedição de ofício às empresa de cartão de crédito acima indicadas, para que passem a efetuar o depósito judicial vinculado ao presente feito junto ao Banrisul, dos valores recebidos pela empresa de propriedade do Executado.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a receber a presente discordância da exequente em relação à proposta de fls. 95/96, reiterando reiterando a petição de fls. 92/93, na qual postulou a reconsideração do r. despacho de fls. 90 e verso, para que seja declarada a fraude à execução em relação ao veículo placas IWA 0342, **considerando a certidão da cadeia sucessória juntada às fls. 94, a qual comprova que o veículo era de propriedade do executado até 14 de maio de 2013, quando então foi transferido para Andrea Machado Alano Borges, filha do executado, após o ajuizamento da presente ação,** requerendo a expedição da competente carta precatória à Comarca de Novo Hamburgo, para que o veículo seja recolhido, objetivando a adjudicação do mesmo.

REQUER, reiterando a petição de fls. 92/93, seja determinada a penhora via BACENJUD dos valores recebidos pela empresa do Executado junto aos cartões de crédito Visa, Mastercard, e Banricompras, indicando o CNPJ 87.448.833/0002-89, referente à filial de Novo Hamburgo, e 87.448.833/0004-40, requerendo a imediata expedição de ofício às empresa de cartão de crédito acima indicadas, para que passem a efetuar o depósito judicial vinculado ao presente feito junto ao Banrisul, dos valores recebidos pela empresa de propriedade do Executado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 18 de novembro de 2014.

Pp. LUCILA B. ABDALLAH NUNES
OAB/RS 28.351

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 107

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

Vistos.

Intime-se a exequente para que traga aos autos, no prazo de 10 dias, memorial descritivo do cálculo atualizado, conforme já determinada pela decisão da fl. 90, a fim de possibilitar a análise dos pedidos das fls. 92/93.

Dils.

Em 25/02/2015

Deborah Coleto Assumpção de Moraes,
Juíza de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

103

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **196/2015,** expedida em 26 de fevereiro de 2015, foi disponibilizada na edição nº 5505 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 27/02/2015, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Intime-se a exequente para que traga aos autos, no prazo de 10 dias, memorial descritivo do cálculo atualizado, conforme já determinada pela decisão da fl. 90, a fim de possibilitar a análise dos pedidos das fls. 92/93.

Porto Alegre,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE.

Proc. 001/1.13.0072006-0

16:54 12/03/2015 0193688 PROTOCOLO FORO REG. 4.DISTRITO

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVEIRA, nos autos da execução de sentença que move contra **WILSON EDISON ALANO**, por sua procuradora signatária, vem perante V. Exa. dizer e requerer o que segue:

Em atenção ao r. despacho desse MM. Juízo, a exequente junta em anexo o memorial de cálculo atualizado do débito judicial, cujo valor atualizado importa em R$ 176.106,09 (cento e setenta e seis reais, cento e seis reais e nove centavos), já computados os honorários fixados pelo Juízo.

Por cautela, esclarece que os alimentos são devidos desde a audiência de tentativa de conciliação ocorrida em 17 de outubro de 2012, e considerando que a Exequente está recebendo os alimentos de forma parcial, descontados dos proventos do Executado, os valores percebidos a partir de julho de 2014 já foram abatidos do valor devido.

Requer, assim, a imediata apreciação do pedido de declaração judicial de fraude à execução, e recolhimento do veículo já indicado no presente feito.

ANTE O EXPOSTO, requer se digne V. Ex.a receber o memorial de cálculo atualizado do débito judicial, cujo valor atualizado importa em R$ 177.806,35 (cento e setenta e sete reais, oitocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), já computados os honorários fixados pelo Juízo.

Lucila B. Abdallah Nunes
OAB/RS 28.351

105

REQUER, a imediata apreciação do pedido de declaração judicial de fraude à execução, e recolhimento do veículo já indicado no presente feito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
P. Alegre, 11 de março de 2015.

Pp. LUCILA B. ABDALLAH NUNES
OAB/RS 28.351

Imprimir Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: fevereiro/2015
Indexador utilizado: IGP-M - (FGV)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1	pensão 11/2012 (13 dias)	05/12/2012	2.156,00	2.392,83	0,00	552,25	0,00	2.945,08
2	pensão 12/12	05/01/2013	4.976,00	5.485,30	0,00	1.265,98	0,00	6.751,28
3	pensão 01/13	05/02/2013	5.424,00	5.958,89	0,00	1.375,28	0,00	7.334,17
4	pensão 02/13	05/03/2013	5.424,00	5.941,66	0,00	1.371,30	0,00	7.312,96
5	pensão 03/13	05/04/2013	5.424,00	5.929,21	0,00	1.308,00	0,00	7.237,21
6	pensão 04/13	05/05/2013	5.424,00	5.920,33	0,00	1.247,65	0,00	7.167,98
7	pensão 05/13	05/06/2013	5.424,00	5.920,33	0,00	1.187,31	0,00	7.107,64
8	pensão 06/13	05/07/2013	5.424,00	5.876,26	0,00	1.120,51	0,00	6.996,77
9	pensão 07/13	05/08/2013	5.424,00	5.861,02	0,00	1.057,87	0,00	6.918,89
10	pensão 08/13	05/09/2013	5.424,00	5.852,24	0,00	996,64	0,00	6.848,88
11	pensão 09/13	05/10/2013	5.424,00	5.765,75	0,00	925,05	0,00	6.690,80
12	pensão 10/13	05/11/2013	5.424,00	5.716,59	0,00	858,90	0,00	6.575,49
13	pensão 11/13	05/12/2013	5.424,00	5.700,06	0,00	800,19	0,00	6.500,25
14	pensão 12/13	05/01/2014	5.424,00	5.666,06	0,00	737,67	0,00	6.403,73
15	pensão 01/14	05/02/2014	5.792,00	6.021,58	0,00	722,59	0,00	6.744,17
16	pensão 02/14	05/03/2014	5.792,00	5.998,79	0,00	664,63	0,00	6.663,42
17	pensão 03/14	05/04/2014	5.792,00	5.900,25	0,00	593,58	0,00	6.493,83
18	pensão 04/14	05/05/2014	5.792,00	5.854,59	0,00	531,24	0,00	6.385,83
19	pensão 05/14	05/06/2014	5.792,00	5.862,21	0,00	472,19	0,00	6.334,40
20	pensão 06/14	05/07/2014	4.111,52	4.192,38	0,00	296,34	0,00	4.488,72
21	pensão 07/14	05/08/2014	4.111,52	4.218,11	0,00	255,17	0,00	4.473,28
22	pensão 08/14	05/09/2014	4.111,52	4.229,53	0,00	212,75	0,00	4.442,28
23	pensão 09/14	05/10/2014	4.111,52	4.221,09	0,00	170,69	0,00	4.391,78
24	pensão 10/14	05/11/2014	2.633,28	2.695,91	0,00	81,54	0,00	2.777,45
25	pensão 11/14	05/12/2014	2.633,28	2.669,74	0,00	54,42	0,00	2.724,16
26	pensão 12/14	05/01/2015	4.111,52	4.142,77	0,00	42,22	0,00	4.184,99
27	pensão 01/15	05/02/2015	4.393,57	4.393,57	0,00	0,00	0,00	4.393,57
* 28	pensão 02/15	05/03/2015	4.393,57	4.393,57	0,00	-40,44	0,00	4.353,13
					Sub-Total			**R$ 161.642,14**
					Honorários advocatícios (10,00%)	(+)		R$ 16.164,21
					Sub-Total			**R$ 16.164,21**
					TOTAL GERAL			**R$ 177.806,35**

(*) Data informada é maior que a data da correção.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 107

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

Vistos.

Considerando que ao tempo da alienação do bem, 14 de maio de 2013, o executado ainda não havia sido citado neste feito (fl. 30 e 31), não há como se decretar a fraude à execução, pelo que indefiro o pedido retro.

Intime-se a autora para, querendo, indicar outros bens à penhora, no prazo de 10 dias.

Fluído e nada requerido, arquive-se com baixa.

Dils.

Em 19/03/2015

Deborah Coleto Assumpção de Moraes,
Juíza de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

108

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **321/2015,** expedida em 25 de março de 2015, foi disponibilizada na edição nº 5524 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 26/03/2015, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Lucila Beatriz Abdallah Nunes e Paulo Adriano Rolim Abdalah) X W.E.A. (pp. Paulo Afonso Bisol). Considerando que ao tempo da alienação do bem, 14 de maio de 2013, o executado ainda não havia sido citado neste feito (fl. 30 e 31), não há como se decretar a fraude à execução, pelo que indefiro o pedido retro. Intime-se a autora para, querendo, indicar outros bens à penhora, no prazo de 10 dias. Fluído e nada requerido, arquive-se com baixa. Dils.

Porto Alegre,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Solicitação de Processos
OS : 566776

Processo: 10600576799 (15/03/06, baixado em 29/05/12)
Unidade: 5ª VARA DE FAMÍLIA
Classe: Alimentos, Separação e Divórcio Litigiosos
Natureza: Separação Judicial Litigiosa
Guia:
Caixa: EXP0000007
Partes: MARIA DE LOURDES NETTO NUNES (A), VERGELINO PICCINI NUNES (R)
Apensos: 10702785079, 10702785079, 10702785079

Processo: 10508569200 (02/07/87, baixado em 12/11/93)
Unidade: VARA DE FAMÍLIA DO FORO REGIONAL PARTENON
Classe: Indefinido
Natureza: Separação Consensual
Guia:
Caixa: 9012959426
Partes: ELZA MARIA WALLAU TERME (A), REINALDO SERGIO TERME (R)
Apensos:

Processo: 11300720060 (22/03/13, baixado em 06/05/15)
Unidade: 5ª VARA DE FAMÍLIA
Classe: Processo de Execução de Alimentos
Natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Guia:
Caixa: 2689
Partes: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA (A), WÍLSON ÉDISON ALANO (R)
Apensos:

Processo: 11202127674 (08/09/12, baixado em 29/11/12)
Unidade: 5ª VARA DE FAMÍLIA
Classe: Procedimento Especial de Jurisdição Voluntária
Natureza: Internação Psiquiátrica
Guia:
Caixa: 2245
Partes: LAEL PORFIRIO XAVIER (R), GERALDO MARQUES XAVIER (A)
Apensos:

duas.

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

110

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

URGENTE – URGENTE

PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO

AJG

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

O signatário foi constituído procurador da peticionante, em decorrência da revogação dos poderes de seus anteriores procuradores.

Desta feita, requer, a juntada do termo de renuncia em anexo, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Outrossim, **requer que todas as publicações / intimações, realizadas no presente feito dirigidas a peticionante, sejam procedidas EXCLUSIVAMENTE em nome dos advogados abaixo destacados descadastrando-se os demais, SOB PENA DE NULIDADE ABSOLUTA:**

- Cláudio César Rava – OAB/RS 58.693;
- Lucas Vargas Santa Maria – OAB/RS 69.756;

Ambos, com escritório profissional na Rua Baronesa do Gravataí, n.º 137, cj. 503, Bairro Cidade Baixa, CEP 90.160-070, em Porto Alegre / RS.

Por fim, requer COM MÁXIMA URGÊNCIA, o desarquivamento do presente feito, e ato continuo, carga exclusiva dos autos.

Termos em que,
Pede Deferimento.

CORREIOS TELEGRAMA

CONTEÚDO DA MENSAGEM - PÁGINA 1

Ao
Ilma. Sra.
Dra. Lucila B. Abdallah Nunes (OAB/RS 28.351)
Av. São Pedro nº 844, Sala 201 ? Bairro São Geraldo
CEP: 90.230-123 ? Porto Alegre ? RS

Prezada,
Por conveniência pessoal a abaixo firmada REVOGA todos os poderes outorgados nos processos nº 001/1.13.0072006-0; 001/1.12.0222373-8; 001/1.14.0084852-1.
Desta feita, como me faculta a lei, solicito que se abstenha a praticar qualquer ato em meu nome, no referido processo ou em outra ocasião futura.
Aproveito para informar que a presente abrange eventuais substabelecimentos concedidos.
Por fim esclareço que os honorários contratuais, decorrentes do êxito, serão repassados tão logo sejam recebidos quaisquer valores nos processos supra referidos.

Atenciosamente,

Porto Alegre/RS, 22 de maio de 2017.

Pedido de Confirmação
Previsão de Entrega: 22/05/2017 19:14

REMETENTE
90450-090
MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA
Rua Barão de Ubá 176 306
Bela Vista
90450090 - Porto Alegre/RS

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Ausente	7	Falecido
3	Desconhecido	8	Não existe o número
4	Endereço Insuficiente. Faltou:.....		
5	Outros(Especificar)		

NÚMERO DO REGISTRO

CORREIOS TELEGRAMA

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA

112

1

Pedido de Confirmação
Previsão de Entrega: 22/05/2017 19:14

REMETENTE

90450-090
MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA
Rua Barão de Ubá 176 306
Bela Vista
90450090 - Porto Alegre/RS

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Ausente	7	Falecido
3	Desconhecido	8	Não existe o número
4	Endereço Insuficiente. Faltou:.....		
5	Outros(Especificar)		

NÚMERO DO REGISTRO

MZ591723058BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
22/05/2017 17:15 PORTO ALEGRE / RS

22/05/2017 17:15 PORTO ALEGRE / RS	**Objeto entregue ao destinatário**
22/05/2017 17:01 PORTO ALEGRE / RS	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**

113

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO

114

OUTORGANTES: **MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, desempregada, inscrita no CPF sob o nº 316.858.970-53, residente e domiciliada na Rua Barão do Úba, nº 176, apto 306, Bairro Bela Vista, em Porto Alegre / RS.

OUTORGADO: **CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS 58.693; e, **LUCAS VARGAS SANTA MARIA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS 69.756, integrantes do escritório **RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil, inscrita na OAB/RS 3.582, no CNPJ 10.758.473/0001-06, com sede na Rua Baronesa do Gravataí, nº 137, cj.503, Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre / RS.

PODERES: *Outorga todos os poderes necessários para em nome do Outorgante tudo fazer, praticar e requerer a bem de seus direitos, podendo para tanto, propor ações e variar delas; contestar, reconvir, transigir, desistir, conciliar, renunciar e acordar, firmar compromissos, receber e dar quitação, requerer alvarás, ofícios. Concede, finalmente, os poderes implícitos na cláusula "ad judicia", os de usar de todos os recursos, acompanhar o feito em todas as instâncias judiciais e/ou em processos/procedimentos administrativos e, os de substabelecer, com ou sem reservas.*

FINALIDADE ESPECIFICA: *Atuação nos processos nº 001/1.13.0072006-0; 001/1.12.0222373-8; 001/1.14.0084852-1.*

Porto Alegre/RS, 23 de maio 2017.

Margareth Boemke

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo firmado, **MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, brasileira, desempregada, inscrita no CPF sob o nº 316.858.970-53, residente e domiciliada na Rua Barão do Úba, nº 176, apto 306, Bairro Bela Vista, em Porto Alegre / RS**, declaro para os fins de direito e na forma da lei nº 1.060/50, ser de condição pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas decorrentes do presente feito, sem prejuízo de meu próprio sustento e de minha família.

Os advogados Lucas Vargas Santa Maria, inscrito na OAB/RS sob o nº 69.756 e Claudio Cesár Silva Rava, serão os patrocinadores da demanda.

Porto Alegre/RS, 22 de maio 2017.

Margareth Boemke

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: +51 3012 5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE PORTO ALEGRE

116

_____ já qualificado nos autos da ação *infra* descrito vem à presença de Vossa Excelência requerer a juntada aos autos de

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Em favor do Estagiário: **GUSTAVO GUILLERMO MARAGNO STUCKE**, inscrito na OAB/RS 47E632, com endereço profissional na Rua Baronesa do Gravataí, n.º 137, cj. 503, Bairro Cidade Baixa, CEP: 90.160-070, em Porto Alegre / RS, fone: (51) 3012-5859, onde recebe intimações e notificações judiciais, **os poderes para extrair cópias, retirar documentos ou ofícios e fazer carga** que nos foram outorgados nos autos do processo n.º _____.

SENDO VEDADO O CADASTRAMENTO NO SISTEMA THEMIS

Porto Alegre, 03 de março de 2017.

P.p.: Cláudio César Rava
OAB/RS 58.693

P.p.: Lucas Vargas Santa Maria
OAB/RS69.756

RAVA & ASSOCIADOS
SANTA MARIA

117

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

A credora tem máximo interesse no prosseguimento do feito, cumpre destacar que a demandante sequer tinha ciência que o processo estava arquivado, tal ato decorreu única e exclusivamente da inércia de seus procuradores anteriores.

Em anexo segue a sentença demonstrando que a pensão ora executada restou fixada de forma definitiva até que se ultime a partilha dos bens do casal o que não ocorreu até a presente data por culpa do devedor, que se omite a juntar os documentos requeridos pelo perito.

Segue ainda em anexo, planilha atualizada do débito apontando crédito na monta de R$ 453.745,55 (quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Desta feita, requer a credora a penhora do imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apartamento 301, na cidade de Novo Hamburgo / RS, devidamente descrito na matrícula de nº 61.180, do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo, ato continuo pugna pela intimação do executado através de seu advogado, bem como, pela expedição de carta precatória de avaliação.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 24 de julho de 2017.

118

PLANILHA DE CALCULO

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0 **Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva** **Devedor : Wilson Édison Alano**	**Página 1 / 3** **Atualizado para 24.07.17**
Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.13 a 01.07.17) Juros: 12% ao ano (05.02.13 a 24.07.17) Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)	

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.13	R$	5.424,00		1,3242970	7.182,99	3.851,01	11.033,99
05.03.13	R$	5.424,00		1,3206561	7.163,24	3.768,79	10.932,03
05.04.13	R$	5.424,00		1,3179817	7.148,73	3.689,67	10.838,40
05.05.13	R$	5.424,00		1,3162706	7.139,45	3.613,48	10.752,94
05.06.13	R$	5.424,00		1,3149641	7.132,37	3.538,57	10.670,94
05.07.13	R$	5.424,00		1,3060349	7.083,93	3.443,71	10.527,64
05.08.13	R$	5.424,00		1,3028322	7.066,56	3.364,60	10.431,16
05.09.13	R$	5.424,00		1,2985685	7.043,44	3.283,15	10.326,59
05.10.13	R$	5.424,00		1,2804934	6.945,40	3.168,00	10.113,39
05.11.13	R$	5.424,00		1,2704834	6.891,10	3.074,32	9.965,42
05.12.13	R$	5.424,00		1,2663230	6.868,54	2.995,57	9.864,10
05.01.14	R$	5.792,00		1,2589633	7.291,92	3.107,30	10.399,21
05.02.14	R$	5.792,00		1,2530439	7.257,63	3.020,11	10.277,74
05.03.14	R$	5.792,00		1,2463287	7.218,74	2.931,74	10.150,47
05.04.14	R$	5.792,00		1,2271928	7.107,90	2.815,65	9.923,55
05.05.14	R$	5.792,00		1,2189527	7.060,17	2.726,14	9.786,31
05.06.14	R$	5.792,00		1,2189527	7.060,17	2.655,54	9.715,71
05.07.14	R$	5.792,00		1,2189527	7.060,17	2.584,93	9.645,11
05.08.14	R$	5.792,00		1,2189527	7.060,17	2.514,33	9.574,51
05.09.14	R$	5.792,00		1,2186283	7.058,30	2.443,08	9.501,38
05.10.14	R$	5.792,00		1,2160814	7.043,54	2.367,54	9.411,08
05.11.14	R$	5.792,00		1,2115532	7.017,32	2.288,55	9.305,87
05.12.14	R$	5.792,00		1,2003945	6.952,69	2.197,95	9.150,63
05.01.15	R$	6.304,00		1,1927852	7.519,32	2.301,88	9.821,20
05.02.15	R$	6.304,00		1,1844858	7.467,00	2.211,20	9.678,19
05.03.15	R$	6.304,00		1,1802711	7.440,43	2.128,92	9.569,35
05.04.15	R$	6.304,00		1,1684776	7.366,08	2.033,99	9.400,07
05.05.15	R$	6.304,00		1,1561388	7.288,30	1.939,63	9.227,93
05.06.15	R$	6.304,00		1,1510026	7.255,92	1.858,45	9.114,37
05.07.15	R$	6.304,00		1,1433459	7.207,65	1.774,01	8.981,66
05.08.15	R$	6.304,00		1,1361063	7.162,01	1.691,16	8.853,17
05.09.15	R$	6.304,00		1,1319203	7.135,63	1.613,57	8.749,20
05.10.15	R$	6.304,00		1,1199899	7.060,42	1.525,96	8.586,38
05.11.15	R$	6.304,00		1,0996523	6.932,21	1.428,93	8.361,14
05.12.15	R$	6.304,00		1,0846717	6.837,77	1.341,09	8.178,86
05.01.16	R$	7.040,00		1,0784914	7.592,58	1.413,20	9.005,78
05.02.16	R$	7.040,00		1,0660124	7.504,73	1.321,80	8.826,53
05.03.16	R$	7.040,00		1,0535978	7.417,33	1.232,23	8.649,56
05.04.16	R$	7.040,00		1,0484784	7.381,29	1.152,43	8.533,72

Memória Discriminada — **Sistema Exotics Memorial**

Processo : 001/1.13.0072006-0 — **Página 2 / 3**

Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva

Devedor : Wilson Édison Alano — **Atualizado para 24.07.17**

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.12.16	R$	7.040,00		1,0120434	7.124,79	542,40	7.667,19
05.01.17	R$	7.496,00		1,0064793	7.544,57	498,92	8.043,48
05.02.17	R$	7.496,00		1,0007858	7.501,89	421,07	7.922,96
05.03.17	R$	7.496,00		1,0000871	7.496,65	345,81	7.842,47
05.04.17	R$	7.496,00		1,0000000	7.496,00	270,82	7.766,82
05.05.17	R$	7.496,00		1,0000000	7.496,00	195,86	7.691,86
05.06.17	R$	7.496,00		1,0000000	7.496,00	120,90	7.616,90
05.07.17	R$	7.496,00		1,0000000	7.496,00	45,94	7.541,94
A transportar:		341.768,00			389.476,78	104.716,82	494.193,60

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.07.14	R$	1.680,42		1,2189527	2.048,35	749,96	2.798,31
05.08.14	R$	1.680,42		1,2189527	2.048,35	729,48	2.777,83
05.09.14	R$	1.680,42		1,2186283	2.047,81	708,81	2.756,61
05.10.14	R$	1.680,42		1,2160814	2.043,53	686,89	2.730,42
05.11.14	R$	1.680,42		1,2115532	2.035,92	663,97	2.699,89
05.12.14	R$	1.680,42		1,2003945	2.017,17	637,69	2.654,85
05.01.15	R$	1.906,27		1,1927852	2.273,77	696,07	2.969,84
05.02.15	R$	1.906,27		1,1844858	2.257,95	668,64	2.926,59
05.03.15	R$	1.906,27		1,1802711	2.249,92	643,77	2.893,68
05.04.15	R$	1.906,27		1,1684776	2.227,43	615,06	2.842,49
05.05.15	R$	1.906,27		1,1561388	2.203,91	586,53	2.790,44
05.06.15	R$	1.906,27		1,1510026	2.194,12	561,98	2.756,10
05.07.15	R$	1.906,27		1,1433459	2.179,53	536,44	2.715,97
05.08.15	R$	1.906,27		1,1361063	2.165,73	511,39	2.677,12
05.09.15	R$	1.906,27		1,1319203	2.157,75	487,93	2.645,67
05.10.15	R$	1.906,27		1,1199899	2.135,00	461,44	2.596,44
05.11.15	R$	1.906,27		1,0996523	2.096,23	432,09	2.528,33
05.12.15	R$	1.906,27		1,0846717	2.067,68	405,53	2.473,21
05.01.16	R$	1.906,27		1,0784914	2.055,90	382,66	2.438,56
05.02.16	R$	1.906,27		1,0660124	2.032,11	357,91	2.390,02
05.03.16	R$	1.906,27		1,0535978	2.008,44	333,66	2.342,10
05.04.16	R$	1.906,27		1,0484784	1.998,68	312,05	2.310,74
05.05.16	R$	1.906,27		1,0443911	1.990,89	290,93	2.281,82
05.06.16	R$	1.906,27		1,0346872	1.972,39	268,50	2.240,89
05.07.16	R$	1.906,27		1,0195148	1.943,47	245,13	2.188,60
05.08.16	R$	1.906,27		1,0177223	1.940,05	225,30	2.165,35
05.09.16	R$	1.906,27		1,0161239	1.937,01	205,57	2.142,58
05.10.16	R$	1.906,27		1,0141566	1.933,26	185,84	2.119,10
05.11.16	R$	1.906,27		1,0127453	1.930,57	166,28	2.096,84

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	Página 3 / 3
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 24.07.17

120

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.07.17	R$	1.906,27		1,0000000	1.906,27	11,68	1.917,95
A transportar:		69.176,89			75.480,04	14.387,37	89.867,41

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	494.193,60
Amortizado	89.867,41
Honorários (10%)	49.419,36
Total Geral	**R$ 453.745,55**

Porto Alegre, 24 de julho de 2017

121

1

MATRÍCULA ATUALIZADO DO IMÓVEL

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Novo Hamburgo, 17 de novembro de 1993	FLS. 1	MATRÍCULA 61.180

122

IMÓVEL: O Apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com área real privativa de 263,757 metros quadrados, área real total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos.
PROPRIETÁRIO: Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, casado no regime da comunhão universal de bens com Áurea Maria Machado Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Neto nº 54, apartamento 204.
PROCEDÊNCIA : Matrícula nº 34.682, do livro nº 2, datada em 08.02.1984.
TÍTULO: Individualização.
FORMA DE TÍTULO: requerimento firmado em 20 de outubro de 1993, e documentos apresentados.
VALOR ATRIBUÍDO À UNIDADE: CR$13.000.000,00.
Data supra. O Oficial: 12,00
AL.Prot.nº: 148.236, de 20.10.1993.

AV 1- 61.180- Vide convenção de condomínio, registrada no livro nº 3, sob R - 4430.
Data supra. O Oficial: 824,00
AL.Prot.nº: 148.237, de 20.10.1993.

AV 2- 61.180 - De conformidade com documentos apresentados, os adquirentes Wilson Edison Alano e sua mulher Áurea Maria Machado --- Alano, mencionados na presente matrícula, se separaram conforme -- sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Sérgio Vanderlei Pires, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Pelotas - RS, datada de 23.04.1996, transitada em julgado em 08.05.1996, passando e --- mulher a usar o nome de Áurea Maria Machado.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala: 29,00
L. Prot. nº 192.180, de 14.05.1999.

AV 3- 61.180 - CAUÇÃO LOCATÍCIA:
De conformidade com contrato particular de locação de imóvel não - residencial, firmado em 01 de maio de 1999, em que é locadora Solidez Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 88.756.531/0001-50, estabelecida em Porto Alegre, RS, na rua Dona Laura nº 707, salá 707, neste ato representada por seu sócio-gerente Sr. Isaac Iochpe; locatária Farmácia Dermatológica Ltda., pessoa jurídica de direito privado -- inscrita no CGC/MF sob nº 87.448.833/0001-06, estabelecida na rua-

CONTINUA NO VERSO

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

FLS. 1 VERSO | MATRÍCULA 61.180

Novo Hamburgo, de de 199

15 de novembro nº 622, na cidade de Pelotas-RS, neste ato representada por seus sócios Sr. Wilson Edison Alano e Sra. Áurea Maria Machado; e como caucionantes Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, separado judicialmente, inscrito CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva nº 190, apto 301, nesta cidade; e Áurea Maria Machado, brasileira, sócia de empresa, separada judicialmente inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, residente e domiciliada na rua Vereador Volnei Vieira nº 100, na cidade de Pelotas, RS; tem entre si justo e contratado a locação da loja para fins não residenciais, localizada na rua dos Andradas nº 1758, em Porto Alegre-RS, mediante as cláusulas e condições que seguem: PRIMEIRA: O prazo da locação é de 03 anos, com início em 10 de maio de 1999 e término em 09 de abril de 2.002. Esgotado o prazo ora ajustado de vigência do contrato se a Locatária, sem oposição da Locadora, permanecer no imóvel por mais de 30 dias, ficará prorrogada por prazo indeterminado a locação; SEGUNDA: o aluguel mensal convencionado é de R$4.000,00, com vencimento no último dia de cada mês, devendo ser pago pela locatária, até o dia 05 do mês seguinte ao vencido, no caixa da administradora ou onde e a quem a locadora indicar por escrito. OITAVA: os fiadores sr. Wilson Edison Alano e sra. Áurea Maria Machado dão em caução o imóvel objeto da presente matrícula, para garantia das obrigações decorrentes do presente contrato. Demais condições: as do contrato.

Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.

A Oficiala:

L. Prot. nº 192.181, de 14.05.1999.

R$ 234,60

R 4- 61.180 - PENHORA:

DEVEDORES: Wilson Edison Alano, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apto. 301, e Aurea Maria Machado Alano, residente e domiciliada em Pelotas, RS, na rua Ver. Wolnei Vieira, nº 100.

CREDOR: Manglio Maria Gobbi.

FORMA DE TÍTULO: mandado de registro de penhora, expedido em 24 de julho de 2000 e auto de arresto e depósito, expedido em 01 de março de 2000, ambos pela 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo. Processo nº 190 0568915.

VALOR: R$61.864,96.

Novo Hamburgo, 08 de agosto de 2000.

A Escr. Aut.:

JS.Prot.nº 203.421, de 31.07.2000.

R$ 227,70

AV 5- 61.180 - De conformidade com Ofício nº 2564/2008, expedido em 12 de setembro de 2008, pela 18ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de Porto Alegre, RS, fica cancelada a penhora objeto do R 4- 61.180. Valor: R$61.864,96.

Novo Hamburgo, 16 de setembro de 2008.

A Escr. Aut.:

EO.Prot.nº 276.907, de 15.09.2008.

Emolumentos: R$138,00. Selo: 0396.07.0700003.03480 - R$6,00.

AV 6- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 08 de abril de 2015, pela Distribuição da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 615-A,

CONTINUA À FOLHA 2

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Novo Hamburgo, de de

FLS.	MATRÍCULA
2	61.180

123

Lei nº 11.382/2006, a distribuição em 08.04.2015 da ação de execução de título executivo extrajudicial, processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída à 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, inserito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 29 de abril de 2015.
Escrevente:
CT.GC.Prot.nº 354.189, de 16.04.2015.
Emolumentos: R$27,30, Selo: 0396.03.1500001.00669 = R$0,55. Processamento Eletrônico de Dados: R$3,60, Selo: 0396.01.1400003.74962 = R$0,30.

AV 7- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 15.03.2016, tendo como emissora a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade 201603.1511.00118992-IA-050, processo nº 50582158620114047100.
Novo Hamburgo, 15 de março de 2016.
Escrevente:
CT.AC.Prot.nº 364.935, de 15.03.2016.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500001.23982 = R$0,70.

AV 8- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, que fica cancelada a indisponibilidade objeto da AV 7-61.180, conforme ordem de cancelamento emitida via CNIB.
Novo Hamburgo, 10 de julho de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 378.533, de 07.07.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.12329 = R$2,70.

CONTINUA NO VERSO

Certifico que a presente, extraída nos termos do § 1º

124

DECISÕES ATINENTE A FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

358

PODER JUDICIÁRIO - RS

125

001/1.12.0222373-8 (CNJ:.0299065-05.2012.8.21.0001)

Vistos.

Acolho integralmente o parecer retro do Ministério Público no sentido de fixar em favor da requerente encargo alimentar que pleiteia. Conquanto se trate de pessoa maior e capaz, depreende-se dos elementos que informam os autos, contudo, premente sua necessidade de obter do ex-companheiro, ao menos por ora, o auxílio buscado. A par da inconteste união estável havida, vez que admitida pelo próprio requerido (fl. 261 e 273), evidencia-se, por outro lado, que a requerente se encontra desempregada, com dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, o que nas circunstâncias é perfeitamente compreensível.

Assim, dando parcial acolhimento ao pontual pedido formulado pela autora, fixo em seu favor **alimentos provisionais** no patamar de **oito salários mínimos**, piso nacional, importância que deverá ser paga pelo requerido até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta bancária daquela.

Intimem-se. A autora, inclusive, para réplica.

Dil. Legais.

Em 26/12/2012

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

126

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Rua Márcio Veras Vidor (antiga Rua Celeste Gobato), 10

Processo nº:	001/1.12.0222373-8 (CNJ: 0299065-05.2012.8.21.0001)
Natureza:	Ação relativa à União Estável
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu:	Wilson Edison Alano
Juiz Prolator:	Nilton Tavares da Silva
Data:	20/05/2013

Vistos etc.

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA, devidamente qualificada na inicial, ajuizou a presente "***ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c partilha de bens e pedido de alimentos***" contra **WILSON EDISON ALANO**, igualmente qualificado, alegando ter convivido maritalmente com o requerido no período compreendido entre julho de 2001 a maio de 2012. Argumenta que trabalhava com o réu, percebendo um salário mensal de aproximadamente R$ 6.000,00, tendo o casal, na constância da relação, adquirido bens

PODER JUDICIÁRIO - RS

127

procedência da ação com o reconhecimento da união, partilha dos bens e fixação de alimentos em seu favor no valor equivalente a dez (10) salários mínimos, além da condenação do demandado no pagamento das parcelas sucumbenciais.

Com a inicial, trouxe a requerente os documentos de fls. 18/236, complementados às fls. 239/244, tendo postulado e obtido o benefício da AJG (fl. 245).

Em audiência prévia, inexitosa a conciliação (fl. 259), citado, contestou o requerido, peça que veio aos autos as fls. 260/273, acompanhada dos documentos de fls. 274/352. Embora tenha concordado expressamente com a união estável havida no período declinado na inicial, insurgiu-se, entretanto, quanto a alegação da autora de que dele dependia financeiramente. No ponto, sustentou que a requerente desempenha atividade profissional autônoma e nunca dependeu de ajuda para sua subsistência, não tendo ele, de resto, condições de arcar com encargo, além de se tratar aquela de pessoa apta para o trabalho, não necessitando, enfim, do auxílio que pleiteia. No que diz com a divisão de bens, sustentou que o automóvel Hyundai/Santa Fé, placas IWA 0342, encontra-se

PODER JUDICIÁRIO - RS -

128

referentes às parcelas quitadas na constância da união. Quanto às lojas, da mesma forma, não se opõe à divisão desde que partilhadas as dívidas contraídas na proporção de 50% para cada um. Propugnou, enfim, pela improcedência dos pedidos contestados.

Fixados alimentos provisionais em favor da requerente no patamar de oito salários mínimos (fl. 358), foi replicada a contestação (fls. 361/366). Com novos documentos carreados aos autos (fls. 377/451 e 453/455), declarada encerrada a instrução e oportunizada aos litigantes a apresentação de memoriais (fl. 456), apenas o requerido os apresentou ratificando suas teses (fls. 342/352), quedando-se silente a requerente.

Com vista, o órgão do Ministério Público lançou Parecer acostado às fls. 463/468, opinando, em resumo, pela parcial procedência da ação.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

Decido.

PODER JUDICIÁRIO - RS -

união estável é incontroversa, tendo o requerido se insurgindo, apenas e tão somente, contra as pretensões relativas à instituição de encargo alimentar e a partilha nos moldes pretendidos. Passo, por conseguinte, à análise desses dois aspectos.

Tocante à partilha, à míngua de pacto firmado entre os conviventes, os bens adquiridos na constância da relação devem ser divididos na proporção de 50% para cada um, não tendo este Julgador, no ponto, nenhum reparo a fazer à proposição do Ministério Público em seu Parecer final (fls. 463/468). Assim, a partilha deverá ser ultimada nos moldes em que sugerida pelo digno agente, precedida sempre que necessário da pertinente liquidação, fazendo jus a autora:

a) 50% dos valores das parcelas quitadas durante a relação relativas ao financiamento para aquisição do automóvel adquirido na constância relação, devidamente corrigidos desde as respectivas datas de pagamentos, mais juros legais contados da citação;

b) 50% dos valores relativos às quotas sociais e lucros das lojas de Canoas e São Leopoldo

PODER JUDICIÁRIO - RS

de eventual numerário então existente em conta bancária do réu, cujos valores deverão ser acrescidos de correção monetária retroativamente à data da ruptura da vida em comum, mais juros legais contados da citação.

No tocante ao **encargo alimentar**, considerando que nada de substancial em termos probatórios sobreveio aos autos desde a decisão que antecipou os efeitos da tutela no sentido de fixá-lo em **oito salários mínimos**, opto por tornar definitiva a obrigação em tal patamar, ao menos até que venha ser ultimada a partilha dos bens adquiridos pelo casal nos termos em que aqui comandados. É o valor que vigora desde o limiar da demanda e contra o qual, vale ressaltar, não foi manejado nenhum recurso com o fito de revertê-lo para mais ou para menos, o que se constitui em um elemento a mais a sinalizar que está razoavelmente ajustado ao binômio necessidade/possibilidade.

De resto, a partir dos elementos de provas carreados aos autos verifica-se as plenas condições financeiras do requerido para manter o auxílio alimentar no patamar instituído, vez que se trata de empresário do ramo farmacêutico,

PODER JUDICIÁRIO - RS

de bom padrão de vida conforme comprovam as movimentações de seus cartões de crédito (fls. 56/127). E, no que tange as necessidades, conforme bem ressaltou o agente ministerial em seu Parecer final ***"a autora encontra-se desempregada, ficando caracterizada sua situação de necessidade, tendo em vista que ela não encontrou estabilização no mercado de trabalho e ainda está afastada da gestão de parte do patrimônio amealhado pelo casal, impondo-se ao varão que a auxilie neste quesito..."***.

Dou em tais termos, em suma, parcial acolhimento aos pedidos.

PELO EXPOSTO, julgo **parcialmente procedente** a ação para:

a) declarar a união estável havida entre a autora e o requerido no período compreendido entre julho de 2001 a maio de 2012;

b) tornar definitivo o encargo alimentar a ser suportado pelo requerido no valor mensal correspondente a oito (08) salários mínimos, piso nacional, em favor da ex-convivente, importância que deverá continuar a ser paga nos termos em que

PODER JUDICIÁRIO - RS -

d) assegurar à autora o direito à partilha nos precisos termos postos fundamentação.

Sucumbente na quase integralidade, condeno exclusivamente o requerido a suportar as custas processuais e os honorários advocatícios aos patronos da parte adversa, verba esta que fixo em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), atento aos critérios do § 4º do art. 20 do CPC, restando indeferido, finalmente, neste ato sentencial, o benefício da AJG por ele postulado por não se enquadrar na condição de necessitado nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei 1.060/50, tratando-se, em verdade, como ressaltado na fundamentação ao ser analisada suas possibilidades em relação ao encargo alimentar, de bem sucedido empresário.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se.

Porto Alegre, 20 de maio de 2013.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito

INTIMAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO 503 RS 133

AFS
Nº 70055458129 (Nº CNJ: 0270439-91.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. DEVER DE MÚTUA ASSISTÊNCIA. Os alimentos entre os companheiros têm caráter de mútua assistência (artigo 1.566, inciso III, do Código Civil), encontrando-se amparados no dever da solidariedade (artigo 1.694, do código Civil), os quais vêm consagrados no princípio da solidariedade familiar, com fundamento nos artigos 1.702 e 1.704, *caput*, ambos do Código Civil. Comprovada a necessidade da alimentada e a possibilidade do alimentante, devem ser mantidos os alimentos na forma fixada.
NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

APELAÇÃO CÍVEL	OITAVA CÂMARA CÍVEL
Nº 70055458129 (Nº CNJ: 0270439-91.2013.8.21.7000)	COMARCA DE PORTO ALEGRE
WILSON EDISON ALANO	APELANTE
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA	APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, **à unanimidade, em negar provimento ao recurso.**

Custas na forma da lei.

PODER JUDICIÁRIO
503v
RS

134

AFS
Nº 70055458129 (Nº CNJ: 0270439-91.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ,
Relator.

RELATÓRIO

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ (RELATOR)

Demanda. Trata-se de ação de dissolução de união estável cumulada com alimentos e partilha de bens proposta por M.B.P.S. contra W.E.A.

Sentença. Julgou parcialmente procedente a demanda para **(a)** declarar a existência da união estável entre as partes no período de 2001 até 2012, bem como sua dissolução, **(b)** determinar a partilha e **(c)** confirmar os alimentos fixados provisoriamente no valor equivalente a 08 (oito) salários mínimos. Em face da sucumbência mínima, condenou o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), restando indeferido o benefício da AJG – fls. 469-472.

Apelação. O demandado recorreu pleiteando a reforma da sentença no que tange ao encargo alimentar. Sustentou que a alimentada, desde antes da união estável, sempre trabalhou e proveu o próprio sustento, não sendo, portanto, devidos os alimentos. Alternativamente, pugnou pela redução dos alimentos. Por fim, requereu o provimento do apelo para reformar a sentença neste ponto – fls. 474-483.

A apelada apresentou contrarrazões – fls. 487-496.

PODER JUDICIÁRIO
504
RS

Registro que foi observado o disposto nos artigos 549, 551 e 552, do Código de Processo Civil, tendo em vista a adoção do sistema informatizado.

É o relatório.

VOTOS

DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ (RELATOR)

O recurso manejado merece ser conhecido, já que preenchidos os requisitos de admissibilidade.

As questões devolvidas à apreciação deste Órgão Fracionário dizem respeito aos alimentos devidos pelo demandado à ex-companheira.

Com efeito, não merece provimento a inconformidade da parte demandada.

Inicialmente, destaco que deve ser considerado o binômio necessidade-possibilidade.

No entanto, tratando-se de alimentos prestados à ex-companheira, imperioso que se analise com bastante cuidado o binômio alimentar, porquanto, ainda que haja dever de mútua assistência entre os ex-companheiros, há necessidade de plena comprovação da necessidade e da possibilidade.

No caso dos autos, a autora comprovou suas alegações, pois restou evidente que não tem condições de prover o próprio sustento.

Importante salientar que a suplicante, durante a união do casal, laborou nos negócios da família, questão incontroversa, uma vez que o demandado não nega este fato. Sendo que, quando da separação do casal,

PODER JUDICIÁRIO
504v
RS
136

Ademais, a tese sustentada pelo alimentante em suas razões recursais, assegurando que a autora possui empresa própria, não restou devidamente comprovada. Confesso que vislumbro pequeno indício de veracidade destas alegações, mas, tratando-se de alimentos, com estreito vínculo com a dignidade da pessoa humana, meros indícios não são suficientes para afastar o dever do ex-companheiro em auxiliar aquela com quem conviveu por 11 (onze) anos.

Por fim, não restou comprovada a impossibilidade do alimentante, pois, havendo os alimentos sido fixados em valor adequado, não há falar em prejuízo ao apelante com o pagamento da pensão determinada. Tanto é assim, que o alimentos vem sendo pagos desde a sua fixação liminar, sem qualquer irresignação do alimentante, o que comprova sua possibilidade e adequação do valor estabelecido.

Nesse sentido já me manifestei em outra oportunidade:

> *APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE BENS. ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADES. DEVER DE MÚTUA ASSISTÊNCIA. Os alimentos entre os companheiros têm caráter de mútua assistência (artigo 1.566, inciso III, do Código Civil), encontrando-se amparados no dever da solidariedade (artigo 1.694, do código Civil), os quais vêm consagrados no princípio da solidariedade familiar, com fundamento nos artigos 1.702 e 1.704, caput, ambos do Código Civil. Comprovada a necessidade da alimentada e a possibilidade do alimentante, devem ser mantidos os alimentos na forma fixada. Não vinga a pretensão de partilha de bens cuja existência sequer foi provada, bem como aqueles de propriedade de terceiro alheio à*

PODER JUDICIÁRIO 505 RS

137

AFS
Nº 70055458129 (Nº CNJ: 0270439-91.2013.8.21.7000)
2013/CÍVEL

Assim, a manutenção dos alimentos fixados se justifica em razão do dever de mútua assistência com origem na incontroversa união estável e da necessidade comprovada pela demandada.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao apelo.

DES. RICARDO MOREIRA LINS PASTL (REVISOR) - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. RUI PORTANOVA (PRESIDENTE) - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. RUI PORTANOVA - Presidente - Apelação Cível nº 70055458129, Comarca de Porto Alegre: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME."

Julgador(a) de 1º Grau: NILTON TAVARES DA SILVA

confere com original eletrônico

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: ALZIR FELIPPE SCHMITZ
Nº de Série do certificado: 589680206712E6CBACD87F07AD0C173F
Data e hora da assinatura: 26/09/2013 17:58:56

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs/ e digite o seguinte número verificador: 70055458129201316716l0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO 506 RS

Nº 70055458129 (Nº CNJ: 0270439-91.2013.8.21.7000)COMARCA DE PORTO ALEGRE 138

APELAÇÃO CÍVEL OITAVA CÂMARA CÍVEL

CERTIDÃO MP

CERTIFICO e DOU FÉ que intimei pessoalmente o(a) representante do Ministério Público da decisão retro, na data de sua efetiva assinatura.

Maria Teresa Nedel Duarte,
Secretária.

cópia original eletrônico

Este e um documento eletrônico assinado digitalmente por
Signatario: RICARDO VAZ SEELIG
Nº de Série do certificado: 4744AB821AB95931638271439 4B1AA12
Data e hora da assinatura: 27/09/2013 09:57:56

Signatario: MARIA TERESA NEDEL DUARTE
Nº de Série do certificado: 472FED64B04248D2BAEACAB23EFBA13D
Data e hora da assinatura: 27/09/2013 10:05:55

Para conferência do conteudo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs/ e digite o seguinte numero verificador: 70055458129201316300 00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

70055458129

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, para ciência das partes interessadas, que, em 2 de outubro de 2013, foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 5175 a Nota de Expediente nº 717/2013, considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil que se seguir, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, com a seguinte decisão:

"70055458129 (CNJ: 270439-91.2013.8.21.7000) - UNIAO ESTAVEL, - 5.VARA FAMILIA E SUCESSOES - PORTO ALEGRE (1/112022237 38) - W.E.A. (ADV(S) JORGE ABDALA SEADI, PAULO AFONSO BISOL), APELANTE; M.B.P.D.S. (ADV(S) LUCILA BEATRIZ ABDALLAH NUNES, PAULO ADRIANO ROLIM ABDALAH), APELADO(A).
"NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME."

Porto Alegre, 2 de outubro de 2013.

MARIA TERESA NEDEL DUARTE,
Secretária.

140
1

INTIMAÇÃO

CERTIFICO e DOU FÉ que, nesta data, intimei o(a) Dr(a) .....,
OAB n ..... da r. **decisão** de fl(s). da qual ficou ciente. Secretaria da Oitava Câmara Cível, em .....

.....
Secretaria de Câmara

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

141

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Cadastre-se o novo procurador da parte credora (fl. 110). Após, intime-se o executado para que pague, no prazo de quinze dias, o valor informado às fls. 119/120, pena de prosseguimento da execução com a subsequente expropriação de bens, tal como postulado à fl. 117.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 31/07/2017.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

142

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA _____ DA COMARCA DE PORTO ALEGRE

_____ já qualificado nos autos da ação *infra* descrito vem à presença de Vossa Excelência requerer a juntada aos autos de

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Em favor da estagiária: **LUIZA ALVES ROLIM**, inscrito na OAB/RS 49E906, com endereço profissional na Rua Baronesa do Gravataí, n.º 137, cj. 503, Bairro Cidade Baixa, CEP: 90.160-070, em Porto Alegre / RS, fone: (51) 3012-5859, onde recebe intimações e notificações judiciais, **os poderes para extrair cópias, retirar documentos ou ofícios e fazer carga** que nos foram outorgados nos autos do processo n.º _____.

SENDO VEDADO O CADASTRAMENTO NO SISTEMA THEMIS

TJ-RS Porto Alegre - 05-Fev-2018-14:00-003021-2/2 5 Vara de Família do Foro Central

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2018.

P.p.: Cláudio César Rava
OAB/RS 58.693

P.p.: Lucas Vargas Santa Maria
OAB/RS69.756

5 Vara de Família do Foro Central

TJ-RS Porto Alegre -08-Fev-2013-14:00-003022-1/2

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 3, PROCJUDIC4, Página 15

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

143

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **57/2018,** expedida em 06 de fevereiro de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6199 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 08/02/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS e Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). - Vistos. - Cadastre-se o novo procurador da parte credora (fl. 110). Após, intime-se o executado para que pague, no prazo de quinze dias, o valor informado às fls. 119/120, pena de prosseguimento da execução com a subsequente expropriação de bens, tal como postulado à fl. 117. - Dil. Legais.

Porto Alegre, 07/02/2018,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR | DATA
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO | 07/02/2018 10h16min

CERTIFICO E DOU FÉ que decorreu o prazo de 5 dias sem notícia de pagamento por parte do executado.

Em 14 / 03 / 18

O Escrivão

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

144

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Nos termos do art. 845, § 1º do CPC, lavre-se termo de penhora sobre o imóvel de propriedade do executado (fls. 122-3).

- Munida de cópia do referido termo, deverá a credora providenciar a averbação da constrição perante o Registro de Imóveis, comprovando nos autos nos dez dias subsequentes, conforme previsão do art. 844 do CPC.

- Sem prejuízo disso, intime-se o devedor da penhora através do procurador constituído nos autos por nota de expediente (art. 841 do CPC), seu respectivo cônjuge, acaso casado for, bem como o credor hipotecário em razão do gravame averbado na certidão imobiliária (art. 799, I do CPC).

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 15/03/2018.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMÍLIA
Rua Manoelito de Ornellas, 50 - CEP: 90110230 Fone: 51-3210-6500

145

Processo n.º: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Executado: Wílson Édison Alano

Parte Executada:
Wílson Édison Alano, brasileiro, separado, branco, natural de Criciúma/SC, filho de Wilson Alano e de Guiomar Medeiros Alano, nascido em 05/05/1948, RG 7004441213/RS, CPF 148.220.910/15

TERMO DE REDUÇÃO DE BEM IMÓVEL À PENHORA

Aos 19/03/2018, eu, Escrivã abaixo assinada, em cumprimento à decisão judicial de fls. 144, nos autos da execução acima identificada, e de conformidade com o disposto no § 1º do artigo 845 do Código de Processo Civil, REDUZO A TERMO a penhora que recaiu sobre o bem constante da petição de fls. 122/123 (imóvel de matrícula nº 61.180, Livri nº 2 – Registro Geral, do Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo - RS), que fica fazendo parte integrante deste, de propriedade do executado, que será intimado por meio de seu advogado, ou, pessoalmente, da condição de fiel depositário do bem constrito.

Márcio Silva da Costa
Oficial Ajudante Designado

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

Devidamente intimado para pagamento o executado manteve-se inerte, desta feita, impõe o prosseguimento do feito com a penhora do imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apartamento 301, na cidade de Novo Hamburgo / RS, devidamente descrito na matrícula de nº 61.180, do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo (já anexada aos autos), ato continuo pugna pela intimação do executado através de seu advogado, bem como, pela expedição de carta precatória de avaliação.

Segue ainda em anexo, planilha atualizada do débito apontando crédito na monta de R$ 549.587,38 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 14 de março de 2018.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA
OAB/RS 69.756

Memória Discriminada — **Sistema Exotics Memorial**

Processo : 001/1.13.0072006-0
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva
Devedor : Wilson Édison Alano

Página 1 / 3

Atualizado para 14.03.18

Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.13 a 01.03.18)
Juros: 12% ao ano (05.02.13 a 14.03.18)
Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.13	R$	5.424,00		1,3646342	7.401,78	4.536,57	11.938,35
05.03.13	R$	5.424,00		1,3608824	7.381,43	4.450,29	11.831,71
05.04.13	R$	5.424,00		1,3581266	7.366,48	4.367,61	11.734,09
05.05.13	R$	5.424,00		1,3563633	7.356,91	4.288,37	11.645,28
05.06.13	R$	5.424,00		1,3550171	7.349,61	4.210,62	11.560,23
05.07.13	R$	5.424,00		1,3458159	7.299,71	4.109,03	11.408,73
05.08.13	R$	5.424,00		1,3425156	7.281,80	4.026,13	11.307,94
05.09.13	R$	5.424,00		1,3381221	7.257,97	3.940,38	11.198,35
05.10.13	R$	5.424,00		1,3194964	7.156,95	3.813,96	10.970,91
05.11.13	R$	5.424,00		1,3091815	7.101,00	3.713,14	10.814,14
05.12.13	R$	5.424,00		1,3048943	7.077,75	3.630,20	10.707,95
05.01.14	R$	5.792,00		1,2973105	7.514,02	3.778,83	11.292,85
05.02.14	R$	5.792,00		1,2912108	7.478,69	3.686,27	11.164,96
05.03.14	R$	5.792,00		1,2842911	7.438,61	3.592,13	11.030,74
05.04.14	R$	5.792,00		1,2645723	7.324,40	3.463,73	10.788,14
05.05.14	R$	5.792,00		1,2560812	7.275,22	3.367,72	10.642,95
05.06.14	R$	5.792,00		1,2560812	7.275,22	3.294,97	10.570,19
05.07.14	R$	5.792,00		1,2560812	7.275,22	3.222,22	10.497,44
05.08.14	R$	5.792,00		1,2560812	7.275,22	3.149,47	10.424,69
05.09.14	R$	5.792,00		1,2557469	7.273,29	3.075,90	10.349,18
05.10.14	R$	5.792,00		1,2531224	7.258,09	2.996,89	10.254,97
05.11.14	R$	5.792,00		1,2484563	7.231,06	2.913,42	10.144,48
05.12.14	R$	5.792,00		1,2369578	7.164,46	2.814,94	9.979,40
05.01.15	R$	6.304,00		1,2291167	7.748,35	2.966,87	10.715,22
05.02.15	R$	6.304,00		1,2205645	7.694,44	2.869,28	10.563,72
05.03.15	R$	6.304,00		1,2162214	7.667,06	2.782,40	10.449,46
05.04.15	R$	6.304,00		1,2040687	7.590,45	2.678,69	10.269,14
05.05.15	R$	6.304,00		1,1913540	7.510,30	2.575,30	10.085,60
05.06.15	R$	6.304,00		1,1860614	7.476,93	2.489,09	9.966,03
05.07.15	R$	6.304,00		1,1781714	7.427,19	2.398,26	9.825,46
05.08.15	R$	6.304,00		1,1707114	7.380,16	2.309,28	9.689,44
05.09.15	R$	6.304,00		1,1663979	7.352,97	2.227,24	9.580,21
05.10.15	R$	6.304,00		1,1541040	7.275,47	2.131,01	9.406,48
05.11.15	R$	6.304,00		1,1331470	7.143,36	2.020,88	9.164,24
05.12.15	R$	6.304,00		1,1177101	7.046,04	1.922,89	8.968,93
05.01.16	R$	7.040,00		1,1113416	7.823,84	2.056,91	9.880,76
05.02.16	R$	7.040,00		1,0984825	7.733,32	1.955,78	9.689,10
05.03.16	R$	7.040,00		1,0856897	7.643,26	1.856,57	9.499,83
05.04.16	R$	7.040,00		1,0804144	7.606,12	1.771,49	9.377,61

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	Página 2 / 3
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 14.03.18

145

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.12.16	R$	7.040,00		1,0428696	7.341,80	1.122,59	8.464,39
05.01.17	R$	7.496,00		1,0371360	7.774,37	1.110,98	8.885,35
05.02.17	R$	7.496,00		1,0312691	7.730,39	1.027,39	8.757,79
05.03.17	R$	7.496,00		1,0305491	7.725,00	949,43	8.674,42
05.04.17	R$	7.496,00		1,0304593	7.724,32	872,10	8.596,42
05.05.17	R$	7.496,00		1,0304593	7.724,32	794,86	8.519,18
05.06.17	R$	7.496,00		1,0304593	7.724,32	717,61	8.441,94
05.07.17	R$	7.496,00		1,0304593	7.724,32	640,37	8.364,69
05.08.17	R$	7.496,00		1,0303265	7.723,33	563,06	8.286,38
05.09.17	R$	7.496,00		1,0287878	7.711,79	485,10	8.196,89
05.10.17	R$	7.496,00		1,0243503	7.678,53	406,22	8.084,75
05.11.17	R$	7.496,00		1,0218638	7.659,89	328,63	7.988,52
05.12.17	R$	7.496,00		1,0161213	7.616,85	250,62	7.867,46
05.01.18	R$	7.632,00		1,0073240	7.687,90	176,08	7.863,97
05.01.18	R$	7.632,00		1,0073240	7.687,90	176,08	7.863,97
05.03.18	R$	7.632,00		1,0000000	7.632,00	22,16	7.654,16
A transportar:		402.144,00			462.738,17	141.126,92	603.865,08

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.07.14	R$	1.680,42		1,2560812	2.110,74	934,86	3.045,60
05.08.14	R$	1.680,42		1,2560812	2.110,74	913,75	3.024,49
05.09.14	R$	1.680,42		1,2557469	2.110,18	892,40	3.002,59
05.10.14	R$	1.680,42		1,2531224	2.105,77	869,48	2.975,25
05.11.14	R$	1.680,42		1,2484563	2.097,93	845,26	2.943,19
05.12.14	R$	1.680,42		1,2369578	2.078,61	816,69	2.895,30
05.01.15	R$	1.906,27		1,2291167	2.343,03	897,15	3.240,18
05.02.15	R$	1.906,27		1,2205645	2.326,73	867,64	3.194,37
05.03.15	R$	1.906,27		1,2162214	2.318,45	841,37	3.159,82
05.04.15	R$	1.906,27		1,2040687	2.295,28	810,01	3.105,29
05.05.15	R$	1.906,27		1,1913540	2.271,04	778,75	3.049,79
05.06.15	R$	1.906,27		1,1860614	2.260,95	752,68	3.013,63
05.07.15	R$	1.906,27		1,1781714	2.245,91	725,21	2.971,13
05.08.15	R$	1.906,27		1,1707114	2.231,69	698,30	2.930,00
05.09.15	R$	1.906,27		1,1663979	2.223,47	673,50	2.896,97
05.10.15	R$	1.906,27		1,1541040	2.200,03	644,40	2.844,43
05.11.15	R$	1.906,27		1,1331470	2.160,08	611,09	2.771,18
05.12.15	R$	1.906,27		1,1177101	2.130,66	581,46	2.712,12
05.01.16	R$	1.906,27		1,1113416	2.118,52	556,96	2.675,48
05.02.16	R$	1.906,27		1,0984825	2.094,00	529,58	2.623,58
05.03.16	R$	1.906,27		1,0856897	2.069,62	502,72	2.572,33

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0 Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva Devedor : Wilson Édison Alano	Página 3 / 3 Atualizado para 14.03.18

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.11.16	R$	1.906,27		1,0435928	1.989,37	324,07	2.313,44
05.12.16	R$	1.906,27		1,0428696	1.987,99	303,97	2.291,96
05.01.17	R$	1.906,27		1,0371360	1.977,06	282,53	2.259,59
05.02.17	R$	1.906,27		1,0312691	1.965,88	261,27	2.227,15
05.03.17	R$	1.906,27		1,0305491	1.964,50	241,44	2.205,95
05.04.17	R$	1.906,27		1,0304593	1.964,33	221,78	2.186,11
05.05.17	R$	1.906,27		1,0304593	1.964,33	202,14	2.166,47
05.06.17	R$	1.906,27		1,0304593	1.964,33	182,49	2.146,83
05.07.17	R$	1.906,27		1,0304593	1.964,33	162,85	2.127,18
05.08.17	R$	1.906,27		1,0303265	1.964,08	143,19	2.107,27
05.09.17	R$	1.906,27		1,0287878	1.961,15	123,36	2.084,51
05.10.17	R$	1.906,27		1,0243503	1.952,69	103,30	2.055,99
05.11.17	R$	1.906,27		1,0218638	1.947,95	83,57	2.031,52
05.12.17	R$	1.906,27		1,0161213	1.937,00	63,73	2.000,74
05.01.18	R$	1.906,27		1,0073240	1.920,23	43,98	1.964,21
05.02.18	R$	1.906,27		1,0006000	1.907,41	24,61	1.932,03
05.03.18	R$	1.906,27		1,0000000	1.906,27	5,53	1.911,80
A transportar:		84.427,05			93.275,89	21.388,32	114.664,21

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	603.865,08
Amortizado	114.664,21
Honorários (10%)	60.386,51
Total Geral	**R$ 549.587,38**

Porto Alegre, 14 de março de 2018

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

150

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **206/2018,** expedida em 20 de março de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6226 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 21/03/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS e Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). - Vistos. - Nos termos do art. 845, § 1° do CPC, lavre-se termo de penhora sobre o imóvel de propriedade do executado (fls. 122-3). - Munida de cópia do referido termo, deverá a credora providenciar a averbação da constrição perante o Registro de Imóveis, comprovando nos autos nos dez dias subsequentes, conforme previsão do art. 844 do CPC. - Sem prejuízo disso, intime-se o devedor da penhora através do procurador constituído nos autos por nota de expediente (art. 841 do CPC), seu respectivo cônjuge,

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

EXPEDIDO**********

Porto Alegre, 20/03/2018,

Escrivão(à) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

151

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
20/03/2018 10h22min

CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu em branco o prazo da N.E. retro.
Nada mais.

Porto Alegre-RS, 03/05/18. Servidor.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

152

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **464/2018,** expedida em 23 de maio de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6270 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 24/05/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS e Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). Diga a parte autora sobre o prosseguimento do feito.

Porto Alegre, 23/05/2018,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO	23/05/2018 15h13min

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

A autora efetivou o registro da penhora do imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apartamento 301, na cidade de Novo Hamburgo / RS, devidamente descrito na matrícula de nº 61.180, do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo, em anexo segue matricula atualizada com o registro.

Outrossim, o executado devidamente intimado manteve-se inerte.

Desta feita, requer seja expedido com urgência, considerando a natureza alimentar da verba, carta precatória de avaliação e praça.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 23 de maio de 2018.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA
OAB/RS 69.756

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Comarca de Novo Hamburgo/RS
OFÍCIO DE REGISTROS PÚBLICOS
Clari Barreta Brenner - Oficiala

154

CERTIDÃO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei e por assim ter sido pedido, que revendo neste Ofício, o Livro nº 2 - Registro Geral, verifiquei constar na matrícula o teor seguinte:

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Novo Hamburgo, 17 de novembro de 1993 | FLS. 1 | MATRÍCULA 61.180

IMÓVEL: O Apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com área real privativa de 263,757 metros quadrados, área real total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos.
PROPRIETÁRIO: Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, casado no regime da comunhão universal de bens com Áurea Maria Machado Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Neto nº 54, apartamento 204.
PROCEDÊNCIA : Matrícula nº 34.682, do livro nº 2, datada em 08.02.1984.
TÍTULO: Individualização.
FORMA DE TÍTULO: requerimento firmado em 20 de outubro de 1993, e documentos apresentados.
VALOR ATRIBUÍDO À UNIDADE: CR$13.000.000,00.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.236, de 20.10.1993.

AV 1- 61.180- Vide convenção de condomínio, registrada no livro nº 3, sob R - 4430.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.237, de 20.10.1993.

AV 2- 61.180 - De conformidade com documentos apresentados, os adquirentes Wilson Edison Alano e sua mulher Áurea Maria Machado --- Alano, mencionados na presente matrícula, se separaram conforme -- sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Sérgio Vanderlei Pires, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Pelotas - RS, datada de 23.04.1996, transitada em julgado em 08.05.1996, passando e --- mulher a usar o nome de Áurea Maria Machado.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.180, de 14.05.1999.

AV 3- 61.180 - CAUÇÃO LOCATÍCIA:
De conformidade com contrato particular de locação de imóvel não - residencial, firmado em 01 de maio de 1999, em que é locadora Solidez Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 88.756.531/0001-50, estabelecida em Porto Alegre, RS, na rua Dona Laura nº 707, sala 707, neste ato representada por seu sócio-gerente Sr. Isaac Iochpe; locatária Fármácia Dermatológica Ltda., pessoa jurídica de direito privado -- inscrita no CGC/MF sob nº 87.448.833/0001-06, estabelecida na rua-

CONTINUA NO VERSO

Continuação da página anterior

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

FLS.	MATRÍCULA
1 VERSO	61.180

Novo Hamburgo, de de 199

15 de novembro nº 622, na cidade de Pelotas-RS, neste ato representada por seus sócios Sr. Wilson Edison Alano e Sra. Áurea Maria Machado; e como caucionantes Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, separado judicialmente, inscrito CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva nº 190, apto 301, nesta cidade; e Áurea Maria Machado, brasileira, sócia de empresa, separada judicialmente inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, residente e domiciliada na rua Vereador Volnei Vieira nº 100, na cidade de Pelotas, RS; tem entre si justo e contratado a locação da loja para fins não residenciais, localizada na rua dos Andradas nº 1758, em Porto Alegre-RS, mediante as cláusulas e condições que seguem: PRIMEIRA: O prazo da locação é de 03 anos, com início em 10 de maio de 1999 e término em 09 de abril de 2.002. Esgotado o prazo ora ajustado de vigência do contrato se a Locatária, sem oposição da Locadora, permanecer no imóvel por mais de 30 dias, ficará prorrogada por prazo indeterminado a locação; SEGUNDA: o aluguel mensal convencionado é de R$4.000,00, com vencimento no último dia de cada mês, devendo ser pago pela locatária, até o dia 05 do mês seguinte ao vencido, no caixa da administradora ou onde e a quem a locadora indicar por escrito. OITAVA: os fiadores sr. Wilson Edison Alano e sra. Áurea Maria Machado dão em caução o imóvel objeto da presente matrícula, para garantia das obrigações decorrentes do presente contrato. Demais condições: as do contrato.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.181, de 14.05.1999.
R$ 234,60

R 4- 61.180 - PENHORA:
DEVEDORES: Wilson Edison Alano, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apto. 301, e Aurea Maria Machado Alano, residente e domiciliada em Pelotas, RS, na rua Ver. Wolnei Vieira, nº 100.
CREDOR: Manglio Maria Gobbi.
FORMA DE TÍTULO: mandado de registro de penhora, expedido em 24 de julho de 2000 e auto de arresto e depósito, expedido em 01 de março de 2000, ambos pela 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo. Processo nº 190 0568915.
VALOR: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 08 de agosto de 2000.
A Escr. Aut.:
JS.Prot.nº 203.421, de 31.07.2000.
R$ 237,70

AV 5- 61.180 - De conformidade com Ofício nº 2564/2008, expedido em 12 de setembro de 2008, pela 18ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de Porto Alegre, RS, fica cancelada a penhora objeto do R 4- 61.180. Valor: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 16 de setembro de 2008.
A Escr. Aut.:
EO.Prot.nº 276.907, de 15.09.2008.
Emolumentos: R$138,00. Selo: 0396.07.0700003.03480 - R$6,00.

AV 6- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 08 de abril de 2015, pela Distribuição da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 615-A

155

Continuação da página anterior -:-

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Novo Hamburgo, de de

FLS.	MATRÍCULA
2	61.180

Lei nº 11.382/2006, a distribuição em 08.04.2015 da ação de execução de título executivo extrajudicial, processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída à 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, inscrito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 29 de abril de 2015.
Escrevente:
CT.GC.Prot.nº 354.189, de 16.04.2015.
Emolumentos: R$27,30, Selo: 0396.03.1500001.00669 = R$0,55. Processamento Eletrônico de Dados: R$3,60, Selo: 0396.01.1400003.74962 = R$0,30.

AV 7- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 15.03.2016, tendo como emissora a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade 201603.1511.00118992-IA-050, processo nº 50582158620114047100.
Novo Hamburgo, 15 de março de 2016.
Escrevente:
CT.AC.Prot.nº 364.935, de 15.03.2016.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500001.23982 = R$0,70.

AV 8- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, que fica cancelada a indisponibilidade objeto da AV 7-61.180, conforme ordem de cancelamento emitida via CNIB.
Novo Hamburgo, 10 de julho de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 378.533, de 07.07.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.12329 = R$2,70.

AV 9- 61.180 - De conformidade com Termo de redução de bens à penhora, expedido em 26 de setembro de 2017, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), natureza: execução de título extrajudicial, em que é exequente Sergio Davi Peteffi, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Edison Alano, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor do débito de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.
Escrevente: Gilvânia Mz. de Souza
CT.AL.Prot.nº 383.282, de 30.11.2017.
Emolumentos: R$119,70, Selo: 0396.06.1100001.31761 = R$24,50. Processamento Eletrônico de Dados: R$4,50, Selo: 0396.01.1700001.55129 = R$1,40.

AV 10- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 04.12.2017, tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201712.0414.00413312-IA-800, processo nº 00207105320155040010.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.

CONTINUA NO VERSO

Continuação da página anterior

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Novo Hamburgo, de do

FLS. 2 VERSO

MATRÍCULA 61.180

Escrevente:
CT.GC.Prot.nº 383.398, de 04.12.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.28875 = R$2,70.

AV 11- 61.180 - De conformidade com termo de redução de bens à penhora, expedido em 19 de março de 2018, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ: 0080549-81.2013.8.21.0001), natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC, em que é exequente Margareth Boemeke Pereira da Silva e executado Wílson Édison Alano, brasileiro, separado, nascido em 05.05.1948, filho de Wilson Alano e Guiomar Medeiros Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$10.848,00.
Novo Hamburgo, 18 de maio de 2018.
Escrevente:
AV.AC.Prot.nº 388.159, de 03.05.2018.
Emolumentos: R$90,40, Selo: 0396.06.1100001.33040 = R$24,50. Artigo 98, § 1º, IX, da Lei nº 13.105/2015.

CONTINUA A FOLHA

Certifico que a presente, extraída nos termos do § 1º do Art. 19, da Lei 6.015/73, é cópia autêntica da matrícula a que se refere. Dou fé. Novo Hamburgo-RS, 18 de maio de 2018.

[ ] Clari Barreta Brenner - Oficiala

156

RECIBO DE EMOLUMENTOS

Número recibo	Via	Data de emissão
Nº 316533-A	parte	18/05/2018

Ofício do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo
Clari Barreta Brenner - Oficial de Registro
Rua Campinas, 20 - Centro
Novo Hamburgo - RS - CEP: 93510080
CPF: 185.132.550-68

Nome do requerente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

Atos praticados: Certidão 61.180 Livro 2;

Descrição	Qtd.	Total
Busca em livros e arquivos Selos: 0396.01.1700002.29634	1	8,70 C
Certidão 4 páginas Selos: 0396.03.1500003.42906	1	21,00 C
Correio	1	17,40 C
Processamento eletrônico de dados Selos: 0396.01.1700002.29635	1	4,60 C

REGISTRO DE IMÓVEIS - NOVO HAMBURGO - PAGO

Emolumentos:	R$ 34,30	Repasse:	R$ 17,40	**Total:**	**R$ 58,23**
Selos:	R$ 5,50	ISSQN:	R$ 1,03	Depósito:	R$ 0,00
				Saldo:	R$ 58,23

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

157

PODER JUDICIÁRIO - RS -

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Expeça-se precatória de avaliação do imóvel localizado na comarca de Novo Hamburgo (matrícula acostada às fls. 154/155), para cumprimento e devolução no prazo de 60 dias.

- Com o retorno da carta precatória de avaliação, dê-se vista à parte exequente para que se manifeste, querendo, no prazo de quinze dias.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 04/06/2018.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMÍLIA
Rua Manoelito de Ornellas, 50 - CEP: 90110230 Fone: 51-3210-6500

CARTA PRECATÓRIA DE AVALIAÇÃO

DEPRECANTE: O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 5ª VARA DE FAMÍLIA da COMARCA DE PORTO ALEGRE

DEPRECADO(A): O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro de **NOVO HAMBURGO**

ORIGEM

Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Data da distribuição: 25/03/2013
Valor da Ação: R$ 10.848,00 **AJG**
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693
Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756
Executado: Wílson Édison Alano
Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495
Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

OBJETO:

AVALIAÇÃO do(s) bem(ns) descrito(s) na(s) cópia(s) autêntica(s) anexa(s), de acordo com despacho transcrito ou em cópia.

DESPACHO: "- Vistos. - Expeça-se precatória de avaliação do imóvel localizado na comarca de Novo Hamburgo (matrícula acostada às fls. 154/155), para cumprimento e devolução no prazo de 60 dias.- Com o retorno da carta precatória de avaliação, dê-se vista à parte exequente para que se manifeste, querendo, no prazo de quinze dias. - Dil. Legais. Nilton Tavares da Silva, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):
001/2018/1954167
Imóvel matrícula nº 61.180, intimado
End: Rua Quintino Bocaiuva, 190, /301, Novo Hamburgo, RS

DEPRECO a Vossa Excelência o cumprimento do objeto da presente.

Porto Alegre, 12 de junho de 2018.

Recebi cartão procuratório.

Gustavo Marco
OAB/RS 69.756.

159

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **534/2018,** expedida em 18 de junho de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6287 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 19/06/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS e Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). Precatória de avaliação à disposição da parte interessada para o pertinente encaminhamento.

Porto Alegre,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

160

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA _____ DA COMARCA DE PORTO ALEGRE

_____ já qualificado nos autos da ação *infra* descrito vem à presença de Vossa Excelência requerer a juntada aos autos de

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Em favor da estagiária: **LUIZA ALVES ROLIM**, inscrita na OAB/RS 49E906, com endereço profissional na Rua Baronesa do Gravataí, n.º 137, cj. 503, Bairro Cidade Baixa, CEP: 90.160-070, em Porto Alegre / RS, fone: (51) 3012-5859, onde recebe intimações e notificações judiciais, **os poderes para extrair cópias, retirar documentos ou ofícios e fazer carga** que nos foram outorgados nos autos do processo n.º _____.

SENDO VEDADO O CADASTRAMENTO NO SISTEMA THEMIS

Porto Alegre, 18 de junho de 2018.

P.p.: Cláudio César Rava
OAB/RS 58.693

P.p.: Lucas Vargas Santa Maria
OAB/RS69.756

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ. 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

167

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

PROTOCOLO TJRS 19.Jul.2018 16:55 COM ANEXOS

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

Na data de hoje a exequente encaminhou via protocolo integrado a carta precatória para distribuição na comarca de Novo Hamburgo / RS.

Outrossim, compulsado os auto verificou a credora que o procurador do executado que atua no presente feito, inclusive já tendo se manifestado, não acostou o necessário instrumento de procuração, pelo que, requer sua intimação para imediata regularização da representação processual, sucessivamente, caso não o faça a fim de evitar nulidade processual futura, requer a intimação pessoal do devedor sobre a penhora realizada.

Por fim, segue em anexo planilha atualizada do débito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 18 de julho de 2018.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA

Rava & Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	**Página 1 / 4**
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	**Atualizado para 18.07.2018**

Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.2013 a 01.07.2018)
Juros: 12% ao ano (05.02.2013 a 18.07.2018)
Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.2013	R$	5.424,00		1,4264414	7.737,02	5.061,51	12.798,53
05.03.2013	R$	5.424,00		1,4225197	7.715,75	4.970,43	12.686,18
05.04.2013	R$	5.424,00		1,4196390	7.700,12	4.883,37	12.583,49
05.05.2013	R$	5.424,00		1,4177959	7.690,12	4.800,13	12.490,25
05.06.2013	R$	5.424,00		1,4163886	7.682,49	4.718,54	12.401,03
05.07.2013	R$	5.424,00		1,4067707	7.630,32	4.610,19	12.240,52
05.08.2013	R$	5.424,00		1,4033210	7.611,61	4.522,77	12.134,38
05.09.2013	R$	5.424,00		1,3987284	7.586,70	4.432,10	12.018,81
05.10.2013	R$	5.424,00		1,3792592	7.481,10	4.295,60	11.776,70
05.11.2013	R$	5.424,00		1,3684771	7.422,62	4.187,79	11.610,41
05.12.2013	R$	5.424,00		1,3639957	7.398,31	4.100,10	11.498,41
05.12.2013	R$	5.424,00		1,3639957	7.398,31	4.100,10	11.498,41
05.01.2014	R$	5.792,00		1,3560684	7.854,35	4.274,29	12.128,63
05.02.2014	R$	5.792,00		1,3496925	7.817,42	4.176,01	11.993,43
05.03.2014	R$	5.792,00		1,3424593	7.775,52	4.075,88	11.851,40
05.04.2014	R$	5.792,00		1,3218475	7.656,14	3.936,74	11.592,88
05.05.2014	R$	5.792,00		1,3129718	7.604,73	3.834,26	11.438,99
05.06.2014	R$	5.792,00		1,3129718	7.604,73	3.758,21	11.362,94
05.07.2014	R$	5.792,00		1,3129718	7.604,73	3.682,16	11.286,89
05.08.2014	R$	5.792,00		1,3129718	7.604,73	3.606,12	11.210,85
05.09.2014	R$	5.792,00		1,3126223	7.602,71	3.529,13	11.131,84
05.10.2014	R$	5.792,00		1,3098790	7.586,82	3.445,88	11.032,70
05.11.2014	R$	5.792,00		1,3050015	7.558,57	3.357,47	10.916,04
05.12.2014	R$	5.792,00		1,2929822	7.488,95	3.251,66	10.740,61
05.12.2014	R$	5.792,00		1,2929822	7.488,95	3.251,66	10.740,61
05.01.2015	R$	6.304,00		1,2847860	8.099,29	3.435,67	11.534,96
05.02.2015	R$	6.304,00		1,2758465	8.042,94	3.331,33	11.374,27
05.03.2015	R$	6.304,00		1,2713066	8.014,32	3.239,34	11.253,65
05.04.2015	R$	6.304,00		1,2586035	7.934,24	3.127,62	11.061,86
05.05.2015	R$	6.304,00		1,2453129	7.850,45	3.016,09	10.866,55
05.06.2015	R$	6.304,00		1,2397806	7.815,58	2.924,54	10.740,12
05.07.2015	R$	6.304,00		1,2315333	7.763,59	2.827,45	10.591,03
05.08.2015	R$	6.304,00		1,2237353	7.714,43	2.732,40	10.446,83
05.09.2015	R$	6.304,00		1,2192265	7.686,00	2.645,47	10.331,48
05.10.2015	R$	6.304,00		1,2063758	7.604,99	2.541,54	10.146,53
05.11.2015	R$	6.304,00		1,1844696	7.466,90	2.420,72	9.887,62
05.12.2015	R$	6.304,00		1,1683335	7.365,17	2.314,09	9.679,26
05.12.2015	R$	6.304,00		1,1683335	7.365,17	2.314,09	9.679,26
05.01.2016	R$	7.040,00		1,1616766	8.178,20	2.487,76	10.665,96

Rava & Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	Página 2 / 4
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 18.07.2018

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.09.2016	R$	7.040,00		1,0944986	7.705,27	1.727,47	9.432,74
05.10.2016	R$	7.040,00		1,0923795	7.690,35	1.647,22	9.337,58
05.11.2016	R$	7.040,00		1,0908594	7.679,65	1.568,13	9.247,78
05.12.2016	R$	7.040,00		1,0901034	7.674,33	1.490,30	9.164,63
05.12.2016	R$	7.040,00		1,0901034	7.674,33	1.490,30	9.164,63
05.01.2017	R$	7.496,00		1,0841101	8.126,49	1.496,85	9.623,34
05.02.2017	R$	7.496,00		1,0779774	8.080,52	1.407,57	9.488,09
05.03.2017	R$	7.496,00		1,0772248	8.074,88	1.325,84	9.400,72
05.04.2017	R$	7.496,00		1,0771310	8.074,17	1.244,99	9.319,16
05.05.2017	R$	7.496,00		1,0771310	8.074,17	1.164,24	9.238,42
05.06.2017	R$	7.496,00		1,0771310	8.074,17	1.083,50	9.157,68
05.07.2017	R$	7.496,00		1,0771310	8.074,17	1.002,76	9.076,93
05.08.2017	R$	7.496,00		1,0769922	8.073,13	921,90	8.995,03
05.09.2017	R$	7.496,00		1,0753838	8.061,08	839,91	8.900,99
05.10.2017	R$	7.496,00		1,0707453	8.026,31	756,03	8.782,33
05.11.2017	R$	7.496,00		1,0681461	8.006,82	674,12	8.680,95
05.12.2017	R$	7.496,00		1,0621436	7.961,83	590,72	8.552,54
05.12.2017	R$	7.632,00		1,0621436	8.106,28	601,43	8.707,71
05.01.2018	R$	7.632,00		1,0529478	8.036,10	515,87	8.551,96
05.02.2018	R$	7.632,00		1,0459193	7.982,46	432,60	8.415,05
05.03.2018	R$	7.632,00		1,0444344	7.971,12	352,27	8.323,40
05.04.2018	R$	7.632,00		1,0378599	7.920,95	270,85	8.191,79
05.05.2018	R$	7.632,00		1,0309441	7.868,17	190,36	8.058,52
05.06.2018	R$	7.632,00		1,0162067	7.755,69	110,08	7.865,77
A transportar:		457.232,00			545.214,21	179.736,15	724.950,36

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.07.2014	R$	1.860,48		1,3129718	2.442,76	1.185,13	3.627,89
04.08.2014	R$	1.860,48		1,3129718	2.442,76	1.159,13	3.601,89
02.09.2014	R$	1.860,48		1,3128844	2.442,60	1.136,20	3.578,80
02.10.2014	R$	1.860,48		1,3102330	2.437,66	1.109,53	3.547,19
04.11.2014	R$	1.860,48		1,3054242	2.428,72	1.079,60	3.508,32
02.12.2014	R$	1.860,48		1,2937538	2.407,00	1.047,43	3.454,44
02.12.2014	R$	930,24		1,2937538	1.203,50	523,72	1.727,22
05.01.2015	R$	1.860,48		1,2847860	2.390,32	1.013,96	3.404,28
03.02.2015	R$	1.910,43		1,2760919	2.437,88	1.011,33	3.449,21
03.03.2015	R$	1.910,43		1,2721036	2.430,26	983,87	3.414,13
02.04.2015	R$	1.910,43		1,2600613	2.407,26	951,26	3.358,51
05.05.2015	R$	1.910,43		1,2453129	2.379,08	914,03	3.293,11
02.06.2015	R$	1.910,43		1,2406065	2.370,09	889,17	3.259,26

Rava & Santa Maria Advogados Associados

164

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	Página 3 / 4
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 18.07.2018

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.12.2015	R$	955,22		1,1688852	1.116,54	351,89	1.468,43
08.01.2016	R$	1.910,43		1,1604076	2.216,88	672,21	2.889,09
03.02.2016	R$	1.910,43		1,1492454	2.195,55	647,33	2.842,89
02.03.2016	R$	1.910,43		1,1354205	2.169,14	618,56	2.787,70
04.04.2016	R$	1.910,43		1,1294725	2.157,78	592,34	2.750,12
02.05.2016	R$	1.910,43		1,1258325	2.150,82	570,32	2.721,14
01.06.2016	R$	1.910,43		1,1169688	2.133,89	545,17	2.679,07
01.07.2016	R$	1.910,43		1,0984057	2.098,43	515,13	2.613,56
01.07.2016	R$	955,21		1,0984057	1.049,21	257,56	1.306,77
01.08.2016	R$	1.910,43		1,0964321	2.094,66	493,26	2.587,91
01.09.2016	R$	2.024,55		1,0947900	2.216,46	499,78	2.716,23
03.10.2016	R$	2.024,55		1,0924921	2.211,80	475,18	2.686,99
01.11.2016	R$	2.024,55		1,0908594	2.208,50	453,81	2.662,31
01.12.2016	R$	2.024,55		1,0908594	2.208,50	431,73	2.640,23
01.12.2016	R$	1.069,34		1,0908594	1.166,50	228,03	1.394,53
02.01.2017	R$	2.024,55		1,0847778	2.196,19	406,65	2.602,84
01.02.2017	R$	2.131,19		1,0781005	2.297,64	403,20	2.700,84
01.03.2017	R$	2.131,19		1,0772387	2.295,80	379,92	2.675,72
03.04.2017	R$	2.079,29		1,0771310	2.239,67	346,79	2.586,46
02.05.2017	R$	2.079,29		1,0771310	2.239,67	325,11	2.564,78
01.06.2017	R$	2.079,29		1,0771310	2.239,67	303,44	2.543,11
03.07.2017	R$	2.079,79		1,0771310	2.240,21	279,66	2.519,87
03.07.2017	R$	1.065,59		1,0771310	1.147,78	143,29	1.291,07
01.08.2017	R$	2.079,29		1,0771310	2.239,67	258,65	2.498,31
01.09.2017	R$	2.079,29		1,0760550	2.237,43	236,01	2.473,44
02.10.2017	R$	2.079,29		1,0709522	2.226,82	211,91	2.438,73
01.11.2017	R$	2.079,29		1,0688834	2.222,52	189,99	2.412,51
01.12.2017	R$	2.079,29		1,0633540	2.211,02	166,90	2.377,92
01.12.2017	R$	875,42		1,0633540	930,88	70,27	1.001,15
02.01.2018	R$	2.079,29		1,0537171	2.190,98	142,77	2.333,75
01.02.2018	R$	2.136,28		1,0460238	2.234,60	123,98	2.358,58
01.03.2018	R$	2.136,28		1,0452921	2.233,04	101,57	2.334,60
02.04.2018	R$	2.136,28		1,0384486	2.218,42	78,00	2.296,42
02.05.2018	R$	2.136,28		1,0323046	2.205,29	55,49	2.260,78
02.06.2018	R$	2.136,28		1,0180767	2.174,90	32,97	2.207,87
A transportar:		101.987,69			116.843,61	29.748,69	146.592,30

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	724.950,36

Rava & Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 001/1.13.0072006-0	Página 4 / 4
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 18.07.2018

Porto Alegre, 18 de julho de 2018

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

166

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Intime-se o executado para que regularize sua representação processual, no prazo de quinze dias, conforme postulado no petitório retro.

- No mais, aguarde-se o retorno da carta precatória na avaliação expedida na fl. 158.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 23/07/2018.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

167

Comarca de Novo Hamburgo
DISTRIBUIÇÃO
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

COMUNICADO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA:

Novo Hamburgo, 20 de julho de 2018.

Precatória nº:	019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Natureza:	Precatória de Avaliação
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu:	Wílson Édison Alano
Processo de Origem :	00111300720060
Vara/Comarca de Origem:	5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE - RS

Comunico a Vossa Excelência que a Carta Precatória acima indicada foi distribuída, na data de hoje, à(ao) 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca.

Doravante quaisquer informações deverão ser obtidas diretamente na Vara mencionada.

Saudações,

Distribuidor
Comarca de Novo Hamburgo

Ao
Exmo(a). Sr(a).
Dr(a). Juiz(a) de Direito da 5ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

168

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **716/2018,** expedida em 31 de julho de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6318 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 01/08/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS e Luiza Alves Rolim 49E906/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). [NE PARA PROCURADORES DO EXECUTADO] - Vistos. - Intime-se o executado para que regularize sua representação processual, no prazo de quinze dias, conforme postulado no petitório retro. - No mais, aguarde-se o retorno da carta precatória na avaliação expedida na fl. 158. - Dil. Legais.

Porto Alegre, 31/07/2018,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO	31/07/2018 13h09min

CERTIDAO

CERTIFICO que decorreu em branco o prazo da N.E. retro. Nada mais.

Porto Alegre-RS, 12/03/18. Servidor.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

169

Juízo: 5ª VARA DE FAMÍLIA DE COMARCA DE PORTO ALEGRE
Processo: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Tipo de ação: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva (AJG)
Executado: Wílson Édison Alano
Local e data: Porto Alegre, 13 de setembro de 2018

CARTA DE INTIMAÇÃO

Senhor(a):

Fica Vossa Senhoria intimado(a) PARA REGULARIZAR SUA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NOS AUTOS (JUNTADA DE PREOCURAÇÃO) TENDO EM VISTA QUE SEUS PROCURADORES NÃO ACOSTARAM PROCURAÇÃO AOS AUTOS, conforme despacho abaixo transcrito.

Despacho Judicial: "- Vistos.- Intime-se o executado para que regularize sua representação processual, no prazo de quinze dias, conforme postulado no petitório retro.- No mais, aguarde-se o retorno da carta precatória na avaliação expedida na fl. 158.- Dil. Legais. Nilton Tavares da Silva, Juiz de Direito."

Destinatário:
001/2018/3231388 - Wílson Édison Alano, executado
End: Rua Quintino Bocaiuva, 190, /301, Novo Hamburgo, RS
Fone: 00241689

Karine Paranhos Rodrigues
Escrivã

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: KARINE PARANHOS RODRIGUES
Nº de Série do certificado: 010526D3
Data e hora da assinatura: 14/09/2018 14:26:01

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 00111300720060001201832313 88

CERTIFIGO e DOU FÉ que. junta hoje o AR que segue.

Em 02 de 10 de 2015.

Escrivão

170

Correios **SIGEP** AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912359781

DESTINATÁRIO:
Nilson Edison Alano
Rua Quintino Bocaiúva, 190
301 Centro
93510270 Novo Hamburgo-RS

BI543175524BR

REMETENTE: 5ª Vara de Família
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Manoelito de Ornellas, 50
sala 1602 Praia de Belas
90110230 Porto Alegre-RS

OBSERVAÇÃO 001/113.00720080 - Carta de Intimação

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros_____

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD NOVO HAMBURGO
21 SET 2018
DR/RS

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
José Augusto Garcia
Mat. 8.686.493-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR: X Marcelo Guerra
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR: MARCELO GUERRA
DATA DE ENTREGA: 21/09/18
Nº DOC. DE IDENTIDADE

Cole aqui
Cole aqui

CERTIFICO e DOU FÉ que até a presente data não foi o retorno da precatória expedida.

Em 27 de 11 de 18

O Escrivão:

p 28

MESA 03 CENIFAM

Themis1G - 019/1180012142-0-(CNJ:0020848-62.2018.8.21.0019)-Remessa Eletrônica de Ofícios-019/2018/532896

171

frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br
Enviado: segunda-feira, 26 de novembro de 2018 15:59
Para: Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Anexos: anexo11800121420.PDF (1 MB) ; Ofício Genérico (Assinável~1.Odt (32 KB)

Em anexo documento encaminhado via remessa eletrônica do sistema Themis de Primeiro Grau, para providências.

URGENTE Processo 019/1.18.0012142-0

pacheco.ribeiro@terra.com.br

Enviado: terça-feira, 6 de novembro de 2018 14:13
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta
Anexos: petição 01911800121420.pdf (70 KB)

172

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro

Em Sex 21/09/18 12:01, pacheco.ribeiro@terra.com.br escreveu:

> Prezados Senhores
>
> Enviei email em 13 de agosto utlimo, com petição designanda a data de 11 de setembro de 2018 as 10:45 hs para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.
>
> Porém não houve a intimação das partes e, mesmo comparecendo ao local, o Sr Wilson Edson Alano(51-99268-5625) não deu acesso ao imóvel.
>
> Dessa forma, marcarei nova data.
>
> Atenciosamente
> Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro
>
> segue cópia do email enviado

Re: Processo 019/1.18.0012142-0

De: pacheco.ribeiro@terra.com.br Bloquear contato

Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família Exibir todos destinatários

Enviado em: Seg 13/08/18 17:01

Recebido em: Seg 13/08/18 17:01

Anexos: desiganção data 01911800121420.pdf (69 KB);

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição designando data para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.

Atenciosamente

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil - CREA/RS 87.159-D

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo nº 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob nº 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

Este perito compareceu na data de 06 de novembro de 2018, às 11:00 hs, no imóvel sito a Rua Quintino Bocaiuva nº 190, apartamento 301, Bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS.

Porém, o Réu não compareceu e não forneceu acesso ao imóvel, impossibilitando a realização da vistoria.

Diante do exposto, aguardo orientação do MM Juízo.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS nº 87.159-D

Endereço: Avenida Itaqui, nº 163 apt. 202, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS
CEP: 90470-140
Fones: (51) 3209-4983 / (51) 8117-1700
E-mail: pacheco.ribeiro@terra.com.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juízo: 2ª Vara de Família e Sucessões de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Tipo de Ação: Precatória de Avaliação
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wílson Édison Alano
Local e data: Novo Hamburgo, 26 de novembro de 2018.

OFÍCIO

Ofício nº: 2614/2018 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) :

Encaminho a Vossa Senhoria a informação prestada pelo perito nas folhas 16-17 dos autos (anexas). Segue despacho transcrito:

Vistos. Oficie-se ao juízo deprecante sobre o teor da manifestação do perito (fls. 16-17).

Atenciosamente.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

5ª Vara de Família de Porto Alegre/RS (**PROCESSO 001/1.13.0072006-0)**

-

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Diante do retorno da precatória das fls. 171/173, intime-se a parte exequente para que propugne pelo que entender de direito, no prazo de quinze dias, com vistas ao andamento eficaz da execução.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 04/12/2018.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

173

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **1266/2018,** expedida em 10 de dezembro de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6407 no Diário da justiça Eletrônico do dia 11/12/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS e Luiza Alves Rolim 49E906/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). - Vistos. - Diante do retorno da precatória das fls. 171/173, intime-se a parte exequente para que propugne pelo que entender de direito, no prazo de quinze dias, com vistas ao andamento eficaz da execução. - Dil. Legais.

Porto Alegre, 10/12/2018,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
10/12/2018 15h18min

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

176

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

Não pode o devedor ser beneficiado por sua própria inércia.

Fato é, que o executado, de forma deliberada obstaculizou o andamento do feito, negando ao perito o acesso ao imóvel para avaliação, latente portando a conduta atentatória a dignidade da justiça, impondo ao mesmo as penalidades daí advindas.

Outrossim, no intuito de impor celeridade e efetividade ao feito, requer a intimação do expert, cujos dados constam as fls. 172-V, para que realize a avaliação independente do acesso ao imóvel, valendo-se dos meios que estão ao seu alcance sem que haja participação do devedor, avaliação externa do Edifício, analise da região, etc, promovendo a imediata disponibilização a esse juízo do preço do bem para venda.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 17 de dezembro de 2018.

LUCAS VAREAS SANTA MARIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

01/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Por ora, certifique o cartório acerca do decurso do prazo do executado, considerando o AR acostado à fl. 170.

- Após, retornem conclusos para pertinente deliberação.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 08/01/2019.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

CERTIFICO E DOU FÉ que DECORRO O PRAZO LEGAL P/ O REQUERIDO PARA MANIFESTAÇÃO EM 24/10/19 SEM MANIFESTAÇÃO

Em 30 de 10 de 2019

O Secretário:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

178

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

- Vistos.

- Expeça-se nova carta precatória de avaliação, nos precisos termos em que propugnado pela exequente no petitório da fl. 176.

- À carta anexar cópia do referido petitório.

- Dil. Legais.

Porto Alegre, 21/01/2019.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

Certifico que deixei de expedir nova precatória tendo em vista que a precatória expedida às fls. 158 encontra-se ativa na Comarca deprecada, conforme informação anexa.
Em 22/01/2019. Servidor

Consulta de 1º Grau
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Versão para impressão Imprimir Re

179

Processo Cível **Número Themis:** 019/1.18.0012142-0 **Processo Principal:**
Número CNJ: 0020848-62.2018.8.21.0019 **Processos Reunidos:** Ver Processos

PRECATÓRIAS CÍVEIS

Precatória de Avaliação Segredo de Justiça: Sim Tramitação preferencial-Idoso: Não

Comarca: NOVO HAMBURGO
Órgão Julgador: 2ª Vara de Família e Sucessões : 1 / 1
Data da Propositura: 19/07/2018
Local dos Autos: PRAT 12-D
Situação do Processo: AGUARDA RESPOSTA
Volume(s): 1
Quantidade de folhas:
Carta Precatória
Num. do Processo de Origem: 00111300720060 **Município de Origem:** Porto Alegre
Vara: 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre

Partes: Ver todas as partes e advogados

Nome:	**Designação:**
M.B.P.S.	AUTORA
Advogado:	**OAB:**
CLAUDIO CESAR SILVA RAVA	RS 58693
Nome:	**Designação:**
W.E.A.	RÉU
Advogado:	**OAB:**
JORGE ABDALA SEADI	RS 33495

Últimas Movimentações: Ver todas as movimentações

02/11/2018	DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRONICO 227/2018 DJE Nº 6382 EM 05/11/2018
12/11/2018	CONCLUSOS PARA DESPACHO
16/11/2018	RECEBIDOS OS AUTOS
16/11/2018	RECEBIDOS OS AUTOS CUMPRIR DESPACHO
26/11/2018	RECEBIDOS OS AUTOS AGUARDA RESPOSTA DE OFÍCIO

Última atualização: 10/12/2018
Data da consulta: 23/01/2019 **Hora da consulta:** 12:17:24

Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Enviado: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 12:13
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta
Anexos: scan_2019_01_23_11_03_20_036.pdf (279 KB)

Nosso número: 001/1.13.0072006-0

referente a precatória n. 019/1.18.0012142-0

Sr(a) Escrivã(o) boa tarde transcrevo despacho exarado nos autos e encaminho no anexo a petição referida a fim de serem tomadas as medidas cabíveis.

Despacho: - Vistos.
- Expeça-se nova carta precatória de avaliação, nos precisos termos em que propugnado pela exequente no petitório da fl. 176.
- À carta anexar cópia do referido petitório.
- Dil. Legais. Nilton Tavares da Silva - Juiz de Direito

Att

Lucéli Cardona da Costa
of. escrevente

5º VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE PORTO ALEGRE
✉ frpoacent5vfam@tj.rs.gov.br
End.: Rua Manoelito de Ornellas, nº 50 – Foro Central Prédio II
Praia de Belas Porto Alegre-RS CEP: 90.110-230
☎(51)3210.6500 Ramal: 6736/6735
AO RESPONDER, POR FAVOR MENCIONE O NÚMERO DE NOSSO PROCESSO.

Entregue:
Microsoft Outlook
Enviado: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 12:13
Para: Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Prioridade: Alta

181

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:
Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família (frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br)
Assunto:

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Rio Grande do Sul

Consulta de 1º Grau
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul Imprimir

Processo Cível	**Número Themis:**	019/1.18.0012142-0	**Processo Principal:**
	Número CNJ:	0020848-62.2018.8.21.0019	**Processos Reunidos:**

PRECATÓRIAS CÍVEIS
Precatória de Avaliação Segredo de Justiça: Sim Tramitação preferencial-Idoso: Não

Comarca:	NOVO HAMBURGO
Órgão Julgador:	2ª Vara de Família e Sucessões : 1 / 1
Data da Propositura:	19/07/2018
Local dos Autos:	PROCESSO AGUARDANDO JUNTADA J12
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO
Volume(s):	1
Quantidade de folhas:	
Carta Precatória	
Num. do Processo de Origem:	00111300720060 **Município de Origem:** Porto Alegre
Vara:	5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre

Partes:

Nome:	**Designação:**
M.B.P.S.	AUTORA
Advogado:	**OAB:**
CLAUDIO CESAR SILVA RAVA	RS 58693
Nome:	**Designação:**
W.E.A.	RÉU
Advogado:	**OAB:**
JORGE ABDALA SEADI	RS 33495

Últimas Movimentações:

30/04/2019 JUNTADA DE DOCUMENTO
30/04/2019 AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO PARA CÓPIA - DESIGNAÇÃO: ADVOGADO DO PROCESSO - 79562/RS
03/05/2019 RECEBIDOS OS AUTOS
04/05/2019 RECEBIDOS OS AUTOS AGUARDA DECURSO DE PRAZO - AUTOR
10/05/2019 RECEBIDOS OS AUTOS JUNTAR DOCUMENTOS

Ver Leilões

Última atualização: 10/05/2019
Data da consulta: 20/05/2019 **Hora da consulta:** 16:28:34

CERTIFICO E DOU FÉ que O PRESENTE
TEVE MOVIMENTAÇÃO LEGAL
NA SECRETARIA

Porto Alegre, 20 de 05 de 2019

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS
193

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

-Vistos.

-Concluso o feito, verifico que se inclui dentre os que deverão ser redistribuídos à **1a Vara de Família**, nos termos do expediente SEI 8.2018.0010/004374-2 – CGJ. Logo, inócua seria a tomada de decisão e de caráter perene, pelo que determino que providencie o Cartório nas diligências pertinentes com vistas à redistribuição do feito à unidade judiciária referida (1a Vara de Família), nos termos do expediente mencionado.

-Intimem-se.

-Dil. Legais.

Porto Alegre, 10/06/2019.

Nilton Tavares da Silva,
Juiz de Direito.

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: NILTON TAVARES DA SILVA
Nº de Série do certificado: 00D0489B
Data e hora da assinatura: 10/06/2019 11:40:10

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 00111300720060001201918554 86

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS 194

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

Aguarde-se o retorno da carta precatória expedida (fl. 167).

Porto Alegre, 21/06/2019.

Maria Inês Claraz de Souza Linck,
Juíza de Direito.

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: MARIA INES CLARAZ DE SOUZA LINCK
Nº de Série do certificado: 01051371
Data e hora da assinatura: 21/06/2019 15:00:33

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 00111300720060001201919955 90

Certifico e dou fé que a carta precatória
não retornou até esta data.

Em: 12/05/2019

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

195

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

Oficie-se ao juízo deprecado solicitando o breve cumprimento da carta precatória expedida (fls. 158, 182) e sua breve devolução.

Intimem-se.

Porto Alegre, 23/09/2019.

Maria Inês Claraz de Souza Linck,
Juíza de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

186

Juízo: 1ª Vara de Família de Comarca de Porto Alegre
Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Tipo de Ação: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva (AJG)
Executado: Wílson Édison Alano
Local e data: Porto Alegre, 04 de outubro de 2019.

OFÍCIO – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Ofício nº: 1078/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(íza):

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência informações sobre a Carta **Precatória 019/1.18.0012142-0**, extraída dos autos do processo acima mencionado, expedida em 12/06/2018, conforme despacho abaixo transcrito.

Despacho:"Oficie-se ao juízo deprecado solicitando o breve cumprimento da carta precatória expedida (fls. 158, 182) e sua breve devolução.Intimem-se".

Atenciosamente.

Carmem Maria Azambuja Farias
Juíza de Direito

Exmo(a) Sr(a)
Juiz(a) de Direito
2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 07/10/2019 às 14:18

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	82120191690364
Documento:	vara de sucessoes novo hamburgo.pdf
Remetente:	1ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre (Jaqueline Scherer Miler)
Destinatário:	2ª Vara de Família e Sucessões (TJRS)
Data de Envio:	07/10/2019 14:17:31
Assunto:	

Imprimir

188

Enc: Themis1G - 019/1180012142-0-(CNJ:0020848-62.2018.8.21.0019)-Remessa Eletrônica de Ofícios-019/2019/375058

Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família

sex 18/10/2019 12:59

Para:Foro Central Cartório da 1ª Vara de Família <frpoacent1vfam@tjrs.jus.br>;

1 anexos (87 KB)

Ofício Genérico (Assinável) - 1888-2019_0192019375058_1810121200.pdf;

19-A

processo nº 001/1.13.0072006-0

Colegas

Encaminho por competência.

Att.,

5º VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE PORTO ALEGRE
✉ **frpoacent5vfam@tj.rs.gov.br**
End.: Rua Manoelito de Ornellas, nº 50 – Foro Central Prédio II
Praia de Belas Porto Alegre-RS CEP: 90.110-230
☎**(51)3210.6500 Ramal: 6736/6735**
AO RESPONDER, POR FAVOR MENCIONE O NÚMERO DE NOSSO PROCESSO.

De: frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>
Enviado: sexta-feira, 18 de outubro de 2019 12:12
Para: Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Assunto: Themis1G - 019/1180012142-0-(CNJ:0020848-62.2018.8.21.0019)-Remessa Eletrônica de Ofícios-019/2019/375058

Em anexo documento encaminhado via remessa eletrônica do sistema Themis de Primeiro Grau, para providências.

189

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juízo: 2ª Vara de Família e Sucessões de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Tipo de Ação: Precatória de Avaliação
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wílson Édison Alano
Local e data: Novo Hamburgo, 17 de outubro de 2019.

OFÍCIO

Ofício nº: 1888/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(a):

Em atenção à solicitação encaminhada a este Juízo, comunico a Vossa Senhoria que foi marcada avaliação pelo perito nomeado, Engenheiro Luiz A. p. Ribeiro, no imóvel situado à rua Quintino Bocaiúva, 190, ap. 301, Bairro Centro, Novo Hamburgo -RS.

Atenciosamente.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

Exmo. Sr. Juiz de Direito
5ª Vara de Família
Porto Alegre-RS

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: GUSTAVO BORSA ANTONELLO
Nº de Série do certificado: 0106CC5F
Data e hora da assinatura: 17/10/2019 15:52:05

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019118001214200192019375058

190

Exmo. Sr. Dr. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMILIA DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO n. 1130072006-0

WILSON EDISON ALANO, já qualificado nos autos do processo supracitado, por sua procuradora, vem respeitosamente à presença de V. Exa., juntar documento de procuração de sua atual advogada.

O Réu neste momento destitui todos os poderes conferidos a quaisquer procuradores já cadastrados no feito e indica sua nova procuradora, Luciana Visonan dos Reis, OAB/RS 39.306, com escritório na Rua Arariboia, 183, Torres/RS, para atuar no feito.

N.T.P.D.

Luciana Reis – OAB/RS 39.306

191

INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

OUTORGANTES(S): WILSON EDISON ALANO, brasileiro, divorciado, aposentado, CPF n. 148220910/15, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, 190/301, Novo Hamburgo/RS.

OUTORGADA: LUCIANA VISONAN DOS REIS, OAB/RS 39.306, brasileira, solteira, advogada, com escritório profissional na Rua Arariboia, 183, Torres/RS.

PODERES: Por este instrumento de procuração, o(s) Outorgante(s), nomeia e constitui as Outorgadas, suas procuradoras para, com os mais amplos poderes ***AD E EXTRA JUDICIA***, representá-lo(s) em qualquer juízo, instância ou tribunal, ou fora deles, bem como, perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e/ou municipais, além dos poderes gerais para o foro, na forma do Art. 38 do CPC, mais os especiais, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber valores e dar quitação, ratificar, retificar, receber notificações, intimações, firmar compromissos, requerer e dar recibos de documentos em repartições públicas, deduzir honorários advocatícios na conta de custas a base da tabela oficial da OAB/RS, apresentar defesa em processos administrativos, protestar, recorrer, desistir, argüir suspensões, excepcionar, reconvir, acordar, desistir, transigir, requerer gratuidade de justiça, prestar as primeiras declarações em inventários. Substabelecer, o presente, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes. Dando todo por firme e valioso o(s) Outorgante(s) compromete(m)-se a ratificar(em) os atos praticados com o fim intrínseco de cumprir fielmente o presente mandato.

EM ESPECIAL PARA: Atuar em processo de/n. . 5013007-2006-0.

WILSON EDISON ALANO

PROCURAÇÃO

JUNTADA

Junto a estes autos a PROCURAÇÃO

Em: 03/2/21

p/Escrivã

AÇÃO PROCURAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

DISTRIBUIÇÃO
FÓRUM N. HAMBURGO - RS
Recebido nesta data:
19 JUL. 2018
Servidor:

11800121420

PODER JUDICIÁRIO - RS

2ª FAM

192

COMARCA DE PORTO ALEGRE
5ª VARA DE FAMÍLIA
Rua Manoelito de Ornellas, 50 - CEP: 90110230 Fone: 51-3210-6500

CARTA PRECATÓRIA DE AVALIAÇÃO

DEPRECANTE: O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 5ª VARA DE FAMÍLIA da COMARCA DE PORTO ALEGRE

DEPRECADO(A): O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro de **NOVO HAMBURGO**

ORIGEM

Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Data da distribuição: 25/03/2013
Valor da Ação: R$ 10.848,00 **AJG**
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693
Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756
Executado: Wílson Édison Alano
Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495
Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

OBJETO:

AVALIAÇÃO do(s) bem(ns) descrito(s) na(s) cópia(s) autêntica(s) anexa(s), de acordo com despacho transcrito ou em cópia.

DESPACHO: "- Vistos. - Expeça-se precatória de avaliação do imóvel localizado na comarca de Novo Hamburgo (matrícula acostada às fls. 154/155), para cumprimento e devolução no prazo de 60 dias.- Com o retorno da carta precatória de avaliação, dê-se vista à parte exequente para que se manifeste, querendo, no prazo de quinze dias. - Dil. Legais. Nilton Tavares da Silva, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):
001/2018/1954167
Imóvel matrícula nº 61.180, intimado
End: Rua Quintino Bocaiuva, 190, /301, Novo Hamburgo, RS

DEPRECO a Vossa Excelência o cumprimento do objeto da presente.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFO
Ag: 424131 - AGF JOSE DO PATROCINIO
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ....: 03231952000104 Ins Est.: 0962758388

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 18/07/2018 Hora.....: 17:14:41
Caixa.....: 87394655 Matricula..: 0175*******
Lancamento.: 082 Atendimento: 00079
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1500197153

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
SPP A VISTA E A FAT	1	17,40+

Valor do Porte(R$)..: 17,40
Cep Destino: 93548-011 (RS)
Peso real (KG).....: 0,030
Peso Tarifado:.....: 0,030
OBJETO.....: DY531341175BR

PE - 1 ED - S ES - S
Destinatario...: COMARCA DE NOVO HAMBURGO
Não houve opção pelo serviço Mão Própria.
O objeto poderá ser entregue no endereço indicado, a quem se apresentar para recebê-lo.

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado
.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.
ES - Entrega sábado - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

Para fins de contagem do prazo de entrega, sábados, domingos e feriados não são considerados dias úteis.
Postagens ocorridas aos sábados, domingo e feriados, considerar o próximo dia útil como o "Dia da Postagem".

TOTAL(R$)=======> 17,40
VALOR RECEBIDO(R$)=> 17,40

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento d
os Correios E
ncomenda cilíndrica ou esférica 1
mplica cobrança adic.R$20,00 R
egime Especial Ato Declaratório n.2012/048.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.02

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

193

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Para cumprimento do deprecado nomeio o perito o avaliador ***LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO*** (pacheco.ribeiro@terra.com.br), independente de compromisso (art. 422 do CPC), o qual deverá ser intimado, por e-mail, para dizer se aceita o encargo, no prazo de 5 dias.

Prazo para apresentação do laudo: 40 dias.

Fixo a verba honorária do perito em R$ 252,42, por avaliação procedida, conforme art. 1º do Ato 051/2009-P e suas alterações da Presidência do TJ/RS.

Com o laudo, devolva-se à origem.

Intimem-se.

D. L.

Novo Hamburgo, 23/07/2018.

Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

Processo 019/1.18.0012142-0

Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família

Enviado: quarta-feira, 25 de julho de 2018 12:28
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br

Bom dia,

Pelo presente, intimo V. Senhoria acerca de sua nomeação para exercer o cargo de perito avaliador nos autos do processo 1.18.0012142-0. Prazo para dizer se aceita: 05 dias. Prazo para apresentar o Laudo: 40 dias.
Processo disponível em cartório.

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 3, PROCJUDIC5, Página 36

reiteração e-mail: 1180012142-0

Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família

196

Enviado: sexta-feira, 21 de setembro de 2018 11:18
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Prioridade: Alta

PROCESSO 019/1.18.00121420
Autor: 019/1180012142-0
Réu: Wilson Édison Alano
Precatória de Avaliação

Prezado Perito

Reitero os termos do e-mail enviado em 25/7/2018, tendo em vista que até a presente data não recebemos o laudo.

Vanusa Soares

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 3, PROCJUDIC5, Página 37

RES: Processo 019/1.18.0012142-0

Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro [pacheco.ribeiro@terra.com.br]
Enviado: quinta-feira, 26 de julho de 2018 17:22
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta

196

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no Processo 019/1.18.0012142-0, informo que aceito o encargo e enviarei petição designando data para início dos trabalhos periciais afim dei intimação das partes.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo P Ribeiro
Perito Nomeado

-----Mensagem original-----
De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
[mailto:frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br]
Enviada em: quarta-feira, 25 de julho de 2018 12:28
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: Processo 019/1.18.0012142-0

Bom dia,

Pelo presente, intimo V. Senhoria acerca de sua nomeação para exercer o cargo de perito avaliador nos autos do processo 1.18.0012142-0. Prazo para dizer se aceita: 05 dias. Prazo para apresentar o Laudo: 40 dias. Processo disponível em cartório.

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

Este e-mail foi verificado quanto a vírus pelo AVG.
http://www.avg.com

Re: reiteração e-mail: 1180012142-0

pacheco.ribeiro@terra.com.br
Enviado: sexta-feira, 21 de setembro de 2018 12:01
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta

197

Prezados Senhores

Enviei email em 13 de agosto utlimo, com petição designanda a data de 11 de setembro de 2018 as 10:45 hs para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.

Porém não houve a intimação das partes e, mesmo comparecendo ao local, o Sr Wilson Edosn Alano(51-99268-5625) não deu acesso ao imóvel.

Dessa forma, marcarei nova data.

Atenciosamente
Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro

segue cópia do email enviado

Re: Processo 019/1.18.0012142-0

De: pacheco.ribeiro@terra.com.br Bloquear contato

Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família Exibir todos destinatários

Enviado em: Seg 13/08/18 17:01

Recebido em: Seg 13/08/18 17:01

Anexos: desiganção data 01911800121420.pdf (69 KB);

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição designando data para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro

Em Qua 25/07/18 12:28, Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br escreveu:

> Bom dia,
>
> Pelo presente, intimo V. Senhoria acerca de sua nomeação para exercer o cargo de perito avaliador nos autos do processo 1.18.0012142-0. Prazo para dizer se aceita: 05 dias. Prazo para apresentar o Laudo: 40 dias.
> Processo disponível em cartório.
>
> 2ª Vara de Família e Sucessões
> Comarca de Novo Hamburgo/RS
> Fone: (51) 3553-5500

24/09/2018 Re: reiteração e-mail: 1180012142-0

Precatória de Avaliação

Prezado Perito

Reitero os termos do e-mail enviado em 25/7/2018, tendo em vista que até a presente data não recebemos o laudo.

Vanusa Soares

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

198

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil – CREA/RS 87.159-D

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo n° 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob n° 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

Informo aceito a realização dos trabalhos de acordo com a verba honorária determinada pelo MM Juízo.

Para fins de intimação das partes, designo a data de **11 de setembro de 2018, às 10:45 hs, sendo no imóvel sito a Rua Quintino Bocaiuva n° 190, apartamento 301, Bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS o ponto de encontro com os Assistentes Técnicos**, para dar início aos trabalhos.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS n°87.159-D

199

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil – CREA/RS 87.159-D

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo nº 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob nº 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

Informo aceito a realização dos trabalhos de acordo com a verba honorária determinada pelo MM Juizo.

Para fins de intimação das partes, designo a data de **06 de novembro de 2018, às 11:00 hs, sendo no imóvel sito a Rua Quintino Bocaiuva nº 190, apartamento 301, Bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS o ponto de encontro com os Assistentes Técnicos**, para dar início aos trabalhos.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2018.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS nº87.159-D

MESA C. dos ANDAMENTO

Endereço: Avenida Itajaí, nº 163 apt.202, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS
CEP: 90470-140
Fones: (51) 3209-4983 / (51) 8117-1700
E-mail: pacheco.ribeiro@terra.com.br

CERTIFICO E DOU FÉ que entrei em contato c/ o PP. do Réu Dr. Paulo Fisch, informando a data da perícia de avaliação.

01 Nov. 2018

MARCOS ANTÔNIO NAUD DE MOURA
Oficial Escrevente
Mat. nº 1.251085 8

manifestação

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **227/2018,** expedida em 01 de novembro de 2018, foi disponibilizada na edição nº 6382 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 05/11/2018, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

019/1.18.0012142-0 (CNJ 0020848-62.2018.8.21.0019) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS e Luiza Alves Rolim 49E906/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). Designada perícia de avaliação no imóvel objeto da presente, situado na rua Quintino Bocaiuva... para o dia 06/11/2018, às 11 horas, devendo os procuradores comunicarem seus constituintes bem como os assistentes técnicos eventualmente contratados. Int-se.

Novo Hamburgo, 05/11/2018.

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
05/11/2018 13h52min

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 3, PROCJUDIC5, Página 45

URGENTE Processo 019/1.18.0012142-0

pacheco.ribeiro@terra.com.br
Enviado: terça-feira, 6 de novembro de 2018 14:13
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta
Anexos: petição 01911800121420.pdf (70 KB)

202

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro

Em Sex 21/09/18 12:01, pacheco.ribeiro@terra.com.br escreveu:

> Prezados Senhores
>
> Enviei email em 13 de agosto utlimo, com petição designanda a data de 11 de setembro de 2018 as 10:45 hs para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.
>
> Porém não houve a intimação das partes e, mesmo comparecendo ao local, o Sr Wilson Edson Alano(51-99268-5625) não deu acesso ao imóvel.
>
> Dessa forma, marcarei nova data.
>
> Atenciosamente
> Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro
>
> segue cópia do email enviado

Re: Processo 019/1.18.0012142-0

De: pacheco.ribeiro@terra.com.br Bloquear contato
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família Exibir todos destinatários
Enviado em: Seg 13/08/18 17:01
Recebido em: Seg 13/08/18 17:01
Anexos: designação data 01911800121420.pdf (69 KB);

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição designando data para inicio dos trabalhos periciais, afim de intimação das partes.

Atenciosamente

Processo disponível em cartório.

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

Em Sex 21/09/18 11:18, Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br escreveu:

PROCESSO 019/1.18.00121420
Autor: 019/1180012142-0
Réu: Wilson Édison Alano
Precatória de Avaliação

Prezado Perito

Reitero os termos do e-mail enviado em 25/7/2018, tendo em vista que até a presente data não recebemos o laudo.

Vanusa Soares

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil - CREA/RS 87.159-D

203

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo nº 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob nº 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

Este perito compareceu na data de 06 de novembro de 2018, às 11:00 hs, no imóvel sito a Rua Quintino Bocaiuva nº 190, apartamento 301, Bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS.

Porém, o Réu não compareceu e não forneceu acesso ao imóvel, impossibilitando a realização da vistoria.

Diante do exposto, aguardo orientação do MM Juízo.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS nº 87.159-D

Endereço: Avenida Itajaí, nº 163 apt.202, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS
CEP: 90470-140
Fones: (51) 3209-4983 / (51) 8117-1700
E-mail: pacheco.ribeiro@terra.com.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Oficie-se ao juízo deprecante sobre o teor da manifestação do perito (fls. 16-17).

Novo Hamburgo, 14/11/2018.

Patricia Dorneles Antonelli Arnold,
Juíza de Direito.

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: PATRICIA DORNELES ANTONELLI ARNOLD
Nº de Série do certificado: 00D49555
Data e hora da assinatura: 14/11/2018 17:46:01

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019118001214200192018516078

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

205

Juízo: 2ª Vara de Família e Sucessões de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Tipo de Ação: Precatória de Avaliação
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wílson Édison Alano
Local e data: Novo Hamburgo, 26 de novembro de 2018.

OFÍCIO

Ofício nº: 2614/2018 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) :

Encaminho a Vossa Senhoria a informação prestada pelo perito nas folhas 16-17 dos autos (anexas). Segue despacho transcrito:

Vistos. Oficie-se ao juízo deprecante sobre o teor da manifestação do perito (fls. 16-17).

Atenciosamente.

Oficial Escrevente,
que assina por ordem do(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito

5ª Vara de Família de Porto Alegre/RS (**PROCESSO 001/1.13.0072006-0**)

23/01/2019 Mensagem Sem Título

Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Enviado: quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 12:13
Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Prioridade: Alta
Anexos: scan_2019_01_23_11_03_20_036.pdf (279 KB)

Nosso número: 001/1.13.0072006-0

referente a precatória n. 019/1.18.0012142-0

Sr(a) Escrivã(o) boa tarde transcrevo despacho exarado nos autos e encaminho no anexo a petição referida a fim de serem tomadas as medidas cabíveis.

Despacho: - Vistos.
- Expeça-se nova carta precatória de avaliação, nos precisos termos em que propugnado pela exequente no petitório da fl. 176.
- À carta anexar cópia do referido petitório.
- Dil. Legais. Nilton Tavares da Silva - Juiz de Direito

Att

Lucéli Cardona da Costa
of. escrevente

5º VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE PORTO ALEGRE
✉ frpoacent5vfam@tj.rs.gov.br
End.: Rua Manoelito de Ornellas, nº 50 – Foro Central Prédio II
Praia de Belas Porto Alegre-RS CEP: 90.110-230
☎(51)3210.6500 Ramal: 6736/6735
AO RESPONDER, POR FAVOR MENCIONE O NÚMERO DE NOSSO PROCESSO.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

207

PODER JUDICIÁRIO - RS -

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Frente a avaliação determinada à fl. 20, intime-se o perito Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro (pacheco.ribeiro@terra.com.br <mailto:pacheco.ribeiro@terra.com.br>), por e-mail, para dizer se aceita o encargo e as condições informadas, consignando que o prazo para apresentação do laudo é de 40 dias e que os honorários periciais são fixados no valor de R$252,48 por avaliação realizada, em conformidade com o art. 1º, Ato 051/2009-P e alterações, da Presidência do TJRS.

Com o laudo, devolva-se à origem.

Novo Hamburgo, 20/03/2019.

Patricia Dorneles Antonelli Arnold,
Juíza de Direito.

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: PATRICIA DORNELES ANTONELLI ARNOLD
Nº de Série do certificado: 00D49555
Data e hora da assinatura: 22/03/2019 15:35:43

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019118001214200192019103191

PROCESSO 019/1.18.0012142-0

108

Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família

qua 27/03/2019 10:47

Para:pacheco.ribeiro@terra.com.br <pacheco.ribeiro@terra.com.br>;

Bom dia,

Intimo V. Senhoria do despacho que segue:

Frente a avaliação determinada à fl. 20, intime-se o perito Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro (pacheco.ribeiro@terra.com.br <mailto:pacheco.ribeiro@terra.com.br>), por e-mail, para dizer se aceita o encargo e as condições informadas, consignando que o prazo para apresentação do laudo é de 40 dias e que os honorários periciais são fixados no valor de R$252,48 por avaliação realizada, em conformidade com o art. 1º, Ato 051/2009-P e alterações, da Presidência do TJRS.
Com o laudo, devolva-se à origem.

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

RES: PROCESSO 019/1.18.0012142-0

209

pacheco.ribeiro@terra.com.br

ter 16/04/2019 16:29

Para Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>;

Prioridade: Alta

1 anexos (125 KB)

nova petição 01911800121420.pdf;

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação como perito no processo 019/1.18.0012142-0, encaminho petição

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro

-----Mensagem original-----
De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>
Enviada em: quarta-feira, 27 de março de 2019 10:47
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: PROCESSO 019/1.18.0012142-0

Bom dia,

Intimo V. Senhoria do despacho que segue:

Frente a avaliação determinada à fl. 20, intime-se o perito Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro (pacheco.ribeiro@terra.com.br <mailto:pacheco.ribeiro@terra.com.br>), por e-mail, para dizer se aceita o encargo e as condições informadas, consignando que o prazo para apresentação do laudo é de 40 dias e que os honorários periciais são fixados no valor de R$252,48 por avaliação realizada, em conformidade com o art. 1º, Ato 051/2009-P e alterações, da Presidência do TJRS.
Com o laudo, devolva-se à origem.

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil – CREA/RS 87.159-D

210

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

050

Processo n° 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob n° 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

A presente manifestação visa atender ao Despacho do MM Juízo.

A avaliação de bens é um exercício profissional complexo e especializado, cuja as diretrizes para os padrões e procedimentos de excelência a serem adotados são determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas através do documento normativo ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens, que possui um total de mais de 150 páginas, divididas em 7 partes.

Esta Norma Técnica estabelece que:

Nenhuma avaliação poderá prescindir da vistoria.

Ou seja, **não é possível realizar o procedimento avaliatório conforme solicita o Autor em sua petição retro**, sem a vistoria do bem avaliando.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 16 de abril de 2019.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS n°87.159-D

211

SUBSTABELECIMENTO

(COM RESERVAS)

Lucas Vargas Santa Maria, advogado(a) regularmente inscrito(a) na OAB/RS sob nº 69.756, com escritório profissional na Rua Baronesa do Gravataí, 137 sl. 503, Porto Alegre/RS, SUBSTABELECE, **com reservas e especial poderes para desentranhar documentos, retirar ofícios, guias, cartas precatórias, editais, alvarás, cartas de intimação, vistas e cópias do processo** os poderes conferidos nos autos do Processo 01911800121420, a - JOÃO ALFREDO SANTOS DE LIMA - OAB/RS 66.810 - CPF: 000.949.250-03, PATRICIA SEMENSATTO DE LIMA - OAB/RS 79.562 - CPF: 963.983.370-34, MATUS ALAN BORGES DOS SANTOS - OAB/RS 37.796 - CPF: 566.060.100-63, VALDIR LUIS WAGNER JUNIOR - OAB/RS 91.363 - CPF: 009.714.780-07, BRUNA SIMÕES PEREIRA - CPF: 042.575.570-36 e ARTHUR RÉGIS WINGERT DA SILVA - CPF: 047.225.110-47.

Obs: Não cadastrar essa OAB no sistema.

Porto Alegre, 08 de Novembro de 2018.

Lucas Vargas Santa Maria
OAB/RS 69.756

os autos
foram retirados em
carga em 30/4/19 pelo
parte exequente
05
Varas

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

212

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 02ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO / RS

Processo nº: 019/1.18.0012142-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

De início, importa destacar que não pode o devedor ser beneficiado por sua própria inércia.

Fato é, que o executado, de forma deliberada obstaculizou o andamento do feito, negando ao perito o acesso ao imóvel para avaliação, latente portando a conduta atentatória a dignidade da justiça, impondo ao mesmo as penalidades daí advindas.

Assim sendo, em face da manifestação do EXPERT, requer seja designado oficial de Justiça para acompanhando do Sr. Perito na audiência, permitindo ao mesmo utilização de força policial e arrombamento do imóvel.

Sucessivamente, requer seja determinado ao Perito que promova a avaliação do bem pelos elementos que dispõe (matricula do imóvel, avaliação externa do Edifício, analise da região, etc), ou, na impossibilidade designe outro Expert para o cumprimento do Carta Precatória.

Termos em que

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424131 - AGF JOSE DO PATROCINIO
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ....: 03231952000104 Ins Est.: 0962758388

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 03/05/2019 Hora.....: 16:40:41
Caixa.....: 91486967 Matricula..: 0175*******
Lancamento.: 075 Atendimento: 00069
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1638110584

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
SPP A VISTA E A FAT	1	19,80+

Valor do Porte(R$)..: 19,80
Cep Destino: 93548-011 (RS)
Peso real (KG).....: 0,020
Peso Tarifado:.....: 0,020
OBJETO.....: DZ019056240BR

PE - 1 ED - S ES - S

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.
ES - Entrega sábado - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

Para fins de contagem do prazo de entrega,
sábados, domingos e feriados não são
considerados dias úteis.
Postagens ocorridas aos sábados, domingo
e feriados, considerar o próximo dia útil
como o "Dia da Postagem".

TOTAL(R$)=========> 19,80
VALOR RECEBIDO(R$)=> 19,80

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Regime Especial Ato Declaratório n.2012/048.
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.02

Deizi Patricia Quevedo
CPF:017.504.910-60

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

213

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Defiro o pedido retro, a fim de designar que a avaliação seja realizada com acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.

A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.

Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia.

Novo Hamburgo, 23/07/2019.

Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

214

Juízo: 1ª Vara de Família de Comarca de Porto Alegre
Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)
Tipo de Ação: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC
Exequente: Margareth Boemeke Pereira da Silva (AJG)
Executado: Wílson Édison Alano
Local e data: Porto Alegre, 04 de outubro de 2019.

OFÍCIO – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Ofício nº: 1078/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(íza):

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência informações sobre a Carta **Precatória 019/1.18.0012142-0**, extraída dos autos do processo acima mencionado, expedida em 12/06/2018, conforme despacho abaixo transcrito.

Despacho:"Oficie-se ao juízo deprecado solicitando o breve cumprimento da carta precatória expedida (fls. 158, 182) e sua breve devolução.Intimem-se".

Atenciosamente.

Carmem Maria Azambuja Farias
Juíza de Direito

Exmo(a) Sr(a)
Juiz(a) de Direito
2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 82120191690364
Nome original: vara de sucessoes novo hamburgo.pdf
Data: 07/10/2019 14:17:31
Remetente:
Jaqueline Scherer Miler
1ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre
tjrs
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

215

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: CARMEM MARIA AZAMBUJA FARIAS
Nº de Série do certificado: 010AC693
Data e hora da assinatura: 04/10/2019 16:47:55

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 00111300720060001201931028 26

Designação data -PERÍCIA 1180012142-0

PRAZO 05-06

216

pacheco.ribeiro@terra.com.br

ter 01/10/2019 14:56

Para: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>;

Prioridade: Alta

1 anexos (70 KB)

novamente nova desiganção data 01911800121420.pdf;

Prezados Senhores

Honrado com minha nomeação no Processo 019/ 1.18.0012142-0, encaminho petição aceitando o encargo e designando data para inicio dos trabalhos periciais afim de intimação das partes.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo Pacheco Ribeiro
Perito Nomeado

-----Mensagem original-----
De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>
Enviada em: terça-feira, 13 de agosto de 2019 17:25
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: INTIMAÇÃO -PERÍCIA 1180012142-0

Em cumprimento ao despacho abaixo, solicito nova data para a avaliação em tempo hábil a fim de expedir-se o respectivo mandado.

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019) Vistos.
Defiro o pedido retro, a fim de designar que a avaliação seja realizada com acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.
A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.
Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia.
Novo Hamburgo, 23/07/2019.
Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil – CREA/RS 87.159-D

217

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo n° 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob n° 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

Informo aceito a realização dos trabalhos de acordo com a verba honorária determinada pelo MM Juízo.

Para fins de intimação das partes, designo a data de **21 de novembro de 2019, às 10:30 hs, sendo no imóvel sito a Rua Quintino Bocaiuva nº 190, apartamento 301, Bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS o ponto de encontro com os Assistentes Técnicos**, para dar início aos trabalhos.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 01 de outubro de 2019.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS n°87.159-D

CERTIFICO e DOU FÉ que mediante contato telefônico cientifiquei o procurador do autor da decisão de fls. 28 e da data designada pelo perito

Em 18 de 10 de 19

O Escrivão Vanessa

CERTIFICO e DOU FÉ que mediante contato telefônico cientifiquei o procurador do réu da decisão de fls 28 e da perícia designada

Em 18 de 10 de 19

O Escrivão Vanessa.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

218

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

MANDADO PARA CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Oficial de Justiça: Newton Inda Bitencourt - Zona 25 - Foro de Novo Hamburgo - Oficial substituto

Processo nº:	019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Natureza:	Precatória de Avaliação
Juízo de Origem:	5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre - RS
Valor da Ação:	R$ 10.848,00
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693 Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756 Adv: Patrícia Semensatto de Lima - RS/79562 Adv: Luiza Alves Rolim - RS/49E906
Réu:	Wílson Édison Alano Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495 Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito deste Juízo **MANDA** ao(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça o acompanhamento do perito para realização da avaliação do imóvel matrícula 61.180, Localizado na Rua Quintino Bocaiuva, 190/301, nos termos da decisão abaixo. Caso necessário arrombamento do imóvel, fica facultado o uso de força policial.

DATA DA AVALIAÇÃO: 21/11/2019 às 10h30min

DESPACHO: "Vistos.Defiro o pedido retro, a fim de designar que a avaliação seja realizada com acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia. Em 23/07/2019 (a) Gustavo Borsa Antonello, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):

Wílson Édison Alano, réu

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CUMPRA-SE.

Novo Hamburgo, 18 de outubro de 2019.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: GUSTAVO BORSA ANTONELLO
Nº de Série do certificado: 0106CC5F
Data e hora da assinatura: 18/10/2019 16:03:37

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.b//verificadocs e digite o seguinte número verificador: 01911800121420019201937566 7

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

29

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 02ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO / RS

Processo nº: 019/1.18.0012142-0

URGENTE – URGENTE - URGENTE

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

A exequente, por obvio tem total interesse em receber a importância que lhe é devida e necessária a título de alimentos.

De toda sorte, ao tomar ciência da ordem judicial de arrombamento e utilização de força policial, viu-se diante de um dilema moral.

Embora todo a desgaste da relação com o ex-companheiro decorrente dos sucessivos descumprimentos de ordem judicial e alta litigiosidade dos processos, não deseja o mal ao mesmo.

Desta feita, sua intenção é seguir na busca dos seus direitos, causando o menor atrito possível com o executado.

Assim sendo requer seja determinado pelo juízo que a avaliação do imóvel seja realizada pelo Sr. Expert, valendo dos elementos que já dispõe (matricula do imóvel, avaliação externa do Edifício, analise da região, etc), até porque, nada que integra o interior do imóvel é objeto de penhora. Caso o expert não entenda possível a avaliação nesses termos, requer seja designado outro Expert para o cumprimento do Carta Precatória nesses termos.

Tal pleito tem por objeto minimizar os atritos já existentes entre as partes, entendo a exequente, como medida de bom senso e salutar as relações pessoais dos envolvidos.

Termos em que

Caixa.....: 54005384 Matrícula..: [illegible]
Lançamento.: 031 Atendimento: 00096
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 17[illegible]14

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
SPP A VISTA E A FAT	1	19,80+

Valor do Porte(R$)..: 19,80
Cep Destino: 93548-011 (RS)
Peso real (KG).....: 0,024
Peso Tarifado:.....: 0,024
OBJETO========> OA139853943BR
PE - 0

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 19,80

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado
.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.
ES - Entrega sábado - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R$)========> 19,80
VALOR RECEBIDO(R$)=> 19,80

Assinatura do Cliente

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Gu[illegible] tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Regime Especial Ato Declaratorio n.2012/048.
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA CLIENTE SARA 7.9.02

PORTO ALEGRE

Duizi Patricia Quevedo
CPF:017.504.910-60

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

220

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Em atenção ao pedido de fl. 34, solicite-se ao Oficial de Justiça devolução do mandado expedido (019/2019/375668), com urgência, haja vista a proximidade da perícia.

Após, intime-se o perito para que diga, em 10 dias, se há possibilidade de avaliação do imóvel na forma como sugerida pela parte requerente (fl. 34).

Novo Hamburgo, 08/11/2019.

Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

CERTIFICO e DOU FÉ que enviei mensagem ao Oficial de Justiça solicitando a devolução do mandado.

11 / 11 / 19

Vanen

Enc: intimação despacho - perícia agendada para o dia 21/11/2019 - 019/1180012142-0

221

Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família

seg 11/11/2019 15:41

Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br <pacheco.ribeiro@terra.com.br>;

1 anexos (565 KB)

Untitled_11112019_033827.pdf;

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Enviado: segunda-feira, 11 de novembro de 2019 15:37
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: intimação despacho - perícia agendada para o dia 21/11/2019 - 019/1180012142-0

Em cumprimento ao despacho infra, solicito a Vossa Senhoria que informe, no prazo de dez dias, acerca da possibilidade de avaliação do imóvel nos termos propostos - petição em anexo.

DECISÃO:
019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Vistos.
Defiro o pedido retro, a fim de designar que a avaliação seja realizada com acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.
A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.
Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia.
Novo Hamburgo, 23/07/2019.
Gustavo Borsa Antonello,

RES: intimação despacho - perícia agendada para o dia 21/11/2019 - 019/1180012142-0

pacheco.ribeiro@terra.com.br

221

seg 11/11/2019 17:17

Para Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>;

Prioridade: Alta

1 anexos (136 KB)

nova nova petição 01911800121420.pdf;

Prezados Senhores

Em resposta a manifestação do Autor , encaminho petição.

Atenciosamente

Eng Luiz Alfredo P Ribeiro
Perito Nomeado

-----Mensagem original-----
De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
<frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>
Enviada em: segunda-feira, 11 de novembro de 2019 15:41
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: Enc: intimação despacho - perícia agendada para o dia 21/11/2019 - 019/1180012142-0

Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Enviado: segunda-feira, 11 de novembro de 2019 15:37
Para: pacheco.ribeiro@terra.com.br
Assunto: intimação despacho - perícia agendada para o dia 21/11/2019 - 019/1180012142-0

acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.
A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.
Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia.
Novo Hamburgo, 23/07/2019.
Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

Vanusa Soares

2ª Vara de Família e Sucessões
Comarca de Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3553-5500

LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO
Eng. Civil – CREA/RS 87.159-D

222

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 2ª Vara de Família do Foro da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Processo n° 019/1.18.0012142-0
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva
Réu: Wilson Edson Alano
Natureza: Precatória de Avaliação

Eu, **LUIZ ALFREDO PACHECO RIBEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA/RS sob n° 87.159-D, honrado com a minha designação como perito no presente feito, venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o que segue:

A presente manifestação visa atender ao Despacho do MM Juízo.

Em sua manifestação de fl. 34 dos Autos, a Autor solicita que seja realizada avaliação sem a vistoria do bem.

Conforme já informado por este Perito em petição datada de 16 de abril de 2019, a avaliação de bens é um exercício profissional complexo e especializado, cuja as diretrizes para os padrões e procedimentos de excelência a serem adotados são determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas através do documento normativo ABNT NBR 14.653 – Avaliação de Bens, que possui um total de mais de 150 páginas, divididas em 7 partes.

Esta Norma Técnica estabelece que:

Nenhuma avaliação poderá prescindir da vistoria.

Ou seja, **não é possível realizar o procedimento avaliatório conforme solicita o Autor em sua petição retro**, sem a vistoria do bem avaliando.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Porto Alegre, 11 de novembro de 2019.

Eng. Luiz A. P. Ribeiro
CREA/RS 87.159-D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

223

PODER JUDICIÁRIO - RS -

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Dê-se vista à parte exequente acerca da manifestação do perito na fl. 38.

Novo Hamburgo, 12/11/2019.

Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

2 famili 40 páginas

224

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 02ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO / RS

213

Processo nº: 019/1.18.0012142-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

Excelência, inobstante a manifestação odo Sr. Perito, alguns fatos devem ser destacados:

A penhora contempla apenas o imóvel, e não os utensílios que os guarnecem.

Outrossim, não está a se impedir a vistoria do edifício, entretanto, se reafirma que não se vislumbra necessidade do ingresso no interior do apartamento, ainda mais, de modo forçado.

Impedir o perito de acessar o imóvel é conduta que so pode trazer prejuízo ao próprio devedor, que parece não estar a se importar com o fato.

De toda sorte, não se pode desprestigiar a sensibilidade humana da autora, que inobstante todas as divergências com o ex-marido não deseja vê-lo exposto a vexatória situação.

De mais a mais, é fato corriqueiro nos processos judiciais que esse procurador atua, que as avaliações de imóveis (muitas vezes realizadas pelo próprio oficial de justiça), sejam procedidas apenas com a vistoria externa do imóvel, sem que gere celeumas ou conflitos processuais.

Assim pelo resposta colacionada pelo Expert, que entende impossível realizar a avaliação nesses termos, **requer seja designado outro Expert para o cumprimento da Carta Precatória de avaliação, sem que acesse a parte interna do apartamento nesses termos**.

Impõe-se assinalar que os celeumas que o abrupto acesso ao imóvel do devedor podem causar as partes, devem ser considerados no caso concreto para preservar as partes que já sentem deforme asirrada há muitos anos.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 42413I - AGF JOSE CO PATROCINIO
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ...: 03231952000104 Ins Est.: 0962758388
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: RAVA
CNPJ/CPF.....: 00000000000000

Movimento..: 22/11/2019 Hora.....: 17:01:18
Caixa.....: 94350349 Matricula..: 0175*******
Lancamento.: 073 Atendimento: 00071
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1739299478

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
SPP A VISTA E A FAT	1	19,80+
Valor do Porte(R$)..:	19,80	
Cep Destino:	93548-011 (RS)	
Peso real (KG).....:	0,019	
Peso Tarifado:.....:	0,019	
OBJETO=======>	DA13[illegible]855618BR	
PE - 0		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 19,80

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado
.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Nº .
ES - Entrega sabado - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R$)=======> 19,80
VALOR RECEBIDO(R$)=> 19,80

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Regime Especial Ato Declaratório n.2012/048.
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA-CLIENTE SARA 7.9.02

AGF-JOSÉ DO PATROCINIO
22 NOV 2019
PORTO ALEGRE-RS

[illegible] Silva Rodrigues
027.017.[illegible].020-09

41

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

225

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

MANDADO PARA CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Oficial de Justiça: Newton Inda Bitencourt - Zona 25 - Foro de Novo Hamburgo - Oficial substituto

Processo nº:	019/1.18.0012142-0 (CNJ: 0020848-62.2018.8.21.0019)
Natureza:	Precatória de Avaliação
Juízo de Origem:	5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre - RS
Valor da Ação:	R$ 10.848,00
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693 Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756 Adv: Patrícia Semensatto de Lima - RS/79562 Adv: Luiza Alves Rolim - RS/49E906
Réu:	Wílson Édison Alano Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495 Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito deste Juízo **MANDA** ao(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça o acompanhamento do perito para realização da avaliação do imóvel matrícula 61.180, Localizado na Rua Quintino Bocaiuva, 190/301, nos termos da decisão abaixo. Caso necessário arrombamento do imóvel, fica facultado o uso de força policial.

DATA DA AVALIAÇÃO: 21/11/2019 às 10h30min

DESPACHO: "Vistos.Defiro o pedido retro, a fim de designar que a avaliação seja realizada com acompanhamento de Oficial de Justiça, para possível arrombamento do imóvel, ficado facultado o uso de força policial, caso necessário.A parte exequente deverá providenciar os meios e materiais para que o bem seja lacrado após a diligência, sob pena de não realização do arrombamento/avaliação, com o oportuno ressarcimento, pelo executado, das eventuais despesas correlatas.Intimem-se, inclusive o perito, para que informe nova data para a perícia. Em 23/07/2019 (a) Gustavo Borsa Antonello, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):

Wílson Édison Alano, réu

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

CUMPRA-SE.

Novo Hamburgo, 18 de outubro de 2019.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: GUSTAVO BORSA ANTONELLO
Nº de Série do certificado: 0106CC5F
Data e hora da assinatura: 18/10/2019 16:03:37

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 01911800121420019201937566 7

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, estive na data de hoje no endereço indicado, onde o perito não se fez presente, sendo que, em nenhum momento, a parte autora ou seu Adv. legal, fizeram contato com este Oficial. O referido é verdade e dou fé.

N. H., 21 de novembro de 2019.

Henrique Costa Fitzgerald
O. de Justiça.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

42
NR

226

019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)

Vistos.

Expeça-se mandado de avaliação a ser cumprido por Oficial de Justiça.

Com a juntada do laudo, abra-se vista às partes.

Após, devolva-se à origem.

Novo Hamburgo, 10/12/2019.

Gustavo Borsa Antonello,
Juiz de Direito.

43
NR

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

227

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

MANDADO PARA CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Oficial de Justiça: Carlos Eduardo Machado Ribeiro - Zona 25 - Foro de Novo Hamburgo

Processo nº:	019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Natureza:	Precatória de Avaliação
Juízo de Origem:	5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre - RS
Valor da Ação:	R$ 10.848,00 AJG
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693 Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756 Adv: Patrícia Semensatto de Lima - RS/79562 Adv: Luiza Alves Rolim - RS/49E906
Réu:	Wílson Édison Alano Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495 Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito deste Juízo **MANDA** ao(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça cumprir o objeto presente da precatória, consistente na avaliação do imóvel abaixo descrito.

DESPACHO: "Vistos.Expeça-se mandado de avaliação a ser cumprido por Oficial de Justiça.Com a juntada do laudo, abra-se vista às partes.Após, devolva-se à origem. Em 10/12/2019 Gustavo Borsa Antonello, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):

019/2020/49775

Imóvel descrito na matrícula nº 61.180, intimado
End: Rua Quintino Bocaiúva, 190, 301, Centro, Novo Hamburgo, RS, 93510-270
( ) CP ( ) CN ( ) PC ( ) NC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CUMPRA-SE.

Novo Hamburgo, 21 de fevereiro de 2020.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: GUSTAVO BORSA ANTONELLO
Nº de Série do certificado: 0106CC5F
Data e hora da assinatura: 21/02/2020 09:17:18

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 01911800121420019202049774

44
NR

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

228
João

PODER JUDICIÁRIO - RS

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

NE 27

MANDADO PARA CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA

Oficial de Justiça: Carlos Eduardo Machado Ribeiro - Zona 25 - Foro de Novo Hamburgo

Processo nº:	019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Natureza:	Precatória de Avaliação
Juízo de Origem:	5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre - RS
Valor da Ação:	R$ 10.848,00 AJG
Autor:	Margareth Boemeke Pereira da Silva
	Adv: Claudio Cesar Silva Rava - RS/58693
	Adv: Lucas Vargas Santa Maria - RS/69756
	Adv: Patrícia Semensatto de Lima - RS/79562
	Adv: Luiza Alves Rolim - RS/49E906
Réu:	Wílson Édison Alano
	Adv: Jorge Abdala Seadi - RS/33495
	Adv: Paulo Afonso Bisol - RS/34179

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito deste Juízo **MANDA** ao(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça cumprir o objeto presente da precatória, consistente na avaliação do imóvel abaixo descrito.

DESPACHO: "Vistos.Expeça-se mandado de avaliação a ser cumprido por Oficial de Justiça.Com a juntada do laudo, abra-se vista às partes.Após, devolva-se à origem. Em 10/12/2019 Gustavo Borsa Antonello, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):

019/2020/49775

Imóvel descrito na matrícula nº 61.180, intimado
End: Rua Quintino Bocaiúva, 190, 301, Centro, Novo Hamburgo, RS, 93510-270
(X) CP ( ) CN ( ) PC ( ) NC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CUMPRA-SE.

Novo Hamburgo, 21 de fevereiro de 2020.

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: GUSTAVO BORSA ANTONELLO
Nº de Série do certificado: 0106CC5F
Data e hora da assinatura: 21/02/2020 09:17:18

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 01911800121420019202049774

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

229

45
NR

FORO DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 – Bairro Rondônia Novo Hamburgo-RS.

Processo: **019/1.18.0012142-0.**
Natureza: **Precatória de Avaliação.**
Autor: **Margareth Boemeke pereira da Silva.**
Réu: **Wilson Édison Alano.**

Mandado: **019/2020/49775.**

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao respeitável mandado supra que AVALIEI o imóvel de matrícula 61.180 LOCALIZADO NA Rua Quintino Bocaiuva, 190, 301, na importância de R$ 1.200.000,00 (Um Milhão e Duzentos Mil Reais), conforme valor médio de mercado para esta região. Dou fé.

Nada mais.

Novo Hamburgo, 03 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA DE CAMPOS SANT'ANNA,
Oficial de Justiça.

46
NR

230

SUBSTABELECIMENTO

(COM RESERVAS)

LUCAS VARGAS SANTA MARIA, advogado(a) regularmente inscrito(a) na OAB/RS sob nº 69.756, com escritório profissional na Rua Baronesa do Gravataí, 137 sl. 503, Porto Alegre/RS, SUBSTABELECE, **com reservas e especial poderes para desentranhar documentos, retirar ofícios, guias, cartas precatórias, editais, alvarás, cartas de intimação, vistas e cópias do processo** os poderes conferidos nos autos do Processo 01911800121420, a - JOÃO ALFREDO SANTOS DE LIMA - OAB/RS 66.810 - CPF: 000.949.250-03, PATRICIA SEMENSATTO DE LIMA - OAB/RS 79.562 - CPF: 963.983.370-34, MATUS ALAN BORGES DOS SANTOS - OAB/RS 37.796 - CPF: 566.060.100-63, VALDIR LUIS WAGNER JUNIOR - OAB/RS 91.363 - CPF: 009.714.780-07, BRUNA SIMÕES PEREIRA - CPF: 042.575.570-36 e ARTHUR RÉGIS WINGERT DA SILVA - CPF: 047.225.110-47.

Obs: Não cadastrar essa OAB no sistema.

Porto Alegre, 21 de Novembro de 2019.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA
OAB/RS 69.756

RES: Carga Programada

231 47 NR

Juridico Rava & Santa Maria <juridico@ravaesantamaria.com.br>

sex 14/08/2020 11:26

Para:Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família <frnovohamb2vfam@tjrs.jus.br>;

Prezados, bom dia.

Teria como agendar para um pouco mais tarde? As 14h00min o advogado responsável estará em Sapucaia.

Fico no aguardo, grato pela atenção.

Atenciosamente,
Daniel Tovar
Rava & Santa Maria Advogados Associados
(51)3012-5859; (51) 99231-8361

De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 2ª Vara de Família
Enviado:sexta-feira, 14 de agosto de 2020 10:23
Para: Juridico Rava & Santa Maria
Assunto: Re: Carga Programada

B

RAVA & SANTA MARIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

232

48
NR

EXMO. (A) SR.(A) DR. (A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 02ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO/RS.

PROCESSO: 019/1.18.0012142-0

MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, que contende com **WILSON ÉDISON ALANO**, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o quanto segue:

Conforme os termos do ofício circular nº 016/2020-CGJ, o autor retirou os autos do processo em carga para digitalização e, para que o processo passasse a tramitar através do EPROC.

Desta feita, o peticionante já realizou o atendimento da incumbência que lhe cabia. Assim, requer que aguardem os autos em cartório por 30 (trinta) dias, até o seu arquivamento nos termos do ofício supra.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2020.

P.p.: Cláudio César Rava P.p.: Lucas Vargas Santa Maria

SERPRO
Serviço Federal de Processamento de Dados

OFÍCIO: SUPGP/GPCAR/GPPAE - 021148/2020

Porto Alegre, 16 de outubro de 2020

Gustavo Borsa Antonello
Juiz de Direito

Assunto: Em resposta ao ofício 358\2020

Meretíssimo Senhor Juiz ,

Em resposta ao ofício nº 358\2020 do processo nº 019\1.18.0012124-2 (CNJ:.0020818-27.2018.8.21.0019), informamos que a parte acima qualificada nunca fez parte do nosso quadro funcional.

As informações solicitadas poderão ser obtidas junto a Receita Federal do Brasil, cito à Av. Loureiro da Silva, 445 - Bairro Centro - POA/RS.

SERPRO é uma Empresa Pública, prestadora de serviços em tecnologia da informação do Governo Federal.

Atenciosamente,

Jader Fagundes Biazetto
Gerente de Divisão de Centro de Serviço Especializado em Carreiras - Porto Alegre

CERTIDÃO

CERTIFICO que AS CARTAS PRECATÓRIAS FÍSICAS NÃO SÃO PASSÍVEIS DE CADASTRO NO EPROC. DOU FÉ.

Em, 30/12/2020.

Cíntia Carneiro Klein - Oficiala Escrevente

50
234 NR

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS -

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **61/2020,** expedida em 30 de outubro de 2020, foi disponibilizada na edição nº 6863 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 04/11/2020, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

019/1.18.0012142-0 (CNJ 0020848-62.2018.8.21.0019) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS, Luiza Alves Rolim 49E906/RS, Patrícia Semensatto de Lima 79562/RS e Valdir Luis Wagner Junior 91363/RS) X W.E.A. (pp. Jorge Abdala Seadi 33495/RS e Paulo Afonso Bisol 34179/RS). Vista ao réu acerca do mandadado juntado, bem como ao autor da certidão de fl.49.

Novo Hamburgo, 03/11/2020,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
03/11/2020 17h41min

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

51

235

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 02ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO / RS

Processo nº: 019/1.18.0012142-0

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

Ciente do mandado de avaliação cumprido, requer a autor a devolução da precatória a origem para prosseguimento da execução.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 06 de novembro de 2019.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA
OAB/RS 69.756

15:45 13/11/2020 016503 PROTOCOLO 2a VARA DEFAMILIA

SUPRIMAXXI FONE: (51)3464.8

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424131 - AGF JOSE DO PATROCINIO
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ....: 03231952000104 Ins Est.: 0962758388
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: RAVA
CNPJ/CPF.....: 00000000000000

Movimento..: 05/11/2020 Hora.....: 17:17:04
Caixa.....: 98508860 Matricula..: 8569*******
Lancamento.: 077 Atendimento: 00072
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1909375562

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
SPP A VISTA E A FAT	1	21,00+
Valor do Porte(R$)..:	21,00	
Cep Destino:	93548-011 (RS)	
Peso real (KG).....:	0,019	
Peso Tarifado:.....:	0,019	
OBJETO========>	OD014614012BR	
PE - 2 ED - S ES - S		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 21,00

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado
.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.
ES - Entrega sábado - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.
* Para fins de contagem do prazo de entrega,
sábados, domingos e feriados não são
considerados dias úteis.
Postagens ocorridas aos sábados, domingos
e feriados, considerar o próximo dia útil
como o "Dia da Postagem".

TOTAL(R$)========> 21,00
VALOR RECEBIDO(R$)=> 21,00

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6536/78

O acompanhamento desses objetos poderá ser
realizados pelos remetentes e destinatários
por meio do portal dos
Correios https://www.correios.com.br/
ou pelo aplicativo de rastreamento
Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Regime Especial Ato Declaratório n.2012/048.
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA-CLIENTE SARA 8.2.01

...É DO PATR...
...NOV 2020...
...GRE - RS...

Daniele Soares Rodrigues
CPF 856.983.420-91

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juízo: 2ª Vara de Família e Sucessões de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.18.0012142-0 (CNJ:.0020848-62.2018.8.21.0019)
Tipo de Ação: Precatória de Avaliação
Autor: Margareth Boemeke Pereira da Silva (AJG)
Réu: Wílson Édison Alano
Local e data: Novo Hamburgo, 18 de janeiro de 2021.

236

CERTIDÃO

Certifico, que procedi na baixa da precatória par remessa à origem.
Dou fé.

Vanusa S. Soares.
Vanusa Soares
ID 3377687

237

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **49/2021,** expedida em 03 de fevereiro de 2021, foi disponibilizada na edição nº 6914 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 04/02/2021, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS e Luiza Alves Rolim 49E906/RS) X W.E.A. (pp. Luciana Visonan dos Reis 39306/RS). Vista as partes da precatória de avaliação juntada aos autos.

Porto Alegre, 03/02/2021,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
03/02/2021 18h36min

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

238

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. 05ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE / RS

Processo nº: 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001)

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epigrafe, vem por intermédio de um de seus procuradores, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação que contende com **WILSON ÉDISON ALANO,** vem respeitosamente a V. Exa, expor e requerer o quanto segue:

I – CHAMANDO O FETO A ORDEM

O executado foi pessoalmente citado – FL. 31 dos autos.

A fl. 34 restou certificado que o mesmo não apresentou Embargos.

Entretanto ao compulsar os autos verifica-se foi apresentado nome do devedor mas o signatário da petição não acostou procuração e há muitos anos sequer se manifesta nos autos. Desta feita, requer o imediato descadastramento do referido procurador permitindo que o feito siga seu curso.

II – DA AVALIAÇÃO

A credora concorda com a avalição do imóvel, requerendo sua homologação.

RAVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
SANTA MARIA
WWW.RAVAESANTAMARIA.COM.BR

RUA BARONESA DO GRAVATAÍ, 137|503
BAIRRO CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE - RS
FONE/FAX: (51) 3012-5859 | CEP 90160-070
RSM@RAVAESANTAMARIA.COM.BR

2321

IV – DOS REQUERIMENTOS

1. Seja promovido o descadastramento de procuradores em nome do executado, posto que, não consta qualquer procuração nos autos;
2. Seja homologada a avaliação e ato continuo seja determinada a venda do bem em hasta pública, nomeando leiloeiro;
3. Seja autorizada a carga e a conversão do processo em EPROC;

Termos em que,
Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 08 de fevereiro de 2021.

LUCAS VARGAS SANTA MARIA
OAB/RS 69.756

Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | •••

Proc.: 001/1.13.0072006-0 - 1ª Vara de Família de Porto Alegre/RS

240

Foro de Novo Hamburgo Cartório da 3ª Vara Cível
Hoje, 13:59
Foro Central Cartório da 1ª Vara de Família

Responder a todos |

Inbox

Esta mensagem foi enviada com prioridade alta.

Decisão, Termo de Redu...
1010 KB

Mostrar todos os 1 anexos (1010 KB) Baixar

Bom dia!

Encaminho em anexo, para juntada ao processo n° **001/1.13.0072006-0** (5ª Vara de Família de Porto Alegre/RS) e para as providências necessárias, cópias da **Decisão**, **Termo de Redução de Bem à Penhora** e **Termo de Penhora no Rosto dos Autos** expedidos no processo 019/1.15.0004755-1, em trâmite na 3ª Vara Cível de Novo Hamburgo/RS.

Att,
3ª Vara Cível de Novo Hamburgo/RS*

juntada 01

De: Foro de Novo Hamburgo Cartório da 3ª Vara Cível
Enviado: quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 10:31
Para: Foro Central Cartório da 5ª Vara de Família
Assunto: Proc.: 001/1.13.0072006-0 - 5ª Vara de Família de Porto Alegre/RS

Bom dia!

Encaminho em anexo, para juntada ao processo n° **001/1.13.0072006-0** (5ª Vara de Família de Porto Alegre/RS) e para as providências necessárias, cópias da **Decisão**, **Termo de Redução de Bem à Penhora** e **Termo de Penhora no Rosto dos Autos** expedidos no processo 019/1.15.0004755-1, em trâmite na 3ª Vara Cível de Novo Hamburgo/RS.

Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO (459)

019/1.15.0004755-1 (CNJ:.0008703-76.2015.8.21.0019)

Da penhora do imóvel de matrícula 61.180 do RI/NH/RS de propriedade do executado.

Deferida a penhora do imóvel de matrícula 61.180 do RI/NH/RS de propriedade do executado (fl. 105), foi devidamente reduzida por temo nos autos (fl. 106), averbada no seu registro (fls. 119-120) e realizada a avaliação por Oficial de Justiça (fls. 123-124).

Intimados o executado, por meio do seu procurador constituído nos autos (§1º do artigo 841 do CPC) e a sociedade empresária Solidez Empreendimentos Imobiliários Ltda. que recebeu o imóvel como caução em contrato de locação (AV.3 0 fl. 99), pessoalmente, por carta AR, de acordo com fls. 148-149, tanto da penhora quanto da avaliação, quedaram-se silentes.

Homologada a avaliação do imóvel, de acordo com fl. 128, de modo que remanesce pendente somente seja dado ciência aos demais credores com penhora averbada no registro do bem, quais sejam:

a) Manglio Maria Gobbi, processo 019/1.05.0042075-0, em trâmite na 1ª Vara Cível desta Comarca de Novo Hamburgo/RS; e

b) Margareth Boemeke Pereira da Silva, processo 001/1.13.0072006-0, em trâmite na 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre/RS.

Assim, cumprido o supra, remetam-se os autos ao leiloeiro nomeado à fl. 105, para que designe as respectivas datas para a realização do leilão.

Do pedido de Condomínio Edifício Moradas da Quintino de

PODER JUDICIÁRIO - RS

Pretendendo o terceiro interessado eventual penhora no rosto destes autos, deverá primeiramente declinar o pedido ao Juízo em que tramita a execução dos seus créditos, qual seja 1° Juizado desta 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo/RS, processo n° 019/1.18.0016998-9.

De toda sorte, considerando que os créditos executados naquele feito são decorrentes de cotas condominiais devidas do imóvel de propriedade do executado penhorado nestes autos (fls. 105-106), as quais perseguem a coisa, ante a natureza *propter rem*, anote-se, por cautela, a intervenção do condomínio Edifício Moradas da Quintino neste feito na forma de terceiro interessado.

Da penhora no rosto dos autos.

Observo que oficiada a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS acerca da penhora do imóvel de propriedade do executado, haja vista a averbação de indisponibilidade (fls. 132-133), requereu a penhora no rosto destes autos dos valores executados naquele feito (0020710-53.2015.5.04.0010), de acordo com fls. 156-158, a qual deverá ser reduzida por termo e averbada na capa destes autos, nos termos do artigo 860 do CPC.

Portanto, ao cartório para:

1. Incluir o Condomínio Edifício Moradas da Quintino como terceiro interessado, intimando-o da presente decisão;

2. Reduzir por termo e averbar na capa do feito a penhora no rosto destes autos originada da 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS (0020710-53.2015.5.04.0010), de acordo com fls. 156-158, informando posteriormente aquele Juízo do ocorrido, por meio de ofício, na forma do artigo 860 do CPC;

3. Oficiar aos credores com constrição averbada no imóvel de matrícula n° 61.180 do RI/NH/RS, conforme segue, acerca da presente penhora e

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

trâmite na 1ª Vara Cível desta Comarca de Novo Hamburgo/RS; e

b)Margareth Boemeke Pereira da Silva, processo 001/1.13.0072006-0, em trâmite na 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre/RS.

Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processuais, dou a esta decisão força de ofício, o que dispensa qualquer outra formalidade, devendo o cartório apenas encaminhá-la aos respectivos Juízos para que adotem as providências que entenderem cabíveis.

4. Cumprido o *supra* e nada sendo impugnado, remetam-se os autos ao leiloeiro nomeado à fl. 105, para que designe as respectivas datas para a realização do leilão.

Novo Hamburgo, 15/12/2020.

Cláudio Aviotti Viegas,

Juiz de Direito.

confere original eletrônico www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: CLAUDIO AVIOTTI VIEGAS
Nº de Série do certificado: 59CF569A69D63AA5B26C9F9979C0535C
Data e hora da assinatura: 15/12/2020 21:30:45

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019115000475510192020136686

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

106

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
3ª VARA CÍVEL
Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011 Fone: 51-3553-5500

Processo n.º: 019/1.15.0004755-1 (CNJ:.0008703-76.2015.8.21.0019)
Natureza: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Sergio Davi Peteffi
Executado: Wilson Édison Alano

Parte Executada:
Wilson Édison Alano , brasileiro, separado, branca, filho de Wilson Alano e de Guiomar Medeiros Alano, nascido em 05/05/1948, RG 7004441213/RS, CPF 148.220.910/15

TERMO DE REDUÇÃO DE BEM(NS) À PENHORA

Aos 26/09/2017, eu, Oficial Escrevente abaixo assinado, em cumprimento ao despacho de fls. 105, nos autos da execução acima identificada, e de conformidade com o disposto no § 5º do artigo 659 do Código de Processo Civil, REDUZO A TERMO a penhora que recaiu sobre o bem constante da petição de fls. 97 /100, imóvel matriculado sob n. 61.180 do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo – RS, que fica fazendo parte integrante deste, de propriedade do executado, que será intimado por meio de seu advogado, ou, pessoalmente, da condição de fiel depositário do bem constrito.

Daiana Luiza Pons
Oficiala Escrevente

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: DAIANA LUIZA PONS
Nº de Série do certificado: 47513800AA351CE2E748FE9F6FBDAE3F
Data e hora da assinatura: 26/09/2017 16:58:47

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019115000475510192017427090

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juízo: 3ª Vara Cível de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.15.0004755-1 (CNJ:.0008703-76.2015.8.21.0019)
Tipo de Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Sergio Davi Peteffi
Executado: Wilson Édison Alano
Local e data: Novo Hamburgo, 10 de fevereiro de 2021.

TERMO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Em cumprimento ao e-mail de fls. 156-158 dos autos, expedido pela **10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS**, nos autos do processo nº **0020710-53.2015.5.04.0010**, penhorei o(s) direito(s) que **Wilson Édison Alano** pleiteia no processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ:.0008703-76.2015.8.21.0019) e averbei a constrição no rosto dos autos, para garantia de débito no valor de **R$ 5.705,57** (cinco mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), atualizado até 30 de agosto de 2020.

Cláudio Aviotti Viegas
Juiz de Direito

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: CLAUDIO AVIOTTI VIEGAS
Nº de Série do certificado: 342603312E594EA9
Data e hora da assinatura: 10/02/2021 15:27:14

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019115000475510192021246 6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 244

001/1.13.0072006-0 (CNJ:.0080549-81.2013.8.21.0001)

Primeiramente verifico que o réu constituiu nova procuradora para representá-lo em 17/12/2019 (fls. 190/191), a qual, contudo, ainda não foi incluída neste feito, tampouco fora no juízo deprecado, o qual, aliás, intimou o executado por meio de advogados que já não o representavam mais, para se manifestar quanto à avaliação do imóvel penhorado (fl. 234).

Logo, inviável homologar a avaliação no presente momento, como pretende a exequente, sob pena de futura alegação de nulidade.

Assim, intime-se o executado quanto à avaliação feita do imóvel matriculado sob o n° 61.180 do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo (fl. 229), por meio da sua procuradora regulamente constituída, para que se manifeste no prazo de 15 dias.

Ainda, dê-se vista à exequente quanto ao teor do ofício encaminhado pelo juízo da 3ª Vara Cível de Novo Hamburgo, e documentos que o acompanharam (fls. 240/243).

Por fim, transcorrido o prazo para manifestação do executado, defiro, desde logo, a carga dos autos à exequente, a fim de que os digitalize, conforme postulado (fl. 238/239). Saliento, entretanto, que os arquivos deverão ser enviados/disponibilizados ao Cartório deste juízo, em formato PDF, porquanto necessária a indexação das peças no número de processo já pré-cadastrado no Sistema Eproc para este feito, o que apenas poderá ser feito pela Serventia.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

Porto Alegre, 20/05/2021.

Annie Kier Herynkopf,
Juíza de Direito.

confere original eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: ANNIE KIER HERYNKOPF
Nº de Série do certificado: 7D4DF00E21F7C613
Data e hora da assinatura: 24/05/2021 16:14:10

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 00111300720060001202121394 3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS - 245

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **119/2021**, expedida em 25 de maio de 2021, foi disponibilizada na edição nº 7001 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 29/06/2021, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001) - M.B.P.S. (pp. Claudio Cesar Silva Rava 58693/RS, Lucas Vargas Santa Maria 69756/RS e Luiza Alves Rolim 49E906/RS) X W.E.A. (pp. Luciana Visonan dos Reis 39306/RS). Primeiramente verifico que o réu constituiu nova procuradora para representá-lo em 17/12/2019 (fls. 190/191), a qual, contudo, ainda não foi incluída neste feito, tampouco fora no juízo deprecado, o qual, aliás, intimou o executado por meio de advogados que já não o representavam mais, para se manifestar quanto à avaliação do imóvel penhorado (fl. 234). Logo, inviável homologar a avaliação no presente momento, como pretende a exequente, sob pena de futura alegação de nulidade. Assim, intime-se o executado quanto à

se manifeste no prazo de 15 dias. Ainda, dê-se vista à exequente quanto ao teor do ofício encaminhado pelo juízo da 3ª Vara Cível de Novo Hamburgo, e documentos que o acompanharam (fls. 240/243). Por fim, transcorrido o prazo para manifestação do executado, defiro, desde logo, a carga dos autos à exequente, a fim de que os digitalize, conforme postulado (fl. 238/239). Saliento, entretanto, que os arquivos deverão ser enviados/disponibilizados ao Cartório deste juízo, em formato PDF, porquanto necessária a indexação das peças no número de processo já pré-cadastrado no Sistema Eproc para este feito, o que apenas poderá ser feito pela Serventia.

Porto Alegre, 28/06/2021,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

246

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO	28/06/2021 17h12min

DECLARAÇÃO

Declaro que estou enviando a íntegra dos autos que retirei em carga para virtualização, responsabilizando-me por eventual alteração ou omissão de documentos.

Informo que identifiquei os seguintes problemas (especificar nº da folha):

1. processo com falha na sequência numérica na(s) folha(s):
25 sem numeração.
2. processo com digitalização incompleta ou visibilidade insuficiente na(s) folha(s):

3. processo com mídia (CD, DVD, pendrive) na(s) folha(s):

4. processo com documento de difícil digitalização (exames, mapas, plantas arquitetônicas, revistas, livros, carnês) na(s) folha(s):

5. processo com folha rasgada na(s) folha(s):

6. Outros problemas na(s) folha(s):

Nome: LUCAS VARGAS SANTA MARIA

CPF: 007.093.520-23

Assinatura:

OAB/RS 69.756

Processo (00805498120138210001)

CERTIDÃO

Certifico que os autos eletrônicos correspondem aos físicos, apresentado as observações conforme abaixo:

Porto Alegre, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2021 14:12:31
CRAV - Central Remota de Apoio à Virtualização
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Processo digitalizado pela empresa DIGITALIZAÇÃO POR ADVOGADOS e indexado automaticamente.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___NUCDIGLOC__>_NUCDIG
Data:
06/09/2021 18:17:51
Usuário:
DIGITALIZAÇÃO - DIGITALIZAÇÃO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
17/09/2021 14:58:34
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
5

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

EXEQUENTE: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

ATO ORDINATÓRIO

Certifico, usando a faculdade que me confere a lei, que o processo físico distribuído no sistema Themis1g sob o número 001/113.0072006-0, CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001 foi digitalizado e distribuído com o nº 5017875-79.2013.8.21.0001, no sistema eproc.

Certifico, também que a digitalização foi providenciada pelos procuradores da parte autor e indexado pela CRAV.

Certifico, ainda, que os autos físicos encontram-se em Cartório para vista das partes e possíveis requerimentos quanto a digitalização.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO, Servidor de Secretaria**, em 17/9/2021, às 14:58:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10011132334v2** e o código CRC **cf2ca1a8**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
17/09/2021 14:58:34
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
6
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/09/2021 00:00:00
Data Final:
11/10/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
17/09/2021 14:58:34
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
7
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/09/2021 00:00:00
Data Final:
11/10/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__6_E_7
Data:
27/09/2021 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__6
Data:
11/10/2021 13:49:03
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
9

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Ciente da virtualização do feito, requer o prosseguimento nos termos que seguem:

Em conformidade com o despacho proferido no Evento 3, PROCJUDIC7, Página 8, não foi possível a homologação da avaliação pois não fora intimado o procurador do réu naquele tempo.

No entanto, como se vê no Evento 3, PROCJUDIC7, Página 10, a parte foi intimada da decisão, e não se opôs, nem sequer se manifestou nos autos.

De toda sorte, requer o prosseguimento do feito com a homologação da avaliação com posterior designação de leiloeiro.

Segue em anexo memória de cálculo atualizado.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 23 de setembro de 2021.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

(51) 3012.5859 (51) 992.318.361 rsm@ravasm.com.br
Rua Gutemberg, 151, SL. 805, Condomínio Neo 360 Corporate
Bairro Petrópolis em PortoAlegre, CEP 91310-010
ravasm.com.br

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 1 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 11.10.2021

Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.2013 a 01.10.2021)
Juros: 12% ao ano (05.02.2013 a 11.10.2021)
Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.2013	R$	5.424,00		2,2981787	12.465,32	12.988,06	25.453,38
05.03.2013	R$	5.424,00		2,2918603	12.431,05	12.828,04	25.259,09
05.04.2013	R$	5.424,00		2,2872193	12.405,88	12.678,01	25.083,88
05.05.2013	R$	5.424,00		2,2842497	12.389,77	12.537,65	24.927,42
05.06.2013	R$	5.424,00		2,2819825	12.377,47	12.401,43	24.778,90
05.07.2013	R$	5.424,00		2,2664867	12.293,42	12.194,28	24.487,71
05.08.2013	R$	5.424,00		2,2609288	12.263,28	12.041,75	24.305,03
05.09.2013	R$	5.424,00		2,2535296	12.223,14	11.880,11	24.103,25
05.10.2013	R$	5.424,00		2,2221622	12.053,01	11.594,22	23.647,22
05.11.2013	R$	5.424,00		2,2047908	11.958,79	11.383,99	23.342,78
05.12.2013	R$	5.424,00		2,1975708	11.919,62	11.227,52	23.147,14
05.12.2013	R$	5.424,00		2,1975708	11.919,62	11.227,52	23.147,14
05.01.2014	R$	5.792,00		2,1847989	12.654,36	11.793,04	24.447,40
05.02.2014	R$	5.792,00		2,1745265	12.594,86	11.611,65	24.206,50
05.03.2014	R$	5.792,00		2,1628729	12.527,36	11.424,14	23.951,50
05.04.2014	R$	5.792,00		2,1296646	12.335,02	11.125,39	23.460,41
05.05.2014	R$	5.792,00		2,1153647	12.252,19	10.928,17	23.180,36
05.06.2014	R$	5.792,00		2,1153647	12.252,19	10.805,64	23.057,84
05.07.2014	R$	5.792,00		2,1153647	12.252,19	10.683,12	22.935,31
05.08.2014	R$	5.792,00		2,1153647	12.252,19	10.560,60	22.812,79
05.09.2014	R$	5.792,00		2,1148018	12.248,93	10.435,30	22.684,23
05.10.2014	R$	5.792,00		2,1103818	12.223,33	10.291,26	22.514,59
05.11.2014	R$	5.792,00		2,1025236	12.177,82	10.131,16	22.308,97
05.12.2014	R$	5.792,00		2,0831590	12.065,66	9.917,19	21.982,85
05.12.2014	R$	5.792,00		2,0831590	12.065,66	9.917,19	21.982,85
05.01.2015	R$	6.304,00		2,0699538	13.048,99	10.594,94	23.643,93
05.02.2015	R$	6.304,00		2,0555511	12.958,19	10.391,64	23.349,83
05.03.2015	R$	6.304,00		2,0482369	12.912,09	10.225,54	23.137,62
05.04.2015	R$	6.304,00		2,0277706	12.783,07	9.995,53	22.778,60
05.05.2015	R$	6.304,00		2,0063577	12.648,08	9.763,50	22.411,58
05.06.2015	R$	6.304,00		1,9974445	12.591,89	9.594,21	22.186,10
05.07.2015	R$	6.304,00		1,9841570	12.508,13	9.405,30	21.913,43
05.08.2015	R$	6.304,00		1,9715935	12.428,93	9.221,46	21.650,39
05.09.2015	R$	6.304,00		1,9643292	12.383,13	9.063,65	21.446,78
05.10.2015	R$	6.304,00		1,9436251	12.252,61	8.845,60	21.098,21
05.11.2015	R$	6.304,00		1,9083314	12.030,12	8.564,67	20.594,79
05.12.2015	R$	6.304,00		1,8823341	11.866,23	8.329,33	20.195,57
05.12.2015	R$	6.304,00		1,8823341	11.866,23	8.329,33	20.195,57
05.01.2016	R$	7.040,00		1,8716089	13.176,13	9.117,03	22.293,16
05.02.2016	R$	7.040,00		1,8499529	13.023,67	8.881,30	21.904,97
05.03.2016	R$	7.040,00		1,8284085	12.872,00	8.649,15	21.521,15
05.04.2016	R$	7.040,00		1,8195245	12.809,45	8.479,03	21.288,48
05.05.2016	R$	7.040,00		1,8124314	12.759,52	8.318,38	21.077,90
05.06.2016	R$	7.040,00		1,7955913	12.640,96	8.114,68	20.755,65
05.07.2016	R$	7.040,00		1,7692612	12.455,60	7.871,13	20.326,73
05.08.2016	R$	7.040,00		1,7661504	12.433,70	7.732,96	20.166,66

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 2 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 11.10.2021

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.09.2016	R$	7.040,00		1,7633766	12.414,17	7.596,67	20.010,84
05.10.2016	R$	7.040,00		1,7599625	12.390,14	7.458,06	19.848,20
05.11.2016	R$	7.040,00		1,7575134	12.372,89	7.323,96	19.696,85
05.12.2016	R$	7.040,00		1,7562954	12.364,32	7.195,24	19.559,56
05.12.2016	R$	7.040,00		1,7562954	12.364,32	7.195,24	19.559,56
05.01.2017	R$	7.496,00		1,7466394	13.092,81	7.488,24	20.581,05
05.02.2017	R$	7.496,00		1,7367589	13.018,74	7.315,69	20.334,44
05.03.2017	R$	7.496,00		1,7355464	13.009,66	7.180,49	20.190,15
05.04.2017	R$	7.496,00		1,7353952	13.008,52	7.049,78	20.058,30
05.05.2017	R$	7.496,00		1,7353952	13.008,52	6.919,69	19.928,22
05.06.2017	R$	7.496,00		1,7353952	13.008,52	6.789,61	19.798,13
05.07.2017	R$	7.496,00		1,7353952	13.008,52	6.659,52	19.668,05
05.08.2017	R$	7.496,00		1,7351715	13.006,85	6.528,60	19.535,44
05.09.2017	R$	7.496,00		1,7325802	12.987,42	6.388,97	19.376,39
05.10.2017	R$	7.496,00		1,7251071	12.931,40	6.232,10	19.163,50
05.11.2017	R$	7.496,00		1,7209195	12.900,01	6.087,97	18.987,99
05.12.2017	R$	7.496,00		1,7112486	12.827,52	5.925,49	18.753,01
05.12.2017	R$	7.632,00		1,7112486	13.060,25	6.032,99	19.093,24
05.01.2018	R$	7.632,00		1,6964330	12.947,18	5.851,29	18.798,47
05.02.2018	R$	7.632,00		1,6851092	12.860,75	5.683,62	18.544,38
05.03.2018	R$	7.632,00		1,6827168	12.842,49	5.547,13	18.389,62
05.04.2018	R$	7.632,00		1,6721244	12.761,65	5.384,59	18.146,25
05.05.2018	R$	7.632,00		1,6609823	12.676,62	5.221,95	17.898,56
05.06.2018	R$	7.632,00		1,6372384	12.495,40	5.022,35	17.517,75
05.07.2018	R$	7.632,00		1,6100725	12.288,07	4.816,13	17.104,21
05.08.2018	R$	7.632,00		1,6015145	12.222,76	4.668,31	16.891,06
05.09.2018	R$	7.632,00		1,5886319	12.124,44	4.509,51	16.633,95
05.10.2018	R$	7.632,00		1,5661916	11.953,17	4.326,28	16.279,45
05.11.2018	R$	7.632,00		1,5541445	11.861,23	4.174,39	16.035,62
05.12.2018	R$	7.632,00		1,5541445	11.861,23	4.055,78	15.917,01
05.12.2018	R$	7.632,00		1,5541445	11.861,23	4.055,78	15.917,01
05.01.2019	R$	7.984,00		1,5541244	12.408,13	4.118,70	16.526,83
05.02.2019	R$	7.984,00		1,5520526	12.391,59	3.989,29	16.380,88
05.03.2019	R$	7.984,00		1,5379600	12.279,07	3.830,28	16.109,35
05.04.2019	R$	7.984,00		1,5194163	12.131,02	3.662,79	15.793,80
05.05.2019	R$	7.984,00		1,5065259	12.028,10	3.511,43	15.539,53
05.06.2019	R$	7.984,00		1,4990564	11.968,47	3.374,34	15.342,80
05.07.2019	R$	7.984,00		1,4879692	11.879,95	3.230,58	15.110,52
05.08.2019	R$	7.984,00		1,4828033	11.838,70	3.100,98	14.939,68
05.09.2019	R$	7.984,00		1,4828033	11.838,70	2.982,59	14.821,29
05.10.2019	R$	7.984,00		1,4815110	11.828,38	2.861,71	14.690,09
05.11.2019	R$	7.984,00		1,4722010	11.754,05	2.726,18	14.480,23
05.12.2019	R$	7.984,00		1,4645044	11.692,60	2.595,00	14.287,61
05.12.2019	R$	7.984,00		1,4645044	11.692,60	2.595,00	14.287,61
05.01.2020	R$	8.360,00		1,4374357	12.016,96	2.546,82	14.563,78
05.02.2020	R$	8.360,00		1,4314513	11.966,93	2.416,55	14.383,48
05.03.2020	R$	8.360,00		1,4291890	11.948,02	2.293,25	14.241,27
05.04.2020	R$	8.360,00		1,4124225	11.807,85	2.148,27	13.956,12
05.05.2020	R$	8.360,00		1,4021918	11.722,32	2.015,48	13.737,81
05.06.2020	R$	8.360,00		1,3959158	11.669,86	1.889,76	13.559,62

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 3 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 11.10.2021

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.07.2020	R$	8.360,00		1,3734181	11.481,78	1.744,49	13.226,26
05.08.2020	R$	8.360,00		1,3426149	11.224,26	1.593,12	12.817,38
05.09.2020	R$	8.360,00		1,3040483	10.901,84	1.438,34	12.340,18
05.10.2020	R$	8.360,00		1,2517027	10.464,23	1.275,96	11.740,20
05.11.2020	R$	8.360,00		1,2122978	10.134,81	1.134,44	11.269,25
05.12.2020	R$	8.360,00		1,1773424	9.842,58	1.003,31	10.845,89
05.12.2020	R$	8.360,00		1,1773424	9.842,58	1.003,31	10.845,89
05.01.2021	R$	8.800,00		1,1637908	10.241,36	941,54	11.182,90
05.02.2021	R$	8.800,00		1,1342017	9.980,98	817,80	10.798,77
05.03.2021	R$	8.800,00		1,1060368	9.733,12	700,16	10.433,28
05.04.2021	R$	8.800,00		1,0762833	9.471,29	586,61	10.057,90
05.05.2021	R$	8.800,00		1,0569813	9.301,44	483,07	9.784,51
05.06.2021	R$	8.800,00		1,0197266	8.973,59	376,31	9.349,91
05.07.2021	R$	8.800,00		1,0134384	8.918,26	284,81	9.203,07
05.08.2021	R$	8.800,00		1,0057484	8.850,59	194,14	9.044,73
05.09.2021	R$	8.800,00		1,0000000	8.800,00	105,03	8.905,03
A transportar:		802.328,00			1.347.607,70	730.351,64	2.077.959,34

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.07.2014	R$	1.860,48		2,1153647	3.935,59	3.435,39	7.370,99
04.08.2014	R$	1.860,48		2,1153647	3.935,59	3.393,50	7.329,09
02.09.2014	R$	1.860,48		2,1152240	3.935,33	3.356,46	7.291,79
02.10.2014	R$	1.860,48		2,1109523	3.927,38	3.310,41	7.237,79
04.11.2014	R$	1.860,48		2,1032046	3.912,97	3.256,60	7.169,57
02.12.2014	R$	1.860,48		2,0844022	3.877,99	3.191,21	7.069,20
02.12.2014	R$	930,24		2,0844022	1.938,99	1.595,60	3.534,60
05.01.2015	R$	1.860,48		2,0699538	3.851,11	3.126,85	6.977,96
03.02.2015	R$	1.910,43		2,0559466	3.927,74	3.152,33	7.080,07
03.03.2015	R$	1.910,43		2,0495209	3.915,47	3.103,32	7.018,79
02.04.2015	R$	1.910,43		2,0301192	3.878,40	3.036,41	6.914,81
05.05.2015	R$	1.910,43		2,0063577	3.833,01	2.958,83	6.791,84
02.06.2015	R$	1.910,43		1,9987750	3.818,52	2.913,16	6.731,68
02.07.2015	R$	1.910,43		1,9854740	3.793,11	2.855,84	6.648,95
02.07.2015	R$	955,21		1,9854740	1.896,54	1.427,91	3.324,46
04.08.2015	R$	1.910,43		1,9717711	3.766,93	2.796,03	6.562,97
02.09.2015	R$	1.910,43		1,9661801	3.756,25	2.752,97	6.509,22
02.10.2015	R$	1.910,43		1,9471225	3.719,84	2.689,09	6.408,93
04.11.2015	R$	1.910,43		1,9092857	3.647,56	2.598,00	6.245,56
02.12.2015	R$	1.910,43		1,8832229	3.597,77	2.528,88	6.126,65
02.12.2015	R$	955,22		1,8832229	1.798,89	1.264,45	3.063,34
08.01.2016	R$	1.910,43		1,8695644	3.571,67	2.467,91	6.039,58
03.02.2016	R$	1.910,43		1,8515806	3.537,32	2.414,50	5.951,82
02.03.2016	R$	1.910,43		1,8293070	3.494,76	2.351,64	5.846,40
04.04.2016	R$	1.910,43		1,8197241	3.476,46	2.302,31	5.778,77
02.05.2016	R$	1.910,43		1,8138595	3.465,25	2.262,47	5.727,73
01.06.2016	R$	1.910,43		1,7995789	3.437,97	2.211,39	5.649,36
01.07.2016	R$	1.910,43		1,7696715	3.380,83	2.140,83	5.521,66

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 4 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 11.10.2021

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
01.07.2016	R$	955,21		1,7696715	1.690,41	1.070,41	2.760,82
01.08.2016	R$	1.910,43		1,7664918	3.374,76	2.103,24	5.478,00
01.09.2016	R$	2.024,55		1,7638460	3.570,99	2.189,83	5.760,82
03.10.2016	R$	2.024,55		1,7601440	3.563,50	2.147,30	5.710,80
01.11.2016	R$	2.024,55		1,7575134	3.558,17	2.110,80	5.668,97
01.12.2016	R$	2.024,55		1,7575134	3.558,17	2.075,22	5.633,39
01.12.2016	R$	1.069,34		1,7575134	1.879,38	1.096,10	2.975,48
02.01.2017	R$	2.024,55		1,7477152	3.538,34	2.027,12	5.565,46
01.02.2017	R$	2.131,19		1,7369572	3.701,79	2.084,94	5.786,73
01.03.2017	R$	2.131,19		1,7355688	3.698,83	2.046,29	5.745,11
03.04.2017	R$	2.079,29		1,7353952	3.608,39	1.957,84	5.566,23
02.05.2017	R$	2.079,29		1,7353952	3.608,39	1.922,92	5.531,31
01.06.2017	R$	2.079,29		1,7353952	3.608,39	1.888,00	5.496,39
03.07.2017	R$	2.079,79		1,7353952	3.609,26	1.850,04	5.459,29
03.07.2017	R$	1.065,59		1,7353952	1.849,22	947,87	2.797,09
01.08.2017	R$	2.079,29		1,7353952	3.608,39	1.815,83	5.424,22
01.09.2017	R$	2.079,29		1,7336616	3.604,79	1.777,97	5.382,76
02.10.2017	R$	2.079,29		1,7254404	3.587,69	1.732,51	5.320,20
01.11.2017	R$	2.079,29		1,7221073	3.580,76	1.694,51	5.275,27
01.12.2017	R$	2.079,29		1,7131986	3.562,24	1.650,12	5.212,36
01.12.2017	R$	875,42		1,7131986	1.499,77	694,73	2.194,50
02.01.2018	R$	2.079,29		1,6976725	3.529,95	1.598,73	5.128,68
01.02.2018	R$	2.136,28		1,6852776	3.600,22	1.595,71	5.195,94
01.03.2018	R$	2.136,28		1,6840987	3.597,71	1.558,62	5.156,33
02.04.2018	R$	2.136,28		1,6730729	3.574,15	1.511,52	5.085,67
02.05.2018	R$	2.136,28		1,6631741	3.553,01	1.467,05	5.020,05
02.06.2018	R$	2.136,28		1,6402512	3.504,04	1.411,79	4.915,82
02.07.2018	R$	2.136,28		1,6108636	3.441,26	1.352,08	4.793,34
02.08.2018	R$	2.136,28		1,6025929	3.423,59	1.310,90	4.734,49
02.09.2018	R$	2.136,28		1,5910152	3.398,85	1.267,44	4.666,30
02.10.2018	R$	2.136,28		1,5675302	3.348,68	1.215,25	4.563,93
02.11.2018	R$	2.136,28		1,5541445	3.320,09	1.171,67	4.491,76
02.12.2018	R$	2.136,28		1,5541445	3.320,09	1.138,47	4.458,56
02.01.2019	R$	2.283,79		1,5541395	3.549,33	1.181,58	4.730,91
02.02.2019	R$	2.283,79		1,5535050	3.547,88	1.145,62	4.693,50
02.03.2019	R$	2.283,79		1,5398150	3.516,61	1.100,36	4.616,97
02.04.2019	R$	2.283,79		1,5208031	3.473,19	1.052,04	4.525,24
02.05.2019	R$	2.283,79		1,5071795	3.442,08	1.008,20	4.450,28
02.06.2019	R$	2.283,79		1,5002474	3.426,25	969,30	4.395,55
02.07.2019	R$	2.283,79		1,4885432	3.399,52	927,74	4.327,26
02.08.2019	R$	2.283,79		1,4828033	3.386,41	890,30	4.276,71
02.09.2019	R$	2.283,79		1,4828033	3.386,41	856,43	4.242,85
02.10.2019	R$	2.283,79		1,4824802	3.385,67	822,39	4.208,06
02.11.2019	R$	2.283,79		1,4726415	3.363,20	783,30	4.146,50
02.12.2019	R$	2.283,79		1,4674135	3.351,26	747,01	4.098,27
02.01.2020	R$	2.283,79		1,4381006	3.284,32	699,24	3.983,56
02.02.2020	R$	2.283,79		1,4314513	3.269,13	663,32	3.932,45
02.03.2020	R$	2.283,79		1,4308857	3.267,84	630,38	3.898,22
02.04.2020	R$	2.283,79		1,4135446	3.228,24	590,46	3.818,69
02.05.2020	R$	2.283,79		1,4025708	3.203,18	553,84	3.757,02

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 5 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 11.10.2021

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.06.2020	R$	2.283,79		1,3980643	3.192,89	520,13	3.713,02
02.07.2020	R$	2.283,79		1,3763256	3.143,24	480,61	3.623,85
02.08.2020	R$	2.283,79		1,3460920	3.074,19	439,31	3.513,50
02.09.2020	R$	2.283,79		1,3095027	2.990,63	397,46	3.388,09
02.10.2020	R$	2.283,79		1,2555082	2.867,32	352,40	3.219,72
02.11.2020	R$	2.283,79		1,2161642	2.777,46	313,58	3.091,05
02.12.2020	R$	2.283,79		1,1784272	2.691,28	276,94	2.968,22
02.01.2021	R$	2.283,79		1,1666327	2.664,34	247,53	2.911,87
02.02.2021	R$	2.283,79		1,1372110	2.597,15	215,31	2.812,46
02.03.2021	R$	2.283,79		1,1091050	2.532,96	184,66	2.717,62
02.04.2021	R$	2.283,79		1,0778875	2.461,67	154,85	2.616,52
02.05.2021	R$	2.283,79		1,0610305	2.423,17	128,19	2.551,36
02.06.2021	R$	2.283,79		1,0203353	2.330,23	99,97	2.430,21
02.07.2021	R$	2.283,79		1,0141982	2.316,22	76,21	2.392,43
02.08.2021	R$	2.283,79		1,0063871	2.298,38	52,64	2.351,02
02.09.2021	R$	2.283,79		1,0000000	2.283,79	29,47	2.313,26
02.10.2021	R$	2.283,79		1,0000000	2.283,79	6,63	2.290,42
A transportar:		192.454,23			310.911,75	146.974,55	457.886,30

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	2.077.959,34
Amortizado	457.886,30
Honorários (10%)	207.795,93
Total Geral	R$ 1.827.868,97

Porto Alegre, 11 de outubro de 2021

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__7
Data:
12/10/2021 01:07:49
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
10

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
13/10/2021 14:56:34
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
11

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE
Data:
08/02/2022 18:15:06
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
12

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

EXEQUENTE: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

DESPACHO/DECISÃO

Consigno que a certidão da pág. 10 do documento PROCJUDIC7 apenas certifica a expedição da Nota nº 119/2021, nada tendo sido certificado após em relação à manifestação ou não do executado.

Assim, por cautela, intime-se o executado, por derradeiro, nos termos da decisão da página 8 do documento PROCJUDIC7 (ev. 1). No silêncio, os atos executórios terão prosseguimento.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 8/2/2022, às 18:15:5, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10015108393v2** e o código CRC **d6fc9c01**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
08/02/2022 18:15:06
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
13
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
21/02/2022 00:00:00
Data Final:
15/03/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS
Suspensões e Feriados:
Carnaval: 28/02/2022
Carnaval: 01/03/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__13
Data:
18/02/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__13
Data:
16/03/2022 01:06:48
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
15

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
16/03/2022 18:12:22
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
16

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:
PETICAO
Data:
30/03/2022 13:18:53
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
17

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Em atenção ao despacho de Evento 12, vem informar o decurso do prazo para manifestação do réu em relação a avaliação do imóvel.

Desta feita vem reitera a manifestação anterior acerca do prosseguimento do feito com a homologação da avaliação, e ato continuo, seja designado leiloeiro para o imediato praceamento do bem.

Segue em anexo memória de cálculo atualizado.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

(51) 3012.5859 (51) 992.318.361 rsm@ravasm.com.br
Rua Gutemberg, 151, SL. 805, Condomínio Neo 360 Corporate
Bairro Petrópolis em PortoAlegre, CEP 91310-010
ravasm.com.br

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 1 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 30.03.2022

Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.2013 a 01.02.2022)
Juros: 12% ao ano (05.02.2013 a 30.03.2022)
Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.2013	R$	5.424,00		2,3759450	12.887,13	14.150,90	27.038,02
05.03.2013	R$	5.424,00		2,3694129	12.851,70	13.983,47	26.835,17
05.04.2013	R$	5.424,00		2,3646147	12.825,67	13.826,90	26.652,57
05.05.2013	R$	5.424,00		2,3615447	12.809,02	13.680,86	26.489,88
05.06.2013	R$	5.424,00		2,3592008	12.796,30	13.539,32	26.335,62
05.07.2013	R$	5.424,00		2,3431807	12.709,41	13.320,28	26.029,70
05.08.2013	R$	5.424,00		2,3374347	12.678,25	13.160,84	25.839,08
05.09.2013	R$	5.424,00		2,3297851	12.636,75	12.991,40	25.628,15
05.10.2013	R$	5.424,00		2,2973562	12.460,86	12.685,96	25.146,82
05.11.2013	R$	5.424,00		2,2793971	12.363,45	12.463,15	24.826,60
05.12.2013	R$	5.424,00		2,2719328	12.322,96	12.299,11	24.622,08
05.12.2013	R$	5.424,00		2,2719328	12.322,96	12.299,11	24.622,08
05.01.2014	R$	5.792,00		2,2587287	13.082,56	12.926,41	26.008,97
05.02.2014	R$	5.792,00		2,2481086	13.021,05	12.735,42	25.756,47
05.03.2014	R$	5.792,00		2,2360607	12.951,26	12.537,66	25.488,92
05.04.2014	R$	5.792,00		2,2017287	12.752,41	12.217,63	24.970,05
05.05.2014	R$	5.792,00		2,1869450	12.666,79	12.008,93	24.675,71
05.06.2014	R$	5.792,00		2,1869450	12.666,79	11.882,26	24.549,05
05.07.2014	R$	5.792,00		2,1869450	12.666,79	11.755,59	24.422,38
05.08.2014	R$	5.792,00		2,1869450	12.666,79	11.628,93	24.295,71
05.09.2014	R$	5.792,00		2,1863629	12.663,41	11.499,20	24.162,61
05.10.2014	R$	5.792,00		2,1817934	12.636,95	11.348,79	23.985,74
05.11.2014	R$	5.792,00		2,1736693	12.589,89	11.180,64	23.770,53
05.12.2014	R$	5.792,00		2,1536494	12.473,94	10.952,92	23.426,86
05.12.2014	R$	5.792,00		2,1536494	12.473,94	10.952,92	23.426,86
05.01.2015	R$	6.304,00		2,1399974	13.490,54	11.710,66	25.201,21
05.02.2015	R$	6.304,00		2,1251073	13.396,68	11.495,21	24.891,89
05.03.2015	R$	6.304,00		2,1175456	13.349,01	11.320,82	24.669,83
05.04.2015	R$	6.304,00		2,0963867	13.215,62	11.075,54	24.291,17
05.05.2015	R$	6.304,00		2,0742493	13.076,07	10.827,83	23.903,90
05.06.2015	R$	6.304,00		2,0650345	13.017,98	10.649,55	23.667,52
05.07.2015	R$	6.304,00		2,0512973	12.931,38	10.449,39	23.380,77
05.08.2015	R$	6.304,00		2,0383087	12.849,50	10.254,73	23.104,23
05.09.2015	R$	6.304,00		2,0307986	12.802,15	10.088,92	22.891,08
05.10.2015	R$	6.304,00		2,0093940	12.667,22	9.855,91	22.523,13
05.11.2015	R$	6.304,00		1,9729060	12.437,20	9.552,57	21.989,77
05.12.2015	R$	6.304,00		1,9460290	12.267,77	9.299,76	21.567,53
05.12.2015	R$	6.304,00		1,9460290	12.267,77	9.299,76	21.567,53
05.01.2016	R$	7.040,00		1,9349409	13.621,98	10.190,12	23.812,11
05.02.2016	R$	7.040,00		1,9125521	13.464,37	9.937,57	23.401,94
05.03.2016	R$	7.040,00		1,8902787	13.307,56	9.688,76	22.996,33
05.04.2016	R$	7.040,00		1,8810940	13.242,90	9.509,26	22.752,16
05.05.2016	R$	7.040,00		1,8737609	13.191,28	9.340,27	22.531,55
05.06.2016	R$	7.040,00		1,8563509	13.068,71	9.122,80	22.191,51
05.07.2016	R$	7.040,00		1,8291299	12.877,07	8.860,26	21.737,33
05.08.2016	R$	7.040,00		1,8259138	12.854,43	8.716,14	21.570,57

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 2 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 30.03.2022

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.09.2016	R$	7.040,00		1,8230462	12.834,25	8.574,10	21.408,35
05.10.2016	R$	7.040,00		1,8195166	12.809,40	8.429,41	21.238,81
05.11.2016	R$	7.040,00		1,8169845	12.791,57	8.289,76	21.081,33
05.12.2016	R$	7.040,00		1,8157253	12.782,71	8.156,19	20.938,90
05.12.2016	R$	7.040,00		1,8157253	12.782,71	8.156,19	20.938,90
05.01.2017	R$	7.496,00		1,8057426	13.535,85	8.501,38	22.037,23
05.02.2017	R$	7.496,00		1,7955278	13.459,28	8.318,70	21.777,98
05.03.2017	R$	7.496,00		1,7942742	13.449,88	8.178,39	21.628,27
05.04.2017	R$	7.496,00		1,7941180	13.448,71	8.043,20	21.491,90
05.05.2017	R$	7.496,00		1,7941180	13.448,71	7.908,71	21.357,42
05.06.2017	R$	7.496,00		1,7941180	13.448,71	7.774,22	21.222,93
05.07.2017	R$	7.496,00		1,7941180	13.448,71	7.639,73	21.088,44
05.08.2017	R$	7.496,00		1,7938867	13.446,97	7.504,28	20.951,25
05.09.2017	R$	7.496,00		1,7912077	13.426,89	7.358,80	20.785,70
05.10.2017	R$	7.496,00		1,7834817	13.368,98	7.193,37	20.562,35
05.11.2017	R$	7.496,00		1,7791523	13.336,53	7.042,55	20.379,07
05.12.2017	R$	7.496,00		1,7691542	13.261,58	6.870,35	20.131,93
05.12.2017	R$	7.632,00		1,7691542	13.502,19	6.995,00	20.497,19
05.01.2018	R$	7.632,00		1,7538373	13.385,29	6.800,59	20.185,88
05.02.2018	R$	7.632,00		1,7421303	13.295,94	6.622,24	19.918,17
05.03.2018	R$	7.632,00		1,7396570	13.277,06	6.480,06	19.757,12
05.04.2018	R$	7.632,00		1,7287062	13.193,49	6.307,34	19.500,82
05.05.2018	R$	7.632,00		1,7171870	13.105,57	6.134,25	19.239,82
05.06.2018	R$	7.632,00		1,6926396	12.918,23	5.917,38	18.835,61
05.07.2018	R$	7.632,00		1,6645545	12.703,88	5.692,16	18.396,04
05.08.2018	R$	7.632,00		1,6557070	12.636,36	5.535,54	18.171,89
05.09.2018	R$	7.632,00		1,6423884	12.534,71	5.365,66	17.900,37
05.10.2018	R$	7.632,00		1,6191888	12.357,65	5.166,29	17.523,94
05.11.2018	R$	7.632,00		1,6067340	12.262,59	5.003,93	17.266,52
05.12.2018	R$	7.632,00		1,6067340	12.262,59	4.881,30	17.143,90
05.12.2018	R$	7.632,00		1,6067340	12.262,59	4.881,30	17.143,90
05.01.2019	R$	7.984,00		1,6067133	12.828,00	4.978,09	17.806,09
05.02.2019	R$	7.984,00		1,6045713	12.810,90	4.843,35	17.654,24
05.03.2019	R$	7.984,00		1,5900019	12.694,57	4.672,42	17.367,00
05.04.2019	R$	7.984,00		1,5708306	12.541,51	4.490,67	17.032,18
05.05.2019	R$	7.984,00		1,5575041	12.435,11	4.328,22	16.763,33
05.06.2019	R$	7.984,00		1,5497818	12.373,46	4.183,03	16.556,49
05.07.2019	R$	7.984,00		1,5383195	12.281,94	4.029,27	16.311,21
05.08.2019	R$	7.984,00		1,5329788	12.239,30	3.892,89	16.132,19
05.09.2019	R$	7.984,00		1,5329788	12.239,30	3.770,49	16.009,80
05.10.2019	R$	7.984,00		1,5316428	12.228,64	3.644,92	15.873,56
05.11.2019	R$	7.984,00		1,5220177	12.151,79	3.500,50	15.652,29
05.12.2019	R$	7.984,00		1,5140606	12.088,26	3.361,32	15.449,58
05.12.2019	R$	7.984,00		1,5140606	12.088,26	3.361,32	15.449,58
05.01.2020	R$	8.360,00		1,4860760	12.423,60	3.330,33	15.753,92
05.02.2020	R$	8.360,00		1,4798891	12.371,87	3.192,74	15.564,61
05.03.2020	R$	8.360,00		1,4775503	12.352,32	3.064,17	15.416,49
05.04.2020	R$	8.360,00		1,4602164	12.207,41	2.906,15	15.113,56
05.05.2020	R$	8.360,00		1,4496395	12.118,99	2.763,91	14.882,90
05.06.2020	R$	8.360,00		1,4431511	12.064,74	2.630,89	14.695,64

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 3 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 30.03.2022

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.07.2020	R$	8.360,00		1,4198922	11.870,30	2.469,79	14.340,09
05.08.2020	R$	8.360,00		1,3880466	11.604,07	2.298,35	13.902,42
05.09.2020	R$	8.360,00		1,3481750	11.270,74	2.119,63	13.390,37
05.10.2020	R$	8.360,00		1,2940581	10.818,33	1.926,36	12.744,69
05.11.2020	R$	8.360,00		1,2533198	10.477,75	1.760,94	12.238,69
05.12.2020	R$	8.360,00		1,2171816	10.175,64	1.608,41	11.784,05
05.12.2020	R$	8.360,00		1,2171816	10.175,64	1.608,41	11.784,05
05.01.2021	R$	8.800,00		1,2031714	10.587,91	1.567,69	12.155,60
05.02.2021	R$	8.800,00		1,1725811	10.318,71	1.424,65	11.743,36
05.03.2021	R$	8.800,00		1,1434631	10.062,48	1.288,65	11.351,12
05.04.2021	R$	8.800,00		1,1127028	9.791,78	1.156,06	10.947,85
05.05.2021	R$	8.800,00		1,0927477	9.616,18	1.039,17	10.655,35
05.06.2021	R$	8.800,00		1,0542324	9.277,24	909,77	10.187,01
05.07.2021	R$	8.800,00		1,0477314	9.220,04	811,96	10.031,99
05.08.2021	R$	8.800,00		1,0397811	9.150,07	714,30	9.864,37
05.09.2021	R$	8.800,00		1,0338382	9.097,78	619,24	9.717,01
A transportar:		802.328,00			1.393.208,37	833.264,89	2.226.473,26

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.07.2014	R$	1.860,48		2,1869450	4.068,77	3.780,02	7.848,78
04.08.2014	R$	1.860,48		2,1869450	4.068,77	3.736,70	7.805,47
02.09.2014	R$	1.860,48		2,1867994	4.068,50	3.698,39	7.766,89
02.10.2014	R$	1.860,48		2,1823832	4.060,28	3.650,32	7.710,60
04.11.2014	R$	1.860,48		2,1743734	4.045,38	3.593,86	7.639,24
02.12.2014	R$	1.860,48		2,1549347	4.009,21	3.524,23	7.533,44
02.12.2014	R$	930,24		2,1549347	2.004,61	1.762,11	3.766,72
05.01.2015	R$	1.860,48		2,1399974	3.981,42	3.456,13	7.437,55
03.02.2015	R$	1.910,43		2,1255162	4.060,65	3.486,92	7.547,57
03.03.2015	R$	1.910,43		2,1188731	4.047,96	3.435,54	7.483,50
02.04.2015	R$	1.910,43		2,0988149	4.009,64	3.364,22	7.373,86
05.05.2015	R$	1.910,43		2,0742493	3.962,71	3.281,38	7.244,09
02.06.2015	R$	1.910,43		2,0664101	3.947,73	3.233,32	7.181,05
02.07.2015	R$	1.910,43		2,0526589	3.921,46	3.172,59	7.094,05
02.07.2015	R$	955,21		2,0526589	1.960,72	1.586,29	3.547,01
04.08.2015	R$	1.910,43		2,0384924	3.894,40	3.109,24	7.003,63
02.09.2015	R$	1.910,43		2,0327121	3.883,35	3.064,09	6.947,45
02.10.2015	R$	1.910,43		2,0130097	3.845,71	2.995,94	6.841,65
04.11.2015	R$	1.910,43		1,9738926	3.770,98	2.897,58	6.668,56
02.12.2015	R$	1.910,43		1,9469479	3.719,51	2.823,23	6.542,73
02.12.2015	R$	955,22		1,9469479	1.859,76	1.411,62	3.271,38
08.01.2016	R$	1.910,43		1,9328272	3.692,53	2.758,68	6.451,21
03.02.2016	R$	1.910,43		1,9142349	3.657,01	2.701,47	6.358,48
02.03.2016	R$	1.910,43		1,8912075	3.613,02	2.634,01	6.247,03
04.04.2016	R$	1.910,43		1,8813003	3.594,09	2.581,95	6.176,04
02.05.2016	R$	1.910,43		1,8752373	3.582,51	2.540,11	6.122,62
01.06.2016	R$	1.910,43		1,8604735	3.554,30	2.485,72	6.040,02
01.07.2016	R$	1.910,43		1,8295541	3.495,23	2.409,46	5.904,69

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 4 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 30.03.2022

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
01.07.2016	R$	955,21		1,8295541	1.747,61	1.204,72	2.952,33
01.08.2016	R$	1.910,43		1,8262668	3.488,95	2.370,24	5.859,19
01.09.2016	R$	2.024,55		1,8235315	3.691,83	2.471,14	6.162,98
03.10.2016	R$	2.024,55		1,8197041	3.684,08	2.426,74	6.110,82
01.11.2016	R$	2.024,55		1,8169845	3.678,58	2.388,70	6.067,28
01.12.2016	R$	2.024,55		1,8169845	3.678,58	2.351,92	6.030,49
01.12.2016	R$	1.069,34		1,8169845	1.942,97	1.242,25	3.185,22
02.01.2017	R$	2.024,55		1,8068548	3.658,07	2.301,04	5.959,11
01.02.2017	R$	2.131,19		1,7957328	3.827,05	2.370,30	6.197,35
01.03.2017	R$	2.131,19		1,7942974	3.823,99	2.330,17	6.154,15
03.04.2017	R$	2.079,29		1,7941180	3.730,49	2.233,48	5.963,97
02.05.2017	R$	2.079,29		1,7941180	3.730,49	2.197,38	5.927,87
01.06.2017	R$	2.079,29		1,7941180	3.730,49	2.161,28	5.891,77
03.07.2017	R$	2.079,79		1,7941180	3.731,39	2.122,08	5.853,47
03.07.2017	R$	1.065,59		1,7941180	1.911,79	1.087,26	2.999,05
01.08.2017	R$	2.079,29		1,7941180	3.730,49	2.086,67	5.817,16
01.09.2017	R$	2.079,29		1,7923256	3.726,76	2.047,32	5.774,08
02.10.2017	R$	2.079,29		1,7838263	3.709,09	1.999,32	5.708,41
01.11.2017	R$	2.079,29		1,7803804	3.701,93	1.959,63	5.661,56
01.12.2017	R$	2.079,29		1,7711703	3.682,78	1.912,67	5.595,44
01.12.2017	R$	875,42		1,7711703	1.550,52	805,27	2.355,79
02.01.2018	R$	2.079,29		1,7551188	3.649,40	1.857,66	5.507,06
01.02.2018	R$	2.136,28		1,7423044	3.722,05	1.858,62	5.580,67
01.03.2018	R$	2.136,28		1,7410856	3.719,45	1.820,13	5.539,58
02.04.2018	R$	2.136,28		1,7296867	3.695,10	1.770,07	5.465,16
02.05.2018	R$	2.136,28		1,7194530	3.673,23	1.722,86	5.396,10
02.06.2018	R$	2.136,28		1,6957544	3.622,61	1.662,89	5.285,50
02.07.2018	R$	2.136,28		1,6653724	3.557,70	1.597,52	5.155,22
02.08.2018	R$	2.136,28		1,6568218	3.539,44	1.553,93	5.093,36
02.09.2018	R$	2.136,28		1,6448523	3.513,87	1.507,56	5.021,43
02.10.2018	R$	2.136,28		1,6205727	3.462,00	1.450,69	4.912,69
02.11.2018	R$	2.136,28		1,6067340	3.432,43	1.403,98	4.836,41
02.12.2018	R$	2.136,28		1,6067340	3.432,43	1.369,65	4.802,09
02.01.2019	R$	2.283,79		1,6067288	3.669,43	1.427,53	5.096,96
02.02.2019	R$	2.283,79		1,6060728	3.667,93	1.390,26	5.058,20
02.03.2019	R$	2.283,79		1,5919196	3.635,61	1.341,66	4.977,27
02.04.2019	R$	2.283,79		1,5722644	3.590,72	1.289,18	4.879,91
02.05.2019	R$	2.283,79		1,5581798	3.558,56	1.242,05	4.800,61
02.06.2019	R$	2.283,79		1,5510131	3.542,19	1.200,92	4.743,10
02.07.2019	R$	2.283,79		1,5389129	3.514,55	1.156,40	4.670,96
02.08.2019	R$	2.283,79		1,5329788	3.501,00	1.116,93	4.617,93
02.09.2019	R$	2.283,79		1,5329788	3.501,00	1.081,92	4.582,92
02.10.2019	R$	2.283,79		1,5326448	3.500,24	1.046,68	4.546,92
02.11.2019	R$	2.283,79		1,5224731	3.477,01	1.004,97	4.481,98
02.12.2019	R$	2.283,79		1,5170682	3.464,67	966,75	4.431,42
02.01.2020	R$	2.283,79		1,4867634	3.395,46	913,49	4.308,94
02.02.2020	R$	2.283,79		1,4798891	3.379,76	875,47	4.255,22
02.03.2020	R$	2.283,79		1,4793044	3.378,42	841,34	4.219,76
02.04.2020	R$	2.283,79		1,4613765	3.337,48	797,76	4.135,24
02.05.2020	R$	2.283,79		1,4500313	3.311,57	758,46	4.070,02

Rava e Santa Maria Advogados Associados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 5 / 5
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 30.03.2022

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.06.2020	R$	2.283,79		1,4453724	3.300,93	723,01	4.023,94
02.07.2020	R$	2.283,79		1,4228980	3.249,60	679,27	3.928,87
02.08.2020	R$	2.283,79		1,3916414	3.178,22	632,57	3.810,78
02.09.2020	R$	2.283,79		1,3538140	3.091,83	584,46	3.676,28
02.10.2020	R$	2.283,79		1,2979924	2.964,34	530,71	3.495,05
02.11.2020	R$	2.283,79		1,2573170	2.871,45	485,37	3.356,82
02.12.2020	R$	2.283,79		1,2183031	2.782,35	442,48	3.224,83
02.01.2021	R$	2.283,79		1,2061095	2.754,50	410,51	3.165,01
02.02.2021	R$	2.283,79		1,1756922	2.685,03	373,31	3.058,34
02.03.2021	R$	2.283,79		1,1466352	2.618,67	337,89	2.956,57
02.04.2021	R$	2.283,79		1,1143613	2.544,97	302,93	2.847,90
02.05.2021	R$	2.283,79		1,0969339	2.505,17	273,14	2.778,31
02.06.2021	R$	2.283,79		1,0548616	2.409,08	238,58	2.647,66
02.07.2021	R$	2.283,79		1,0485169	2.394,59	213,20	2.607,79
02.08.2021	R$	2.283,79		1,0404415	2.376,15	187,79	2.563,94
02.09.2021	R$	2.283,79		1,0338382	2.361,07	162,99	2.524,06
02.10.2021	R$	2.283,79		1,0336262	2.360,59	139,35	2.499,94
A transportar:		192.454,23			321.431,97	169.989,57	491.421,55

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	2.226.473,26
Amortizado	491.421,55
Honorários (10%)	222.647,33
Total Geral	R$ 1.957.699,04

Porto Alegre, 30 de março de 2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:
PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE
Data:
03/06/2022 14:28:43
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
18

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

EXEQUENTE: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Penhorado o imóvel Matrícula nº 61.180, Livro nº 2, do Registro de Imóvel do Registro de Imóveis de Novo Hamburgo (Evento 3, PROCJUDIC4, fl. 145) e avaliado (Evento 3, PROCJUDIC6, fl. 229).

Intimado, o executado silenciou (Evento 15).

Requereu a parte autora, então, o prosseguimento da lide com a nomeação de leiloeiro.

Nesse contexto, cumpram-se as determinações dos artigos 886 e 887 do Código de Processo Civil.

Para tanto, nomeio o leiloeiro Cristiano Scöntag, Matrícula Profissional AARC/328, CPF: 727.677.310-87, Telefones: (51) 9.8126.2502, e-mails: cristianoschontag@gmail.com e contato@leiloeiropublico.com.br, sob compromisso.

Intime-se para que diga se aceita o encargo.

Os honorários do leiloeiro vão fixados na forma da lei: 5% (cinco por cento sobre móveis); e 3% (três por cento) sobre bens imóveis de qualquer natureza – art. 24 do Decreto n. 21.981/32.

Intimem-se.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 3/6/2022, às 14:28:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10020012732v3** e o código CRC **f8b37ebd**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
03/06/2022 14:28:43
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
19
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
06/06/2022 00:00:00
Data Final:
27/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 16/06/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
03/06/2022 14:28:43
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
20
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
14/06/2022 00:00:00
Data Final:
05/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 16/06/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__19
Data:
03/06/2022 14:47:54
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
21

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__19
Data:
03/06/2022 14:47:55
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___PERITO
Data:
06/06/2022 16:06:14
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
23
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
13/06/2022 00:00:00
Data Final:
20/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 16/06/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
06/06/2022 17:53:27
Usuário:
YSCHMIDT - YASMIM MARIA SCHMIDT - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
24

RS - 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo - Processo 5003713-49.2018.8.21.0019

frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br

seg 06/06/2022 13:06

Inbox

Para:Foro Central Cartório da 1ª Vara de Família <frpoacent1vfam@tjrs.jus.br>;

1 anexos (54 KB)

anexoEmailEproc_1654531563-Evento 86-OFIC1.pdf;

Boa tarde

Segue ofício para providências.

3° Vara Cível
Novo Hamburgo/RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5003713-49.2018.8.21.0019/RS

EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

Local: Novo Hamburgo **Data:** 29/05/2022

OFÍCIO Nº 10019734696

*(Ao responder, favor mencionar o nº do processo e direcionar o ofício de resposta para o e-mail: **frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br**)*

Senhor(a) Juiz(a):

Comunico a Vossa Excelência que nos autos supramencionados foi penhorado o seguinte bem de propriedade da parte executada:

BEM(ns) PENHORADO(s):
- o imóveil matriculado sob n° **61.180** do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de **Novo Hamburgo/RS**

A presente comunicação se dá em razão de haver, na(s) matrícula(s) do(s) bem(ns), **AVERBAÇÕES DE PENHORA / INDISPONIBILIDADE / EXISTÊNCIA DE AÇÃO EM TRÂMITE** oriundas do(s) processo(s) abaixo, razão pela qual, **solicito sejam as partes intimadas do teor do presente ofício nos autos abaixo discriminados**:

- Proc. **019/11500047551**
3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo

- Proc. **001/11300720060**
5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre/RS

- Proc. **00207105320155040010**
10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

- Proc. **50164674020124047100**
23ª Vara Federal da Comarca de Porto Alegre/RS

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **JULIANE PEREIRA LOPES, Juíza de Direito**, em 30/5/2022, às 13:21:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10019734696v2** e o código CRC **973a9130**.

5003713-49.2018.8.21.0019 **10019734696 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/06/2022 18:36:15
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
25
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/06/2022 00:00:00
Data Final:
23/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 16/06/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/06/2022 18:36:15
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
26
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
20/06/2022 00:00:00
Data Final:
24/06/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 16/06/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__23
Data:
10/06/2022 13:53:53
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:
PETICAO
Data:
13/06/2022 11:55:04
Usuário:
SC019307 - RODOLFO DA ROSA SCHÖNTAG - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
28

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Número CNJ: 5017875-79.2013.8.21.0001
Exequente: M. B. P. S.
Executado(A): W. E. A.

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Público, Sr. **Cristiano da Rosa Schöntag**, devidamente registrado na Junta Comercial Estadual, sob o número matrícula AARC/328, telefones: **(51) 9.8126.2502**, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br**, nomeado Leiloeiro Público à estrita condição de Auxiliar da Justiça, em cumprimento ao respeitável mandado, vêm perante Vossa Excelência agradecer e **Aceitar Imediatamente Em Exercer As Funções De Leiloeiro Público Oficial** e, por oportuno, tecer algumas considerações acerca da **Natureza Alimentar da Verba Remuneratória e de Ressarcimento do Leiloeiro Oficial** nas hipóteses em que o mesmo já tiver iniciado os atos preparatórios dos Leilões.

Das Novas Inteligências e Boas Práticas que
Sustentam a Cultura de Efetividade dos Leilões Judiciais:

1. Reiterar imediato **Aceite ao Encargo de Leiloeiro Público** cuja remuneração será a mínima legal nos casos de arrematações e em demais hipóteses, pelas melhores práticas advindas com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) destacam os seguintes diferenciais da atualidade em leiloaria judicial.

2. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor.

> **Pelas previsões do Novo Código de Processo Civil, Leilões Judiciais ocorrem, preferencialmente, pela Rede Mundial de Computadores (Internet) possibilitando, assim, maior transparência, alcance e efetividade em seus resultados uma vez que divulgam, atendem e coletam lances durante todo o período/datas em que estiveram abertos >> 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem pausar em nenhuma ocasião nem mesmo feriados, nem finais de semana << tudo funcionando em tempo integral, com todos os esforços e dispêndios, responsavelmente, provisionados para disponibilizar ao uso de tantos interessados licitantes quantos surgirem. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor. Durante**

todos os dias, em média 40 e 50 dias é o período aberto de um leilão judicial, tudo funcionando literalmente "a pleno vapor".

3. Destacamos, com isso, que todos os esforços e trabalhos desenvolvidos por nosso Escritório seguem procedimentos comprometidos com as boas práticas de governanças e investimos, permanentemente, para que nossos profissionais estejam engajados nesses melhores protocolos, exercendo ações que resultem melhorias nas identificações, nos estudos e nas compreensões sobre as peculiaridades de cada um dos bens penhorados que nos incumbem leiloar. Através disso, temos conseguido propiciar, ao público em geral e aos interessados, veiculações informativas patrimonialmente mais adequadas, tanto em seus aspectos legais como também nos comerciais, logrando, consequentemente, um maior número de praceamentos com liquidações financeiras positivas de tal forma que os mesmos contraprestem Direitos/Obrigações garantidos em demandas que, muitas vezes, já transcorrem há longos anos em Seara Judicial.

4. Via de regra, em cada Venda Pública Judicial que assumimos somos, ao mesmo tempo, responsabilizados e nos responsabilizamos em efetivamente cumprir com um arcabouço de inúmeras atividades e todas dentro de um prazo médio de 60 (sessenta dias), entre seu início e seu fim.

5. Modelamos, inicialmente, um plano de negócios com estudos diretos e indiretos acerca de cada Bem a ser Praceado, identificamos suas caraterizações, regularidades ou não, levantamos suas atualizações documentais as esferas municipais, estaduais e federais, considerando eventuais débitos incidentais, apuramos as partes envolvidas, os procedimentos processuais que foram adotados, tudo, precipuamente, com a única e melhor proposição profissional de se levar ao Praceamento Público Bens Já Penhorados, **mas que além disso e ao tempo das suas inclusões em Editais Públicos dos Praceamento Judiciais contemplem, ainda, todos os requisitos necessários e fundamentais para Leilões regulares e resguardados por informações estruturais, descritivas, visuais e comprobatórias que melhor ofertem com Eficiência, Eficácia e Efetividade ao Mercado**.

> ***"O direito fundamental à efetividade do processo - que denomina também, genericamente, direito de acesso à justiça ou direito à ordem jurídica justa - compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos."*** *(Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 122, p. 291/296)*

6. **Em contrário sentido**, seria o caso de uma leiloaria praticada com posturas desidiosas, sem fomentar o seu preparo, o desenvolvimento e agisse como que aguardando que a venda ocorresse por si só, de forma eventual ou aleatória, resultariam, ainda mais, "descréditos" e onerariam sobremaneira as soluções/liquidações dos litígios que demandantes tanto esperam obter buscarem o Poder Jurisdicional do Estado. Por consequência, nessas hipóteses avessas às nossas práticas, agravariam o efetivo exercício da cidadania e da busca pela dignidade humana, fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nessa seara, lecionou Teori Albino Zavascki:

7. Feitas nossas considerações estruturais, entre condutas profissionais proeminentes e outras desidiosas, reiteramos que nossos atos profissionais se firmam na primeira situação supra referida pois são exercidos com comprometimentos e largos investimentos em efetividade da gestão e da qualidade na prestação jurisdicional, incluindo as melhores práticas em nossos serviços judiciários, auxiliares ou não, sempre com viés do aprimoramento de todos aqueles que manejam os instrumentos jurídicos, com vistas a aplacar a natural sede de justiça da sociedade. Trabalhamos com todo esse afinco em melhor prestar o que de um Leiloeiro Público se espera e, assim, também aguardamos por contraprestações em nossos esforços, trabalhos e investimentos realizados.

8. Em suma, fomentamos dentre nossos investimentos (dos recursos humanos, dos tecnológicos, do jurídicos e dos financeiros), expertises e estratégias de negócios que visem efetivamente à Venda do Bem, ou seja, a sua real liquidação financeira. Pelo arcabouço de tantas atividades e esforços despendidos, citaremos alguns:

- todos os trabalhos em estruturações das Ofertas Públicas, seus trâmites operacionais;
- questões documentais legais e financeiras;
- loteamentos dos bens;
- divulgações e publicidades;
- apregoamento(s) em auditório e/ou Internet;
- fechamentos financeiros e prestações de contas;
- orientações dos interessados por diversos canais de registros e comunicações como chats, e-mails, telefones, aplicativos;
- disponibilizações dos leilões através da Internet envolvendo recursos de tecnologias como banda expansível de conexões, data centers, servidores com dados criptografados;
- elaboração, envelopamento e distribuição de milhares de panfletos;
- postagens vias Correios;
- veiculações em jornais de grande circulação em variados formatos como texto e imagem;
- criação, produção e veiculação de vídeos;
- envio de campanhas através de e-mails marketings;
- notificações suplementares legais e pessoais das partes ** todas com Avisos de Recebimentos A.R;
- publicações dos Extratos dos Editais;
- ligações telefônicas à base de clientes e potenciais compradores;

- propagações em mídias eletrônicas e sociais com foco acentuado nas proximidades dos bens praceados;
- propiciamos, ainda, suporte permanente aos interessados tanto nos esclarecimentos de dúvidas como na entrega de documentos atualizados como Matrículas do Imóveis, Registros Municipais, Localizadores de Georreferencias entre outros.

Dos Itens Em Destaque Que Integrarão o Edital Público

E Que Sustentam A Efetividade Dos Leilões:

Destacamos, Vossa Excelência, quanto as previsões que anotaremos em Edital Público Unificado De Leilões Judiciais com base nos melhores entendimentos advindos pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015:

- **Da Taxa do Leiloeiro Oficial em 3,00%:** O Arrematante/Comprador, Adjudicante ou Requerente, nos casos em que houver Arrematação, Adjudicação ou Remição, pagará ao Leiloeiro Oficial, imediatamente, o valor total do arremate mais 3,00% (três por cento) sobre esse valor, à Vista, correspondente à Taxa da Comissão do Leiloeiro Oficial;
- **Venda Judicial Online**, exclusivamente virtual através da Internet, consignados em Edital Público em conformidade com a Lei 13.105/2015 e previsão em destaque à Natureza Alimentar da Verba Remuneratório do Auxiliar do Judiciário Leiloeiro Público;
- **Valores Mínimos de Venda** ou Lance Mínimo Inicial do(s) bem(ns) penhorado(s) de acordo com os termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito do Sr. Oficial de Justiça considerando não gerar preço vil na venda e já contemplando as pertinentes Atualizações dos seus Valores pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS (referência anotada em Edital):

    - O preço mínimo no primeiro leilão corresponde ao valor da avaliação 100% (cem por cento), ou não havendo arrematação, ao montante de **50% (cinquenta por cento) sobre tal importe, no segundo leilão**.

- **Das Formas de Pagamentos** do Arremate com o Poder Judiciário:
    - ***À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
    - ***Parcelado**: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação,** mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos. **A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da**

arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil). No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

- **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, **a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de Venda Judicial** (Parágrafo único, art. 889 do CPC).

Em breve juntaremos o Edital Público dos Leilões Judiciais com demais formalidades à regularidade do Ato e de forma a subsidiar publicações e procedimentos que fundamente os praceamentos ora sob nossos encargos.

Firmamo-nos fraternalmente,
Termos Pedimos
Acolhida e Deferimento.

Documento Digital, Capital em 13 de junho de 2022.

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__20
Data:
13/06/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__25
Data:
15/06/2022 15:01:05
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
30

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__25
Data:
15/06/2022 15:01:05
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
31

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Diante da resposta do ofício e as informações prestadas no Evento 28, requer seja o Leiloeiro intimado para aprazar o praceamento.

Outrossim, ciente do oficio do Evento 24, requer em resposta seja noticiado a anterioridade da presente penhora e sua natureza prioritária pois trata-se de parcela alimentar. Requer ainda seja noticiado que já foi nomeado leiloeiro e está no aguardo de designação de datas, de forma que, se for do interesse do credor ali referido promova a habilitação para perceber eventual crédito remanescente.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 15 de junho de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__26
Data:
16/06/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__23
Data:
20/06/2022 19:20:33
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
33

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

5017875-79.2013.8.21.0001
Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
Exequente: M. B. R. S.
Executado(a): W. E. A.

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Oficial, Sr. **Cristiano da Rosa Schöntag**, devidamente registrado na Junta Comercial Estadual, sob o número matrícula AARC/328, telefones: (51) 9.8126.2502, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br, nomeado Leiloeiro Público Oficial, em cumprimento ao respeitável mandado, vem perante Vossa Excelência agradecer e **(1) Reiterar o Aceite em Exercer com plenitude as Funções de Leiloeiro Público Oficial, (2) Juntar o Edital Público Unificado dos Leilões Judiciais**, contendo já os valores atualizados da avaliação como o mínimo de venda do bem(ns) penhorado(s) tanto pela Tabela Oficial quanto pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS para apreciação e deferimento e, por oportuno, tecer algumas considerações acerca **(3) Dos Fundamentos Que Sustentam A Cultura De Efetividade Em Leilões**.

Dos Fundamentos Que Sustentam A Cultura De Efetividade Em Leilões:

1. Reiterar o meu **Aceite ao Encargo de Leiloeiro Público** cuja remuneração será a mínima legal nos casos de arrematações e, em demais hipóteses, pelas melhores práticas advindas com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) o que abaixo se apresenta.
2. Na eventualidade de **Acordo/Pagamento (antes, durante ou após o leilão) que seja arbitrada a Comissão do Leiloeiro em 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor Atualizado da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão),** pelos termos das Ordens de Serviços e/ou pelas próprias Portarias expedidas pelas Comarcas estabelecendo os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências Provimento no. 31/99 da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimento advindo pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015 e pelos normativos da Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça, evitando-se o uso em vão do Poder Judiciário, cuja praxe de muitos executados é deixar para resolver na última hora em término momento.

Pelas previsões do Novo Código de Processo Civil, Leilões Judiciais ocorrem, preferencialmente, pela Rede Mundial de Computadores (Internet)

possibilitando, assim, maior transparência, alcance e efetividade em seus resultados uma vez que divulgam, atendem e coletam lances durante todo o período/datas em que estiveram abertos >> 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem pausar em nenhuma ocasião nem mesmo feriados, nem finais de semana << tudo funcionando em tempo integral, com todos os esforços e dispêndios, responsavelmente, provisionados para disponibilizar ao uso de tantos interessados licitantes quantos surgirem. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor. Durante todos os dias, em média 40 e 50 dias é o período aberto de um leilão judicial, tudo funcionando literalmente "a pleno vapor".

3. Destacamos, com isso, que todos os esforços e trabalhos desenvolvidos por nosso Escritório seguem procedimentos comprometidos com as boas práticas de governanças e investimos, permanentemente, para que nossos profissionais estejam engajados nesses melhores protocolos, exercendo ações que resultem melhorias nas identificações, nos estudos e nas compreensões sobre as peculiaridades de cada um dos bens penhorados que nos incumbem leiloar. Através disso, temos conseguido propiciar, ao público em geral e aos interessados, veiculações informativas patrimonialmente mais adequadas, tanto em seus aspectos legais como também nos comerciais, logrando, consequentemente, um maior número de praceamentos com liquidações financeiras positivas de tal forma que os mesmos contraprestem Direitos/Obrigações garantidos em demandas que, muitas vezes, já transcorrem há longos anos em Seara Judicial.

4. Via de regra, em cada Venda Pública Judicial que assumimos somos, ao mesmo tempo, responsabilizados e nos responsabilizamos em efetivamente cumprir com um arcabouço de inúmeras atividades e todas dentro de um prazo médio de 60 (sessenta dias), entre seu início e seu fim.

5. Modelamos, inicialmente, um plano de negócios com estudos diretos e indiretos acerca de cada Bem a ser Praceado, identificamos suas caraterizações, regularidades ou não, levantamos suas atualizações documentais as esferas municipais, estaduais e federais, considerando eventuais débitos incidentais, apuramos as partes envolvidas, os procedimentos processuais que foram adotados, tudo, precipuamente, com a única e melhor proposição profissional de se levar ao Praceamento Público Bens Já Penhorados, **mas que além disso e ao tempo das suas inclusões em Editais Públicos dos Praceamento Judiciais contemplem, ainda, todos os requisitos necessários e fundamentais para Leilões regulares e resguardados por informações estruturais, descritivas, visuais e comprobatórias que melhor ofertem com Eficiência, Eficácia e Efetividade ao Mercado**.

6. **Em contrário sentido**, seria o caso de uma leiloaria praticada com posturas desidiosas, sem fomentar o seu preparo, o desenvolvimento e agisse como que aguardando que a venda ocorresse por si só, de forma eventual ou aleatória, resultariam, ainda mais, "descréditos" e onerariam sobremaneira as soluções/liquidações dos litígios que demandantes tanto esperam obter buscarem o Poder Jurisdicional do Estado. Por consequência, nessas hipóteses avessas às nossas práticas, agravariam o efetivo exercício da cidadania e da busca pela dignidade humana, fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nessa seara, lecionou Teori Albino Zavascki:

> ***"O direito fundamental à efetividade do processo - que denomina também, genericamente, direito de acesso à justiça ou direito à ordem jurídica justa - compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos."*** *(Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 122, p. 291/296)*

7. Feitas nossas considerações estruturais, entre condutas profissionais proeminentes e outras desidiosas, reiteramos que nossos atos profissionais se firmam na primeira situação supra referida pois são exercidos com comprometimentos e largos investimentos em efetividade da gestão e da qualidade na prestação jurisdicional, incluindo as melhores práticas em nossos serviços judiciários, auxiliares ou não, sempre com viés do aprimoramento de todos aqueles que manejam os instrumentos jurídicos, com vistas a aplacar a natural sede de justiça da sociedade. Trabalhamos com todo esse afinco em melhor prestar o que de um Leiloeiro Público se espera e, assim, também aguardamos por contraprestações em nossos esforços, trabalhos e investimentos realizados.

8. Em suma, fomentamos dentre nossos investimentos (dos recursos humanos, dos tecnológicos, do jurídicos e dos financeiros), expertises e estratégias de negócios que visem efetivamente à Venda do Bem, ou seja, a sua real liquidação financeira. Pelo arcabouço de tantas atividades e esforços despendidos, citaremos alguns:

- todos os trabalhos em estruturações das Ofertas Públicas, seus trâmites operacionais;
- questões documentais legais e financeiras;
- loteamentos dos bens;
- divulgações e publicidades;
- apregoamento(s) em auditório e/ou Internet;
- fechamentos financeiros e prestações de contas;
- orientações dos interessados por diversos canais de registros e comunicações como chats, e-mails, telefones, aplicativos;
- disponibilizações dos leilões através da Internet envolvendo recursos de tecnologias como banda expansível de conexões, data centers, servidores com dados criptografados;

- elaboração, envelopamento e distribuição de milhares de panfletos;
- postagens vias Correios;
- veiculações em jornais de grande circulação em variados formatos como texto e imagem;
- criação, produção e veiculação de vídeos;
- envio de campanhas através de e-mails marketings;
- notificações suplementares legais e pessoais das partes ** todas com Avisos de Recebimentos A.R;
- publicações dos Extratos dos Editais;
- ligações telefônicas à base de clientes e potenciais compradores;
- propagações em mídias eletrônicas e sociais com foco acentuado nas proximidades dos bens praceados;
- propiciamos, ainda, suporte permanente aos interessados tanto nos esclarecimentos de dúvidas como na entrega de documentos atualizados como Matrículas do Imóveis, Registros Municipais, Localizadores de Georreferencias entre outros.

Dos Itens Em Destaque Do Edital Público Que Sustentam A Efetividade Dos Leilões:

Pelas razões e fundamentos supra anotados e que embasam Diferenciais e Qualidades em ações diligentes com estratégias para leilões exitosos (com vendas efetivas), além dos inúmeros Custos envolvidos com as melhores práticas e governanças, tais como: Financeiros, Humanos, Estratégicos em Negócios, Materiais em Criação e Produção das Veiculações das Ofertas Públicas, Institucionais pelas Relações Comerciais envolvidas, enfim, **destacamos à Vossa Excelência quanto as previsões que anotamos no Edital Público Unificado De Leilões Judiciais com base nos melhores entendimentos advindos pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015:**

➢ ***Da Taxa do Leiloeiro Oficial em 5,00%:***

O Arrematante/Comprador, Adjudicante ou Requerente, nos casos em que houver Arrematação, Adjudicação ou Remição, pagará ao Leiloeiro Oficial, imediatamente, o valor total do arremate mais ***5,00% (cinco por cento) sobre esse valor, à Vista, correspondente à Taxa da Comissão do Leiloeiro Oficial****.*

➢ ***Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:***

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a ***2,5% (dois e meio por cento)*** *sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:*

Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora

- *I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado*

*Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);*

Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão

- *II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, hipótese em que competirá ao Credor o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).*

Do Protocolo Do Edital Público Unificado De Leilões Judiciais

Assim, **protocolamos o Edital Público Unificado de Leilões Judiciais** para apreciação e deferimento com vista ao imediato prosseguimento à Venda Pública já com as previsões, ordenamentos e requerimentos que seguem:

- Venda Judicial Online, exclusivamente virtual através da Internet, consignados em Edital Público em conformidade com a Lei 13.105/2015 e previsão em destaque à Natureza Alimentar da Verba Remuneratório do Auxiliar do Judiciário Leiloeiro Público;

- Valores Mínimos de Venda ou Lance Mínimo Inicial do(s) bem(ns) penhorado(s) de acordo com os termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito do Sr. Oficial de Justiça considerando não gerar preço vil na venda e já **contemplando as pertinentes Atualizações dos seus Valores pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS (referência anotada em Edital);**

- **Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:**

  a. ***À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
  b. ***Parcelado**: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação,** mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos. **A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada**

sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil). No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

- **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, **a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de Venda Judicial** (Parágrafo único, art. 889 do CPC).

Firmamo-nos fraternalmente,
Termos Pedimos
Acolhida e Deferimento.

Documento Digital, Estado RS, Capital em 20/06/2022.

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

Edital de Leilões Judiciais e Intimações

Modalidade Online (Registro nº 22.102)

Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)

Já Aberto para Lances Prévios até a Data do Apregoamento Virtual

Observações Obrigatórias À Participação:

* Cadastramento prévio ao Leilão Online é **obrigatório** (até 24 horas antes da data agendada).
* Os cadastros efetuados deverão estar aprovados no endereço eletrônico: **www.LeiloeiroPublico.com.br**.
* O **horário** previsto no Edital é **referencial** para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da **Tela de Lances**.
* **Não** se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.

1 - Da Realização dos Leilões, Datas, Horários e Local:

O **Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre,** CNPJ: 89.522.064/0001-66, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, Carmen Lucia Santos Da Fontoura, Autos do Processo nº: 5017875-79.2013.8.21.0001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilões Públicos Judiciais nos termos do Novo Código de Processo Civil (Lei n°. 13.105/2015), do tipo Maior Lance e Oferta e de forma **Online (via Internet já aberto para lances prévios e também na data do apregoamento virtual)** do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s). Os interessados deverão participar exclusivamente pela Rede Mundial de Computadores, a Internet, em **www.LeiloeiroPublico.com.br**.

- **Data do 1º Leilão Público:** **31/08/2022 (4ª feira)**
- **Horário:** **14h00min.*** a partir deste horário será o apregoamento virtual.
- Do Valor do Bem: Valor igual ou superior a avaliação do bem + 3,00%.

- **Data do 2º Leilão Público:** **31/08/2022 (4ª feira)**
- **Horário:** **14h15min.*** a partir deste horário será o apregoamento virtual.
- Do Valor do Bem: A quem mais der, desde que não seja preço vil + 3,00%

- **Tipo:** **Exclusivamente Leilão Online (via Internet).**
- **Participar Online:** **www.LeiloeiroPublico.com.br**

2 - Das Disposições Gerais:

O interessado que licitar deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições Gerais e dispostas no Edital Público. Para participação de forma **Online (via Internet)** deverá o interessado efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro Público, enviar a documentação necessária e anuir às regras de participação dispostas para obtenção de **"Login" e "Senha"**. Essas etapas definem a **Habilitação** do Usuário/Licitante propiciando condições de validade de homologação em todos os registros de lances ou ofertas de compras. O Leilão Público está a cargo da Plataforma Online de Vendas Públicas: **www.LeiloeiroPublico.com.br,** devidamente firmados entre as partes e como assistente técnico responsável o Leiloeiro Público Oficial Cristiano da Rosa Schöntag regularmente matriculado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e à Junta Comercial Estadual (AARC/328). Demais informações poderão ser solicitadas pela **Central de Atendimento** em e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br** ou Telefones/WhatsApp: **(48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502**.

3 - Das Condições de Participação:

- Pessoa Física: Documento de identificação (RG ou CNH) e CPF e Comprovante de Endereço emitido há no máximo 60 (sessenta dias) da data de realização do(s) Leilão(ões).

- Pessoa Jurídica: Cartão de CNPJ; Estatuto/Contrato Social e Alterações (se for o caso) e todos os documentos exigidos do participante "Pessoa Física".

4 - Das Condições da Venda:

O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o Apregoamento Virtual de cada Lote/Bem, passando-se um a um e podendo ainda anotar registros de lances e disputas (mesmo após este horário) e até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens e/ou áudios da Tela de Lances. Reforçamos que Plataforma Online de Vendas Públicas e seu Assistente Técnico fazem uso do Apregoamento Virtual do(s) Lote(s)/Bem(ns). Em contrapartida, não são leilões meramente eletrônicos nem tampouco de cronometragem regressiva ao encerramento do(s) Lote(s)/Bem(ns). A figura humana do Leiloeiro Público é imprescindível à Licitação e baliza todo o processo, do início ao fim. O(s) Lote(s)/Bem(ns) será(ão) vendido(s) a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados) o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade. O interessado declara ter ciência de que o Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados), a Plataforma Online de Vendas Públicas e o seu Assistente Técnico Leiloeiro Público não garantem a regularidade de mecânica, de motor, de elétrica, de eletrônica ou de hidráulica do(s) Lote(s)/Bem(ns) nem mesmo dos seus componentes dispostos nesta(s) Oferta(s) Pública(s). Por isso, deverão verificar as suas condições "*in loco*", pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento acerca de suas características ou do estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) adquirido(s). A venda será celebrada em caráter "Ad Corpus", ou seja, não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) deste(s) Leilão(ões), não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

5 – Dos Débitos Incidentes sobre o(s) Lote(s)/Bem(ns) e Obrigações:

No caso de **Bens Imóveis**, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres de eventuais Hipotecas, Penhoras e Débitos Tributários cujo fato gerador seja a Propriedade, o Domínio Útil ou a Posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria uma vez que se sub-rogam sobre o respectivo Valor da Arrematação, ou seja, serão quitados com o produto da venda nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. No caso de **Bens Móveis**, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres eventuais débitos de Licenciamento, Multas por Infração de Trânsito, IPVA e DPVAT nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem. Os atos necessários para a expedição de Carta de Arrematação (Imóveis) ou da Ordem de Entrega (Móveis), Registro(s), ITBI(s), Imissão(ões) na(s) Posse(s) e demais providências serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos já estão atualizados até a data da publicação de abertura da Venda Judicial. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aa(s) Lote(s)/Bem(ns) desta(s) Venda(s) Pública(s), por força da(s) arrematação(ões).

6 – Dos Tipos de Lances Especiais:

Plataforma Online de Vendas Públicas é estruturada para o recebimento de lance(s) **Online (pela Internet)**. Para confirmar o registro de lance(s), na Tela de Lances, o Interessado/Licitante poderá fazer acessando os botões pré-determinados com seus valores mínimos ou através do campo "Lance Livre" que possibilita digitar qualquer valor superior ao mínimo atual. Destaca-se, ainda, o comando denominado **Lance Automático/Robô**: por essa ferramenta o Interessado/Licitante poderá programar lances automáticos (**Ligar Robô**) e garantir que incrementos sejam lançados, automaticamente, em seu favor durante a(s) disputa(s) do(s) Leilão(ões), sem que o seu valor máximo estipulado seja ultrapassado. Uma vez que outro interessado não cubra o maior lance dado pelo "**Robô**" então este vence a disputa. O "**Lance Automático/Robô**" é um valor estipulado como teto para o arremate do Lote/Bem e, também, protegerá suas ofertas e disputas contra eventuais faltas de energia ou quedas de conexão de Internet. Estipule o seu teto e clique no botão "**Ligar**".

7 - Da Visitação do(s) Lote(s)/Bem(ns) Leiloado(s):

As fotos do(s) Lote(s)/Bem(ns) divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, visitação prévia à realização do Leilão. Consulte sobre Visitação pelo "Suporte Online" ou através do e-mail contato@leiloeiropublico.com.br.

- **NOVO HAMBURGO (RS):** Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

>> Processo Judicial <<

8 - Do Pagamento do(s) Lote(s)/Bem(ns) Arrematado(s):

O **Valor Garantidor Imediato** exigido é **À Vista, a título de Sinal/Caução/Liquidação**, sobre o valor total do bem arrematado e deverá ser quitado por meio de **Transferência Eletrônica (TED ou PIX)** em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. Grifamos que a Plataforma Online de Vendas Públicas utiliza Conta Oficial que somente aceita Transferência Eletrônica (TED ou PIX). No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do Arrematante/Comprador.

Parcelamento do Pagamento: Conforme Artigo 895 do Código de Processo Civil (CPC), o bem poderá ser adquirido em parcelas. No entanto, o interessado em adquirir o bem penhorado deverá estar atento aos termos do Parágrafo 1º do artigo supra: *"A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do lance à vista e o **restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, **garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis**, e por **hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis**"*, tudo sujeito à *Apreciação e Deferimento Judicial.

- Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:

- ✓ **À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
- ✓ **Parcelado**: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação**, mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas do Saldo Remanescente em **até 30 parcelas (Máximo ou Menos)** atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC/IBGE, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos.
    - A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel

arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil).

- No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

9 - Do Julgamento e Preferência entre Propostas:

O lance vencedor será o de **Maior Valor**, independentemente da forma de pagamento (se à vista ou parcelado), sendo que, em caso de empate, terá preferência o lance à vista ou que proponha o **menor número de parcelas**. Caso, ainda assim, coincida o número de parcelas, terá preferência o lance que oferecer **maior valor a título de entrada**, salvo determinação judicial em sentido diverso.

10 – Da Taxa Pública da Venda Judicial do Leiloeiro Oficial em 5,00%:

O Arrematante/Comprador pagará, no ato do arremate, mais o **Valor** correspondente **a 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do arremate a título de Taxa de Comissão da(s) Venda(s) Pública(s).** Esse valor é excedente ao valor do arremate ofertado do item anterior e compõe o **Valor Garantidor Imediato**.

Atenção: Somente Registre Lance se Tiver Certeza. A Plataforma Online www.LeiloeiroPublico.com.br não cancela nem anula **os lances efetuados uma vez que são Irrevogáveis, Irretratáveis** e significam compromisso assumido perante esta Licitação Pública nos termos da Lei Federal. Todos os lances efetuados são de sua inteira responsabilidade e ficarão registrados no sistema com data e horário que forem lançados, inclusive os lances automáticos (robôs). **O arremate é uma ordem de pagamento à vista**, excepcionalmente para o arremate Online, será aceito o prazo de até 12 (doze) horas para a comprovação do pagamento. Caso não ocorra, o lote será repassado ao segundo melhor lance ou aos demais, sucessivamente, até a confirmação. O devedor será encaminhado à cobrança do valor inadimplido com acréscimos, multas, restrição à conta do sistema, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças extrajudiciais e judiciais, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores. **Leia com atenção todos os termos do Edital de Venda Pública.**

11 – Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução

236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:

- **Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora**

  I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, **hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro**, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);

- **Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão**

  II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, **hipótese em que competirá ao Credor** o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).

12 – Das Advertências Gerais:

a) Ficam intimadas as partes, os executados e seus cônjuges, se casados forem, o credor com garantia real/hipotecária ou com penhora anteriormente averbada, os usufrutuários ou o senhorio direto havendo, pelo presente Edital De Leilões Judiciais E Intimações para todos os atos aqui mencionados, caso se encontrem em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizados pelo Oficial de Justiça (Artigo 889 do Código de Processo Civil);

b) Se o Arrematante/Comprador não honrar com o pagamento no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (Art. 897 do Código de Processo Civil), aplicando-se lhe multa, o qual se reverterá em favor do credor e responderá pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão do leiloeiro.

c) Assinado o Auto de Arrematação pelo Juiz, pelo Arrematante/Comprador e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (Art. 903 do Código de Processo Civil).

d) **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a **intimação considerar-se-á feita por meio do Próprio Edital De Leilão** (parágrafo único, Art. 889 do Código de Processo Civil).

13 – Da(s) Transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns):

A(s) transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser efetuada(s) dentro do prazo legal, sendo as expensas do Arrematante/Comprador. A(s) transferência(s) de propriedade(s) será(ão) feita(s), única e exclusivamente, para a(s) pessoa(s) do(s) Arrematante(s)/Comprador(es).

14 - Das Disposições Finais:

A Plataforma Online de Vendas Públicas pelo qual se está realizando a(s) Oferta(s) Pública(s) e o seu e Assistente Técnico Leiloeiro Oficial são meros mandatários do Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotadas), não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens ora em Leilão, nem tampouco pelo pagamento de impostos/tributos ou outros. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é passado o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo. Demais informações poderão ser solicitadas pela **Central de Atendimento** em e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br** ou Fones/WhatsApp: **(48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502**. O referido neste Edital de Leilões Judiciais e Intimações é verdade, do que dou fé pública. Documento Digital, Estado RS, Capital em **20 de junho de 2022.**

Plataforma Online de Vendas Públicas
www.LeiloeiroPublico.com.br

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul
Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
Carmen Lucia Santos Da Fontoura
Juiz(a) de Direito

Anexo
Relação de Bens e Lotes

Lote	Descrição do Bem	Lance Mínimo
1	**NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²** **Matrícula 61.180 (RI – Novo Hamburgo (RS)):** O apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001. **Ônus, Averbações ou Registros em Matrícula Imobiliária: Av.6/61.180 em 08/04/2015:** Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. **Av.9/61.180 de 26/09/2017:** Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. **Av.10/61.180 de 04/12/2017:** Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. **Av.11/61.180 de 19/03/2018:** Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. **Av.12/61.180 de 27/06/2019:** Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre,	**1º Leilão em 31/08/2022 14h00min.** **R$ 1.458.000,00** **2º Leilão em 31/08/2022 14h15min.** **R$ 729.000,00** Vide termos do Edital*

RS, do processo nº 50164674020124047100. **Av.13/61.180 de 29/10/2018:** Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado.

Da Atualização da Avaliação do Bem: O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 12/06/2022 às 12h54min.

Endereço de Visitação: NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

5017875-79.2013.8.21.0001

Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Exequente: M. B. R. S.

Executado(a): W. E. A.

>> Processo Judicial <<

Condições Gerais: a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês**, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.

* O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances. * Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 33, MATRIMÓVEL3, Página 1

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

FLS.	MATRÍCULA
1	61.180

Novo Hamburgo, 17 de novembro de 1993

IMÓVEL: O Apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com área real privativa de 263,757 metros quadrados, área real total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos.
PROPRIETÁRIO: Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, casado no regime da comunhão universal de bens com Áurea Maria Machado Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Neto nº 54, apartamento 204.
PROCEDÊNCIA : Matrícula nº 34.682, do livro nº 2, datada em 08.02.1984.
TÍTULO: Individualização.
FORMA DE TÍTULO: requerimento firmado em 20 de outubro de 1993; e documentos apresentados.
VALOR ATRIBUÍDO À UNIDADE: CR$13.000.000,00.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.236, de 20.10.1993.

AV 1- 61.180- Vide convenção de condomínio, registrada no livro nº 3, sob R - 4430.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.237, de 20.10.1993.

AV 2- 61.180 - De conformidade com documentos apresentados, os adquirentes Wilson Edison Alano e sua mulher Áurea Maria Machado --- Alano, mencionados na presente matrícula, se separaram conforme -- sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Sérgio Vanderlei Pires, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Pelotas - RS, datada de 23.04.1996, transitada em julgado em 08.05.1996, passando a --- mulher a usar o nome de Áurea Maria Machado.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.180, de 14.05.1999.

AV 3- 61.180 - CAUÇÃO LOCATÍCIA:
De conformidade com contrato particular de locação de imóvel não - residencial, firmado em 01 de maio de 1999, em que é locadora Solidez Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 88.756.531/0001-50, estabelecida em Porto Alegre, RS, na rua Dona Laura nº 707, sala 707, neste ato representada por seu sócio-gerente Sr. Isaac Iochpe; locatária Farmácia Dermatológica Ltda., pessoa jurídica de direito privado -- inscrita no CGC/MF sob nº 87.448.833/0001-06, estabelecida na rua-

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/06/2022 13:23:08

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 33, MATRIMÓVEL3, Página 2

15 de novembro nº 622, na cidade de Pelotas-RS, neste ato representada por seus sócios Sr. Wilson Edison Alano e Sra. Áurea Maria Machado; e como caucionantes Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, separado judicialmente, inscrito CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva nº 190, apto 301, nesta cidade; e Áurea Maria Machado, brasileira, sócia de empresa, separada judicialmente inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, residente e domiciliada na rua Vereador Volnei Vieira nº 100, na cidade de Pelotas, RS; tem entre si justo e contratado a locação da loja para fins não residenciais, localizada na rua dos Andradas nº 1758, em Porto Alegre-RS, mediante as cláusulas e condições que seguem: PRIMEIRA: O prazo da locação é de 03 anos, com início em 10 de maio de 1999 e término em 09 de abril de 2.002. Esgotado o prazo ora ajustado de vigência do contrato se a Locatária, sem oposição da Locadora, permanecer no imóvel por mais de 30 dias, ficará prorrogada por prazo indeterminado a locação; SEGUNDA: o aluguel mensal convencionado é de R$4.000,00, com vencimento no último dia de cada mês, devendo ser pago pela locatária, até o dia 05 do mês seguinte ao vencido, no caixa da administradora ou onde e a quem a locadora indicar por escrito. OITAVA: os fiadores sr. Wilson Edison Alano e sra. Áurea Maria Machado dão em caução o imóvel objeto da presente matrícula, para garantia das obrigações decorrentes do presente contrato. Demais condições: as do contrato.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.181, de 14.05.1999.
R$234,60

R 4- 61.180 - PENHORA:
DEVEDORES: Wilson Edison Alano, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apto. 301, e Aurea Maria Machado Alano, residente e domiciliada em Pelotas, RS, na rua Ver. Wolnei Vieira, nº 100.
CREDOR: Manglio Maria Gobbi.
FORMA DE TÍTULO: mandado de registro de penhora, expedido em 24 de julho de 2000 e auto de arresto e depósito, expedido em 01 de março de 2000, ambos pela 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo. Processo nº 190 0568915.
VALOR: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 08 de agosto de 2000.
A Escr. Aut.:
JS.Prot.nº 203.421, de 31.07.2000.
R$237,70

AV 5- 61.180 - De conformidade com Ofício nº 2564/2008, expedido em 12 de setembro de 2008, pela 18ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de Porto Alegre, RS, fica cancelada a penhora objeto do R 4- 61.180. Valor: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 16 de setembro de 2008.
A Escr. Aut.:
EO.Prot.nº 276.907, de 15.09.2008.
Emolumentos: R$138,00. Selo: 0396.07.0700003.03480 - R$6,00.

AV 6- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 08 de abril de 2015, pela Distribuição da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 615-A,

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/06/2022 13:23:08

Lei nº 11.382/2006, a distribuição em 08.04.2015 da ação de execução de título executivo extrajudicial, processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída à 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, inserito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 29 de abril de 2015.
Escrevente:
CT.GC.Prot.nº 354.189, de 16.04.2015.
Emolumentos: R$27,30, Selo: 0396.03.1500001.00669 = R$0,55. Processamento Eletrônico de Dados: R$3,60, Selo: 0396.01.1400003.74962 = R$0,30.

AV 7- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 15.03.2016, tendo como emissora a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade 201603.1511.00118992-IA-050, processo nº 50582158620114047100.
Novo Hamburgo, 15 de março de 2016.
Escrevente:
CT.AC.Prot.nº 364.935, de 15.03.2016.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500001.23982 = R$0,70.

AV 8- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, que fica cancelada a indisponibilidade objeto da AV 7-61.180, conforme ordem de cancelamento emitida via CNIB.
Novo Hamburgo, 10 de julho de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 378.533, de 07.07.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.12329 = R$2,70.

AV 9- 61.180 - De conformidade com Termo de redução de bens à penhora, expedido em 26 de setembro de 2017, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), natureza: execução de título extrajudicial, em que é exequente Sergio Davi Peteffi, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Edison Alano, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor do débito de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 383.282, de 30.11.2017.
Emolumentos: R$119,70, Selo: 0396.06.1100001.31761 = R$24,50. Processamento Eletrônico de Dados: R$4,50, Selo: 0396.01.1700001.55129 = R$1,40.

AV 10- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 04.12.2017, tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201712.0414.00413312-IA-800, processo nº 00207105320155040010.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/06/2022 13:23:08

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 33, MATRIMÓVEL3, Página 4

Escrevente: Gilvânia Nunes de Souza
CT.GC.Prot.nº 383.398, de 04.12.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.28875 = R$2,70.

AV 11- 61.180 - De conformidade com termo de redução de bens à penhora, expedido em 19 de março de 2018, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ: 0080549-81.2013.8.21.0001), natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC, em que é exequente Margareth Boemeke Pereira da Silva e executado Wílson Édison Alano, brasileiro, separado, nascido em 05.05.1948, filho de Wilson Alano e Guiomar Medeiros Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$10.848,00.
Novo Hamburgo, 18 de maio de 2018.
Escrevente:
AV.AC.Prot.nº 388.159, de 03.05.2018.
Emolumentos: R$90,40, Selo: 0396.06.1100001.33040 = R$24,50. Artigo 98, § 1º, IX, da Lei nº 13.105/2015.

AV 12- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos dos Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 27.06.2019, tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201906.2713.00850323-IA-680, processo nº 50164674020124047100.
Novo Hamburgo, 28 de junho de 2019.
Escrevente: Gilvânia Nunes de Souza
LC.AM.Prot.nº 403.191, de 27.06.2019.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.04.1100001.43292 = R$3,30.

AV 13- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 24 de setembro de 2020, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 828 do Código de Processo Civil, que em 29.10.2018, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.18.0016998-9 (CNJ: 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quintino e executados Wílson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15 e Áurea Maria Machado, inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, com valor da causa de R$22.820,06.
Novo Hamburgo, 21 de outubro de 2020.
Escrevente: Gilvânia Nunes de Souza
YK.GC.Prot.nº 418.072, de 01.10.2020.
Emolumentos: R$37,20, Selo: 0396.04.2000001.08006 = R$3,30. Processamento Eletrônico de Dados: R$5,00, Selo: 0396.01.1900001.96351 = R$1,40.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:12/06/2022 13:23:08

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__26
Data:
25/06/2022 01:16:51
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__20
Data:
06/07/2022 01:20:22
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
06/07/2022 15:44:13
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:
PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE
Data:
07/07/2022 18:12:48
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
37

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Em atenção ao que referido pela parte autora quanto à preferência do crédito alimentar quando existentes outros credores do executado (evento 31, DOC1), conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 957.836/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, havendo a sobreposição de penhoras sobre o mesmo bem ou produto de sua alienação, o crédito tributário detém preferência de pagamento sobre os demais, exceto aqueles de natureza trabalhista, nos termos do art. 186, caput, do CTN.

Ainda, é entendimento pacificado na Corte Especial que a cronologia das penhoras, regra de direito processual, cede ao privilégio decorrente da natureza do crédito, porquanto referida norma positiva regra de direito material, havendo, portanto, concurso de credores, cabendo a cada um conservar o seu título de preferência.

Em prosseguimento, **defiro** a comissão do leiloeiro, em caso de acordo, no percentual de 2,5% sobre o valor atualizado da avaliação do bem (constante em 1º leilão).

Intime-se o auxiliar do Juízo para que informe a data dos leilões.

Com o praceamento, intimem-se as partes.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 7/7/2022, às 18:12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10021664953v2** e o código CRC **2ee68803**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/07/2022 18:12:48
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
38
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/07/2022 00:00:00
Data Final:
08/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
07/07/2022 18:12:49
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
39
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/07/2022 00:00:00
Data Final:
08/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__38_E_39
Data:
17/07/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__38
Data:
08/08/2022 11:56:50
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
41

Rava e Santa Maria advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Excelência, cumpre aclarar que a preferência do presente caso, detém grande particularidade, que deve ser considerando quando de eventual e necessária apreciação.

Penhora do imóvel cujo leilão resta designando no presente feito, é exceção legal. Isso é, tal bem trata-se do imóvel residencial do executado, e como tal, somente está indo a leilão no presente feito, por tratar-se de uma das ações a regra de impenhorabilidade. Vejamos o que reza a Lei 8.009/90:

> Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:
>
> III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida; (Redação dada pela Lei nº 13.144 de 2015)

Ou seja, o imóvel somente poderá ir a leilão em face a natureza da dívida, e assim sendo, tal situação deve ser devidamente enfrenta, caso exista pleito de preferência, e dada prioridade me face a única penhora anterior, averbada na matrícula do bem, pois de natureza comercial, contudo, relega-se tais discussões ao momento oportuno e caso exista pleito de preferência. Porquanto, impõe-se que aguarde-se a realização das praças.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 8 de agosto de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

(51) 3012.5859 (51) 992.318.361 rsm@ravasm.com.br
Rua Gutemberg, 151, SL. 805, Condomínio Neo 360 Corporate
Bairro Petrópolis em PortoAlegre, CEP 91310-010
ravasm.com.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
08/08/2022 14:22:12
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
42
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
10/08/2022 00:00:00
Data Final:
23/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__39
Data:
09/08/2022 01:16:51
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__42
Data:
09/08/2022 10:24:01
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:
PETICAO
Data:
18/08/2022 15:37:26
Usuário:
RS096545 - JAQUELINE FOSCHIERA SALVATORI - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
45

JAQUELINE SALVATORI
ADVOCACIA

EXMA SRA. DRA JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

Processo nº: 5017875-79.2013.8.21.0001

URGENTE

LEILÃO DESIGNADO 31/08/2022

Processo execução originária: 5003713-49.2018.8.21.0019

Exequente: CONDOMÍNÍO EDIFÍCIO MORADAS DA QUINTINO

Executado: WILSON EDISON ALANO e OUTROS

CONDOMÍNÍO EDIFÍCIO MORADAS DA QUINTINO, inscrito no CNPJ nº: 86.825.908.0001/40, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, Bairro Centro, no município de Novo Hamburgo/RS, neste ato representado pelo Sindico **ALFREDO LEONARDO ARGUELLO ALARCON,** brasileiro, casado, Anestesiologista, inscrito no CPF sob nº 812.987.300-15, e no RG sob o nº 3092931892, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apto 1101, Bairro Centro, no município de Novo Hamburgo/RS em que litigam com **WILSON EDISON ALANO,** brasileiro, farmacêutico, separado judicialmente, inscrito no CPF sob nº: 148.220.910-15 e **ÁUREA MARIA MACHADO**, brasileira, empresária, separada judicialmente, inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, ambos residentes e domiciliados na Rua Quintino Bocaiuva, nº 190, aptº 301,

Bairro Centro, no município de Novo Hamburgo/RS, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 860 do NCPC, para garantia da presente execução, **REQUER** seja **DETERMINADA A REALIZAÇÃO DA PENHORA DOS DIREITOS,** que estão sendo demandados em juízo na ação de execução, processo nº. 5017875-79.2013.8.21.0001, oriundo dessa vara tendo como Autor e Réu, as partes acima qualificadas**.**

Requer, ainda, seja determinada, a expedição do competente mandado de penhora, com a respectiva averbação no rosto dos autos acima identificados, oportunidade em que junta-se a positiva de débitos atualizada de débitos e custas judiciais (R$ 247.609,67- duzentos e quarenta e sete mil seiscentos e nove reais e sessenta e sete centavos).

Nestes termos,
pede deferimento.

Novo Hamburgo, 18 de agosto de 2022.

Jaqueline Salvatori
OAB/RS 96.545

Rua Bento Gonçalves, 2310 - Sala- 54, Bairro Centro- Novo Hamburgo/RS
Fone: (51) 3035-7639
E-mail: advocacia.jaquelinesalvatori@gmail.com

Capa do Processo

Nº do Processo: 5003713-49.2018.8.21.0019 Data de autuação: 25/10/2018 00:00:00 Situação: MOVIMENTO

Órgão Julgador: 1º Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo Juiz(a): JULIANE PEREIRA LOPES

Competência: Cível - Geral Classe da ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processos relacionados: 5211387-98.2021.8.21.7000/TJRS | Relacionado no 2o. grau | Agravo de Instrumento
0028916-98.2018.8.21.0019/RS | Digitalizado

Lembretes Novo

Assuntos

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO (86.825.908/0001-50) - Pessoa Jurídica	WILSON EDISON ALANO (148.220.910-15) - Pessoa Física
JAQUELINE FOSCHIERA SALVATORI RS096545	CRISTIANO VIEIRA HEERDT (DPE) DPE-2618397 ANTONIO FLAVIO DE OLIVEIRA (DPE) DPE-1637835

Informações Adicionais (Prevenção: NÃO executada)

Ações

Agravo Alvará Eletrônico Árvore Audiência Certidão Narratória Certidão para Execuções Custas Depósitos Judiciais Movimentar/Peticionar Pessoa enquadrada na LEI 14.289 Substabelecimentos

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
97	14/07/2022 14:15:30	Recebido o mandado para cumprimento pelo oficial de justiça - Refer. ao Evento: 96 Destinatário: WILSON EDISON ALANO Oficial de Justiça: CARLOS EDUARDO MACHADO RIBEIRO	RAFAELCARNIEL	
96	14/07/2022 14:15:28	Expedição de mandado - CM0019 - Aguardando cumprimento - Evento: 97 Destinatário: WILSON EDISON ALANO Número do mandado: 10019734622	RAFAELCARNIEL	MAND1
95	14/07/2022 01:07:19	Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 92 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	SECFP	
94	25/06/2022 10:04:30	Ato cumprido pela parte ou interessado - Confirmação de pagamento de Custas - GUIA DE CUSTAS: 225300478	SECFIN	
93	23/06/2022 16:42:27	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 85 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS096545	PET1
92	22/06/2022 06:53:10	Juntada de Carta pelo Correio - Comprovante de entrega - Refer. ao Evento: 83 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (95 - Decorrido prazo) Data inicial da contagem do prazo: 23/06/2022 00:00:00 Data final: 13/07/2022 23:59:59 Entregue em: 08/06/2022	VPOST	AR1
91	08/06/2022 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 85 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
90	06/06/2022 13:06:04	Expedida/certificada a comunicação eletrônica - Email Enviado	tvier	EMAIL1
89	05/06/2022 11:27:38	Expedida/certificada a comunicação eletrônica - Email Enviado	vdomeneghi	EMAIL1
88	05/06/2022 11:26:05	Expedida/certificada a comunicação eletrônica - Email Enviado	vdomeneghi	EMAIL1
87	30/05/2022 13:21:45	Expedição de ofício	julianelopes	OFIC1
86	30/05/2022 13:21:44	Expedição de ofício	julianelopes	OFIC1
85	29/05/2022 15:39:26	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 84 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 10 dias Status:FECHADO (93 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 09/06/2022 00:00:00 Data final: 23/06/2022 23:59:59	vdomeneghi	
84	29/05/2022 15:39:26	Ato ordinatório praticado	vdomeneghi	ATOORD1
83	29/05/2022 15:35:16	Expedição de Carta pelo Correio - 1 carta	vdomeneghi	CARTA1
82	29/05/2022 15:30:13	Expedição de Termo/auto de Penhora	vdomeneghi	TERMOPENH1
81	11/04/2022 18:11:40	Comunicação eletrônica recebida - baixado Agravo de Instrumento Número: 5211387-98.2021.8.21.7000/TJRS	danieladallagnol	

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
80	15/02/2022 01:53:46	Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 78 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECFP	
79	06/02/2022 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 78 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
78	27/01/2022 17:56:31	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 77 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 5 dias Status:FECHADO (80 - Decorrido prazo) Data inicial da contagem do prazo: 08/02/2022 00:00:00 Data final: 14/02/2022 23:59:59	RAFAELCARNIEL	
77	27/01/2022 17:56:31	Ato ordinatório praticado	RAFAELCARNIEL	CERT1
76	27/01/2022 14:10:14	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 71 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS096545	PET1
75	04/01/2022 17:04:03	RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 72 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	
74	15/12/2021 16:20:09	Comunicação eletrônica recebida - julgado Agravo de Instrumento Número: 5211387-98.2021.8.21.7000/TJRS	bahia	
73	12/12/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. aos Eventos: 71 e 72	SECJE	
72	02/12/2021 09:14:31	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 70 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (75 - RENÚNCIA AO PRAZO) Data inicial da contagem do prazo: 14/12/2021 00:00:00 Data final: 04/02/2022 23:59:59	julianelopes	
71	02/12/2021 09:14:31	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 70 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (76 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 14/12/2021 00:00:00 Data final: 04/02/2022 23:59:59	julianelopes	
70	02/12/2021 09:14:30	Outras decisões	julianelopes	DESPADEC1
69	01/12/2021 18:50:42	Juntada de peças digitalizadas	jristoff	SISBAJUD1
68	25/11/2021 09:08:26	Conclusos para decisão/despacho	MALDONADO	
67	24/11/2021 09:42:44	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 62 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	PET1 OUT2
66	01/11/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 62 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	SECJE	
65	26/10/2021 15:05:28	PETIÇÃO - Refer. aos Eventos: 54 e 61	RS096545	PET1 OUT2 OUT3
64	26/10/2021 15:05:28	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 61 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS096545	
63	22/10/2021 15:18:36	Comunicação eletrônica recebida - decisão proferida em Agravo de Instrumento Número: 5211387-98.2021.8.21.7000/TJRS	conti	
62	22/10/2021 15:14:57	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 60 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (67 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 03/11/2021 00:00:00 Data final: 24/11/2021 23:59:59	julianelopes	
61	22/10/2021 15:14:57	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 60 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (65 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 27/10/2021 00:00:00 Data final: 19/11/2021 23:59:59	julianelopes	
60	22/10/2021 15:14:56	Outras decisões	julianelopes	DESPADEC1
59	22/10/2021 07:06:03	Conclusos para decisão/despacho	MALDONADO	
58	21/10/2021 14:44:27	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 55 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	PET1
57	21/10/2021 14:38:58	Comunicação eletrônica recebida - distribuído Agravo de Instrumento Número: 5211387-98.2021.8.21.7000/TJRS	DPE-1637835	
56	04/10/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. aos Eventos: 54 e 55	SECJE	

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
55	24/09/2021 06:38:32	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 53 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 30 dias Status:FECHADO (58 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 05/10/2021 00:00:00 Data final: 19/11/2021 23:59:59	julianelopes	
54	24/09/2021 06:38:32	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 53 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (65 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 05/10/2021 00:00:00 Data final: 26/10/2021 23:59:59	julianelopes	
53	24/09/2021 06:38:32	Rejeitada a exceção de pré-executividade	julianelopes	DESPADEC1
52	23/09/2021 16:27:52	Cancelada a movimentação processual - (Evento 51 - Conclusos para julgamento - 17/09/2021 07:51:47)	jristoff	
50	15/09/2021 08:15:40	Conclusos para decisão/despacho	MALDONADO	
49	14/09/2021 17:13:22	PETIÇÃO - Refer. aos Eventos: 35 e 43	RS096545	PET1
48	30/08/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 43 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
47	23/08/2021 14:37:46	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 44 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	PET1
46	23/08/2021 14:37:41	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 44 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	
45	22/08/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 35 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
44	20/08/2021 10:36:42	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 42 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (47 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 24/08/2021 00:00:00 Data final: 14/09/2021 23:59:59	mclaudia	
43	20/08/2021 10:36:42	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 42 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (49 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 31/08/2021 00:00:00 Data final: 22/09/2021 23:59:59	mclaudia	
42	20/08/2021 10:35:12	Juntada de peças digitalizadas	mclaudia	TERMOPENH1
41	19/08/2021 12:53:19	Expedição de ofício	julianelopes	OFIC1
40	19/08/2021 10:36:05	Cancelada a movimentação processual - (Evento 37 - Expedição de ofício - 17/08/2021 16:43:01)	dpons	
39	17/08/2021 16:52:49	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - Refer. aos Eventos: 36 e 29	DPE-1637835	EXCPRÉEX1
38	17/08/2021 16:52:46	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 36 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	DPE-1637835	
36	12/08/2021 14:14:37	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 34 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (39 - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE) Data inicial da contagem do prazo: 18/08/2021 00:00:00 Data final: 08/09/2021 23:59:59	julianelopes	
35	12/08/2021 14:14:37	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão Refer. ao Evento 34 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (49 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 24/08/2021 00:00:00 Data final: 14/09/2021 23:59:59	julianelopes	
34	12/08/2021 14:14:37	Outras decisões	julianelopes	DESPADEC1
33	12/08/2021 09:02:07	Conclusos para decisão/despacho	MALDONADO	
32	11/08/2021 15:10:31	PETIÇÃO	RS096545	PET1 OUT2
31	13/07/2021 23:27:49	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 13/07/2021 até 14/07/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Ato nº037/2021-P de 13 de julho de 2021.	bianatc.adm	
30	10/07/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 29 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO)	SECJE	

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
29	30/06/2021 11:14:10	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 15 (EXECUTADO - WILSON EDISON ALANO) Prazo: 30 dias Status:FECHADO (39 - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE) Data inicial da contagem do prazo: 15/07/2021 00:00:00 Data final: 25/08/2021 23:59:59	RAFAELCARNIEL	
28	28/06/2021 22:44:08	Expedição de Carta pelo Correio	mclaudia	CARTA1
27	29/05/2021 01:05:27	Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 16 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECFP	
26	13/05/2021 03:12:04	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 14/05/2021 até 16/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
25	12/05/2021 17:35:12	Juntada de certidão - suspensão do prazo - Motivo: FERIADO MUNICIPAL em 13/05/2021	SEBBEN	
24	12/05/2021 17:20:15	Juntada de certidão - cancelamento da suspensão de prazo - Motivo: FERIADO MUNICIPAL em 21/05/2021	SEBBEN	
23	11/05/2021 12:20:22	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 12/05/2021 até 13/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
22	08/05/2021 13:12:11	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 10/05/2021 até 11/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
21	04/05/2021 12:54:30	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 05/05/2021 até 09/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
20	02/05/2021 15:19:09	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 03/05/2021 até 04/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
19	29/04/2021 17:39:09	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 29/04/2021 até 02/05/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Resolução nº 003/2021-P	bianatc.adm	
18	29/04/2021 08:51:15	Juntada de certidão - suspensão do prazo - 28/04/2021 até 28/04/2021 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS - IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA - Indisponibilidade técnica.	bianatc.adm	
17	17/04/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 16 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
16	07/04/2021 22:05:26	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 15 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (27 - Decorrido prazo) Data inicial da contagem do prazo: 20/04/2021 00:00:00 Data final: 28/05/2021 23:59:59	julianelopes	
15	07/04/2021 22:05:26	Proferido despacho de mero expediente	julianelopes	DESPADEC1
14	07/04/2021 08:38:41	Conclusos para decisão/despacho	dpons	
13	06/04/2021 13:37:17	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 10 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS096545	PET1
12	13/03/2021 00:29:54	Juntada de certidão - suspensão do prazo - Motivo: FERIADO MUNICIPAL em 05/04/2021	bianatc.adm	
11	12/03/2021 23:59:59	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 10 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	SECJE	
10	02/03/2021 10:26:34	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 9 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (13 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 15/03/2021 00:00:00 Data final: 06/04/2021 23:59:59	julianelopes	
9	02/03/2021 10:26:33	Proferido despacho de mero expediente	julianelopes	DESPADEC1
8	02/03/2021 08:55:04	Conclusos para decisão/despacho	MALDONADO	
7	28/02/2021 09:52:48	SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA - (RS110101 - MARILIA ZIEMNICZAK VIEIRA para RS096545 - JAQUELINE FOSCHIERA SALVATORI)	RS110101	
6	28/02/2021 09:49:41	PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 4 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS110101	PET1 MATRIMÓVEL2 MATRIMÓVEL3
5	28/02/2021 09:49:41	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 4 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO)	RS110101	

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
4	22/02/2021 15:07:09	Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 3 (EXEQUENTE - CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO) Prazo: 15 dias Status:FECHADO (6 - PETIÇÃO) Data inicial da contagem do prazo: 03/03/2021 00:00:00 Data final: 23/03/2021 23:59:59	mclaudia	
3	22/02/2021 15:06:45	Juntada de certidão	mclaudia	CERT1
2	22/02/2021 15:05:08	Juntada de íntegra do processo	mclaudia	CAPA1 INIC E DOCS2 OUT3 DESP4 MANDCITACAO5 PET6 DESP7 PET8 DESP9 EMAIL10
1	07/10/2020 14:12:41	Registrado para Cadastramento Eletrônico de processo físico	dpons	

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
18/08/2022 15:40:20
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__42
Data:
24/08/2022 01:16:50
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
47

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
26/08/2022 17:15:00
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
48

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Petição do leiloeiro (evento 33, PET1), matrícula do imóvel (evento 33, MATRIMÓVEL3) e edital do leilão com a data das praças (evento 33, EDITAL2).

Petição do CONDOMÍNÍO EDIFÍCIO MORADAS DA QUINTINO requerendo a penhora no rosto dos autos, em razão da execução nº 5003713-49.2018.8.21.0019 (evento 45, PET1).

Compulsando-se os autos, verifico que apenas as partes do presente feito foram intimadas do praceamento do imóvel, que ocorrerá dia 31/08/2022 às 14h, em que pese o imóvel possua outros credores (vide averbações de penhora e de indisponibilidade na matrícula do imóvel).

Assim sendo, considerando a proximidade da primeira praça e, visando evitar futura nulidade, **SUSPENDO o presente leilão. Comunique-se imediatamente ao leiloeiro e às partes, inclusive por telefone, se for o caso.**

Após, remetam-se os autos para o leiloeiro designado, para novo agendamento. Devendo ser observado, quando do cumprimento, a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem.

Por fim, quanto à petição juntada no evento 33, comunique-se aos procuradores que o pedido deverá ser realizado nos autos da referida execução (5003713-49.2018.8.21.0019), pois somente por determinação daquele Juízo é que poderá ser realizada a penhora no rosto do presente feito.

Cumpra-se **imediatamente.**

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 26/8/2022, às 17:14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024335851v10** e o código CRC **7514f04d**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:
INTIMADO_EM_SECRETARIA
Data:
26/08/2022 17:19:22
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
49
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/08/2022 00:00:00
Data Final:
29/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:
INTIMADO_EM_SECRETARIA
Data:
26/08/2022 17:19:22
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
50
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/08/2022 00:00:00
Data Final:
29/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:
INTIMADO_EM_SECRETARIA
Data:
26/08/2022 17:19:22
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
51
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/08/2022 00:00:00
Data Final:
29/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
26/08/2022 17:21:57
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
52

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

26/08/2022 17:21:57

De: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Para: contato@leiloeiropublico.com.br
Assunto: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Boa tarde

Comunico a Vossa Senhoria que o leilão marcado no processo 5017875-79.2013.8.21.0001, foi suspenso conforme despacho anexo.

Atenciosamente,

Maria Luiza Peruzzo
Técnica Judiciária
Primeira Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre/RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Anexos

Evento 48-DESPADEC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
26/08/2022 17:38:20
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
53

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

26/08/2022 17:38:19

De: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Para: advocacia.jaquelinesalvatori@gmail.com
Assunto: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Prezada Dra. Jaqueline,

Tendo a Senhora juntado petição no processo 5017875-79.2013.8.21.0001, e referido processo correr sob segredo de Justiça, estou lhe enviando anexo o despacho que deliberou, também, acerca do seu pleito, deixando-a assim intimada da decisão nele pontuada.
Qualquer dúvida, nossos contatos são 51 995205837 (Whatsapp-Balcão Virtual) e 51 32106715.
Solicito que a senhora confirme o recebimento deste email, com brevidade.

Atenciosamente,

Maria Luiza Peruzzo
Gestora de Unidade
Primeira Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Anexos
Evento 48-DESPADEC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__49
Data:
29/08/2022 13:14:56
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
54

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

5017875-79.2013.8.21.0001
Exequente: M. B. R. S.
Executado(a): W. E. A.

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Público, **Sr. Cristiano da Rosa Schöntag**, devidamente registrado na Junta Comercial Estadual, sob o número matrícula AARC/328/JUCERGS, telefones: **(51) 9.8126.2502**, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e **e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br**, nomeados ao múnus de auxiliar do Judiciário, em cumprimento ao respeitável Mandado, vem perante Vossa Excelência informar a(s) **imediata(s) Suspensão(ões) do(s) Leilão(ões) Judicial(ais) que estava(m) em curso(s)**.

Aguardaremos por nova Pronúncia Judicial para o eventual prosseguimento dos atos expropriatórios.

Sendo o que tínhamos em informar.
Firmamo-nos fraternalmente,

Termos Pedimos
Acolhida e Deferimento.

Estado do Rio Grande do Sul, Capital em 29/08/2022.

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Petição do leiloeiro (evento 33, PET1), matrícula do imóvel (evento 33, MATRIMÓVEL3) e edital do leilão com a data das praças (evento 33, EDITAL2).

Petição do CONDOMÍNÍO EDIFÍCIO MORADAS DA QUINTINO requerendo a penhora no rosto dos autos, em razão da execução nº 5003713-49.2018.8.21.0019 (evento 45, PET1).

Compulsando-se os autos, verifico que apenas as partes do presente feito foram intimadas do praceamento do imóvel, que ocorrerá dia 31/08/2022 às 14h, em que pese o imóvel possua outros credores (vide averbações de penhora e de indisponibilidade na matrícula do imóvel).

Assim sendo, considerando a proximidade da primeira praça e, visando evitar futura nulidade, **SUSPENDO o presente leilão. Comunique-se imediatamente ao leiloeiro e às partes, inclusive por telefone, se for o caso.**

Após, remetam-se os autos para o leiloeiro designado, para novo agendamento. Devendo ser observado, quando do cumprimento, a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem.

Por fim, quanto à petição juntada no evento 33, comunique-se aos procuradores que o pedido deverá ser realizado nos autos da referida execução (5003713-49.2018.8.21.0019), pois somente por determinação daquele Juízo é que poderá ser realizada a penhora no rosto do presente feito.

Cumpra-se **imediatamente.**

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 26/8/2022, às 17:14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024335851v10** e o código CRC **7514f04d**.

Leilões Judiciais TJ/RS: Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)



Encerrado

Venda Pública:	22.102 (Judicial; Online)
Título:	Apartamento: N. Hamburgo (RS)
Comitente:	1ª V. DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL NOVO HAMBURGO | PODER JUDICIÁRIO
Local:	Plataforma Online de Vendas Públicas
Data:	31/08/2022 14:00 (1º Leilão)
Data:	31/08/2022 14:15 (2º Leilão)

Lotes da Venda



Lote 001 442 000

NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²

Avaliação:	Oferta Mínima:
R$ ***	**R$ *****

Ver Edital | Ver Lote

Buscar bens de interesse...

"A Venda Pública é Ato Oficial, Transparente e comprometida com as Boas Práticas em Governança Econômica, Social e Ambiental."

Sobre
Entrar

Links Úteis
Quem somos

Contato
Contato

Fone/WhatsApp
(48) 9.9804.5050

LeiloeiroPublico.com.br

Calendário | Imprensa | Esqueci Minha Senha | (51) 9.8126.2502

Siga-nos

contato@leiloeiropublico.com.br

Termos de Uso | Política de Privacidade | Quero Comprar | Quero Vender

LeiloeiroPublico.com.br. Direitos reservados ®. Fé Pública por Lei Federal Registro AARC/263.

LeiloeiroPublico.com.br

Leilões Judiciais TJ/RS: Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)



Encerrado

Venda Pública:	22.102 (Judicial; Online)
Título:	Apartamento: N. Hamburgo (RS)
Comitente:	1ª V. DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL NOVO HAMBURGO | PODER JUDICIÁRIO
Local:	Plataforma Online de Vendas Públicas
Data:	31/08/2022 14:00 (1º Leilão)
Data:	31/08/2022 14:15 (2º Leilão)

Lotes da Venda

001	NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²		R$ ***	R$ ***	**R$ *****			Suspenso

Buscar bens de interesse...

"A Venda Pública é Ato Oficial, Transparente e comprometida com as Boas Práticas em Governança Econômica, Social e Ambiental."

Sobre
Entrar
Categorias
Calendário

Links Úteis
Quem somos
Ajuda
Imprensa

Contato
Contato
Cadastre-se
Esqueci Minha Senha

Fone/WhatsApp
(48) 9.9804.5050
(47) 9.9944.1234
(51) 9.8126.2502

Siga-nos

contato@leiloeiropublico.com.br

LeiloeiroPublico.com.br

LeiloeiroPublico.com.br. Direitos reservados ®. Fé Pública por Lei Federal Registro AARC/263.

Leilões Judiciais TJ/RS: Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)



Encerrado

Venda Pública:	22.102 (Judicial; Online)
Título:	Apartamento: N. Hamburgo (RS)
Comitente:	1ª V. DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL NOVO HAMBURGO | PODER JUDICIÁRIO
Local:	Plataforma Online de Vendas Públicas
Data:	31/08/2022 14:00 (1º Leilão)
Data:	31/08/2022 14:15 (2º Leilão)

NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²

Lote 001 - NOVO HAMBURGO (RS): AP



Lote:	001
Tipo do Bem:	Imóveis
Valor de Avaliação:	***
Oferta Mínima:	**R$ *****
Oferta Atual:	***
Status:	Suspenso
Visitas:	443

LeiloeiroPublico.com.br

Requisitos para o Lance:

Acessar a Conta
Cadastro Completo
Solicitar Habilitação
Liberar Habilitação

Acessar Tela de Lances

Ver Edital
Favoritar

Descrição

LE LÕES SUSPENSOS POR DETERM NAÇÃO JUD C AL

"*... Assim sendo, considerando a proximidade da primeira praça e, visando evitar futura nulidade, SUSPENDO o presente leilão. Comunique-se imediatamente ao leiloeiro e às partes, inclusive por telefone, se for o caso. Após, remetam-se os autos para o leiloeiro designado, para novo agendamento. Devendo ser observado, quando do cumprimento, a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem...*

NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²

Matrícula 61.180 (R Novo Hamburgo (RS)): apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001.

Ônus e/ou Averbações em Matrícula mobiliária:
Av.6/61.180 em 08/04/2015: Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. Av.9/61.180 de 26/09/2017: Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. Av.10/61.180 de 04/12/2017: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. Av.11/61.180 de 19/03/2018: Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. Av.12/61.180 de 27/06/2019: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, do processo nº 50164674020124047100. Av.13/61.180 de 29/10/2018: Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado.

Da Atualização da Avaliação do Bem:
O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 12/06/2022 às 12h54min.

Consulta Processual Originária:
Número CNJ: 5017875-79.2013.8.21.0001, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, Exequente: M. B. R. S., Executado(a): W. E. A.

Botões dos Documentos do Bem:

Processo Judicial

Condições Gerais nº 22.102:
a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês**, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.

Visitação

NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270. Consulte sobre agendamento de Visitação pelo "Suporte Online" ou através do e-mail contato@leiloeiropublico.com.br.

Observação

As Duas Datas Previstas dos Leilões Judiciais ocorrem no mesmo dia, separadas pelo intervalo de 15 minutos entre uma e outra. Cadastramento Prévio é Obrigatório. Sobre o valor de arrematação haverá a incidência de mais 5,00% (cinco por cento) de Taxa da Venda Pública. Os bens serão entregues no estado de conservação em que se encontram sem contemplar garantias ou direitos de troca ou devolução. As imagens eventualmente foram obtidas a partir do laudo de avaliação do imóvel e podem não refletir sua situação e distribuição interna ou externa atual. Já as imagens obtidas por meio do Google Mapas e Street View são baseadas no endereço cadastrado do imóvel e, em alguns casos, pode não ter sua localização exata reconhecida pela ferramenta ou ainda apresentar defasagem com a situação atual em função da data em que foram coletadas pelo Google. Sendo assim, toda e qualquer decisão de compra não deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim, na realização de visita presencial ao bem em Oferta Pública. Por isso, recomendamos a visitação. Demais informações poderão ser solicitadas pela Central de Atendimento do Leiloeiro Público no E-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Fones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502.

Histórico de Lances

Seja o(a) Primeiro(a) a Confirmar o Valor Mínimo. Acesse a Tela de Lances!

LeiloeiroPublico.com.br. Direitos reservados ®. Fé Pública por Lei Federal Registro AARC/263.

Visualizar Edital

Visualizar Edital

Código	**53521**		
Justiça	**Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**	**Vara**	**Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre**
Cidade/UF	**NOVO HAMBURGO/RS**	**Disponibilizar em:**	**21/06/2022**
Primeiro Leilão	**31/08/2022 14:00:00**	**Último Leilão**	**31/08/2022 14:15:00**

Conteudo

Edital de Leilões Judiciais e Intimações

Modalidade Online (Registro nº 22.102)

Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)

Já Aberto para Lances Prévios até a Data do Apregoamento Virtual

Observações Obrigatórias À Participação:

*** Cadastramento prévio ao Leilão Online é obrigatório (até 24 horas antes da data agendada).**

*** Os cadastros efetuados deverão estar aprovados no endereço eletrônico: www.LeiloeiroPublico.com.br (http://www.leiloeiropublico.com.br/).**

*** O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances.**

*** Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.**

1 - Da Realização dos Leilões, Datas, Horários e Local:

O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, CNPJ: 89.522.064/0001-66, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, Carmen Lucia Santos Da Fontoura, Autos do Processo nº: 5017875-79.2013.8.21.0001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilões Públicos Judiciais nos termos do Novo Código de Processo Civil (Lei nº. 13.105/2015), do tipo Maior Lance e Oferta e de forma Online (via Internet já aberto para lances prévios e também na data do apregoamento virtual) do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s). Os interessados deverão participar exclusivamente pela Rede Mundial de Computadores, a Internet, em www.LeiloeiroPublico.com.br.

- **Data do 1º Leilão Público: 31/08/2022 (4ª feira)**
- **Horário: 14h00min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.**
- **Do Valor do Bem: Valor igual ou superior a avaliação do bem + 3,00%.**

- **Data do 2º Leilão Público: 31/08/2022 (4ª feira)**

- **Horário:** **14h15min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.**
- **Do Valor do Bem:** **A quem mais der, desde que não seja preço vil + 3,00%**

- **Tipo:** **Exclusivamente Leilão Online (via Internet).**
- **Participar Online:** **www.LeiloeiroPublico.com.br (http://www.leiloeiropublico.com.br/)**

2 - Das Disposições Gerais:

O interessado que licitar deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições Gerais e dispostas no Edital Público. Para participação de forma Online (via Internet) deverá o interessado efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro Público, enviar a documentação necessária e anuir às regras de participação dispostas para obtenção de "Login" e "Senha". Essas etapas definem a Habilitação do Usuário/Licitante propiciando condições de validade de homologação em todos os registros de lances ou ofertas de compras. O Leilão Público está a cargo da Plataforma Online de Vendas Públicas: www.LeiloeiroPublico.com.br, devidamente firmados entre as partes e como assistente técnico responsável o Leiloeiro Público Oficial Cristiano da Rosa Schöntag regularmente matriculado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e à Junta Comercial Estadual (AARC/328). Demais informações poderão ser solicitadas pela Central de Atendimento em e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Telefones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502.

3 - Das Condições de Participação:

- Pessoa Física: Documento de identificação (RG ou CNH) e CPF e Comprovante de Endereço emitido há no máximo 60 (sessenta dias) da data de realização do(s) Leilão(ões).

- Pessoa Jurídica: Cartão de CNPJ; Estatuto/Contrato Social e Alterações (se for o caso) e todos os documentos exigidos do participante "Pessoa Física".

4 - Das Condições da Venda:

O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o Apregoamento Virtual de cada Lote/Bem, passando-se um a um e podendo ainda anotar registros de lances e disputas (mesmo após este horário) e até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens e/ou áudios da Tela de Lances. Reforçamos que Plataforma Online de Vendas Públicas e seu Assistente Técnico fazem uso do Apregoamento Virtual do(s) Lote(s)/Bem(ns). Em contrapartida, não são leilões meramente eletrônicos nem tampouco de cronometragem regressiva ao encerramento do(s) Lote(s)/Bem(ns). A figura humana do Leiloeiro Público é imprescindível à Licitação e baliza todo o processo, do início ao fim. O(s) Lote(s)/Bem(ns) será(ão) vendido(s) a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados) o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade. O interessado declara ter ciência de que o Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados), a Plataforma Online de Vendas Públicas e o seu Assistente Técnico Leiloeiro Público não garantem a regularidade de mecânica, de motor, de elétrica, de eletrônica ou de hidráulica do(s) Lote(s)/Bem(ns) nem mesmo dos seus componentes dispostos nesta(s) Oferta(s) Pública(s). Por isso, deverão verificar as suas condições "*in loco*", pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento acerca de suas características ou do estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) adquirido(s). A venda será celebrada em caráter "Ad Corpus", ou seja, não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) deste(s) Leilão(ões), não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

5 – Dos Débitos Incidentes sobre o(s) Lote(s)/Bem(ns) e Obrigações:

No caso de Bens Imóveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres de eventuais Hipotecas, Penhoras e Débitos Tributários cujo fato gerador seja a Propriedade, o Domínio Útil ou a Posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria uma vez que se sub-rogam sobre o respectivo Valor da Arrematação, ou seja, serão quitados com o produto da venda nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. No caso de Bens Móveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres eventuais débitos de Licenciamento, Multas por Infração de Trânsito, IPVA e DPVAT nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem. Os atos necessários para a expedição de Carta de Arrematação (Imóveis) ou da Ordem de Entrega (Móveis), Registro(s), ITBI(s), Imissão(ões) na(s) Posse(s) e demais providências serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos já estão atualizados até a data da publicação de abertura da Venda Judicial. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aa(s) Lote(s)/Bem(ns) desta(s) Venda(s) Pública(s), por força da(s) arrematação(ões).

6 – Dos Tipos de Lances Especiais:

Plataforma Online de Vendas Públicas é estruturada para o recebimento de lance(s) Online (pela Internet). Para confirmar o registro de lance(s), na Tela de Lances, o Interessado/Licitante poderá fazer acessando os botões pré-determinados com seus valores mínimos ou através do campo "Lance Livre" que possibilita digitar qualquer valor superior ao mínimo atual. Destaca-se, ainda, o comando denominado Lance Automático/Robô: por essa ferramenta o Interessado/Licitante poderá programar lances automáticos (Ligar Robô) e garantir que incrementos sejam lançados, automaticamente, em seu favor durante a(s) disputa(s) do(s)

Leilão(ões), sem que o seu valor máximo estipulado seja ultrapassado. Uma vez que outro interessado não cubra o maior lance dado pelo "Robô" então este vence a disputa. O "Lance Automático/Robô" é um valor estipulado como teto para o arremate do Lote/Bem e, também, protegerá suas ofertas e disputas contra eventuais faltas de energia ou quedas de conexão de Internet. Estipule o seu teto e clique no botão "Ligar".

7 - Da Visitação do(s) Lote(s)/Bem(ns) Leiloado(s):

As fotos do(s) Lote(s)/Bem(ns) divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, visitação prévia à realização do Leilão. Consulte sobre Visitação pelo "Suporte Online" ou através do e-mail contato@leiloeiropublico.com.br. NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

>> Processo Judicial <<

8 - Do Pagamento do(s) Lote(s)/Bem(ns) Arrematado(s):

O Valor Garantidor Imediato exigido é À Vista, a título de Sinal/Caução/Liquidação, sobre o valor total do bem arrematado e deverá ser quitado por meio de Transferência Eletrônica (TED ou PIX) em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. Grifamos que a Plataforma Online de Vendas Públicas utiliza Conta Oficial que somente aceita Transferência Eletrônica (TED ou PIX). No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do Arrematante/Comprador.

Parcelamento do Pagamento: Conforme Artigo 895 do Código de Processo Civil (CPC), o bem poderá ser adquirido em parcelas. No entanto, o interessado em adquirir o bem penhorado deverá estar atento aos termos do Parágrafo 1º do artigo supra: *"A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis"*, tudo sujeito à *Apreciação e Deferimento Judicial.

- Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:

1. **À Vista: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);**
2. **Parcelado: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação, mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas do Saldo Remanescente em até 30 parcelas (Máximo ou Menos) atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC/IBGE, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos.**

- **A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil).**
- **No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.**

9 - Do Julgamento e Preferência entre Propostas:

O lance vencedor será o de Maior Valor, independentemente da forma de pagamento (se à vista ou parcelado), sendo que, em caso de empate, terá preferência o lance à vista ou que proponha o menor número de parcelas. Caso, ainda assim, coincida o número de parcelas, terá preferência o lance que oferecer maior valor a título de entrada, salvo determinação judicial em sentido diverso.

10 – Da Taxa Pública da Venda Judicial do Leiloeiro Oficial em 5,00%:

O Arrematante/Comprador pagará, no ato do arremate, mais o Valor correspondente a 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do arremate a título de Taxa de Comissão da(s) Venda(s) Pública(s). Esse valor é excedente ao valor do arremate ofertado do item anterior e compõe o Valor Garantidor Imediato.

Atenção: Somente Registre Lance se Tiver Certeza. A Plataforma Online www.LeiloeiroPublico.com.br não cancela nem anula os lances efetuados uma vez que são Irrevogáveis, Irretratáveis e significam compromisso assumido perante esta Licitação Pública nos termos da Lei Federal. Todos os lances efetuados são de sua inteira responsabilidade e ficarão registrados no sistema com data e

horário que forem lançados, inclusive os lances automáticos (robôs). O arremate é uma ordem de pagamento à vista, excepcionalmente para o arremate Online, será aceito o prazo de até 12 (doze) horas para a comprovação do pagamento. Caso não ocorra, o lote será repassado ao segundo melhor lance ou aos demais, sucessivamente, até a confirmação. O devedor será encaminhado à cobrança do valor inadimplido com acréscimos, multas, restrição à conta do sistema, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças extrajudiciais e judiciais, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores. Leia com atenção todos os termos do Edital de Venda Pública.

11 – Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:

- **v Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora**

I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);

- **v Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão**

II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, hipótese em que competirá ao Credor o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).

12 – Das Advertências Gerais:

a) Ficam intimadas as partes, os executados e seus cônjuges, se casados forem, o credor com garantia real/hipotecária ou com penhora anteriormente averbada, os usufrutuários ou o senhorio direto havendo, pelo presente Edital De Leilões Judiciais E Intimações para todos os atos aqui mencionados, caso se encontrem em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizados pelo Oficial de Justiça (Artigo 889 do Código de Processo Civil);

b) Se o Arrematante/Comprador não honrar com o pagamento no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (Art. 897 do Código de Processo Civil), aplicando-se lhe multa, o qual se reverterá em favor do credor e responderá pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão do leiloeiro.

c) Assinado o Auto de Arrematação pelo Juiz, pelo Arrematante/Comprador e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (Art. 903 do Código de Processo Civil).

d) Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do Próprio Edital De Leilão (parágrafo único, Art. 889 do Código de Processo Civil).

13 – Da(s) Transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns):

A(s) transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser efetuada(s) dentro do prazo legal, sendo as expensas do Arrematante/Comprador. A(s) transferência(s) de propriedade(s) será(ão) feita(s), única e exclusivamente, para a(s) pessoa(s) do(s) Arrematante(s)/Comprador(es).

14 - Das Disposições Finais:

A Plataforma Online de Vendas Públicas pelo qual se está realizando a(s) Oferta(s) Pública(s) e o seu e Assistente Técnico Leiloeiro Oficial são meros mandatários do Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotadas), não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens ora em Leilão, nem tampouco pelo pagamento de impostos/tributos ou outros. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é passado o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo. Demais informações poderão ser solicitadas pela Central de Atendimento em e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Fones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502. O referido neste Edital de Leilões Judiciais e Intimações é verdade, do que dou fé pública. Documento Digital, Estado RS, Capital em 20 de junho de 2022.

Plataforma Online de Vendas Públicas

www.LeiloeiroPublico.com.br

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Carmen Lucia Santos Da Fontoura

Juiz(a) de Direito

Anexo

Relação de Bens e Lotes

Lote	Descrição do Bem	Lance Mínimo

1	**NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²** **Matrícula 61.180 (RI – Novo Hamburgo (RS)): O apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001.** **Ônus, Averbações ou Registros em Matrícula Imobiliária: Av.6/61.180 em 08/04/2015: Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. Av.9/61.180 de 26/09/2017: Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. Av.10/61.180 de 04/12/2017: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. Av.11/61.180 de 19/03/2018: Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. Av.12/61.180 de 27/06/2019: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, do processo nº 50164674020124047100. Av.13/61.180 de 29/10/2018: Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado.** **Da Atualização da Avaliação do Bem: O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 12/06/2022 às 12h54min.** **Endereço de Visitação: NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.** **>> Mapa de Visitação <<** **>> Visão da Rua <<** **>> Matrícula do Imóvel <<** **5017875-79.2013.8.21.0001** **Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre** **Exequente: M. B. R. S.** **Executado(a): W. E. A.** **>> Processo Judicial <<** **Condições Gerais: a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês**, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.**	**1º Leilão em** **31/08/2022** **14h00min.** **R$ 1.458.000,00** **2º Leilão em** **31/08/2022** **14h15min.** **R$ 729.000,00** **Vide termos do Edital***

*** O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances. * Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.**

Link Leilão	**https://www.leiloeiropublico.com.br/ListagemLote.aspx?Leilao=22.102 (https://www.leiloeiropublico.com.br/ListagemLote.aspx?Leilao=22.102)**	**Situação**	**Publicado**
Categorias	Imóveis Urbanos		
Modalidade	**Eletrônico**		
Fotos de Bem(ns)	 **(/files/imagens/thumb_20220621093933_22.102_logo.png)**		
Anexo	**20220621093925_b)_EDITAL_DE_1o_e_2o_LEIL_ES_JUDICIAIS_RS_REGISTRO_22.102_COM__2.5_compressed.pdf (/files/arquivos/20220621093925_b)_EDITAL_DE_1o_e_2o_LEIL_ES_JUDICIAIS_RS_REGISTRO_22.102_COM__2.5_compressed.pdf)**		
Cadastrado em:	**21/06/2022 09:39:15**		
Visualizações:	**10**		

Imprimir

PUBLICJUD ® Todos os direitos reservados.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Petição do leiloeiro (evento 33, PET1), matrícula do imóvel (evento 33, MATRIMÓVEL3) e edital do leilão com a data das praças (evento 33, EDITAL2).

Petição do CONDOMÍNÍO EDIFÍCIO MORADAS DA QUINTINO requerendo a penhora no rosto dos autos, em razão da execução nº 5003713-49.2018.8.21.0019 (evento 45, PET1).

Compulsando-se os autos, verifico que apenas as partes do presente feito foram intimadas do praceamento do imóvel, que ocorrerá dia 31/08/2022 às 14h, em que pese o imóvel possua outros credores (vide averbações de penhora e de indisponibilidade na matrícula do imóvel).

Assim sendo, considerando a proximidade da primeira praça e, visando evitar futura nulidade, **SUSPENDO o presente leilão. Comunique-se imediatamente ao leiloeiro e às partes, inclusive por telefone, se for o caso.**

Após, remetam-se os autos para o leiloeiro designado, para novo agendamento. Devendo ser observado, quando do cumprimento, a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem.

Por fim, quanto à petição juntada no evento 33, comunique-se aos procuradores que o pedido deverá ser realizado nos autos da referida execução (5003713-49.2018.8.21.0019), pois somente por determinação daquele Juízo é que poderá ser realizada a penhora no rosto do presente feito.

Cumpra-se **imediatamente.**

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 26/8/2022, às 17:14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024335851v10** e o código CRC **7514f04d**.

CORREIOSNET Shopping

COMO COMPRAR | MEUS PEDIDOS | Selecione idioma

CORREIOS On Line



Inicial | A Loja | Cesta de Compras | Atendimento | Meus dados | Correios Entrega Garantida

Busca de Produtos

Todas

Buscar

Nossos Produtos

- BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
- Selos | Emissão 2022
- Emissões | Anos Anteriores
- Selo Personalizado
- Selo Personalizado: Centenário do Nascimento de João Paulo II
- Selo Personalizado: Silvio Santos - 90 Anos
- Embalagens
- Base de CEP
- Coleções de Selos
- Telegrama via Internet
- Carta via Internet
- Cartões Comemorativos
- Cartões Postais
- Coupon Réponse
- Envelopes de 1º Dia de Circulação
- Livros Filatélicos

Blog CORREIOS On Line

Telegrama via internet

Imagem no topo da Mensagem: Sem Imagem

Mensagem*

☐ Lembrar texto do telegrama anterior

Notificação do Edital De Leilões Judiciais E Intimações, Registro 22.102

Processo: 5017875-79.2013.8.21.0001
O Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, torna público que a Plataforma Online de Vendas Públicas: www.LeiloeiroPublico.com.br por seu assistente técnico, Leiloeiro Sr. Cristiano da Rosa Schöntag AARC/328, realizará os Leilões Judicias do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) acima relacionado(s).
Data do 1º Leilão Público: 31/08/2022 (4ª feira).
Horário: 14h.00min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.
Do Valor do Bem: Valor igual ou superior a avaliação do bem + 5%.
Data do 2º Leilão Público: 31/08/2022 (4ª feira).
Horário: 14h.15min.* a partir deste horário será o apregoamento

Imagem no rodapé da Mensagem: Sem Imagem

Opções:

☐ Pré-datado para: ☐ Com cópia ☐ Pedido de confirmação

Remetente:	Destinatário:
Título:	Título:
Nome: * LEILOEIRO PÚBLICO | WWW.LEILOEIROPUB	Nome: * Wilson Edison Alano
CEP: * 88015 - 090 Não sei meu CEP	CEP: * 90020 - 012 Não sei meu CEP
Endereço: * Rua Adolfo Melo	Endereço: * Rua dos Andradas
Número:* 35 Complemento: conjunto 601	Número:* 1758 Complemento:
Bairro:* Centro	Bairro:* Centro Histórico
Cidade:* Florianópolis UF:* SC	Cidade:* Porto Alegre UF:* RS
E-mail: contato@leiloeiropublico.com.br	Visualizar prazo de entrega
Telefone: 48 998045050 Fax:	

De acordo com a Lei nº 6.538/78 da Lei Postal, art. 29, não é aceito nem entregue telegrama que:
I - seja anônimo;
II - contenha dizeres injuriosos, ameaçadores, ofensivos à moral, ou ainda, contrários à ordem pública e aos interesses do País;
III - possa contribuir para a perpetração de crime ou contravenção ou embaraçar ação da justiça ou da administração;
IV - contenha notícia alarmante, reconhecidamente falsa;
V - Esteja em desacordo com as disposições legais ou convenções e acordos internacionais ratificados ou aprovados pelo Brasil.

☑ Li e concordo com as condições acima apresentadas

Incluir na cesta

Deseja acompanhar sua encomenda?
Digite seu CPF/CNPJ **ou** código* de rastreamento.

AA123456785BR

* limite de 20 objetos



Digite o texto contido na imagem

TELEGRAMA

Objeto não entregue - endereço incorreto
PORTO ALEGRE - RS
O número indicado para entrega é inexistente. Objeto será devolvido ao remetente
19/08/2022 15:51

Objeto saiu para entrega ao destinatário
PORTO ALEGRE - RS
19/08/2022 14:34

Objeto postado
SAO PAULO - SP
19/08/2022 14:30

Suspender Entrega



Fale Conosco

Registro de Manifestações

Central de Atendimento

Soluções para o seu negócio

Suporte ao cliente com contrato
Ouvidoria
Denúncia

Buscando...

Sobre os Correios

Identidade corporativa
Educação e cultura
Código de ética

Transparência e prestação de contas
Política de Privacidade e Notas Legais

Outros Sites

Loja online dos Correios
Ministério das Comunicações

© Copyright 2022 Correios

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
29/08/2022 13:28:29
Usuário:
YSCHMIDT - YASMIM MARIA SCHMIDT - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
55

Re: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Jaqueline Salvatori <jaqueline.salvatori@gmail.com>

seg 29/08/2022 10:10

Inbox

Para:Foro Central Cartório da 1ª Vara de Família <frpoacent1vfam@tjrs.jus.br>;

1 anexos (164 KB)

Ofício.pdf;

Cuidado: este e-mail é de origem *externa* ao PJRS (Poder Judiciário do RS).
Não abra anexos ou clique em links a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.
Em caso de dúvida, consulte as pílulas de segurança ou contate a CADI.

Prezada, bom dia!

Ciente do e-mail recebido.

Informo que já foi expedido ofício ao processo de execução o qual o bem seria leiloado, conforme demonstra anexo.

Atenciosamente,

Jaqueline Salvatori
Advogada

Em dom., 28 de ago. de 2022 às 21:34, Alessandra Yung - Jaqueline Salvatori Advocacia <advocacia.jaquelinesalvatori@gmail.com> escreveu:

> ---------- Forwarded message ---------
> De: <frpoacent1vfam@tjrs.jus.br>
> Date: sex., 26 de ago. de 2022 17:38
> Subject: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001
> To: <advocacia.jaquelinesalvatori@gmail.com>
>
> Prezada Dra. Jaqueline,
>
> Tendo a Senhora juntado petição no processo 5017875-79.2013.8.21.0001, e referido processo correr sob segredo de Justiça, estou lhe enviando anexo o despacho que deliberou, também, acerca do seu pleito, deixando-a assim intimada da decisão nele pontuada.
> Qualquer dúvida, nossos contatos são 51 995205837 (Whatsapp-Balcão Virtual) e 51 32106715.
> Solicito que a senhora confirme o recebimento deste email, com brevidade.

Atenciosamente,

Maria Luiza Peruzzo
Gestora de Unidade
Primeira Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5003713-49.2018.8.21.0019/RS

EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

Local: Novo Hamburgo **Data:** 26/08/2022

OFÍCIO Nº 10024393703

*(Ao responder, favor mencionar o nº do processo e direcionar o ofício de resposta para o e-mail: **frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br**)*

Senhor(a) Juiz(a):

Comunico a Vossa Excelência que nos autos supramencionados foi penhorado o seguinte bem de propriedade da parte executada:

BEM(ns) PENHORADO(s):
- os imóveis matriculados sob n° **61.180 e 61.166** do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de **Novo Hamburgo/RS**

A presente comunicação se dá em razão de haver informação de leilão designado para venda dos imóveis que foram penhorados na presente execução, a qual possui crédito privilegiado diante da natureza propter rem.

- Proc. 5017875- 79.2013.8.21.0001

1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Atenciosamente,

Destinatário(s):
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

---

Documento assinado eletronicamente por **JULIANE PEREIRA LOPES, Juíza de Direito**, em 27/8/2022, às 8:33:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024393703v2** e o código CRC **b06ab21c**.

5003713-49.2018.8.21.0019 **10024393703 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__50
Data:
29/08/2022 15:40:30
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
56

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Excelência, compulsando os autos, em especial a matrícula atualizada (Evento 23, MATRIMÓVEL3), afere-se que:

1. O imóvel consta em nome do executado e de sua ex-esposa, que antecedeu o relacionamento mantido com a exequente, embora a exequente tenha ciência que tal imóvel por ocasião do referido divorcio ficou para o devedor. Assim requer a intimação do devedor para que acoste o formal de partilha / cópia do processo atinente ao referido divórcio;

2. Inobstante o pleito supra, considerando que imóvel consta registro em nome do executado e de sua ex-esposa Sra. Aurea Maria Machado (CPF/MF 187.576.260-49), requer-se a intimação da ex-esposa do mesmo no endereço abaixo descrito:
    - Rua Tiradentes, nº 81, apartamento 1203, bairro Independência, na cidade de Porto Alegre / RS. CEP: 90.560-030.

3. Seja intimado o Leiloeiro, a designar nova data para a praça dos bens, e ato continuo, expedido oficio aos processos abaixo descritos, noticiando a data das solenidades, a saber:
    - Processo nº 5017875-79.2013.8.21.0001 – 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Novo Hamburgo / RS (conversão em EPROC do processo originário nº 019/1.15.0004755-1) – av. 6 e av. 9 da matricula;
    - Processo nº 0020710-53.2015.5.04.0010 – 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre / RS – av. 10 da matrícula;

Rava e
Santa Maria
advogados

- Processo nº 5016467-40.2012.4.04.7100 – 23ª Vara Federal da Justiça Federal da Circunscrição de Porto Alegre / RS – av. 12 da matrícula.
- Processo nº 5003713-49.2018.8.21.0019 – 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Novo Hamburgo / RS (conversão em EPROC do processo originário nº 019/1.18.0016998-9) – av. 13 da matrícula;

Por fim, considerando a natureza das verbas devidas no presente feito e o expressivo montante objeto da execução, requer a maior celeridade possível no tramite do feito.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 29 de agosto de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__51
Data:
30/08/2022 01:54:03
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
30/08/2022 13:59:49
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
58

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

ATO ORDINATÓRIO

Pelo presente o Sr. Leiloeiro fica intimado para dar cumprimento ao despacho do evento 48:

"...Após, remetam-se os autos para o leiloeiro designado, para novo agendamento. Devendo ser observado, quando do cumprimento, a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem."

Documento assinado eletronicamente por **LUCELI CARDONA DA COSTA, Servidora de Secretaria**, em 30/8/2022, às 13:59:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024572169v2** e o código CRC **75a070db**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
30/08/2022 14:00:26
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
59
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
02/09/2022 00:00:00
Data Final:
26/09/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2022
REVOLUÇÃO FARROUPILHA: 20/09/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__59
Data:
01/09/2022 13:50:28
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
60

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__59
Data:
01/09/2022 13:50:28
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
61

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Número CNJ: 5017875-79.2013.8.21.0001
Exequente: M. B. P. S.
Executado(A): W. E. A.

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Público, Sr. **Cristiano da Rosa Schöntag**, devidamente registrado na Junta Comercial Estadual, sob o número matrícula AARC/328, telefones: **(51) 9.8126.2502**, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br**, nomeado Leiloeiro Público à estrita condição de Auxiliar da Justiça, em cumprimento ao respeitável mandado, vêm perante Vossa Excelência agradecer e **Aceitar Imediatamente Em Exercer As Funções De Leiloeiro Público Oficial** e, por oportuno, tecer algumas considerações acerca da **Natureza Alimentar da Verba Remuneratória e de Ressarcimento do Leiloeiro Oficial** nas hipóteses em que o mesmo já tiver iniciado os atos preparatórios dos Leilões.

Das Novas Inteligências e Boas Práticas que
Sustentam a Cultura de Efetividade dos Leilões Judiciais:

1. Reiterar imediato **Aceite ao Encargo de Leiloeiro Público** cuja remuneração será a mínima legal nos casos de arrematações e em demais hipóteses, pelas melhores práticas advindas com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) destacam os seguintes diferenciais da atualidade em leiloaria judicial.

2. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor.

> **Pelas previsões do Novo Código de Processo Civil, Leilões Judiciais ocorrem, preferencialmente, pela Rede Mundial de Computadores (Internet) possibilitando, assim, maior transparência, alcance e efetividade em seus resultados uma vez que divulgam, atendem e coletam lances durante todo o período/datas em que estiveram abertos >> 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem pausar em nenhuma ocasião nem mesmo feriados, nem finais de semana << tudo funcionando em tempo integral, com todos os esforços e dispêndios, responsavelmente, provisionados para disponibilizar ao uso de tantos interessados licitantes quantos surgirem. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor. Durante**

todos os dias, em média 40 e 50 dias é o período aberto de um leilão judicial, tudo funcionando literalmente "a pleno vapor".

3. Destacamos, com isso, que todos os esforços e trabalhos desenvolvidos por nosso Escritório seguem procedimentos comprometidos com as boas práticas de governanças e investimos, permanentemente, para que nossos profissionais estejam engajados nesses melhores protocolos, exercendo ações que resultem melhorias nas identificações, nos estudos e nas compreensões sobre as peculiaridades de cada um dos bens penhorados que nos incumbem leiloar. Através disso, temos conseguido propiciar, ao público em geral e aos interessados, veiculações informativas patrimonialmente mais adequadas, tanto em seus aspectos legais como também nos comerciais, logrando, consequentemente, um maior número de praceamentos com liquidações financeiras positivas de tal forma que os mesmos contraprestem Direitos/Obrigações garantidos em demandas que, muitas vezes, já transcorrem há longos anos em Seara Judicial.

4. Via de regra, em cada Venda Pública Judicial que assumimos somos, ao mesmo tempo, responsabilizados e nos responsabilizamos em efetivamente cumprir com um arcabouço de inúmeras atividades e todas dentro de um prazo médio de 60 (sessenta dias), entre seu início e seu fim.

5. Modelamos, inicialmente, um plano de negócios com estudos diretos e indiretos acerca de cada Bem a ser Praceado, identificamos suas caraterizações, regularidades ou não, levantamos suas atualizações documentais as esferas municipais, estaduais e federais, considerando eventuais débitos incidentais, apuramos as partes envolvidas, os procedimentos processuais que foram adotados, tudo, precipuamente, com a única e melhor proposição profissional de se levar ao Praceamento Público Bens Já Penhorados, **mas que além disso e ao tempo das suas inclusões em Editais Públicos dos Praceamento Judiciais contemplem, ainda, todos os requisitos necessários e fundamentais para Leilões regulares e resguardados por informações estruturais, descritivas, visuais e comprobatórias que melhor ofertem com Eficiência, Eficácia e Efetividade ao Mercado**.

> ***"O direito fundamental à efetividade do processo - que denomina também, genericamente, direito de acesso à justiça ou direito à ordem jurídica justa - compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos."*** *(Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 122, p. 291/296)*

6. **Em contrário sentido**, seria o caso de uma leiloaria praticada com posturas desidiosas, sem fomentar o seu preparo, o desenvolvimento e agisse como que aguardando que a venda ocorresse por si só, de forma eventual ou aleatória, resultariam, ainda mais, "descréditos" e onerariam sobremaneira as soluções/liquidações dos litígios que demandantes tanto esperam obter buscarem o Poder Jurisdicional do Estado. Por consequência, nessas hipóteses avessas às nossas práticas, agravariam o efetivo exercício da cidadania e da busca pela dignidade humana, fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nessa seara, lecionou Teori Albino Zavascki:

7. Feitas nossas considerações estruturais, entre condutas profissionais proeminentes e outras desidiosas, reiteramos que nossos atos profissionais se firmam na primeira situação supra referida pois são exercidos com comprometimentos e largos investimentos em efetividade da gestão e da qualidade na prestação jurisdicional, incluindo as melhores práticas em nossos serviços judiciários, auxiliares ou não, sempre com viés do aprimoramento de todos aqueles que manejam os instrumentos jurídicos, com vistas a aplacar a natural sede de justiça da sociedade. Trabalhamos com todo esse afinco em melhor prestar o que de um Leiloeiro Público se espera e, assim, também aguardamos por contraprestações em nossos esforços, trabalhos e investimentos realizados.

8. Em suma, fomentamos dentre nossos investimentos (dos recursos humanos, dos tecnológicos, do jurídicos e dos financeiros), expertises e estratégias de negócios que visem efetivamente à Venda do Bem, ou seja, a sua real liquidação financeira. Pelo arcabouço de tantas atividades e esforços despendidos, citaremos alguns:

- todos os trabalhos em estruturações das Ofertas Públicas, seus trâmites operacionais;
- questões documentais legais e financeiras;
- loteamentos dos bens;
- divulgações e publicidades;
- apregoamento(s) em auditório e/ou Internet;
- fechamentos financeiros e prestações de contas;
- orientações dos interessados por diversos canais de registros e comunicações como chats, e-mails, telefones, aplicativos;
- disponibilizações dos leilões através da Internet envolvendo recursos de tecnologias como banda expansível de conexões, data centers, servidores com dados criptografados;
- elaboração, envelopamento e distribuição de milhares de panfletos;
- postagens vias Correios;
- veiculações em jornais de grande circulação em variados formatos como texto e imagem;
- criação, produção e veiculação de vídeos;
- envio de campanhas através de e-mails marketings;
- notificações suplementares legais e pessoais das partes ** todas com Avisos de Recebimentos A.R;
- publicações dos Extratos dos Editais;
- ligações telefônicas à base de clientes e potenciais compradores;

- propagações em mídias eletrônicas e sociais com foco acentuado nas proximidades dos bens praceados;
- propiciamos, ainda, suporte permanente aos interessados tanto nos esclarecimentos de dúvidas como na entrega de documentos atualizados como Matrículas do Imóveis, Registros Municipais, Localizadores de Georreferencias entre outros.

Dos Itens Em Destaque Que Integrarão o Edital Público

E Que Sustentam A Efetividade Dos Leilões:

Destacamos, Vossa Excelência, quanto as previsões que anotaremos em Edital Público Unificado De Leilões Judiciais com base nos melhores entendimentos advindos pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015:

- **Da Taxa do Leiloeiro Oficial em 3,00%:** O Arrematante/Comprador, Adjudicante ou Requerente, nos casos em que houver Arrematação, Adjudicação ou Remição, pagará ao Leiloeiro Oficial, imediatamente, o valor total do arremate mais 3,00% (três por cento) sobre esse valor, à Vista, correspondente à Taxa da Comissão do Leiloeiro Oficial;
- **Venda Judicial Online**, exclusivamente virtual através da Internet, consignados em Edital Público em conformidade com a Lei 13.105/2015 e previsão em destaque à Natureza Alimentar da Verba Remuneratório do Auxiliar do Judiciário Leiloeiro Público;
- **Valores Mínimos de Venda** ou Lance Mínimo Inicial do(s) bem(ns) penhorado(s) de acordo com os termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito do Sr. Oficial de Justiça considerando não gerar preço vil na venda e já contemplando as pertinentes Atualizações dos seus Valores pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS (referência anotada em Edital):

    - O preço mínimo no primeiro leilão corresponde ao valor da avaliação 100% (cem por cento), ou não havendo arrematação, ao montante de **50% (cinquenta por cento) sobre tal importe, no segundo leilão**.

- **Das Formas de Pagamentos** do Arremate com o Poder Judiciário:
    - ***À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
    - ***Parcelado**: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação,** mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos. **A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada**

sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil). No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

- **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, **a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de Venda Judicial** (Parágrafo único, art. 889 do CPC).

Em breve juntaremos o Edital Público dos Leilões Judiciais com demais formalidades à regularidade do Ato e de forma a subsidiar publicações e procedimentos que fundamente os praceamentos ora sob nossos encargos.

Firmamo-nos fraternalmente,
Termos Pedimos
Acolhida e Deferimento.

Documento Digital, Capital em 01 de setembro de 2022.

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
08/09/2022 13:15:47
Usuário:
YSCHMIDT - YASMIM MARIA SCHMIDT - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
62

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5003713-49.2018.8.21.0019/RS

EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO MORADAS DA QUINTINO

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

Local: Novo Hamburgo **Data:** 26/08/2022

OFÍCIO Nº 10024393703

*(Ao responder, favor mencionar o nº do processo e direcionar o ofício de resposta para o e-mail: **frnovohamb3vciv@tjrs.jus.br**)*

Senhor(a) Juiz(a):

Comunico a Vossa Excelência que nos autos supramencionados foi penhorado o seguinte bem de propriedade da parte executada:

BEM(ns) PENHORADO(s):
- os imóveis matriculados sob n° **61.180 e 61.166** do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de **Novo Hamburgo/RS**

A presente comunicação se dá em razão de haver informação de leilão designado para venda dos imóveis que foram penhorados na presente execução, a qual possui crédito privilegiado diante da natureza propter rem.

- Proc. 5017875- 79.2013.8.21.0001

1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Atenciosamente,

Destinatário(s):
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Documento assinado eletronicamente por **JULIANE PEREIRA LOPES, Juíza de Direito**, em 27/8/2022, às 8:33:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10024393703v2** e o código CRC **b06ab21c**.

5003713-49.2018.8.21.0019 **10024393703 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
08/09/2022 15:46:06
Usuário:
DBSILVEIRA - DIOGO BUENO DA SILVEIRA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
63

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:
PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE
Data:
09/09/2022 16:57:46
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
64

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Remetam-se os autos ao leiloeiro designado para novo agendamento de data da hasta pública, devendo ser observado, quando do cumprimento, **a intimação das partes, dos demais credores, conforme as averbações na matrícula do imóvel, bem como de coproprietários, se existirem**.

Igualmente, quando do praceamento, oficie-se aos Juízos informados pela parte exequente (evento 56, DOC1), cientificando-os quanto ao prosseguimento da presente demanda e nova data dos leilções.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 9/9/2022, às 16:57:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10025085981v2** e o código CRC **43d673ce**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
09/09/2022 16:57:46
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
65
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
12/09/2022 00:00:00
Data Final:
03/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
REVOLUÇÃO FARROUPILHA: 20/09/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
09/09/2022 16:57:46
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
66
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
21/09/2022 00:00:00
Data Final:
11/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS
Suspensões e Feriados:
REVOLUÇÃO FARROUPILHA: 20/09/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
09/09/2022 18:30:11
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
67
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
14/09/2022 00:00:00
Data Final:
21/09/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Suspensões e Feriados:
REVOLUÇÃO FARROUPILHA: 20/09/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__65
Data:
09/09/2022 18:33:22
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
68

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__65
Data:
09/09/2022 18:33:23
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
69

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__67
Data:
13/09/2022 16:48:42
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
70

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__67
Data:
13/09/2022 16:48:43
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
71

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUÍZO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

5017875-79.2013.8.21.0001
Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre (RS)
Exequente: M. B. R. S.
Executado(a): W. E. A.

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Oficial, Sr. **Cristiano da Rosa Schöntag**, devidamente registrado na Junta Comercial Estadual, sob o número matrícula AARC/328, telefones: (51) 9.8126.2502, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br, nomeado Leiloeiro Público Oficial, em cumprimento ao respeitável mandado, vem perante Vossa Excelência agradecer e **(1) Reiterar o Aceite em Exercer com plenitude as Funções de Leiloeiro Público Oficial, (2) Juntar o Edital Público Unificado dos Leilões Judiciais**, contendo já os valores atualizados da avaliação como o mínimo de venda do bem(ns) penhorado(s) tanto pela Tabela Oficial quanto pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS para apreciação e deferimento e, por oportuno, tecer algumas considerações acerca **(3) Dos Fundamentos Que Sustentam A Cultura De Efetividade Em Leilões**.

Dos Fundamentos Que Sustentam A Cultura De Efetividade Em Leilões:

1. Reiterar o meu **Aceite ao Encargo de Leiloeiro Público** cuja remuneração será a mínima legal nos casos de arrematações e, em demais hipóteses, pelas melhores práticas advindas com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) o que abaixo se apresenta.
2. Na eventualidade de **Acordo/Pagamento (antes, durante ou após o leilão) que seja arbitrada a Comissão do Leiloeiro em 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor Atualizado da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão),** pelos termos das Ordens de Serviços e/ou pelas próprias Portarias expedidas pelas Comarcas estabelecendo os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências Provimento no. 31/99 da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimento advindo pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015 e pelos normativos da Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça, evitando-se o uso em vão do Poder Judiciário, cuja praxe de muitos executados é deixar para resolver na última hora em término momento.

Pelas previsões do Novo Código de Processo Civil, Leilões Judiciais ocorrem, preferencialmente, pela Rede Mundial de Computadores (Internet)

possibilitando, assim, maior transparência, alcance e efetividade em seus resultados uma vez que divulgam, atendem e coletam lances durante todo o período/datas em que estiveram abertos >> 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem pausar em nenhuma ocasião nem mesmo feriados, nem finais de semana << tudo funcionando em tempo integral, com todos os esforços e dispêndios, responsavelmente, provisionados para disponibilizar ao uso de tantos interessados licitantes quantos surgirem. A data aprazada, atualmente, serve somente como um referencial em demarcar o dia em que ocorrerá o encerramento/fechamento das disputas e a confirmação do vencedor. Durante todos os dias, em média 40 e 50 dias é o período aberto de um leilão judicial, tudo funcionando literalmente "a pleno vapor".

3. Destacamos, com isso, que todos os esforços e trabalhos desenvolvidos por nosso Escritório seguem procedimentos comprometidos com as boas práticas de governanças e investimos, permanentemente, para que nossos profissionais estejam engajados nesses melhores protocolos, exercendo ações que resultem melhorias nas identificações, nos estudos e nas compreensões sobre as peculiaridades de cada um dos bens penhorados que nos incumbem leiloar. Através disso, temos conseguido propiciar, ao público em geral e aos interessados, veiculações informativas patrimonialmente mais adequadas, tanto em seus aspectos legais como também nos comerciais, logrando, consequentemente, um maior número de praceamentos com liquidações financeiras positivas de tal forma que os mesmos contraprestem Direitos/Obrigações garantidos em demandas que, muitas vezes, já transcorrem há longos anos em Seara Judicial.

4. Via de regra, em cada Venda Pública Judicial que assumimos somos, ao mesmo tempo, responsabilizados e nos responsabilizamos em efetivamente cumprir com um arcabouço de inúmeras atividades e todas dentro de um prazo médio de 60 (sessenta dias), entre seu início e seu fim.

5. Modelamos, inicialmente, um plano de negócios com estudos diretos e indiretos acerca de cada Bem a ser Praceado, identificamos suas caraterizações, regularidades ou não, levantamos suas atualizações documentais as esferas municipais, estaduais e federais, considerando eventuais débitos incidentais, apuramos as partes envolvidas, os procedimentos processuais que foram adotados, tudo, precipuamente, com a única e melhor proposição profissional de se levar ao Praceamento Público Bens Já Penhorados, **mas que além disso e ao tempo das suas inclusões em Editais Públicos dos Praceamento Judiciais contemplem, ainda, todos os requisitos necessários e fundamentais para Leilões regulares e resguardados por informações estruturais, descritivas, visuais e comprobatórias que melhor ofertem com Eficiência, Eficácia e Efetividade ao Mercado**.

6. **Em contrário sentido**, seria o caso de uma leiloaria praticada com posturas desidiosas, sem fomentar o seu preparo, o desenvolvimento e agisse como que aguardando que a venda ocorresse por si só, de forma eventual ou aleatória, resultariam, ainda mais, "descréditos" e onerariam sobremaneira as soluções/liquidações dos litígios que demandantes tanto esperam obter buscarem o Poder Jurisdicional do Estado. Por consequência, nessas hipóteses avessas às nossas práticas, agravariam o efetivo exercício da cidadania e da busca pela dignidade humana, fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nessa seara, lecionou Teori Albino Zavascki:

> ***"O direito fundamental à efetividade do processo - que denomina também, genericamente, direito de acesso à justiça ou direito à ordem jurídica justa - compreende, em suma, não apenas o direito de provocar a atuação do Estado, mas também e principalmente o de obter, em prazo adequado, uma decisão justa e com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos."*** *(Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 122, p. 291/296)*

7. Feitas nossas considerações estruturais, entre condutas profissionais proeminentes e outras desidiosas, reiteramos que nossos atos profissionais se firmam na primeira situação supra referida pois são exercidos com comprometimentos e largos investimentos em efetividade da gestão e da qualidade na prestação jurisdicional, incluindo as melhores práticas em nossos serviços judiciários, auxiliares ou não, sempre com viés do aprimoramento de todos aqueles que manejam os instrumentos jurídicos, com vistas a aplacar a natural sede de justiça da sociedade. Trabalhamos com todo esse afinco em melhor prestar o que de um Leiloeiro Público se espera e, assim, também aguardamos por contraprestações em nossos esforços, trabalhos e investimentos realizados.

8. Em suma, fomentamos dentre nossos investimentos (dos recursos humanos, dos tecnológicos, do jurídicos e dos financeiros), expertises e estratégias de negócios que visem efetivamente à Venda do Bem, ou seja, a sua real liquidação financeira. Pelo arcabouço de tantas atividades e esforços despendidos, citaremos alguns:

- todos os trabalhos em estruturações das Ofertas Públicas, seus trâmites operacionais;
- questões documentais legais e financeiras;
- loteamentos dos bens;
- divulgações e publicidades;
- apregoamento(s) em auditório e/ou Internet;
- fechamentos financeiros e prestações de contas;
- orientações dos interessados por diversos canais de registros e comunicações como chats, e-mails, telefones, aplicativos;
- disponibilizações dos leilões através da Internet envolvendo recursos de tecnologias como banda expansível de conexões, data centers, servidores com dados criptografados;
- elaboração, envelopamento e distribuição de milhares de panfletos;
- postagens vias Correios;
- veiculações em jornais de grande circulação em variados formatos como texto e imagem;

- criação, produção e veiculação de vídeos;
- envio de campanhas através de e-mails marketings;
- notificações suplementares legais e pessoais das partes ** todas com Avisos de Recebimentos A.R;
- publicações dos Extratos dos Editais;
- ligações telefônicas à base de clientes e potenciais compradores;
- propagações em mídias eletrônicas e sociais com foco acentuado nas proximidades dos bens praceados;
- propiciamos, ainda, suporte permanente aos interessados tanto nos esclarecimentos de dúvidas como na entrega de documentos atualizados como Matrículas do Imóveis, Registros Municipais, Localizadores de Georreferencias entre outros.

Dos Itens Em Destaque Do Edital Público Que Sustentam A Efetividade Dos Leilões:

Pelas razões e fundamentos supra anotados e que embasam Diferenciais e Qualidades em ações diligentes com estratégias para leilões exitosos (com vendas efetivas), além dos inúmeros Custos envolvidos com as melhores práticas e governanças, tais como: Financeiros, Humanos, Estratégicos em Negócios, Materiais em Criação e Produção das Veiculações das Ofertas Públicas, Institucionais pelas Relações Comerciais envolvidas, enfim, **destacamos à Vossa Excelência quanto as previsões que anotamos no Edital Público Unificado De Leilões Judiciais com base nos melhores entendimentos advindos pela vigência do Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015:**

➢ ***Da Taxa do Leiloeiro Oficial em 5,00%:***

O Arrematante/Comprador, Adjudicante ou Requerente, nos casos em que houver Arrematação, Adjudicação ou Remição, pagará ao Leiloeiro Oficial, imediatamente, o valor total do arremate mais ***5,00% (cinco por cento) sobre esse valor, à Vista, correspondente à Taxa da Comissão do Leiloeiro Oficial****.*

➢ ***Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:***

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a ***2,5% (dois e meio por cento)*** *sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:*

Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora

- *I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do*

*equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);*

Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão

- *II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, hipótese em que competirá ao Credor o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).*

Do Protocolo Do Edital Público Unificado De Leilões Judiciais

Assim, **protocolamos o Edital Público Unificado de Leilões Judiciais** para apreciação e deferimento com vista ao imediato prosseguimento à Venda Pública já com as previsões, ordenamentos e requerimentos que seguem:

- Venda Judicial Online, exclusivamente virtual através da Internet, consignados em Edital Público em conformidade com a Lei 13.105/2015 e previsão em destaque à Natureza Alimentar da Verba Remuneratório do Auxiliar do Judiciário Leiloeiro Público;

- Valores Mínimos de Venda ou Lance Mínimo Inicial do(s) bem(ns) penhorado(s) de acordo com os termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito do Sr. Oficial de Justiça considerando não gerar preço vil na venda e já **contemplando as pertinentes Atualizações dos seus Valores pelo site Corregedoria Geral de Justiça do Estado CGJ/TJRS (referência anotada em Edital);**

- **Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:**

  a. ***À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
  b. *__Parcelado__: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação,** mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos. **A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea** (Art. 895 do Código de Processo Civil). No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o

exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

- **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, **a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de Venda Judicial** (Parágrafo único, art. 889 do CPC).

Firmamo-nos fraternalmente,
Termos Pedimos
Acolhida e Deferimento.

Documento Digital, Estado RS, Capital em 08/09/2022.

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

Edital de Leilões Judiciais e Intimações

Duas Datas = 1º e 2º Leilões no mesmo dia
separadas pelo intervalo de 15 minutos entre uma e outra.
Modalidade Online (Registro nº 22.102)
Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)

Já Aberto para Lances Prévios até a Data do Apregoamento Virtual

Observações Obrigatórias À Participação:

* Cadastramento prévio ao Leilão Online é **obrigatório** (até 24 horas antes da data agendada).
* Os cadastros efetuados deverão estar aprovados no endereço eletrônico: **www.LeiloeiroPublico.com.br**.
* O **horário** previsto no Edital é **referencial** para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da **Tela de Lances**.
* **Não** se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.

1 - Da Realização dos Leilões, Datas, Horários e Local:

O **Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre,** CNPJ: 89.522.064/0001-66, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, Carmen Lucia Santos Da Fontoura, Autos do Processo nº: 5017875-79.2013.8.21.0001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilões Públicos Judiciais nos termos do Novo Código de Processo Civil (Lei n°. 13.105/2015), do tipo Maior Lance e Oferta e de forma **Online (via Internet já aberto para lances prévios e também na data do apregoamento virtual)** do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s). Os interessados deverão participar exclusivamente pela Rede Mundial de Computadores, a Internet, em **www.LeiloeiroPublico.com.br**.

- **Data do 1º Leilão Público:** **18/11/2022 (6ª feira)**
- **Horário:** **14h00min.*** a partir deste horário será o apregoamento virtual.
- Do Valor do Bem: Valor igual ou superior a avaliação do bem + 5,00%.

- **Data do 2º Leilão Público:** **18/11/2022 (6ª feira)**
- **Horário:** **14h15min.*** a partir deste horário será o apregoamento virtual.
- Do Valor do Bem: A quem mais der, desde que não seja preço vil + 5,00%

- **Tipo:** **Exclusivamente Leilão Online (via Internet).**
- **Participar Online:** **www.LeiloeiroPublico.com.br**

2 - Das Disposições Gerais:

O interessado que licitar deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições Gerais e dispostas no Edital Público. Para participação de forma **Online (via Internet)** deverá o interessado efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro Público, enviar a documentação necessária e anuir às regras de participação dispostas para obtenção de **"Login" e "Senha"**. Essas etapas definem a **Habilitação** do Usuário/Licitante propiciando condições de validade de homologação em todos os registros de lances ou ofertas de compras. O Leilão Público está a cargo da Plataforma Online de Vendas Públicas: **www.LeiloeiroPublico.com.br,** devidamente firmados entre as partes e como assistente técnico responsável o Leiloeiro Público Oficial Cristiano da Rosa Schöntag regularmente matriculado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e à Junta Comercial Estadual (AARC/328). Demais informações poderão ser solicitadas pela **Central de Atendimento** em e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br** ou Telefones/WhatsApp: **(48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502**.

3 - Das Condições de Participação:

- Pessoa Física: Documento de identificação (RG ou CNH) e CPF e Comprovante de Endereço emitido há no máximo 60 (sessenta dias) da data de realização do(s) Leilão(ões).

- Pessoa Jurídica: Cartão de CNPJ; Estatuto/Contrato Social e Alterações (se for o caso) e todos os documentos exigidos do participante "Pessoa Física".

4 - Das Condições da Venda:

O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o Apregoamento Virtual de cada Lote/Bem, passando-se um a um e podendo ainda anotar registros de lances e disputas (mesmo após este horário) e até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens e/ou áudios da Tela de Lances. Reforçamos que Plataforma Online de Vendas Públicas e seu Assistente Técnico fazem uso do Apregoamento Virtual do(s) Lote(s)/Bem(ns). Em contrapartida, não são leilões meramente eletrônicos nem tampouco de cronometragem regressiva ao encerramento do(s) Lote(s)/Bem(ns). A figura humana do Leiloeiro Público é imprescindível à Licitação e baliza todo o processo, do início ao fim. O(s) Lote(s)/Bem(ns) será(ão) vendido(s) a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados) o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade. O interessado declara ter ciência de que o Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados), a Plataforma Online de Vendas Públicas e o seu Assistente Técnico Leiloeiro Público não garantem a regularidade de mecânica, de motor, de elétrica, de eletrônica ou de hidráulica do(s) Lote(s)/Bem(ns) nem mesmo dos seus componentes dispostos nesta(s) Oferta(s) Pública(s). Por isso, deverão verificar as suas condições "*in loco*", pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento acerca de suas características ou do estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) adquirido(s). A venda será celebrada em caráter "Ad Corpus", ou seja, não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar

desconhecimento das condições, características e estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) deste(s) Leilão(ões), não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

5 – Dos Débitos Incidentes sobre o(s) Lote(s)/Bem(ns) e Obrigações:

No caso de **Bens Imóveis**, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres de eventuais Hipotecas, Penhoras e Débitos Tributários cujo fato gerador seja a Propriedade, o Domínio Útil ou a Posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria uma vez que se sub-rogam sobre o respectivo Valor da Arrematação, ou seja, serão quitados com o produto da venda nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. No caso de **Bens Móveis**, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres eventuais débitos de Licenciamento, Multas por Infração de Trânsito, IPVA e DPVAT nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem. Os atos necessários para a expedição de Carta de Arrematação (Imóveis) ou da Ordem de Entrega (Móveis), Registro(s), ITBI(s), Imissão(ões) na(s) Posse(s) e demais providências serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos já estão atualizados até a data da publicação de abertura da Venda Judicial. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aa(s) Lote(s)/Bem(ns) desta(s) Venda(s) Pública(s), por força da(s) arrematação(ões).

6 – Dos Tipos de Lances Especiais:

Plataforma Online de Vendas Públicas é estruturada para o recebimento de lance(s) **Online (pela Internet)**. Para confirmar o registro de lance(s), na Tela de Lances, o Interessado/Licitante poderá fazer acessando os botões pré-determinados com seus valores mínimos ou através do campo "Lance Livre" que possibilita digitar qualquer valor superior ao mínimo atual. Destaca-se, ainda, o comando denominado **Lance Automático/Robô**: por essa ferramenta o Interessado/Licitante poderá programar lances automáticos (**Ligar Robô**) e garantir que incrementos sejam lançados, automaticamente, em seu favor durante a(s) disputa(s) do(s) Leilão(ões), sem que o seu valor máximo estipulado seja ultrapassado. Uma vez que outro interessado não cubra o maior lance dado pelo "**Robô**" então este vence a disputa. O "**Lance Automático/Robô**" é um valor estipulado como teto para o arremate do Lote/Bem e, também, protegerá suas ofertas e disputas contra eventuais faltas de energia ou quedas de conexão de Internet. Estipule o seu teto e clique no botão "**Ligar**".

7 - Da Visitação do(s) Lote(s)/Bem(ns) Leiloado(s):

As fotos do(s) Lote(s)/Bem(ns) divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, visitação prévia à realização do Leilão. Consulte sobre Visitação pelo "Suporte Online" ou através do e-mail contato@leiloeiropublico.com.br.

- **NOVO HAMBURGO (RS):** Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

>> Processo Judicial <<

8 - Do Pagamento do(s) Lote(s)/Bem(ns) Arrematado(s):

O **Valor Garantidor Imediato** exigido é **À Vista, a título de Sinal/Caução/Liquidação**, sobre o valor total do bem arrematado e deverá ser quitado por meio de **Transferência Eletrônica (TED ou PIX)** em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. Grifamos que a Plataforma Online de Vendas Públicas utiliza Conta Oficial que somente aceita Transferência Eletrônica (TED ou PIX). No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do Arrematante/Comprador.

Parcelamento do Pagamento: Conforme Artigo 895 do Código de Processo Civil (CPC), o bem poderá ser adquirido em parcelas. No entanto, o interessado em adquirir o bem penhorado deverá estar atento aos termos do Parágrafo 1º do artigo supra: *"A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do lance à vista e o **restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, **garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis**, e por **hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis**"*, tudo sujeito à *Apreciação e Deferimento Judicial.

- Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:

- ✓ **À Vista**: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
- ✓ **Parcelado**: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do **Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação**, mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas do Saldo Remanescente em **até 30 parcelas (Máximo ou Menos)** atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC/IBGE, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos.

- A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil).
- No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

9 - Do Julgamento e Preferência entre Propostas:

O lance vencedor será o de **Maior Valor**, independentemente da forma de pagamento (se à vista ou parcelado), sendo que, em caso de empate, terá preferência o lance à vista ou que proponha o **menor número de parcelas**. Caso, ainda assim, coincida o número de parcelas, terá preferência o lance que oferecer **maior valor a título de entrada**, salvo determinação judicial em sentido diverso.

10 – Da Taxa Pública da Venda Judicial do Leiloeiro Oficial em 5,00%:

O Arrematante/Comprador pagará, no ato do arremate, mais o **Valor** correspondente **a 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do arremate a título de Taxa de Comissão da(s) Venda(s) Pública(s).** Esse valor é excedente ao valor do arremate ofertado do item anterior e compõe o **Valor Garantidor Imediato**.

Atenção: Somente Registre Lance se Tiver Certeza. A Plataforma Online www.LeiloeiroPublico.com.br não cancela nem anula **os lances efetuados uma vez que são Irrevogáveis, Irretratáveis** e significam compromisso assumido perante esta Licitação Pública nos termos da Lei Federal. Todos os lances efetuados são de sua inteira responsabilidade e ficarão registrados no sistema com data e horário que forem lançados, inclusive os lances automáticos (robôs). **O arremate é uma ordem de pagamento à vista**, excepcionalmente para o arremate Online, será aceito o prazo de até 12 (doze) horas para a comprovação do pagamento. Caso não ocorra, o lote será repassado ao segundo melhor lance ou aos demais, sucessivamente, até a confirmação. O devedor será encaminhado à cobrança do valor inadimplido com acréscimos, multas, restrição à conta do sistema, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças extrajudiciais e judiciais, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores. **Leia com atenção todos os termos do Edital de Venda Pública.**

11 – Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:

- **Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora**

  I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, **hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro**, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);

- **Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão**

  II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, **hipótese em que competirá ao Credor** o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a **2,5% (dois e meio por cento)** sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).

12 – Das Advertências Gerais:

a) Ficam intimadas as partes, os executados e seus cônjuges, se casados forem, o credor com garantia real/hipotecária ou com penhora anteriormente averbada, os usufrutuários ou o senhorio direto havendo, pelo presente Edital De Leilões Judiciais E Intimações para todos os atos aqui mencionados, caso se encontrem em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizados pelo Oficial de Justiça (Artigo 889 do Código de Processo Civil);

b) Se o Arrematante/Comprador não honrar com o pagamento no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (Art. 897 do Código de Processo Civil), aplicando-se lhe multa, o qual se reverterá em favor do credor e responderá pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão do leiloeiro.

c) Assinado o Auto de Arrematação pelo Juiz, pelo Arrematante/Comprador e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (Art. 903 do Código de Processo Civil).

d) **Se o executado for revel e não tiver advogado constituído**, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a **intimação considerar-**

se-á feita por meio do Próprio Edital De Leilão (parágrafo único, Art. 889 do Código de Processo Civil).

13 – Da(s) Transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns):

A(s) transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser efetuada(s) dentro do prazo legal, sendo as expensas do Arrematante/Comprador. A(s) transferência(s) de propriedade(s) será(ão) feita(s), única e exclusivamente, para a(s) pessoa(s) do(s) Arrematante(s)/Comprador(es).

14 - Das Disposições Finais:

A Plataforma Online de Vendas Públicas pelo qual se está realizando a(s) Oferta(s) Pública(s) e o seu e Assistente Técnico Leiloeiro Oficial são meros mandatários do Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotadas), não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens ora em Leilão, nem tampouco pelo pagamento de impostos/tributos ou outros. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é passado o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo. Demais informações poderão ser solicitadas pela **Central de Atendimento** em e-mail: **contato@leiloeiropublico.com.br** ou Fones/WhatsApp: **(48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502**. O referido neste Edital de Leilões Judiciais e Intimações é verdade, do que dou fé pública. Documento Digital, Estado RS, Capital em **08 de setembro de 2022.**

Plataforma Online de Vendas Públicas
www.LeiloeiroPublico.com.br

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul
Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
Carmen Lucia Santos Da Fontoura
Juiz(a) de Direito

Anexo
Relação de Bens e Lotes

Lote	Descrição do Bem	Lance Mínimo
1	**NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²** **Matrícula 61.180 (RI – Novo Hamburgo (RS)):** O apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001. **Ônus, Averbações ou Registros em Matrícula Imobiliária: Av.6/61.180 em 08/04/2015:** Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. **Av.9/61.180 de 26/09/2017:** Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. **Av.10/61.180 de 04/12/2017:** Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. **Av.11/61.180 de 19/03/2018:** Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. **Av.12/61.180 de 27/06/2019:** Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre,	**1º Leilão em 18/11/2022 14h00min.** **R$ 1.458.000,00** **2º Leilão em 18/11/2022 14h15min.** **R$ 729.000,00** Vide termos do Edital*

RS, do processo nº 50164674020124047100. **Av.13/61.180 de 29/10/2018:** Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado. **Av.16/61.180 de 06/07/2022:** De conformidade com o termo de penhora expedido pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 500371349.2018.8.21.0019/RS, na qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quitino e executado W. E. A.

Da Atualização da Avaliação do Bem: O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 08/09/2022 às 11h39min.

Endereço de Visitação: NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

5017875-79.2013.8.21.0001

Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Exequente: M. B. R. S.

Executado(a): W. E. A.

>> Processo Judicial <<

Condições Gerais: a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para

	móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês**, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.	

* O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances. * Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 71, MATRIMÓVEL3, Página 1

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

FLS.	MATRÍCULA
1	61.180

Novo Hamburgo, 17 de novembro de 1993

IMÓVEL: O Apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com área real privativa de 263,757 metros quadrados, área real total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos.
PROPRIETÁRIO: Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, casado no regime da comunhão universal de bens com Áurea Maria Machado Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Neto nº 54, apartamento 204.
PROCEDÊNCIA : Matrícula nº 34.682, do livro nº 2, datada em 08.02.1984.
TÍTULO: Individualização.
FORMA DE TÍTULO: requerimento firmado em 20 de outubro de 1993, e documentos apresentados.
VALOR ATRIBUÍDO À UNIDADE: CR$13.000.000,00.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.236, de 20.10.1993.

AV 1- 61.180- Vide convenção de condomínio, registrada no livro nº 3, sob R - 4430.
Data supra. O Oficial:
AL.Prot.nº: 148.237, de 20.10.1993.

AV 2- 61.180 - De conformidade com documentos apresentados, os adquirentes Wilson Edison Alano e sua mulher Áurea Maria Machado --- Alano, mencionados na presente matrícula, se separaram conforme -- sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Sérgio Vanderlei Pires, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Pelotas - RS, datada de 23.04.1996, transitada em julgado em 08.05.1996, passando ela --- mulher a usar o nome de Áurea Maria Machado.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.180, de 14.05.1999.

AV 3- 61.180 - CAUÇÃO LOCATÍCIA:
De conformidade com contrato particular de locação de imóvel não - residencial, firmado em 01 de maio de 1999, em que é locadora Solidez Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 88.756.531/0001-50, estabelecida em Porto Alegre, RS, na rua Dona Laura nº 707, sala 707, neste ato representada por seu sócio-gerente Sr. Isaac Iochpe; locatária Farmácia Dermatológica Ltda., pessoa jurídica de direito privado -- inscrita no CGC/MF sob nº 87.448.833/0001-06, estabelecida na rua-

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:02/09/2022 13:23:40

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 71, MATRIMÓVEL3, Página 2

15 de novembro nº 622, na cidade de Pelotas-RS, neste ato representada por seus sócios Sr. Wilson Edison Alano e Sra. Áurea Maria Machado; e como caucionantes Wilson Edison Alano, brasileiro, farmacêutico, separado judicialmente, inscrito CPF sob nº 148.220.910-15, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiúva nº 190, apto 301, nesta cidade; e Áurea Maria Machado, brasileira, sócia de empresa, separada judicialmente inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, residente e domiciliada na rua Vereador Volnei Vieira nº 100, na cidade de Pelotas, RS; tem entre si justo e contratado a locação da loja para fins não residenciais, localizada na rua dos Andradas nº 1758, em Porto Alegre-RS, mediante as cláusulas e condições que seguem: PRIMEIRA: O prazo da locação é de 03 anos, com início em 10 de maio de 1999 e término em 09 de abril de 2.002. Esgotado o prazo ora ajustado de vigência do contrato se a Locatária, sem oposição da Locadora, permanecer no imóvel por mais de 30 dias, ficará prorrogada por prazo indeterminado a locação; SEGUNDA: o aluguel mensal convencionado é de R$4.000,00, com vencimento no último dia de cada mês, devendo ser pago pela locatária, até o dia 05 do mês seguinte ao vencido, no caixa da administradora ou onde e a quem a locadora indicar por escrito. OITAVA: os fiadores sr. Wilson Edison Alano e sra. Áurea Maria Machado dão em caução o imóvel objeto da presente matrícula, para garantia das obrigações decorrentes do presente contrato. Demais condições: as do contrato.
Novo Hamburgo, 20 de maio de 1999.
A Oficiala:
L. Prot. nº 192.181, de 14.05.1999.
R$ 234,60

R 4- 61.180 - PENHORA:
DEVEDORES: Wilson Edison Alano, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Quintino Bocaiuva, nº 190, apto. 301, e Aurea Maria Machado Alano, residente e domiciliada em Pelotas, RS, na rua Ver. Wolnei Vieira, nº 100.
CREDOR: Manglio Maria Gobbi.
FORMA DE TÍTULO: mandado de registro de penhora, expedido em 24 de julho de 2000 e auto de arresto e depósito, expedido em 01 de março de 2000, ambos pela 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo. Processo nº 190 0568915.
VALOR: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 08 de agosto de 2000.
A Escr. Aut.:
JS.Prot.nº 203.421, de 31.07.2000.
R$ 237,70

AV 5- 61.180 - De conformidade com Ofício nº 2564/2008, expedido em 12 de setembro de 2008, pela 18ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de Porto Alegre, RS, fica cancelada a penhora objeto do R 4- 61.180. Valor: R$61.864,96.
Novo Hamburgo, 16 de setembro de 2008.
A Escr. Aut.:
EO.Prot.nº 276.907, de 15.09.2008.
Emolumentos: R$138,00. Selo: 0396.07.0700003.03480 - R$6,00.

AV 6- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 08 de abril de 2015, pela Distribuição da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 615-A,

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:02/09/2022 13:23:40

Lei nº 11.382/2006, a distribuição em 08.04.2015 da ação de execução de título executivo extrajudicial, processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída à 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, inserito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 29 de abril de 2015.
Escrevente:
CT.GC.Prot.nº 354.189, de 16.04.2015.
Emolumentos: R$27,30, Selo: 0396.03.1500001.00669 = R$0,55. Processamento Eletrônico de Dados: R$3,60, Selo: 0396.01.1400003.74962 = R$0,30.

AV 7- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 15.03.2016, tendo como emissora a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade 201603.1511.00118992-IA-050, processo nº 50582158620114047100.
Novo Hamburgo, 15 de março de 2016.
Escrevente:
CT.AC.Prot.nº 364.935, de 15.03.2016.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500001.23982 = R$0,70.

AV 8- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, que fica cancelada a indisponibilidade objeto da AV 7-61.180, conforme ordem de cancelamento emitida via CNIB.
Novo Hamburgo, 10 de julho de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 378.533, de 07.07.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.12329 = R$2,70.

AV 9- 61.180 - De conformidade com Termo de redução de bens à penhora, expedido em 26 de setembro de 2017, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), natureza: execução de título extrajudicial, em que é exequente Sergio Davi Peteffi, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 063.370.310-91 e executado Wilson Edison Alano, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor do débito de R$30.334,39.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.
Escrevente:
CT.AL.Prot.nº 383.282, de 30.11.2017.
Emolumentos: R$119,70, Selo: 0396.06.1100001.31761 = R$24,50. Processamento Eletrônico de Dados: R$4,50, Selo: 0396.01.1700001.55129 = R$1,40.

AV 10- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos do Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 04.12.2017, tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201712.0414.00413312-IA-800, processo nº 00207105320155040010.
Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2017.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:02/09/2022 13:23:40

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001/RS, Evento 71, MATRIMÓVEL3, Página 4

Novo Hamburgo, de de

Escrevente: Gilvânia Luz de Souza
CT.GC.Prot.nº 383.398, de 04.12.2017.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.03.1500003.28875 = R$2,70.

AV 11- 61.180 - De conformidade com termo de redução de bens à penhora, expedido em 19 de março de 2018, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ: 0080549-81.2013.8.21.0001), natureza: Execução de Alimentos - Art. 732 do CPC, em que é exequente Margareth Boemeke Pereira da Silva e executado Wílson Édison Alano, brasileiro, separado, nascido em 05.05.1948, filho de Wilson Alano e Guiomar Medeiros Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$10.848,00.
Novo Hamburgo, 18 de maio de 2018.
Escrevente:
AV.AC.Prot.nº 388.159, de 03.05.2018.
Emolumentos: R$90,40, Selo: 0396.06.1100001.33040 = R$24,50. Artigo 98, § 1º, IX, da Lei nº 13.105/2015.

AV 12- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos dos Prov. 24/2014-CGJ e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 27.06.2019, tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201906.2713.00850323-IA-680, processo nº 50164674020124047100.
Novo Hamburgo, 28 de junho de 2019.
Escrevente: Gilvânia Luz de Souza
LC.AM.Prot.nº 403.191, de 27.06.2019.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.04.1100001.43292 = R$3,30.

AV 13- 61.180 - Procede-se esta averbação de conformidade com certidão, expedida em 24 de setembro de 2020, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, para noticiar, nos termos do art. 828 do Código de Processo Civil, que em 29.10.2018, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.18.0016998-9 (CNJ: 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quintino e executados Wílson Édison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15 e Áurea Maria Machado, inscrita no CPF sob nº 187.576.260-49, com valor da causa de R$22.820,06.
Novo Hamburgo, 21 de outubro de 2020.
Escrevente: Gilvânia Luz de Souza
YK.GC.Prot.nº 418.072, de 01.10.2020.
Emolumentos: R$37,20, Selo: 0396.04.2000001.08006 = R$3,30. Processamento Eletrônico de Dados: R$5,00, Selo: 0396.01.1900001.96351 = R$1,40.

AV 14- 61.180 - Conforme disposto no Art. 3º, do Provimento nº 89/2019 do Conselho Nacional de Justiça, esta matrícula possui o Código Nacional de Matrícula - CNM: 09768.2.0061180-77.
Novo Hamburgo, 23 de junho de 2022.
Escrevente: Gilvânia Luz de Souza
MP.AG.
Emolumentos: Nihil, Selo: 0396.04.2000002.04654 = R$4,40.

AV 15- 61.180 - Procede-se esta averbação para fazer constar na presente matrícula, nos termos dos

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:02/09/2022 13:23:40

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS
LIVRO Nº. 2 - REGISTRO GERAL

FLS.	MATRÍCULA
3	61.180

Novo Hamburgo, de de

Prov. 24/2014-CGJ/RS e Prov. 39/2014-CNJ, a ordem de indisponibilidade dos bens de Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, datada de 10.06.2022, tendo como emissora a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 202206.1019.02193044-IA-450, processo nº 00205666520145040026.
Novo Hamburgo, 23 de junho de 2022.
Escrevente: Gilmara Luz de Souza
MP.AG.Prot.nº 440.837, de 13.06.2022.
Emolumentos: R$44,40, Selo: 0396.04.2000002.04655 = R$4,40.

AV 16- 61.180 - De conformidade com termo de penhora, expedido em 29 de maio de 2022, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado, nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 500371349.2018.8.21.0019/RS, na qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quintino, inscrito no CNPJ sob nº 86.825.908/0001-50, e executado Wilson Edison Alano, inscrito no CPF sob nº 148.220.910-15, com valor da ação de R$22.820,06.
Novo Hamburgo, 06 de julho de 2022.
Escrevente: Gilmara Luz de Souza
AV.AG.Prot.nº 441.322, de 22.06.2022.
Emolumentos: R$109,40, Selo: 0396.06.1100001.42912 = R$32,30. Processamento Eletrônico de Dados: R$6,00, Selo: 0396.01.2100001.51145 = R$1,80.

PARA SIMPLES CONSULTA SEM VALOR COMO CERTIDÃO - PARA SIMPLES CONSULTA

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.onr.org.br)-Visualizado em:02/09/2022 13:23:40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
EXPEDICAO_DE_CARTA_PELO_CORREIO___1_CARTA
Data:
14/09/2022 18:16:33
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
72

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Local: Porto Alegre **Data:** 14/09/2022

CARTA AR DE INTIMAÇÃO -LEILÃO/PRAÇA

Senhor(a):

Vossa Senhoria fica intimado(a) da designação da(s) data(s) abaixo para a venda, em hasta pública. Bem(ns) penhorado(s): Imóvel apartamento nº 301 do Edifício Moradeas da Quintino, localizado na Rua Quintino Boacaíuva, nº 190, melhor descrito na matrícula 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS. **Executado Wilson Edison Alano.**

Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 às 14 horas eData do 2º Leilão Público: 18/11/2022 às 14:15 horas.

LOCAL:Exclusivamente Leilão Online (via Internet). ➢ Participar Online: www.LeiloeiroPublico.com.br

Destinatário: AUREA MARIA MACHADO, CPF: 187.576.260-49
Endereço(s):
RUA TIRADENTES, 81, 1203 - , INDEPENDENCIA, PORTO ALEGRE/RS - 90560030 (Residencial)

O acesso aos autos pode ser realizado no site https://www.tjrs.jus.br acessando o menu "Processos e Serviços", logo após, "Consultas Processuais" e após, "Acompanhamento Processual", informando o Nº Processo **5017875-79.2013.8.21.0001** e a Chave do processo **438461952020**.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO, Servidor de Secretaria** , em 14/9/2022, às 18:16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10025440368v3** e o código CRC **e4431d40**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/09/2022 18:18:17
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
73
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
15/09/2022 00:00:00
Data Final:
06/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
REVOLUÇÃO FARROUPILHA: 20/09/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/09/2022 18:18:17
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
74
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/09/2022 00:00:00
Data Final:
18/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS
Suspensões e Feriados:
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__73
Data:
14/09/2022 18:34:37
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
75

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__73
Data:
14/09/2022 18:34:38
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
76

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Ciente das datas para praceamento do bem, requer ao credora o cumprimento da ultima parte do despacho do evento 64, sendo promovida a célere expedição dos ofícios aos processos abaixo descritos, noticiando a data das solenidades, a saber:

- Processo nº 5017875-79.2013.8.21.0001 – 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Novo Hamburgo / RS (conversão em EPROC do processo originário nº 019/1.15.0004755-1) – av. 6 e av. 9 da matricula;
- Processo nº 0020710-53.2015.5.04.0010 – 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre / RS – av. 10 da matrícula;
- Processo nº 5016467-40.2012.4.04.7100 – 23ª Vara Federal da Justiça Federal da Circunscrição de Porto Alegre / RS – av. 12 da matrícula.
- Processo nº 5003713-49.2018.8.21.0019 – 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Novo Hamburgo / RS (conversão em EPROC do processo originário nº 019/1.18.0016998-9) – av. 13 da matrícula;

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 14 de setembro de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

(51) 3012.5859 (51) 992.318.361 rsm@ravasm.com.br
Rua Gutemberg, 151, SL. 805, Condomínio Neo 360 Corporate
Bairro Petrópolis em PortoAlegre, CEP 91310-010
ravasm.com.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__66
Data:
19/09/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
77

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
21/09/2022 13:09:10
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
78

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Local: Porto Alegre **Data:** 14/09/2022

OFÍCIO Nº 10025417467

(Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(íza)

Informo à Vossa Excelência que foi marcado Leilão, on line, do bem penhorado nos autos em epigrafe, o Imóvel apartamento nº 301 do Edifício Moradeas da Quintino, localizado na Rua Quintino Boacaíuva, nº 190, melhor descrito na matrícula 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS, na referida matrícula consta a referência R4 - Penhora - **Processo número 1900568915 da 4ª Vara Cível de Novo Hamburgo, RS.**

Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 às 14 horas

Data do 2º Leilão Público: 18/11/2022 às 14:15 horas.

LOCAL: Exclusivamente Leilão Online (via Internet). ➢ Participar Online: www.LeiloeiroPublico.com.br.

Executado: Wilson Edison Alano CPF 148.220.910-15.

Atenciosamente**,**

Ao(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juíz(íza) de Direito

4ª Vara Cível

Comarca de Novo Hamburgo/RS

Email: frnovohamb4vciv@tjrs.jus.br

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 20/9/2022, às 18:27:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código

verificador **10025417467v8** e o código CRC **217b01e1**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
21/09/2022 13:10:08
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
79

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

21/09/2022 13:10:07

De: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Para: frnovohamb4vciv@tjrs.jus.br
Assunto: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Boa tarde

Anexo envio por ordem da Dra. Carmen Lucia Santos da Fontoura, Juíza de Direito, da Primeira Vara de Família, ofício para providência.
Solicito seja confirmado o recebimento.

Atenciosamente,

Maria Luiza Garcia Peruzzo
Técnica Judiciária
1ª Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Anexos
Evento 78-OFIC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
21/09/2022 13:12:14
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
80

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Local: Porto Alegre **Data:** 14/09/2022

OFÍCIO Nº 10025436898

(Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(íza)

Informo à Vossa Excelência que foi marcado Leilão, on line, do bem penhorado nos autos em epigrafe, o Imóvel apartamento nº 301 do Edifício Moradeas da Quintino, localizado na Rua Quintino Boacaíuva, nº 190, melhor descrito na matrícula 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS, na referida matrícula consta a referência AV12 - Penhora - **Processo número 50164674020124047100 da 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201906.2713.00850323-IA-680.**

Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 às 14 horas

Data do 2º Leilão Público: 18/11/2022 às 14:15 horas.

LOCAL:Exclusivamente Leilão Online (via Internet). ➢ Participar Online: www.LeiloeiroPublico.com.br.

Executado: Wilson Edison Alano CPF 148.220.910-15.

Atenciosamente**,**

Ao(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juíz(íza) Federal

23ª Vara Federal

Comarca de Porto Alegre/RS

Email: rspoa23@jfrs.jus.br

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 20/9/2022, às 18:27:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10025436898v3** e o código CRC **b86177c6**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
21/09/2022 13:13:08
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
81

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

21/09/2022 13:13:07

De: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Para: rspoa23@jfrs.jus.br
Assunto: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Boa tarde

Anexo envio por ordem da Dra. Carmen Lucia Santos da Fontoura, Juíza de Direito, da Primeira Vara de Família, ofício para providência.
Solicito seja confirmado o recebimento.

Atenciosamente,

Maria Luiza Garcia Peruzzo
Técnica Judiciária
1ª Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Anexos
Evento 80-OFIC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__74
Data:
24/09/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
82

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
04/10/2022 07:21:28

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Sequência Evento:
83

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

CDIP-FNS/SE-SC
LOTE: 4513
20/09/2022

TJ/RS

AR
9912359781/2014-DR/RS/SC
TJ/RS
Correios

DESTINATÁRIO:
AUREA MARIA MACHADO
RUA TIRADENTES 81 1203 -
INDEPENDENCIA
Porto Alegre - RS
90560-030

AR612227842WX

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

22 AGO 2022
SE/RS
BH

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se	5 Recusado
2 Endereço Insuficiente	6 Não Procurado
3 Não Existe o Número	7 Ausente
4 Desconhecido	8 Falecido
9 Outros ______	

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR
Antonio Soares
CARTEIRO
MAT ...69537

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
22-09-22

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

OS: 173199 / CX: 1 / SEQ: 000627 / PAG: 1253
20092022_E-CARTA_14161_4513_OS_671793

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__66
Data:
12/10/2022 01:11:55
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__74
Data:
19/10/2022 01:09:50
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
85

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 86

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___PRIORIDADE___31_10_2022___CM0001
Data:
21/10/2022 10:38:10
Usuário:
ALSOUZA - ANA LUISA MERCIO LOREDO SOUZA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
86

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Tipo de Ação: Alimentos
Local: Porto Alegre **Data:** 21/10/2022

MANDADO DE INTIMAÇÃO - LEILÃO/PRAÇA

Mandado Nº: 10027435570

Senhor(a):

Vossa Senhoria fica intimado(a) da designação da(s) data(s) abaixo para a venda, em hasta pública. Bem(ns) penhorado(s): Imóvel apartamento nº 301 do Edifício Moradeas da Quintino, localizado na Rua Quintino Boacaíuva, nº 190, melhor descrito na matrícula 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS. **Executado Wilson Edison Alano.**

Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 às 14 horas eData do 2º Leilão Público: 18/11/2022 às 14:15 horas.

LOCAL:Exclusivamente Leilão Online (via Internet). ➢ Participar Online: www.LeiloeiroPublico.com.br

Destinatário: AUREA MARIA MACHADO, CPF: 187.576.260-49
Contatos: (#)EMAILTELEFONEDESTINATARIO(#)
Endereço(s):
RUA TIRADENTES, 81, Apartamento 1203 , INDEPENDENCIA, Porto Alegre/RS - 90560030 (Residencial)

.

O acesso aos autos pode ser realizado no site https://www.tjrs.jus.br acessando o menu "Processos e Serviços", logo após, "Consultas Processuais" e após, "Acompanhamento Processual", informando o Nº Processo **5017875-79.2013.8.21.0001** e a Chave do processo **438461952020**.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUISA MERCIO LOREDO SOUZA, Servidor de Secretaria**, em 21/10/2022, às 10:37:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10027435570v2** e o código CRC **5b2aaee8**.

É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil (Recomendação n° 111/2021 do Conselho Nacional de Justiça).

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
21/10/2022 10:38:10

Usuário:
ALSOUZA - ANA LUISA MERCIO LOREDO SOUZA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__86
Data:
29/10/2022 22:38:51
Usuário:
LMURI - LARA MURI KELLER - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
88

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Central de Mandados da Comarca de Porto Alegre

Rua Márcio Veras Vidor (antiga Rua Celeste Gobato), 10 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110160 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacentjefp2@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Tipo de Ação: Alimentos
EXEQUENTE: MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

Local: Porto Alegre - Foro Central **Data:** 29/10/2022

CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADO

CERTIFICO que, em cumprimento ao respeitável mandado, diligenciei na RUA TIRADENTES, 81, Apartamento 1203, não logrando encontrar a requerida. Deixei, então, aviso, o que fez com que **AUREA MARIA MACHADO** entrasse em contato poe meio do telefone/WhatsApp +55 51 9982-9858, oportunidade em que a INTIMEI por todo o conteúdo do presente, ficando de tudo ciente, recebendo contrafé pelo mesmo aplicativo e informando que o imóvel não a pertence, pois, em sentença de homologação de divórcio, o referido bem ficou com seu ex marido conforme consta no formal de partilha (data da homologação 14/06/2000).

Sendo o que tinha para certificar, devolvo o presente ao cartório, para os devidos fins.

O referido é verdade, dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **LARA MURI KELLER**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
PETICAO
Data:
18/11/2022 19:02:37
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
89

LeiloeiroPublico.com.br

Registro	22.102
Data	18/11/2022
Hora	14:15
Páginas	1/2

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUÍZO CÍVEL, COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

5017875-79.2013.8.21.0001
Exequente: M. B. R. S. (Margareth Boemeke Pereira Da Silva)
Executado(a): W. E. A. (Wilson Edison Alano)

Prestação de Contas das Vendas Judiciais para Apreciação e Deferimento

(-) Resultados Desertos/Negativos

A Plataforma Online de Vendas Públicas através do oficial técnico Leiloeiro Oficial, Sr. Cristiano da Rosa Schöntag, devidamente registrado na Junta Comercial do Estadual, sob o número matrícula AARC/328, telefones: (51) 9.8126.2502, (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br, nomeado Leiloeiro Público Oficial e na estrita condição de Auxiliar da Justiça, diante do Mandado fls. [...], vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, juntar a **Prestação de Contas das Vendas Judiciais** do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) supracitado(s), realizados nesta data cujos **resultados foram Desertos/Negativos**.

Resultados Consolidados da Venda Pública

Lote(s)	Arrematado(s)	Deserto(s)	Realizado(s)	Mínimo Inicial da Venda	Incremento sobre Mínimo
1	0	1	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00

Acessos e Visitantes	Lances Registrados	Superávit ou Déficit
897	0	0,00%

Total Bruto dos Lotes	Total Outros	Total Custas	Total Tarifas	Taxas Públicas	Valor Total dos Arremates
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00*

Do(s) Lote(s) Deserto(s)/Negativo(s)

Após diversas e sucessivas chamadas, restou(aram) como Lote(s) Deserto(s)/Negativo(s) (denominação legal para falta do registro de Lances/Arremates ou Arremates Inadimplentes). Assim, poderá(ão) retornar em Nova(s) Venda(s) Judicial(is), propiciando-se, assim vendê-lo(s) a fim de não se aumentarem os dispêndios para a manutenção e/ou venda deste(s) bem(ns) constrito(s) judicialmente. Para tanto, aguardaremos por demais pronúncias processuais com vista à regularidade de novos praceamentos.

Dos Requerimentos para Continuidade:

a) Reavaliar o(s) eventual(is) Bem(ns) Remanescente(s), por Oficial de Justiça ou Avaliador, a fim de melhor ofertar ao mercado de interessados e eventualmente viabilizar a liquidação financeira do(s) bem(ns) em condições mais atraentes aos licitantes.

Registro	22.102
Data	18/11/2022
Hora	14:15
Páginas	2/2

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

Firmamo-nos fraternalmente,
Termos Pedimos, Acolhida e Deferimento.

Documento Digital, Capital (RS), em **18/11/2022.**

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s) nos termos da Lei n°. 13.105/2015, do tipo Maior Lance e Oferta pelo Mando do **Poder Judiciário do Estado Do Rio Grande Do Sul, Juízo Cível, Comarca De Porto Alegre, Autos: 5017875-79.2013.8.21.0001, do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito** sobre bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) relacionado(s) e demais descrições contidas em Edital Público de Vendas Judiciais e Intimações, que ficam incorporados por adesão a este Instrumento, publicado(s) em Jornais Eletrônicos e/ou de Grande Circulação, através da Plataforma Online de Vendas Públicas e como assistente técnico responsável o Leiloeiro Oficial, Cristiano da Rosa Schöntag, Matrícula Profissional AARC/328 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e Junta Comercial Estadual, faz(em) saber que de acordo com a regular autorização o **Comitente/Vendedor 1ª V. De Família Do Foro Central Novo Hamburgo | Poder Judiciário (22.102), Cnpj: 89.522.064/0001-66,** levou(aram) em **Venda(s) Pública(s): Judicial, On-line, sob o Registro nº 22.102, Primeiro Leilão em Data: 18/11/2022, Hora: 14:00, Semana: Sexta-feira, e Segundo Leilão em Data: 18/11/2022, Hora: 14:15, Semana: Sexta-feira,** o(s) Lote(s)/Bem(ns) abaixo descrito(s) pelo que junta(m) o Auto de Prestação de Contas. Assim, procedeu(ram), na forma da lei, ao apregoamento virtual em Primeira Chamada pelo Valor da Avaliação do(s) Bem(ns) e, após decorridos o prazo mínimo previsto, abriu-se em Segunda Chamada para quem mais desse, desde que não se configurasse preço vil, nem conflitasse com as prévias avaliações processuais. Todos os parâmetros dessa(s) Venda(s) Judicial(is) foram consignados em Edital Público de Vendas Judiciais e Intimações, afixado no Átrio da Vara do Juízo da Causa e/ou Publicado na forma da Lei. As Vendas ocorreram exclusivamente pela Rede Mundial de Computadores, a Internet, em ambiente Virtual e Online com o pleno acompanhamento do assistente técnico Leiloeiro Público e se mantiveram abertos à(s) coleta(s) de oferta(s) pelo prazo legal previsto**. Da(s) Atualização(ões) do(s) Valor(es) de Avaliação(ões) do(s) Bem(ns):** Valor(es) Mínimo(s) de Venda(s) ou Lance(s) Mínimo(s) Inicial(is) do(s) bem(ns)/lote(s) penhorado(s) de acordo com os termos do(s) Auto(s) de Penhora(s) e/ou do(s) Depósito(s) do Sr.(es). Oficial(is) de Justiça considerando não gerar preço vil na(s) venda(s), por consequência, readequado(os) pelo(s) cálculo(s) efetivado(s) no site da Corregedoria-Geral da Justiça CGJ/TJRS. **Da(s) Notificação(ões) da(s) Parte(s):** Consignamos que procedemos, eventual e subsidiariamente, com a(s) Notificação(ões)/Cientificação(ões), por Correios e Aviso(s) de Recebimento(s), da(s) Parte(s) e Executado(s) que não estava(m) representada(s) por Advogados nos Autos Processuais. Destacando, no entanto, as reiteradas menções e registros públicos que a(s) Parte(s) e Executado(s) seria(m) notificada(s) pelo próprio Edital de Leilão conforme previsto no **artigo 889 do NCPC** : "...Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência: ...Parágrafo único. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão....". **Do(s) Lote(s) Deserto(s)/Negativo(s):** Após diversas e sucessivas chamadas, restou(aram) como Lote(s) Deserto(s)/Negativo(s) (denominação legal para falta do registro de Lances/Arremates ou Arremates Inadimplentes). Assim, poderá(ão) retornar em Nova(s) Venda(s) Judicial(is), propiciando-se, assim vendê-lo(s) a fim de não se aumentarem os dispêndios para a manutenção e/ou venda deste(s) bem(ns) constrito(s) judicialmente. Para tanto, aguardaremos por demais pronúncias processuais com vista à regularidade de novos praceamentos. **Dos Requerimentos para Continuidade:** a) Reavaliar o(s) eventual(is) Bem(ns) Remanescente(s), por Oficial de Justiça ou Avaliador, a fim de melhor ofertar ao mercado de interessados e eventualmente viabilizar a liquidação financeira do(s) bem(ns) em condições mais atraentes aos licitantes. **Dos Documentos Originais:** A documentação pertinente desta Prestação de Contas é expedida de forma eletrônica e certificada digitalmente, valendo suas vias como documentos originais ao Comitente/Vendedor para assinaturas e entrega(s) às demais partes envolvidas.

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

Disposições Finais: Pelo que, lavrou-se o presente Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s) nos termos da Lei n°. 13.105/2015 que vão assinados por mim.

Resultados Analíticos dos Lotes

Lote	Descrição do(s) Lote(s)	Taxa Pública	Valor Arremate
001	NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m² Matrícula 61.180 (RI – Novo Hamburgo (RS)): O apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quin+A1:AC2tino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001. Ônus e/ou Averbações em Matrícula Imobiliária: Av.6/61.180 em 08/04/2015: Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. Av.9/61.180 de 26/09/2017: Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. Av.10/61.180 de 04/12/2017: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. Av.11/61.180 de 19/03/2018: Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. Av.12/61.180 de 27/06/2019: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, do processo nº 50164674020124047100. Av.13/61.180 de 29/10/2018: Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado. Av.16/61.180 de 06/07/2022: De conformidade com o termo de penhora expedido pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 500371349.2018.8.21.0019/RS, na qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quitino e executado W. E. A.. Da Atualização da Avaliação do Bem: O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 08/09/2022 às 11h39min. Consulta Processual Originária: Número CNJ: 5017875-79.2013.8.21.0001, Juízo da JUÍZO CÍVEL da Comarca de Porto Alegre, Exequente: M. B. R. S., Executado(a): W. E. A. Dos Lances Mínimos para Venda: • Em 100% da Avaliação às 14h00 = R$ 1.458.000,00 • Em *50% da Avaliação às 14h15 = R$ 729.000,00* *O Menor Valor é Aceito desde Agora! LeiloeiroPublico.com.br - Botões Descrição Botões dos Documentos do	Negativo	**Negativo***

LeiloeiroPublico.com.br

Registro	22.102
Data	18/11/2022
Hora	14:15
Páginas	3/4

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

Bem: Mapa de Visitação Visão da Rua Processo Judicial Matrícula do Imóvel Condições Gerais nº 22.102: a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês**, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.

Fatura	**Negativo**		
Arrematante	**Negativo**	Endereço	Negativo, Negativo, Negativo
CPF / CNPJ	**Negativo**	Bairro	Negativo
RG / IE	Negativo, Negativo	Cidade/UF	Negativo /Negativo
Nascimento	Negativo	E-mail	Negativo
Pessoa	Negativo	CEP	Negativo
Origem		Gênero	Negativo
Profissão	Negativo	Telefone	Negativo, Negativo, Negativo
Estado Civil	Negativo	Preposto	Negativo Negativo Negativo
Cônjuge	Negativo	CPF Cônj.	Negativo
Casamento	Negativo	RG Cônj.	Negativo

Total Bruto do Lote	Outros	Custas	Tarifas	Taxa Pública	Valor do Arremate
Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	**Negativo***

Acessos e Visitantes do Lote	Lances Registrado no Lote	Superávit ou Déficit do Lote
897	**Negativo**	**0%**

Resultados Consolidados da Venda Pública

Lote(s)	Arrematado(s)	Deserto(s)	Realizado(s)	Mínimo Inicial da Venda	Incremento sobre Mínimo
1	**0**	**1**	**0,00%**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

Acessos e Visitantes	Lances Registrados	Superávit ou Déficit
897	**0**	**0,00%**

Total Bruto dos Lotes	Total Outros	Total Custas	Total Tarifas	Taxas Públicas	Valor Total dos Arremates
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00***

****

LeiloeiroPublico.com.br

Registro	22.102
Data	18/11/2022
Hora	14:15
Páginas	4/4

Auto de Prestação de Contas em Venda(s) Pública(s)

(Emissão: Via Original)

****
****
****

Documento Digital, Capital (RS), em **18/11/2022.**

AUTENTICADO E RECONHECIDO POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Cristiano Schöntag

Cristiano da Rosa Schöntag
Leiloeiro Público Oficial
Fé Pública por Lei Federal
Matrícula AARC/328
Certificação Digital
(Chaves Públicas Brasileiras, ICP-Brasil)

Nesta data conferi e eu, _____ (escrivão), Escrivão Judicial, subscrevo.

_____

Juiz(a) de Direito

Esses documentos estão em originais e certificados por assinatura digital, com carimbo do tempo e chave de conferência pública de aferição do documento quanto a sua **Integridade** - Qualquer alteração no documento eletrônico faz com que a assinatura seja invalidada, garantindo assim o princípio da inalterabilidade. **Autenticidade** - O autor da assinatura digital utiliza sua chave privada para cifrá-lo de modo a garantir a autoria em um documento eletrônico. Esta autenticidade só é obtida porque a chave privada é acessível exclusivamente por seu proprietário. **Não-repúdio ou Irretratabilidade** - Quando uma pessoa assina digitalmente, utiliza sua chave privada para cifrar o documento. Assim, ela é impedida de negar a autenticidade da mensagem. **Validade Jurídica** - Garantidas pelo artigo 10 da MP nº 2.200-2, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, conferindo presunção de veracidade jurídica em relação aos signatários nas declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

Leilões Judiciais TJ/RS: Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)



Encerrado

Venda Pública:	22.102 (Judicial; Online)
Título:	Apartamento: N. Hamburgo (RS)
Comitente:	1ª V. DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL NOVO HAMBURGO | PODER JUDICIÁRIO (22.102)
Local:	Plataforma Online de Vendas Públicas
Data:	18/11/2022 14:00 (1º Leilão)
Data:	18/11/2022 14:15 (2º Leilão)

Lotes da Venda



Lote 001 897 000

NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²

Avaliação:	Oferta Mínima:
R$ 1.458.000,00	**R$ 729.000,00**

Ver Edital | Ver Lote

Buscar bens de interesse...

"A Venda Pública é Ato Oficial, Transparente e comprometida com as Boas Práticas em Governança Econômica, Social e Ambiental."

Sobre
Entrar

Links Úteis
Quem somos

Contato
Contato

Fone/WhatsApp
(48) 9.9804.5050

LeiloeiroPublico.com.br

Calendário | Imprensa | Esqueci Minha Senha | (51) 9.8126.2502

Siga-nos

contato@leiloeiropublico.com.br

Termos de Uso | Política de Privacidade | Quero Comprar | Quero Vender

LeiloeiroPublico.com.br. Direitos reservados ®. Fé Pública por Lei Federal Registro AARC/263.

Acessibilidade Português

Rastreamento

MZ 749 304 797 BR

Deseja acompanhar sua encomenda?
Digite seu CPF/CNPJ **ou** código* de rastreamento.

AA123456785BR

* limite de 20 objetos



Digite o texto contido na imagem

TELEGRAMA

Objeto não entregue - cliente mudou-se
PORTO ALEGRE - RS
Objeto será devolvido ao remetente
07/11/2022 17:09

Objeto saiu para entrega ao destinatário
PORTO ALEGRE - RS
07/11/2022 15:19

Objeto postado
SAO PAULO - SP
07/11/2022 13:24

Suspender Entrega



Fale Conosco

Registro de Manifestações
Central de Atendimento
Soluções para o seu negócio

Buscando...

- Suporte ao cliente com contrato
- Ouvidoria
- Denúncia

Sobre os Correios

- Identidade corporativa
- Educação e cultura
- Código de ética

- Transparência e prestação de contas
- Política de Privacidade e Notas Legais

Outros Sites

- Loja online dos Correios

© Copyright 2022 Correios

Fotos cadastradas com sucesso!

Publicar Edital

Edital cadastrado com sucesso!

Para ativá-lo, favor clique no link de validação enviado para o seu email.

Código	**57388**	**Nome**	**22.102**
Justiça	**Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**	**Vara**	**Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre**
Cidade/UF	**NOVO HAMBURGO/RS**	**IP**	**191.191.92.176**
Conteúdo	**Edital de Leilões Judiciais e Intimações** **Duas Datas = 1º e 2º Leilões no mesmo dia** **separadas pelo intervalo de 15 minutos entre uma e outra.** **Modalidade Online (Registro nº 22.102)** **Apartamento 337,67 m² em Novo Hamburgo (RS)** **Já Aberto para Lances Prévios até a Data do Apregoamento Virtual**		

Observações Obrigatórias À Participação:

*** Cadastramento prévio ao Leilão Online é obrigatório (até 24 horas antes da data agendada).**

*** Os cadastros efetuados deverão estar aprovados no endereço eletrônico: www.LeiloeiroPublico.com.br (http://www.leiloeiropublico.com.br/).**

*** O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances.**

*** Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.**

1 - Da Realização dos Leilões, Datas, Horários e Local:

O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, CNPJ: 89.522.064/0001-66, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, Carmen Lucia Santos Da Fontoura, Autos do Processo nº: 5017875-79.2013.8.21.0001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Leilões Públicos Judiciais nos termos do Novo Código de Processo Civil (Lei nº. 13.105/2015), do tipo Maior Lance e Oferta e de forma Online (via Internet já aberto para lances prévios e também na data do apregoamento virtual) do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s). Os interessados deverão participar exclusivamente pela Rede Mundial de Computadores, a Internet, em www.LeiloeiroPublico.com.br.

- **Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 (6ª feira)**
- **Horário: 14h00min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.**

- **Do Valor do Bem:** Valor igual ou superior a avaliação do bem + 5,00%.

Fotos cadastradas com sucesso!

- **Data do 2º Leilão Público:** 18/11/2022 (6ª feira)
- **Horário:** 14h15min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.
- **Do Valor do Bem:** A quem mais der, desde que não seja preço vil + 5,00%

- **Tipo:** Exclusivamente Leilão Online (via Internet).
- **Participar Online:** www.LeiloeiroPublico.com.br (http://www.leiloeiropublico.com.br/)

2 - Das Disposições Gerais:

O interessado que licitar deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições Gerais e dispostas no Edital Público. Para participação de forma Online (via Internet) deverá o interessado efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro Público, enviar a documentação necessária e anuir às regras de participação dispostas para obtenção de "Login" e "Senha". Essas etapas definem a Habilitação do Usuário/Licitante propiciando condições de validade de homologação em todos os registros de lances ou ofertas de compras. O Leilão Público está a cargo da Plataforma Online de Vendas Públicas: www.LeiloeiroPublico.com.br, devidamente firmados entre as partes e como assistente técnico responsável o Leiloeiro Público Oficial Cristiano da Rosa Schöntag regularmente matriculado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e à Junta Comercial Estadual (AARC/328). Demais informações poderão ser solicitadas pela Central de Atendimento em e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Telefones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502.

3 - Das Condições de Participação:

- Pessoa Física: Documento de identificação (RG ou CNH) e CPF e Comprovante de Endereço emitido há no máximo 60 (sessenta dias) da data de realização do(s) Leilão(ões).

- Pessoa Jurídica: Cartão de CNPJ; Estatuto/Contrato Social e Alterações (se for o caso) e todos os documentos exigidos do participante "Pessoa Física".

4 - Das Condições da Venda:

O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o Apregoamento Virtual de cada Lote/Bem, passando-se um a um e podendo ainda anotar registros de lances e disputas (mesmo após este horário) e até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens e/ou áudios da Tela de Lances. Reforçamos que Plataforma Online de Vendas Públicas e seu Assistente Técnico fazem uso do Apregoamento Virtual do(s) Lote(s)/Bem(ns). Em contrapartida, não são leilões meramente eletrônicos nem tampouco de cronometragem regressiva ao encerramento do(s) Lote(s)/Bem(ns). A figura humana do Leiloeiro Público é imprescindível à Licitação e baliza todo o processo, do início ao fim. O(s) Lote(s)/Bem(ns) será(ão) vendido(s) a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados) o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade. O interessado declara ter ciência de que o Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotados), a Plataforma Online de Vendas Públicas e o seu Assistente Técnico Leiloeiro Público não garantem a regularidade de mecânica, de motor, de elétrica, de eletrônica ou de hidráulica do(s) Lote(s)/Bem(ns) nem mesmo dos seus componentes dispostos nesta(s) Oferta(s) Pública(s). Por isso, deverão verificar as suas condições "*in loco*", pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento acerca de suas características ou do estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) adquirido(s). A venda será celebrada em caráter "Ad Corpus", ou seja, não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação do(s) Lote(s)/Bem(ns) deste(s) Leilão(ões), não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

5 – Dos Débitos Incidentes sobre o(s) Lote(s)/Bem(ns) e Obrigações:

No caso de Bens Imóveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres de eventuais Hipotecas, Penhoras e Débitos Tributários cujo fato gerador seja a Propriedade, o Domínio Útil ou a Posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria uma vez que se sub-rogam sobre o respectivo Valor da Arrematação, ou seja, serão quitados com o produto da venda nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. No caso de Bens Móveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres eventuais débitos de Licenciamento, Multas por Infração de Trânsito, IPVA e DPVAT nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem. Os atos necessários para a expedição de Carta de Arrematação (Imóveis) ou da Ordem de Entrega (Móveis), Registro(s), ITBI(s), Imissão(ões) na(s) Posse(s) e demais providências serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos já estão atualizados até a data da publicação de abertura da Venda Judicial. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aa(s) Lote(s)/Bem(ns) desta(s) Venda(s) Pública(s), por força da(s) arrematação(ões).

6 – Dos Tipos de Lances Especiais:

Plataforma Online de Vendas Públicas é estruturada para o recebimento de lance(s) Online (pela Internet). Para confirmar o registro de lance(s), na Tela de Lances, o Interessado/Licitante poderá fazer acessando os botões pré-determinados com seus valores mínimos ou através do campo "Lance Livre" que possibilita digitar qualquer valor superior ao mínimo atual. Destaca-se, ainda, o comando denominado Lance Automático/Robô: por essa ferramenta o Interessado/Licitante poderá programar lances automáticos (Ligar Robô) e garantir que incrementos sejam lançados, automaticamente, em seu favor durante a(s) disputa(s) do(s) Leilão(ões), sem que o seu valor máximo estipulado seja ultrapassado. Uma vez que outro interessado não cubra o maior lance dado pelo "Robô" então este vence a disputa. O "Lance Automático/Robô" é um valor estipulado como teto para o arremate do Lote/Bem e, também, protegerá suas ofertas e disputas contra eventuais faltas de energia ou quedas de conexão de Internet. Estipule o seu teto e clique no botão "Ligar".

Fotos cadastradas com sucesso!

7 - Da Visitação do(s) Lote(s)/Bem(ns) Leiloado(s):

As fotos do(s) Lote(s)/Bem(ns) divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, visitação prévia à realização do Leilão. Consulte sobre Visitação pelo "Suporte Online" ou através do e-mail contato@leiloeiropublico.com.br. NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

>> Processo Judicial <<

8 - Do Pagamento do(s) Lote(s)/Bem(ns) Arrematado(s):

O Valor Garantidor Imediato exigido é À Vista, a título de Sinal/Caução/Liquidação, sobre o valor total do bem arrematado e deverá ser quitado por meio de Transferência Eletrônica (TED ou PIX) em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. Grifamos que a Plataforma Online de Vendas Públicas utiliza Conta Oficial que somente aceita Transferência Eletrônica (TED ou PIX). No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do Arrematante/Comprador.

Parcelamento do Pagamento: Conforme Artigo 895 do Código de Processo Civil (CPC), o bem poderá ser adquirido em parcelas. No entanto, o interessado em adquirir o bem penhorado deverá estar atento aos termos do Parágrafo 1º do artigo supra: *"A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis"*, tudo sujeito à *Apreciação e Deferimento Judicial.

- Das Formas de Pagamentos do Arremate com o Poder Judiciário:

1. À Vista: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil);
2. Parcelado: Ao optar pelo pagamento parcelado o Arrematante/Comprador, no ato do leilão, deverá efetuar pagamento do Sinal/Entrada (Mínima ou Mais) de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor da Arrematação, mediante Guia De Depósito Judicial e o valor das parcelas do Saldo Remanescente em até 30 parcelas (Máximo ou Menos) atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pelo INPC/IBGE, devendo o montante ser quitado mediante Guia de Depósito Judicial vinculada aos Autos.

- A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste Edital, será garantida por Hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado, quando tratar-se de bens móveis, garantido por caução idônea (Art. 895 do Código de Processo Civil).
- No caso de atraso, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

9 - Do Julgamento e Preferência entre Propostas:

O lance vencedor será o de Maior Valor, independentemente da forma de pagamento (se à vista ou parcelado), sendo que, em caso de empate, terá preferência o lance à vista ou que proponha o menor número de parcelas. Caso, ainda assim, coincida o número de parcelas, terá preferência o lance que oferecer maior valor a título de entrada, salvo determinação judicial em sentido diverso.

10 – Da Taxa Pública da Venda Judicial do Leiloeiro Oficial em 5,00%:

O Arrematante/Comprador pagará, no ato do arremate, mais o Valor correspondente a 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do arremate a título de Taxa de Comissão da(s) Venda(s) Pública(s). Esse valor é excedente ao valor do arremate ofertado do item anterior e compõe o Valor Garantidor Imediato.

Fotos cadastradas com sucesso!

Atenção: Somente Registre Lance se Tiver Certeza. A Plataforma Online www.LeiloeiroPublico.com.br não cancela nem anula os lances efetuados uma vez que são Irrevogáveis, Irretratáveis e significam compromisso assumido perante esta Licitação Pública nos termos da Lei Federal. Todos os lances efetuados são de sua inteira responsabilidade e ficarão registrados no sistema com data e horário que forem lançados, inclusive os lances automáticos (robôs). O arremate é uma ordem de pagamento à vista, excepcionalmente para o arremate Online, será aceito o prazo de até 12 (doze) horas para a comprovação do pagamento. Caso não ocorra, o lote será repassado ao segundo melhor lance ou aos demais, sucessivamente, até a confirmação. O devedor será encaminhado à cobrança do valor inadimplido com acréscimos, multas, restrição à conta do sistema, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças extrajudiciais e judiciais, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores. Leia com atenção todos os termos do Edital de Venda Pública.

11 – Da Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório ao Leiloeiro Oficial:

Pelos termos das Ordens de Serviços e Portarias das Comarcas Estaduais que estabelecem os Procedimentos em Alienações Judiciais; pelas referências contidas no Provimento da E. Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RS, pelos melhores entendimentos advindos da Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), normatizados pela Resolução 236/2016 do E. Conselho Nacional de Justiça CNJ, que rechaçam o uso em vão do Poder Judiciário, consigna-se, ainda, que o Leiloeiro Oficial fará jus na condição de Verba Alimentar Remuneratória e de Ressarcimento Obrigatório a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão), afora as despesas resultantes das publicações legais, das custas e demais débitos operacionais após a ter praticado qualquer Ato Formal Processual em prol dos praceamentos judiciais, nas seguintes hipóteses:

- Remição da Execução, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora

I – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida a Remição da Execução pelo Executado ou por Terceiro, mediante o pagamento do débito, Entabulado Acordo ou Requerida a Substituição de Bens da Penhora, hipótese em que competirá ao Executado ou ao Terceiro, conforme o caso, o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão);

- Desistência da Execução, Desistência da Penhora ou Suspensão do Leilão

II – Se após a prática de qualquer Ato Formal do Leiloeiro Oficial for requerida pelo Exequente a Desistência da Execução ou da Penhora, ou ainda a Suspensão do Leilão, hipótese em que competirá ao Credor o imediato pagamento/recolhimento do equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Valor da Avaliação do Bem (constante em 1º Leilão).

12 – Das Advertências Gerais:

a) Ficam intimadas as partes, os executados e seus cônjuges, se casados forem, o credor com garantia real/hipotecária ou com penhora anteriormente averbada, os usufrutuários ou o senhorio direto havendo, pelo presente Edital De Leilões Judiciais E Intimações para todos os atos aqui mencionados, caso se encontrem em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizados pelo Oficial de Justiça (Artigo 889 do Código de Processo Civil);

b) Se o Arrematante/Comprador não honrar com o pagamento no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (Art. 897 do Código de Processo Civil), aplicando-se lhe multa, o qual se reverterá em favor do credor e responderá pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão do leiloeiro.

c) Assinado o Auto de Arrematação pelo Juiz, pelo Arrematante/Comprador e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (Art. 903 do Código de Processo Civil).

d) Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do Próprio Edital De Leilão (parágrafo único, Art. 889 do Código de Processo Civil).

13 – Da(s) Transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns):

A(s) transferência(s) do(s) Lote(s)/Bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser efetuada(s) dentro do prazo legal, sendo as expensas do Arrematante/Comprador. A(s) transferência(s) de propriedade(s) será(ão) feita(s), única e exclusivamente, para a(s) pessoa(s) do(s) Arrematante(s)/Comprador(es).

14 - Das Disposições Finais:

A Plataforma Online de Vendas Públicas pelo qual se está realizando a(s) Oferta(s) Pública(s) e o seu e Assistente Técnico Leiloeiro Oficial são meros mandatários do Poder Judiciário Estadual (Comarca e Vara supra anotadas), não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens ora em Leilão, nem tampouco pelo pagamento de impostos/tributos ou outros. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é passado o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo. Demais informações poderão ser

solicitadas pela Central de Atendimento em e-mail: contato@leiloeiropublico.com.br ou Fones/WhatsApp: (48) 9.9804.5050, (47) 9.9944.1234 e (51) 9.8126.2502. O referido neste Edital de Leilões Judiciais e Intimações é verdade, do que dou fé pública. Documento Digital, Estado RS, Capital em 08 de setembro de 2022.

Fotos cadastradas com sucesso!

Plataforma Online de Vendas Públicas

www.LeiloeiroPublico.com.br

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Carmen Lucia Santos Da Fontoura

Juiz(a) de Direito

Anexo

Relação de Bens e Lotes

Lote	Descrição do Bem	Lance Mínimo
1	**NOVO HAMBURGO (RS): APARTAMENTO 337,67 m²** **Matrícula 61.180 (RI – Novo Hamburgo (RS)): O apartamento nº 301, do Edifício Moradas da Quintino sob nº 190, da Rua Quintino Bocaiúva, localizado no terceiro pavimento, entre a totalidade das paredes externas norte e leste do edifício, e parte das paredes externas sul e oeste, com a área real privativa de 263,757 metros quadrados, área areal total de 337,679 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,082589 nas coisas de uso comum e no respectivo terreno situado na Zona Central, no quarteirão formado pelas ruas Quintino Bocaiuva, Almirante Barroso, General Osório, Marechal Floriano e Praça da Bandeira, medindo 30,20 metros de frente ao sul para a Rua Quintino Bocaiuva, lado par, frente essa distante 30,00 metros da esquina com a Rua Almirante Barroso, que lhe fica ao oeste, 30,00 metros nos fundos ao norte, 30,60 metros ao leste, confrontando nessas faces com imóveis de Integral Arroz Agro Pastoril S.A., e 30,00 metros ao oeste com imóvel de Saul da Silva Bastos. Dados Municipais: Cadastro Imobiliário: 75796 e Inscrição: 02.039.00733.023.001.** **Ônus, Averbações ou Registros em Matrícula Imobiliária: Av.6/61.180 em 08/04/2015: Ação de Execução, ação de execução de título extrajudicial, processo nº 019/1.15.000455-1 (CNJ: 0008703-76.2015.8.21.0019), distribuída a 3ª Vara Cível, no qual é exequente Sergio Davi Peteffi, e executado W. E. A. Av.9/61.180 de 26/09/2017: Penhora, Exequente: Sergio Davi Peteffi., Executado: W. E. A., o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 019/1.15.0004755-1. Av.10/61.180 de 04/12/2017: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS, do processo nº 00207105320155040010. Av.11/61.180 de 19/03/2018: Penhora, pela 5ª Vara de Família da Comarca de Porto Alegre, RS, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos do processo nº 001/1.13.0072006-0 (CNJ 0080549-81.2013.8.21.0001). Exequente: M. B. R. S., Executado: W. E. A.. Av.12/61.180 de 27/06/2019: Indisponibilidade, a ordem de indisponibilidade dos bens de W. E. A., tendo como emissora a 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, do processo nº 50164674020124047100. Av.13/61.180 de 29/10/2018: Ação de Execução, pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, foi admitida em juízo a ação de execução de título extrajudicial, processo 019.1.18.0016998-9 (CNJ 0028916-98.2018.8.21.0019), no qual é exequente: Condomínio Edifício Moradas de Quintino, executados: W. E. A. e Áurea Maria Machado. Av.16/61.180 de 06/07/2022: De conformidade com o termo de penhora expedido pela 3ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo, o imóvel objeto da presente matrícula foi penhorado nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 500371349.2018.8.21.0019/RS, na qual é exequente Condomínio Edifício Moradas da Quitino e executado W. E. A.** **Da Atualização da Avaliação do Bem: O cálculo fora efetivado no site da Corregedoria-Geral da Justiça TJRS em 08/09/2022 às 11h39min.**	**1º Leilão em** **18/11/2022** **14h00min.** **R$ 1.458.000,00** **2º Leilão em** **18/11/2022** **14h15min.** **R$ 729.000,00** **Vide termos do Edital***

Endereço de Visitação: NOVO HAMBURGO (RS): Rua Quintino Bocaiúva, nº 190, Edifício Moradas de Quintino, Apart. nº 301, Centro, Cep: 93510-270.

Fotos cadastradas com sucesso!

>> Mapa de Visitação <<

>> Visão da Rua <<

>> Matrícula do Imóvel <<

5017875-79.2013.8.21.0001

Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Exequente: M. B. R. S.

Executado(a): W. E. A.

>> Processo Judicial <<

Condições Gerais: a) Bem vendido no estado em que se encontra. b) Lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. c) Fotos meramente ilustrativas. d) Reservamo-nos o direito de erros de digitação. e) O pagamento será sempre a modalidade à vista. No entanto, o CPC (Código de Processo Civil) prevê parcelamento com garantia do próprio imóvel ou mediante caução idônea para móveis: 25,00% de Entrada (Mínima ou Mais) + até 30 parcelas (Máximo ou Menos) pelo INPC/IBGE ao mês, tudo para Apreciação e Deferimento Judicial.**

*** O horário previsto no Edital é referencial para que se faça o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação do Leiloeiro nas mensagens da Tela de Lances. * Não se trata de Leilão meramente eletrônico e por isso não se faz uso de contagem nem cronometragem regressiva ao encerramento dos lotes, uma vez que é o próprio controle humano do profissional Leiloeiro Público quem confirma a venda.**

Disponibilizar em:	**15/09/2022**	**Cadastrado em:**	**15/09/2022 09:11:02**

Imprimir

PUBLICJUD ® Todos os direitos reservados.

CORREIOSNET Shopping

COMO COMPRAR MEUS PEDIDOS Selecione idioma

CORREIOS On Line



Inicial A Loja Cesta de Compras Atendimento Meus dados Correios Entrega Garantida

Busca de **Produtos**

Todas

Buscar

Nossos **Produtos**

- **BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**
- **Selos | Emissão 2022**
- **Emissões | Anos Anteriores**
- **Selo Personalizado**
- **Selo Personalizado: Centenário do Nascimento de João Paulo II**
- **Selo Personalizado: Silvio Santos - 90 Anos**
- **Embalagens**
- **Base de CEP**
- **Coleções de Selos**
- **Telegrama via Internet**
- **Carta via Internet**
- **Cartões Postais**
- **Coupon Réponse**
- **Envelopes de 1º Dia de Circulação**
- **Livros Filatélicos**

Telegrama via internet

Imagem no topo da Mensagem: Sem Imagem

Mensagem*

Lembrar texto do telegrama anterior

Notificação do Edital De Leilões Judiciais E Intimações, Registro 22.102

Processo: 5017875-79.2013.8.21.0001
O Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, por intermédio do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, torna público que a Plataforma Online de Vendas Públicas: www.LeiloeiroPublico.com.br por seu assistente técnico, Leiloeiro Sr. Cristiano da Rosa Schöntag AARC/328, realizará os Leilões Judiciais do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) acima relacionado(s).
Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 (6ª feira).
Horário: 14h.00min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.
Do Valor do Bem: Valor igual ou superior a avaliação do bem + 5%.
Data do 2º Leilão Público: 18/11/2022 (6ª feira).
Horário: 14h.15min.* a partir deste horário será o apregoamento virtual.
Do Valor do Bem: A quem mais der, desde que não seja preço vil + 5%.

Imagem no rodapé da Mensagem: Sem Imagem

Opções:

Pré-datado para: Com cópia Pedido de confirmação

Remetente:	Destinatário:
Título:	Título:
Nome: * LEILOEIRO PÚBLICO | WWW.LEILOEIROPUI	Nome: * Wilson Edison Alano
CEP: * 88015 - 090 Não sei meu CEP	CEP: * 90020 - 012 Não sei meu CEP
Endereço: * Rua Adolfo Melo	Endereço: * Rua dos Andradas
Número:* 35 Complemento: conjunto 601	Número:* 1758 Complemento:
Bairro:* Centro	Bairro:* Centro Histórico
Cidade:* Florianópolis UF:* SC	Cidade:* Porto Alegre UF:* RS
E-mail: contato@leiloeiropublico.com.br	Visualizar prazo de entrega
Telefone: 48 998045050 Fax:	

Blog CORREIOS On Line

De acordo com a Lei nº 6.538/78 da Lei Postal, art. 29, não é aceito nem entregue telegrama que:
I - seja anônimo;
II - contenha dizeres injuriosos, ameaçadores, ofensivos à moral, ou ainda, contrários à ordem pública e aos interesses do País;
III - possa contribuir para a perpetração de crime ou contravenção ou embaraçar ação da justiça ou da administração;
IV - contenha notícia alarmante, reconhecidamente falsa;
V - Esteja em desacordo com as disposições legais ou convenções e acordos internacionais ratificados ou aprovados pelo Brasil.

Li e concordo com as condições acima apresentadas

Incluir na cesta

Correios Online
(21) 2503-8455/8096 | Fale com os Correios
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
CNPJ: 34.028.316/0002-94
Política de devolução e troca | Política de privacidade

Formas de pagamento: Formas de entrega:



Avaliação de Lojas e-bit

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
21/11/2022 13:27:14
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
90
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
29/11/2022 00:00:00
Data Final:
16/12/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 28/11/2022 a 28/11/2022
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 02/12/2022 a 02/12/2022
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 05/12/2022 a 05/12/2022
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 09/12/2022 a 09/12/2022
Dia da Justiça: 08/12/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__90
Data:
25/11/2022 18:26:49
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
91

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___05_12_2022_ATE_05_12_2022_MOTIVO__S

Data:
03/12/2022 18:18:30

Usuário:
BIANATC.ADM - FABIANA TAVARES COSTA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Sequência Evento:
92

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___09_12_2022_ATE_09_12_2022_MOTIVO__S

Data:
06/12/2022 19:17:09

Usuário:
BIANATC.ADM - FABIANA TAVARES COSTA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Sequência Evento:
93

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__90
Data:
08/12/2022 15:55:47
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
94

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Excelência, DIANTE DA NOTIICA DO EVENTO 89 de que não houveram interessados na aquisição do imóvel penhorado, uma vez que, o próprio Leiloeiro aduz que a avaliação do bem estava fora de valor fora de mercado para a região.

Desta feita, requer seja deferido nova avaliação do imóvel para adequação do valor do imóvel e posterior novo leilão para a venda, requerendo a intimação do Leiloerio para que com sua expertise informe qual o valor entende ser justo de mercado para o referido imóvel, sucessivamente, requer seja nomeado perito avaliador.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 8 de dezembro de 2022.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
09/12/2022 07:50:46
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
95

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS
Data:
18/01/2023 14:42:48
Usuário:
LKEIN - LIDIANE GODOY KEIN - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
96

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
23ª Vara Federal de Porto Alegre

Rua Octávio Francisco Caruso da Rocha, 600, 4º andar, ALA NORTE - Bairro: Centro - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3214-9465 - www.jfrs.jus.br - Email: rspoa23@jfrs.gov.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5016467-40.2012.4.04.7100/RS

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

EXECUTADO: FARMACIA DERMATOLOGICA EIRELI - EPP

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

MANDADO Nº 710016866529

DESTINATÁRIO: 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE
ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: Rua Manoelito de Ornellas, 50, Praia de Belas - Porto Alegre/RS 90110230 (Residencial)

MANDADO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Processo(s) nº(s) **5016467-40.2012.4.04.7100**
Chave(s) do(s) processo(s), respectivamente: 919171626812
Valor da dívida: R$ 17.852,40 Atualizada até 09/2022.
Processo: **5017875-79.2013.8.21.0001 - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre-RS.**

CNPJ/CPF DO EXECUTADO: FARMACIA DERMATOLOGICA EIRELI - EPP, CNPJ 87.448.833/0001-06, WILSON EDISON ALANO, CPF 148.220.910-15.

A Excelentíssima Juíza Federal da 23ª Vara Federal de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, **MANDA** ao Oficial de Justiça Avaliador, a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento, na forma prevista na Lei 6.830/80, proceda à:

PENHORA no ROSTO dos AUTOS do processo autuado sob o número **5017875-79.2013.8.21.0001** em trâmite no Juízo acima informado, para garantia do crédito fiscal exequendo, no valor de **R$ 17.852,40** atualizado até 09/2022, lavrando-se o competente auto.

Ocorrendo saldo passível de remessa a estes autos, deverá ser transferido a conta judicial a ser aberta junto à agência sob o número **0652** da Caixa Econômica Federal, com menção ao número da presente execução fiscal em epígrafe.

CIENTIFIQUE A PARTE INTERESSADA, ainda, de que:
1) Para consultar o processo eletrônico e seus documentos, **deverá ser**

acessado o site da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, no endereço "**http://www.jfrs.jus.br**"; no campo da Consulta Processual unificada deverá ser escolhida a consulta pelo "Número do Processo com Chave" e informado(s) o(s) número(s) do(s) processo(s) e da(s) respectiva(s) chave(s), indicados neste mandado.

2) Para peticionar no referido processo, o **advogado deverá estar cadastrado** no Sistema E-PROC. Outras informações sobre o assunto estão no endereço eletrônico: "https://eproc.jfrs.jus.br/eprocV2/". Resta ciente, ainda, de que não possuindo meios de contratar um advogado, a parte poderá recorrer à **Defensoria Pública da União da sua cidade / região** (DPU em Porto Alegre: Rua Comendador Manoel Pereira, 24, Bairro Centro, CEP 90.030-010, atendimento das 9h às 15h, de segunda à sexta-feira - telefone (51) 3216-6946).

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-o de que este Juízo funciona no Fórum da Justiça Federal, com expediente externo das 13 às 18 horas.

DADO E PASSADO, nesta cidade de Porto Alegre, em 19/12/2022. Documento expedido por ANDRÉ LUÍS ZANCHET, conferido e assinado digitalmente pelo(a) Diretor(a) de Secretaria, por ordem da MM. Juíza Federal da 23ª Vara Federal.

Documento eletrônico assinado por **FERNANDO ENRICO FERRARESE, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador **710016866529v7** e do código CRC **9cd8b3e0**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FERNANDO ENRICO FERRARESE
Data e Hora: 26/12/2022, às 9:1:30

5016467-40.2012.4.04.7100 **710016866529 .V7**





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
23ª Vara Federal de Porto Alegre

Rua Octávio Francisco Caruso da Rocha, 600, 4º andar, ALA NORTE - Bairro: Centro - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3214-9465 - www.jfrs.jus.br - Email: rspoa23@jfrs.gov.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5016467-40.2012.4.04.7100/RS

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

EXECUTADO: FARMACIA DERMATOLOGICA EIRELI - EPP

EXECUTADO: WILSON EDISON ALANO

DESPACHO/DECISÃO

Expeça-se mandado de penhora no rosto dos autos do processo nº 5017875-79.2013.8.21.0001, em trâmite na 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, para que efetue a penhora a recair sobre os valores decorrentes da arrematação do imóvel de matrícula nº 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS, no limite do débito desta execução fiscal (R$ R$ 17.852,40, evento 339).

Havendo saldo passível de remessa a estes autos, deverá ser transferido a conta judicial a ser aberta junto à agência nº 0652 da Caixa Econômica Federal, com menção ao número da presente execução.

Após, dê-se vista ao exequente para que requeira em termos de prosseguimento.

Documento eletrônico assinado por **MARILA DA COSTA PEREZ, Juíza Federal Substituta** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador **710016721008v2** e do código CRC **936729c2**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MARILA DA COSTA PEREZ
Data e Hora: 25/11/2022, às 14:57:6

5016467-40.2012.4.04.7100 **710016721008 .V2**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE DE COBRANÇA JUDICIAL DA PRF4
D - ECOJUD - NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÕES - NAEX-EATE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) JUÍZO FEDERAL DA 23ª VF DE PORTO ALEGRE

NÚMERO: 5016467-40.2012.4.04.7100
PARTE(S): AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
PARTES(S): FARMÁCIA DERMATOLÓGICA LTDA. E OUTRO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Considerando a informação constante do ofício do ev. 348, requer seja realizada a penhora no rosto daqueles autos (5017875-79.2013.8.21.0001/RS), a fim de que eventual saldo decorrente da arrematação do imóvel seja transferido para esta execução.

Pede deferimento.

Porto Alegre, 08 de novembro de 2022.

Patrícia Vargas Lopes
Procuradora Federal
Matr. 1.287.513

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

Local: Porto Alegre **Data:** 14/09/2022

OFÍCIO Nº 10025436898

(Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Juiz(íza)

Informo à Vossa Excelência que foi marcado Leilão, on line, do bem penhorado nos autos em epigrafe, o Imóvel apartamento nº 301 do Edifício Moradeas da Quintino, localizado na Rua Quintino Boacaiuva, nº 190, melhor descrito na matrícula 61.180, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo, RS, na referida matrícula consta a referência AV12 - Penhora - **Processo número 50164674020124047100 da 23ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, protocolo de indisponibilidade nº 201906.2713.00850323-IA-680.**

Data do 1º Leilão Público: 18/11/2022 às 14 horas

Data do 2º Leilão Público: 18/11/2022 às 14:15 horas.

LOCAL:Exclusivamente Leilão Online (via Internet). ➢ Participar Online: www.LeiloeiroPublico.com.br.

Executado: Wilson Edison Alano CPF 148.220.910-15.

Atenciosamente,

Ao(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juíz(íza) Federal

23ª Vara Federal

Comarca de Porto Alegre/RS

Email: rspoa23@jfrs.jus.br

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 20/9/2022, às 18:27:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10025436898v3** e o código CRC **b86177c6**.

5017875-79.2013.8.21.0001 **10025436898 .V3**

PETIÇÃO - PEDIDO DE INSERÇÃO DE RESTRIÇÃO NO SERASAJUD

Processo: 5016467-40.2012.4.04.7100

A parte peticionante requer a inscrição do nome do(s) devedor(es) nos cadastros de inadimplentes, com fundamento no art. 782, § 3°, do Código de Processo Civil, por meio do SERASAJUD.

Dados do Processo

Número do Processo:	5016467-40.2012.4.04.7100
Unidade:	23ª Vara Federal de Porto Alegre
Juiz(a):	MARILA DA COSTA PEREZ
Classe da ação:	EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE:	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
EXECUTADO:	FARMACIA DERMATOLOGICA EIRELI - EPP e WILSON EDISON ALANO
Valor da anotação:	R$ 17.852,40

Inserir restrição contra o(s) seguinte(s) devedor(es):

01	FARMACIA DERMATOLOGICA EIRELI - EPP	**CPF/CNPJ**	87.448.833/0001-06
02	WILSON EDISON ALANO	**CPF/CNPJ**	148.220.910-15

A parte peticionante responsabiliza-se pela higidez da dívida e confirma não incidir hipótese que possa excluí-la, extingui-la, suspendê-la ou impedir o deferimento da medida, na forma do que decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema Repetitivo 1.026. Ainda, a parte peticionante compromete-se a noticiar imediatamente a ocorrência de qualquer hipótese anteriormente referida, responsabilizando-se pela manutenção da inscrição até a efetiva comunicação nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos .18 dias do mês de janeiro de 2023, em cumprimento ao mandado penhora no rosto dos autos, extraído do processo n.º 5016467-40.2012.404.7100, em que é exeqüente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e executado Wilson Edison Alano e outros, compareci ao Foro da Justiça Estadual em Porto Alegre, na 1ª Vara de Família do Foro Central de Porto Alegre, e, após constatar que o processo objeto da penhora ainda está tramitando, **PROCEDI À PENHORA no rosto dos autos da ação nº 5017875-79.2013.8.21.0001, no valor de R$ 17.852,40 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais, com quarenta centavos)**. A seguir, intimei o(a) Sr.(a) Escrivão(ã) a averbar a presente penhora no rosto dos autos.

Afonso Mossry Sperb
Oficial de Justiça Avaliador

Escrivão(ã)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE
Data:
14/02/2023 17:58:01
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
97

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, acoste aos autos três avaliações do imóvel a ser levado à leilão.

Sem prejuízo, intime-se o leiloeiro nomeado pelo Juízo para que, em igual prazo, acoste aos autos seu entendimento quanto ao valor do bem, objetivando seu praceamento.

Com manifestação, voltem.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 14/2/2023, às 17:58:1, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10032899452v2** e o código CRC **b843926f**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/02/2023 17:58:01
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
98
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/02/2023 00:00:00
Data Final:
17/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/02/2023 17:58:01
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
99
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/02/2023 00:00:00
Data Final:
17/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
15/02/2023 15:56:12
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
100
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/02/2023 00:00:00
Data Final:
13/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Suspensões e Feriados:
Carnaval: 20/02/2023
Carnaval: 21/02/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
15/02/2023 15:58:55
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
101

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

15/02/2023 15:58:55

De: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Para: cristianoschontag@gmail.com
Assunto: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

Boa tarde,

Informo a Vossa Senhoria que foi exarado despacho nos autos do processo 5017875-79.2013.8.21.0001, lhe intimando a se manifestar, já tendo ocorrido sua intimação eletrônica no sistema EPROC.
Despacho anexo.

Atenciosamente,

Maria Luiza Garcia Peruzzo
Técnica Judiciária
1ª Vara de Família
Foro Central Prédio II
Comarca de Porto Alegre RS

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

Anexos
Evento 97-DESPADEC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__100
Data:
16/02/2023 09:51:02
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
102

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:
LAUDO_PERICIAL___REFER__AO_EVENTO__100
Data:
16/02/2023 09:51:02
Usuário:
PERRS727677 - CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG - PERITO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
103

Gmail Cristiano Schöntag <cristianoschontag@gmail.com>

Manifestação Complementar ao Auto Negativo de Leilão: RS - 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre - Processo 5017875-79.2013.8.21.0001

1 mensagem

Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br <contato@trileiloes.com.br> 16 de fevereiro de 2023 às 09:41
Para: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br
Cc: Cristiano Schöntag <cristianoschontag@gmail.com>

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUÍZO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

****Resposta/Manifestação Juntada aos Autos**

Processo 5017875-79.2013.8.21.0001
Juízo da 1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre (RS)
Exequente: M. B. R. S.
Executado(a): W. E. A.

A Plataforma Digital www.trileiloes.com.br, representada por seu Assistente Técnico e Leiloeiro Público, com Matrícula Profissional AARC/328 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e da Junta Comercial Estadual RS, com o apoio da sua Equipe, vêm perante este juízo se manifestar ao que fora instado.

"Dos Requerimentos para Continuidade: a) Reavaliar o(s) eventual(is) Bem(ns) Remanescente(s), por Oficial de Justiça ou Avaliador, a fim de melhor ofertar ao mercado de interessados e
eventualmente viabilizar a liquidação financeira do(s) bem(ns) em condições mais atraentes aos licitantes."

Considerando que as medianas de anúncios de imóveis no edifício e região do entorno, de mesmo padrão, o valor de m2 para unidades similares se baseia em R$ 4.000,00, neste caso partindo-se avaliação de imóvel aproximadamente em R$ 1.056.000,00. As liquidações forçadas, que vislumbram liquidez imediata, carregam por si, de praxe mercadológica, uma depreciação mínima equivalente a 30% no mercado imobiliário.
No entendimento de que se faz necessário celeridade para atendimento ao saneamento da demanda, em virtude dos atos públicos já praticados, visando à melhor adequação de mercado, sugere-se como valor inicial de avaliação com 30% abaixo dos anteriormente indicados, objetivando voltar o bem a novas praças conforme regras do CPC, até sua venda.

Sugestão de Valores:
1º Leilão R$ 1.020.000,00
2º Leilão R$ 510.000,00

Destacamos que os valores sugeridos são os Valores Mínimos Iniciais considerados no cenário atual para que se propicie a Oferta encontrar interessados e eventualmente incrementar com as disputas,
vinculados às condições de uma Venda Pública Oficial* que somente opera com liquidez imediata, sem permutas.

Assim que homologados os novos valores, aguardamos para imediata preparação da Oferta Pública.

Favor acusar o recebimento deste e-mail. <<
Atenciosamente,
Cristiano Schontag
contato@trileiloes.com.br
Whatsapp: +55 48 9.9690.9090
Whatsapp: +55 51 9.8126.2502
www.trileiloes.com.br

Em qua., 15 de fev. de 2023 às 15:58, <frpoacent1vfam@tjrs.jus.br> escreveu:

> Boa tarde,
>
> Informo a Vossa Senhoria que foi exarado despacho nos autos do processo 5017875-79.2013.8.21.0001, lhe intimando a se manifestar, já tendo ocorrido sua intimação eletrônica no sistema EPROC.
> Despacho anexo.
>
> Atenciosamente,
>
> Maria Luiza Garcia Peruzzo
> Técnica Judiciária
> 1ª Vara de Família
> Foro Central Prédio II
> Comarca de Porto Alegre RS
>
> [Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça Estadual]

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
16/02/2023 12:08:32
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
104
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/02/2023 00:00:00
Data Final:
13/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
16/02/2023 12:08:32
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
105
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/02/2023 00:00:00
Data Final:
13/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__98_E_99
Data:
24/02/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__104_E_105
Data:
26/02/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
107

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
PETICAO___REFER__AOS_EVENTOS__98_E_104
Data:
07/03/2023 17:47:43
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
108

Rava e
Santa Maria
advogados

EXMO. (A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA MM. 1ª VARA DE FAMILIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS.

PROCESSO: 5017875-79.2013.8.21.0001

MARGARETH BOEMKE PEREIRA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que contende **WILSON ÉDISON ALANO** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, informar e postular o que segue:

Diante da manifestação e avaliação do Sr. Leiloeiro, requer seja homologado o valor apresentado de R$ 1.056.000,000, bem como a sua intimação para que proceda novo leilão e praceamento para venda do bem.

Requer que o leilão seja designado com máxima urgência eis que os débitos sobre o imóvel sem se avolumando de forma que, a morosidade na venda do bem, poderá frustrar a presente execução.

No mais, vem juntar cálculo atualizado do débito.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 7 de março de 2023.

Lucas Vargas Santa Maria

OAB/RS 69.756

(51) 3012.5859 (51) 992.318.361 rsm@ravasm.com.br
Rua Gutemberg, 151, SL. 805, Condomínio Neo 360 Corporate
Bairro Petrópolis em PortoAlegre, CEP 91310-010
ravasm.com.br

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 1 / 6
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Correção Monetária: IGP-M (FGV) (05.02.2013 a 01.03.2023)
Juros: 12% ao ano (05.02.2013 a 03.03.2023)
Honorários: 10% sobre Principal (atualizado)

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.02.2013	R$	5.424,00		2,5714931	13.947,78	16.866,85	30.814,63
05.03.2013	R$	5.424,00		2,5644234	13.909,43	16.681,38	30.590,82
05.04.2013	R$	5.424,00		2,5592303	13.881,27	16.508,79	30.390,06
05.05.2013	R$	5.424,00		2,5559077	13.863,24	16.348,72	30.211,97
05.06.2013	R$	5.424,00		2,5533708	13.849,48	16.194,00	30.043,49
05.07.2013	R$	5.424,00		2,5360322	13.755,44	15.946,48	29.701,92
05.08.2013	R$	5.424,00		2,5298133	13.721,71	15.770,16	29.491,87
05.09.2013	R$	5.424,00		2,5215342	13.676,80	15.581,78	29.258,59
05.10.2013	R$	5.424,00		2,4864362	13.486,43	15.230,03	28.716,46
05.11.2013	R$	5.424,00		2,4669990	13.381,00	14.977,16	28.358,17
05.12.2013	R$	5.424,00		2,4589204	13.337,18	14.794,75	28.131,93
05.12.2013	R$	5.424,00		2,4589204	13.337,18	14.794,75	28.131,93
05.01.2014	R$	5.792,00		2,4446295	14.159,29	15.565,11	29.724,40
05.02.2014	R$	5.792,00		2,4331354	14.092,72	15.351,00	29.443,72
05.03.2014	R$	5.792,00		2,4200959	14.017,20	15.128,56	29.145,75
05.04.2014	R$	5.792,00		2,3829383	13.801,98	14.758,26	28.560,24
05.05.2014	R$	5.792,00		2,3669378	13.709,30	14.522,07	28.231,37
05.06.2014	R$	5.792,00		2,3669378	13.709,30	14.384,98	28.094,28
05.07.2014	R$	5.792,00		2,3669378	13.709,30	14.247,88	27.957,19
05.08.2014	R$	5.792,00		2,3669378	13.709,30	14.110,79	27.820,09
05.09.2014	R$	5.792,00		2,3663078	13.705,65	13.969,98	27.675,63
05.10.2014	R$	5.792,00		2,3613623	13.677,01	13.804,01	27.481,02
05.11.2014	R$	5.792,00		2,3525695	13.626,08	13.616,35	27.242,43
05.12.2014	R$	5.792,00		2,3309019	13.500,58	13.355,93	26.856,52
05.12.2014	R$	5.792,00		2,3309019	13.500,58	13.355,93	26.856,52
05.01.2015	R$	6.304,00		2,3161263	14.600,86	14.298,41	28.899,27
05.02.2015	R$	6.304,00		2,3000107	14.499,27	14.053,93	28.553,20
05.03.2015	R$	6.304,00		2,2918266	14.447,67	13.859,45	28.307,12
05.04.2015	R$	6.304,00		2,2689263	14.303,31	13.577,93	27.881,24
05.05.2015	R$	6.304,00		2,2449669	14.152,27	13.293,03	27.445,30
05.06.2015	R$	6.304,00		2,2349937	14.089,40	13.093,08	27.182,48
05.07.2015	R$	6.304,00		2,2201259	13.995,67	12.866,02	26.861,70
05.08.2015	R$	6.304,00		2,2060683	13.907,05	12.645,49	26.552,54
05.09.2015	R$	6.304,00		2,1979401	13.855,81	12.460,34	26.316,15
05.10.2015	R$	6.304,00		2,1747737	13.709,77	12.191,91	25.901,68
05.11.2015	R$	6.304,00		2,1352827	13.460,82	11.835,91	25.296,73
05.12.2015	R$	6.304,00		2,1061936	13.277,44	11.541,89	24.819,34
05.12.2015	R$	6.304,00		2,1061936	13.277,44	11.541,89	24.819,34
05.01.2016	R$	7.040,00		2,0941929	14.743,12	12.668,55	27.411,67
05.02.2016	R$	7.040,00		2,0699614	14.572,53	12.376,24	26.948,77
05.03.2016	R$	7.040,00		2,0458549	14.402,82	12.088,08	26.490,90
05.04.2016	R$	7.040,00		2,0359143	14.332,84	11.886,02	26.218,85

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 2 / 6
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.05.2016	R$	7.040,00		2,0279776	14.276,96	11.696,91	25.973,87
05.06.2016	R$	7.040,00		2,0091348	14.144,31	11.446,79	25.591,10
05.07.2016	R$	7.040,00		1,9796733	13.936,90	11.139,57	25.076,47
05.08.2016	R$	7.040,00		1,9761926	13.912,40	10.980,86	24.893,25
05.09.2016	R$	7.040,00		1,9730889	13.890,55	10.824,70	24.715,25
05.10.2016	R$	7.040,00		1,9692688	13.863,65	10.665,11	24.528,76
05.11.2016	R$	7.040,00		1,9665284	13.844,36	10.511,82	24.356,18
05.12.2016	R$	7.040,00		1,9651655	13.834,77	10.366,19	24.200,96
05.12.2016	R$	7.040,00		1,9651655	13.834,77	10.366,19	24.200,96
05.01.2017	R$	7.496,00		1,9543612	14.649,89	10.830,46	25.480,35
05.02.2017	R$	7.496,00		1,9433056	14.567,02	10.623,52	25.190,54
05.03.2017	R$	7.496,00		1,9419489	14.556,85	10.470,53	25.027,38
05.04.2017	R$	7.496,00		1,9417798	14.555,58	10.324,07	24.879,65
05.05.2017	R$	7.496,00		1,9417798	14.555,58	10.178,51	24.734,09
05.06.2017	R$	7.496,00		1,9417798	14.555,58	10.032,95	24.588,54
05.07.2017	R$	7.496,00		1,9417798	14.555,58	9.887,40	24.442,98
05.08.2017	R$	7.496,00		1,9415295	14.553,71	9.740,59	24.294,29
05.09.2017	R$	7.496,00		1,9386300	14.531,97	9.580,72	24.112,69
05.10.2017	R$	7.496,00		1,9302681	14.469,29	9.394,70	23.863,99
05.11.2017	R$	7.496,00		1,9255825	14.434,17	9.227,56	23.661,72
05.12.2017	R$	7.496,00		1,9147615	14.353,05	9.032,17	23.385,22
05.12.2017	R$	7.632,00		1,9147615	14.613,46	9.196,04	23.809,50
05.01.2018	R$	7.632,00		1,8981839	14.486,94	8.971,55	23.458,49
05.02.2018	R$	7.632,00		1,8855134	14.390,24	8.767,77	23.158,00
05.03.2018	R$	7.632,00		1,8828365	14.369,81	8.611,62	22.981,43
05.04.2018	R$	7.632,00		1,8709844	14.279,35	8.414,62	22.693,97
05.05.2018	R$	7.632,00		1,8585172	14.184,20	8.216,71	22.400,91
05.06.2018	R$	7.632,00		1,8319495	13.981,44	7.959,43	21.940,87
05.07.2018	R$	7.632,00		1,8015529	13.749,45	7.689,87	21.439,32
05.08.2018	R$	7.632,00		1,7919771	13.676,37	7.512,23	21.188,60
05.09.2018	R$	7.632,00		1,7775624	13.566,36	7.316,14	20.882,50
05.10.2018	R$	7.632,00		1,7524534	13.374,72	7.079,05	20.453,77
05.11.2018	R$	7.632,00		1,7389735	13.271,85	6.891,88	20.163,73
05.12.2018	R$	7.632,00		1,7389735	13.271,85	6.759,16	20.031,01
05.12.2018	R$	7.632,00		1,7389735	13.271,85	6.759,16	20.031,01
05.01.2019	R$	7.984,00		1,7389511	13.883,79	6.931,98	20.815,76
05.02.2019	R$	7.984,00		1,7366328	13.865,28	6.784,08	20.649,36
05.03.2019	R$	7.984,00		1,7208643	13.739,38	6.585,09	20.324,47
05.04.2019	R$	7.984,00		1,7001152	13.573,72	6.369,95	19.943,67
05.05.2019	R$	7.984,00		1,6856919	13.458,56	6.181,33	19.639,89
05.06.2019	R$	7.984,00		1,6773340	13.391,83	6.016,76	19.408,59
05.07.2019	R$	7.984,00		1,6649282	13.292,79	5.839,33	19.132,12
05.08.2019	R$	7.984,00		1,6591480	13.246,64	5.686,59	18.933,23
05.09.2019	R$	7.984,00		1,6591480	13.246,64	5.554,13	18.800,76
05.10.2019	R$	7.984,00		1,6577020	13.235,09	5.416,93	18.652,03
05.11.2019	R$	7.984,00		1,6472848	13.151,92	5.251,37	18.403,30

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 3 / 6
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Principal

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
05.12.2019	R$	7.984,00		1,6386728	13.083,16	5.093,09	18.176,25
05.12.2019	R$	7.984,00		1,6386728	13.083,16	5.093,09	18.176,25
05.01.2020	R$	8.360,00		1,6083849	13.446,10	5.099,91	18.546,01
05.02.2020	R$	8.360,00		1,6016888	13.390,12	4.944,78	18.334,90
05.03.2020	R$	8.360,00		1,5991575	13.368,96	4.803,28	18.172,23
05.04.2020	R$	8.360,00		1,5803970	13.212,12	4.614,80	17.826,92
05.05.2020	R$	8.360,00		1,5689496	13.116,42	4.450,21	17.566,63
05.06.2020	R$	8.360,00		1,5619272	13.057,71	4.299,72	17.357,43
05.07.2020	R$	8.360,00		1,5367540	12.847,26	4.101,95	16.949,21
05.08.2020	R$	8.360,00		1,5022874	12.559,12	3.884,36	16.443,48
05.09.2020	R$	8.360,00		1,4591343	12.198,36	3.650,80	15.849,16
05.10.2020	R$	8.360,00		1,4005634	11.708,71	3.387,16	15.095,87
05.11.2020	R$	8.360,00		1,3564722	11.340,11	3.167,13	14.507,24
05.12.2020	R$	8.360,00		1,3173597	11.013,13	2.965,68	13.978,81
05.12.2020	R$	8.360,00		1,3173597	11.013,13	2.965,68	13.978,81
05.01.2021	R$	8.800,00		1,3021964	11.459,33	2.971,24	14.430,57
05.02.2021	R$	8.800,00		1,2690884	11.167,98	2.784,02	13.952,00
05.03.2021	R$	8.800,00		1,2375739	10.890,65	2.605,98	13.496,63
05.04.2021	R$	8.800,00		1,2042819	10.597,68	2.429,90	13.027,58
05.05.2021	R$	8.800,00		1,1826844	10.407,62	2.282,24	12.689,87
05.06.2021	R$	8.800,00		1,1409992	10.040,79	2.101,39	12.142,19
05.07.2021	R$	8.800,00		1,1339631	9.978,88	1.988,65	11.967,52
05.08.2021	R$	8.800,00		1,1253586	9.903,16	1.874,53	11.777,68
05.09.2021	R$	8.800,00		1,1189265	9.846,55	1.765,35	11.611,90
A transportar:		802.328,00			1.507.874,03	1.069.552,91	2.577.426,94

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.07.2014	R$	1.860,48		2,3669378	4.403,64	4.581,21	8.984,85
04.08.2014	R$	1.860,48		2,3669378	4.403,64	4.534,18	8.937,82
02.09.2014	R$	1.860,48		2,3667803	4.403,35	4.492,83	8.896,18
02.10.2014	R$	1.860,48		2,3620006	4.394,45	4.439,82	8.834,27
04.11.2014	R$	1.860,48		2,3533315	4.378,33	4.376,76	8.755,09
02.12.2014	R$	1.860,48		2,3322929	4.339,18	4.297,19	8.636,38
02.12.2014	R$	930,24		2,3322929	2.169,59	2.148,60	4.318,19
05.01.2015	R$	1.860,48		2,3161263	4.309,11	4.219,85	8.528,95
03.02.2015	R$	1.910,43		2,3004533	4.394,85	4.263,01	8.657,86
03.03.2015	R$	1.910,43		2,2932634	4.381,12	4.205,87	8.586,99
02.04.2015	R$	1.910,43		2,2715543	4.339,65	4.124,06	8.463,71
05.05.2015	R$	1.910,43		2,2449669	4.288,85	4.028,46	8.317,31
02.06.2015	R$	1.910,43		2,2364825	4.272,64	3.974,94	8.247,58
02.07.2015	R$	1.910,43		2,2215995	4.244,21	3.906,04	8.150,25
02.07.2015	R$	955,21		2,2215995	2.122,09	1.953,01	4.075,11
04.08.2015	R$	1.910,43		2,2062670	4.214,92	3.834,07	8.048,99

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 4 / 6
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.09.2015	R$	1.910,43		2,2000111	4.202,97	3.784,03	7.986,99
02.10.2015	R$	1.910,43		2,1786870	4.162,23	3.705,73	7.867,96
04.11.2015	R$	1.910,43		2,1363505	4.081,35	3.590,13	7.671,48
02.12.2015	R$	1.910,43		2,1071881	4.025,64	3.503,60	7.529,24
02.12.2015	R$	955,22		2,1071881	2.012,83	1.751,81	3.764,64
08.01.2016	R$	1.910,43		2,0919053	3.996,44	3.429,80	7.426,24
03.02.2016	R$	1.910,43		2,0717827	3.958,00	3.364,30	7.322,29
02.03.2016	R$	1.910,43		2,0468601	3.910,38	3.285,98	7.196,37
04.04.2016	R$	1.910,43		2,0361376	3.889,90	3.227,23	7.117,12
02.05.2016	R$	1.910,43		2,0295755	3.877,36	3.180,69	7.058,05
01.06.2016	R$	1.910,43		2,0135967	3.846,84	3.118,42	6.965,25
01.07.2016	R$	1.910,43		1,9801324	3.782,90	3.028,76	6.811,67
01.07.2016	R$	955,21		1,9801324	1.891,44	1.514,37	3.405,82
01.08.2016	R$	1.910,43		1,9765746	3.776,11	2.985,56	6.761,67
01.09.2016	R$	2.024,55		1,9736142	3.995,68	3.119,21	7.114,89
03.10.2016	R$	2.024,55		1,9694718	3.987,29	3.070,22	7.057,51
01.11.2016	R$	2.024,55		1,9665284	3.981,33	3.028,38	7.009,72
01.12.2016	R$	2.024,55		1,9665284	3.981,33	2.988,57	6.969,90
01.12.2016	R$	1.069,34		1,9665284	2.102,89	1.578,52	3.681,41
02.01.2017	R$	2.024,55		1,9555649	3.959,14	2.931,04	6.890,18
01.02.2017	R$	2.131,19		1,9435276	4.142,03	3.026,35	7.168,38
01.03.2017	R$	2.131,19		1,9419740	4.138,72	2.982,55	7.121,26
03.04.2017	R$	2.079,29		1,9417798	4.037,52	2.866,64	6.904,16
02.05.2017	R$	2.079,29		1,9417798	4.037,52	2.827,57	6.865,09
01.06.2017	R$	2.079,29		1,9417798	4.037,52	2.788,50	6.826,02
03.07.2017	R$	2.079,79		1,9417798	4.038,49	2.746,18	6.784,67
03.07.2017	R$	1.065,59		1,9417798	2.069,14	1.407,02	3.476,16
01.08.2017	R$	2.079,29		1,9417798	4.037,52	2.707,75	6.745,27
01.09.2017	R$	2.079,29		1,9398400	4.033,49	2.664,71	6.698,20
02.10.2017	R$	2.079,29		1,9306411	4.014,36	2.610,63	6.624,99
01.11.2017	R$	2.079,29		1,9269116	4.006,61	2.566,81	6.573,42
01.12.2017	R$	2.079,29		1,9169434	3.985,88	2.513,68	6.499,56
01.12.2017	R$	875,42		1,9169434	1.678,13	1.058,30	2.736,44
02.01.2018	R$	2.079,29		1,8995709	3.949,76	2.450,12	6.399,88
01.02.2018	R$	2.136,28		1,8857018	4.028,39	2.459,92	6.488,30
01.03.2018	R$	2.136,28		1,8843827	4.025,57	2.417,94	6.443,51
02.04.2018	R$	2.136,28		1,8720457	3.999,21	2.360,83	6.360,04
02.05.2018	R$	2.136,28		1,8609697	3.975,55	2.307,10	6.282,66
02.06.2018	R$	2.136,28		1,8353206	3.920,76	2.236,10	6.156,86
02.07.2018	R$	2.136,28		1,8024381	3.850,51	2.157,53	6.008,04
02.08.2018	R$	2.136,28		1,7931837	3.830,74	2.108,14	5.938,89
02.09.2018	R$	2.136,28		1,7802291	3.803,07	2.054,88	5.857,95
02.10.2018	R$	2.136,28		1,7539512	3.746,93	1.987,08	5.734,01
02.11.2018	R$	2.136,28		1,7389735	3.714,93	1.932,96	5.647,90
02.12.2018	R$	2.136,28		1,7389735	3.714,93	1.895,81	5.610,75
02.01.2019	R$	2.283,79		1,7389679	3.971,44	1.987,00	5.958,44

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada	Sistema Exotics Memorial
Processo : 5017875-79.2013.8.21.0001	Página 5 / 6
Credor : Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor : Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Amortizado

Data		Valor Original	Descrição	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Valor Atualizado
02.02.2019	R$	2.283,79		1,7382579	3.969,82	1.946,49	5.916,31
02.03.2019	R$	2.283,79		1,7229398	3.934,83	1.889,99	5.824,82
02.04.2019	R$	2.283,79		1,7016669	3.886,25	1.827,79	5.714,04
02.05.2019	R$	2.283,79		1,6864231	3.851,44	1.772,90	5.624,34
02.06.2019	R$	2.283,79		1,6786666	3.833,72	1.726,41	5.560,13
02.07.2019	R$	2.283,79		1,6655705	3.803,81	1.674,90	5.478,72
02.08.2019	R$	2.283,79		1,6591480	3.789,15	1.630,55	5.419,70
02.09.2019	R$	2.283,79		1,6591480	3.789,15	1.592,66	5.381,81
02.10.2019	R$	2.283,79		1,6587865	3.788,32	1.554,43	5.342,75
02.11.2019	R$	2.283,79		1,6477777	3.763,18	1.506,49	5.269,66
02.12.2019	R$	2.283,79		1,6419279	3.749,82	1.463,64	5.213,46
02.01.2020	R$	2.283,79		1,6091290	3.674,91	1.397,65	5.072,56
02.02.2020	R$	2.283,79		1,6016888	3.657,92	1.354,61	5.012,53
02.03.2020	R$	2.283,79		1,6010560	3.656,48	1.317,51	4.973,99
02.04.2020	R$	2.283,79		1,5816526	3.612,16	1.265,42	4.877,58
02.05.2020	R$	2.283,79		1,5693737	3.584,12	1.219,76	4.803,88
02.06.2020	R$	2.283,79		1,5643313	3.572,60	1.180,11	4.752,72
02.07.2020	R$	2.283,79		1,5400072	3.517,05	1.126,59	4.643,64
02.08.2020	R$	2.283,79		1,5061781	3.439,79	1.067,45	4.507,24
02.09.2020	R$	2.283,79		1,4652373	3.346,29	1.004,97	4.351,26
02.10.2020	R$	2.283,79		1,4048215	3.208,32	931,45	4.139,76
02.11.2020	R$	2.283,79		1,3607984	3.107,78	871,18	3.978,96
02.12.2020	R$	2.283,79		1,3185734	3.011,34	814,03	3.825,38
02.01.2021	R$	2.283,79		1,3053763	2.981,21	776,08	3.757,28
02.02.2021	R$	2.283,79		1,2724555	2.906,02	727,44	3.633,46
02.03.2021	R$	2.283,79		1,2410071	2.834,20	681,12	3.515,32
02.04.2021	R$	2.283,79		1,2060769	2.754,43	634,41	3.388,83
02.05.2021	R$	2.283,79		1,1872152	2.711,35	597,37	3.308,72
02.06.2021	R$	2.283,79		1,1416803	2.607,36	548,39	3.155,74
02.07.2021	R$	2.283,79		1,1348133	2.591,68	519,17	3.110,85
02.08.2021	R$	2.283,79		1,1260732	2.571,71	489,46	3.061,17
02.09.2021	R$	2.283,79		1,1189265	2.555,39	460,80	3.016,19
02.10.2021	R$	2.283,79		1,1186970	2.554,87	435,15	2.990,02
A transportar:		192.454,23			347.886,89	222.694,71	570.581,60

Resumo da Planilha

Descrição	Valor Atualizado
Principal	2.577.426,94
Amortizado	570.581,60
Honorários (10%)	257.742,69
Total Geral	R$ 2.264.588,03

Rava e Santa Maria advogados

Memória Discriminada			Sistema Exotics Memorial
Processo	:	5017875-79.2013.8.21.0001	Página 6 / 6
Credor	:	Margareth Boemke Pereira da Silva	
Devedor	:	Wilson Édison Alano	Atualizado para 03.03.2023

Porto Alegre, 3 de março de 2023

_____

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__105
Data:
14/03/2023 01:21:15
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
109

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__99
Data:
18/03/2023 01:08:07
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
110

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
03/04/2023 12:33:00
Usuário:
CARDONA - LUCELI CARDONA DA COSTA - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
111

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
04/04/2023 15:10:42
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
112

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara de Família do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent1vfam@tjrs.jus.br

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 5017875-79.2013.8.21.0001/RS

DESPACHO/DECISÃO

Homologo o valor apresentado pelo leiloeiro nomeado pelo Juízo quanto ao imóvel a ser alienado em hasta pública.

Intime-se o leiloeiro para praceamento do bem, informando-o nos autos.

Após, procedam-se as intimações de praxe.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA, Juíza de Direito**, em 4/4/2023, às 15:10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10035758241v2** e o código CRC **4a2f1810**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
04/04/2023 15:10:43
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
113
Exequente:
MARGARETH BOEMEKE PEREIRA DA SILVA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
05/04/2023 00:00:00
Data Final:
12/04/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CLÁUDIO CÉSAR SILVA RAVA, LUCAS VARGAS SANTA MARIA
Suspensões e Feriados:
Sexta-feira Santa: 07/04/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
04/04/2023 15:10:43
Usuário:
CFONTOURA - CARMEN LUCIA SANTOS DA FONTOURA - MAGISTRADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
114
Executado:
WILSON EDISON ALANO
Prazo:
5 Dias
Status:
AGUARD. ABERTURA
Procurador Citado/Intimado:
LUCIANA VISONAN DOS REIS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
04/04/2023 17:51:47
Usuário:
IZAPERUZZO - MARIA LUIZA GARCIA PERUZZO - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
115
Perito:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG
Prazo:
5 Dias
Status:
AGUARD. ABERTURA
Procurador Citado/Intimado:
CRISTIANO DA ROSA SCHONTAG

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__113
Data:
04/04/2023 18:54:05
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
116

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__113
Data:
04/04/2023 18:54:06
Usuário:
RS069756 - LUCAS VARGAS SANTA MARIA - ADVOGADO
Processo:
5017875-79.2013.8.21.0001/RS
Sequência Evento:
117